

FABIO THÁ

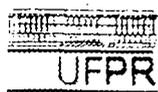
**CATEGORIAS CONCEITUAIS
DA SUBJETIVIDADE**

**Tese apresentada para Banca de Defesa.
Curso de Doutorado em Estudos
Lingüísticos do Curso de Pós-Graduação
em Letras. Setor de Ciências Humanas,
Letras e Artes, Universidade Federal do
Paraná.**

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Elena Godoi

CURITIBA

2004



PARECER

Defesa de tese do doutorando FABIO THÁ para obtenção do título de **Doutor em Letras**.

Os abaixo assinados ELENA GODOI, GILBERTO GÊNOVA GOBBATO, MARIA CRISTINA SPARANO, BORTOLO VALLE E JOSÉ BORGES NETO argüiram, nesta data, o candidato, o qual apresentou a tese:

“CATEGORIAS CONCEITUAIS DA SUBJETIVIDADE”

Procedida a argüição segundo o protocolo aprovado pelo Colegiado do Curso, a Banca é de parecer que o candidato está apta ao título de **Doutor em Letras**, tendo merecido os conceitos abaixo:

Banca	Assinatura	Aprovado Não aprovado
ELENA GODOI		Aprovado
GILBERTO GÊNOVA GOBBATO		Aprovado
MARIA CRISTINA SPARANO		Aprovado
BORTOLO VALLE		Aprovado
JOSÉ BORGES NETO		Aprovado

Curitiba, 19 de março de 2004.

Prof.^a Marilene Weinhardt
Coordenadora

A mudança de paradigma na psicologia cognitiva tem o potencial para mudar a maneira pela qual compreendemos e estudamos os conceitos psicanalíticos; a psicanálise, por sua vez, tem muito a oferecer para a psicologia cognitiva tanto na área do conteúdo quanto do método.

Wilma Bucci (*Psychoanalysis and Cognitive Science*)

Estudar a semântica das linguagens naturais é estudar psicologia cognitiva.

Ray Jackendoff (*Semantics and Cognition*)

Para Vanêssa, Tatiana e Daniel

Quero expressar aqui meus agradecimentos a Elena Godoi e a José Borges Neto, cujas orientações sinalizaram os caminhos que se materializaram ao longo deste texto. Também a meus colegas, Maria Aparecida de Luna Pedrosa, Luiza Inês Wisniewski e Juan Fernando Peña, pela amizade e pelo apoio que recebi enquanto tecia essas idéias.

SUMÁRIO

RESUMO	viii
ABSTRACT	ix
INTRODUÇÃO	1
PRIMEIRA PARTE	
Capítulo 1 – A Atualidade do inconsciente freudiano	
1.1 – As origens da psicanálise	5
1.2 – Os pressupostos teóricos de Freud	14
1.2.1 – A urgência da vida	16
1.2.2 – O aparelho psíquico	18
1.2.3 – O desenvolvimento do psiquismo	22
SEGUNDA PARTE	
Capítulo 2 – Formalismos, objetividade e cognição	
2.1 – O paradigma lógico-formal	24
2.2 – A formalização da mente	26
2.3 – A formalização da linguagem	29
2.3.1 – O estruturalismo lingüístico	29
2.3.2 – Formalismos lógicos	33
2.4 – Para além do paradigma lógico-formal	36
2.5 – A psicanálise e o formalismo	43
2.5.1 – A leitura estrutural lacaniana	44
2.5.2 – Uma abordagem semântico-formal	49
2.6 – Os impasses do objetivismo	52
Capítulo 3 – Os limites do paradigma lógico-formal	
3.1 – Frege: o sentido e a referência	54
3.2 – Intensões e extensões	63
3.2.1 – Nomes, descrições e designadores rígidos	65
3.2.2 – Saber, acreditar e outras atitudes	78
3.3 – Extensões, intensões e cognição	85

TERCEIRA PARTE

Capítulo 4 – Fundamentos do funcionamento cognitivo

4.1 – Imagética mental	88
4.2 – Categorias e conceitos	92
4.3 – O sistema categorial	97
4.4 – Modelos cognitivos	102
4.4.1 – <i>Frames</i> e esquemas	103
4.4.2 – Conexões e mapeamentos	108
4.5 – A estratégia experiencialista	110

Capítulo 5 – O modelo mental freudiano

5.1 – Processo primário e processo secundário	118
5.2 – O pensamento inconsciente	123
5.3 – Palavras e coisas	127
5.4 – O eu e o isso	133
5.5 – Freud cognitivista	136

Capítulo 6 – Mapeamentos e *blends*

6.1 – A teoria dos <i>blends</i>	143
6.1.1 – Espaços mentais	144
6.1.2 – <i>Blends</i> e integração conceitual	146
6.1.3 – Conectores, compressão e relações vitais	150
6.2 – Os mecanismos do inconsciente freudiano	156
6.3 – <i>Blends</i> freudianos	168
6.3.1 – Abrir e fechar	168
6.3.2 – O mestre e sua obra	170
6.3.3 – Um buquê de espinafres	174

Capítulo 7 – As categorias da subjetividade

7.1 – O conflito psíquico	191
7.2 – A divisão do eu	195
7.3 – Eu e meus outros eus	204

Considerações finais	211
-----------------------------	-----

Referências bibliográficas	215
-----------------------------------	-----

RESUMO

Essa tese visa a resgatar a dimensão semântica, psicológica e cognitiva da obra freudiana, bem como articulá-la com as teorias cognitivas contemporâneas. Partindo da descoberta fundamental de Freud, o conflito psíquico e sua expressão nas formações do inconsciente, mostra que a evidência freudiana é essencialmente discursiva e que a teoria psicanalítica envolve diretamente as questões da representação, do pensamento e da linguagem. O desenvolvimento, no Século XX, do tratamento lógico-formal do pensamento humano e da semântica das línguas naturais mostrou seus limites e conduziu à consideração dos processos cognitivos neles envolvidos. A investigação da qualidade imagética e analógica que fundamenta as organizações categoriais do pensamento, e de como essas categorias organizam-se em redes ordenadas semanticamente, sugere que elas derivam-se da experiência do sujeito com seu corpo e com seu mundo. Isso mostra que os mecanismos mentais que Freud descobriu nas formações do inconsciente são os mesmos que estão em funcionamento na produção cotidiana do conhecimento e que servem aos homens para organizar sua vida, suas ações e suas experiências com o mundo e com os outros. Finalmente, o texto explora a experiência fragmentária que o sujeito tem de seu eu, retornando ao conceito fundamental da psicanálise freudiana, o conflito psíquico. A divisão do eu, longe de ser ocorrência isolada ou sinal de 'doença', revela a relação fundamentalmente conflituosa que o homem tem consigo próprio, que se manifesta na presença da incompatibilidade conceitual e da contrafactualidade que atravessa sua vida mental. Esta constatação pode ser considerada a verdadeira contribuição teórica e prática de Freud para as ciências da cognição, contribuindo decisivamente para a compreensão das bases cognitivas das categorias conceituais da subjetividade.

PALAVRAS CHAVE:

Semântica cognitiva, psicologia cognitiva, psicanálise.

ABSTRACT

This thesis recovers the semantic, psychological and cognitive dimension of the Freudian theory and articulates it with contemporary cognitive theories. Beginning with Freud's fundamental discovery, the psychological conflict and its expression in the unconscious products, the text shows that the Freudian evidence is basically in the discourse and that the Freudian theory is concerned with the questions of representation, thought and language. The development, in the twentieth century, of the formal and logic treatment of human thought and of the semantics of natural languages shows its limits and leads to their cognitive processes. The investigation into the imagetic and analogical quality of the categorical organizations of thought suggests their derivation from the experience of the being with his body and the world where he lives. The mental mechanisms that Freud discovered in the unconscious are the same that work in the daily production of knowledge and that the humans use to organize their lives, their actions and their experiences with the environment and the others. Finally, the text explores the fragmentary experience of the being with his self, base of the psychoanalytic concept of the psychological conflict. The division of the self is not a sign of difference or disease, but shows the conflicting relationship of the human being with himself. The conceptual incompatibility and the contrafactivity of his mental life reveal this division. That discovery could be considered the real theory and practical contribution of Freud to the cognitive sciences, contributing to the comprehension of the cognitive bases of the conceptual categories of the subjectivity.

KEY WORDS:

Cognitive semantics, cognitive psychology, psychoanalysis.

INTRODUÇÃO

Este trabalho visa a proporcionar um tratamento que permita articular a teoria psicanalítica ao debate mais amplo que ocorre nos meios científicos contemporâneos, especialmente nas ciências cognitivas. É sabido que Freud não via como situar a psicanálise no quadro geral do conhecimento humano senão como partícipe do empreendimento científico. O apego à observação empírica, a coerência lógica entre os conceitos, a operatividade da teoria e a rígida articulação entre teoria e prática, não só são exigências de Freud para a elaboração teórica, são procedimentos adotados por ele na manufatura da teoria analítica, constatáveis em qualquer um de seus textos. Basta citar aqui sua longa defesa da cientificidade da psicanálise na *Conferência XXXV - A Questão de uma Weltanschauung* (1933[1932]/1976), onde, ao opô-la à religião e à arte, afirma que “não há outras fontes de conhecimento do universo além da elaboração intelectual de observações cuidadosamente escolhidas - em outras palavras, o que podemos chamar de pesquisa -...” (194). Declara explicitamente sua opção pela tradição racionalista, a tradição da discussão crítica nos interesses da procura pela verdade.

No entanto, se Freud nunca duvidou do caráter científico de sua criação, este nunca foi consensual para os pensadores não psicanalíticos e mesmo para os analíticos. São conhecidas as críticas que a epistemologia da ciência dirige à psicanálise e, além disso, as dificuldades que ela encontra em obter reconhecimento junto à comunidade científica de maneira geral. O fato é que esses críticos encontram reforços advindos de um lugar insuspeitado: de dentro da própria psicanálise. Os analistas sempre mantiveram distância das discussões científicas, o que tem resultado num conveniente isolamento. Essa atitude, além evidentemente do nome ‘psicanálise’ que compartilham, talvez sejam os únicos traços comuns que unem as diversas correntes analíticas contemporâneas, desde as adeptas da psicologia do ego até as lacanianas mais radicais. E seu resultado é uma espécie de apego dogmático aos conceitos, tornando a teoria refratária às conquistas e novidades advindas de outros ramos do saber e isolando cada vez mais a psicanálise do debate científico.

De fato essa posição tem um ponto de partida nobre. Os tratamentos analíticos continuam oferecendo aos pacientes um meio eficaz de repensar sua história e transformar sua vida, o que possibilita a quem quer que tenha experimentado seus eventos transformadores não necessitar de outras evidências para comprovar a eficácia da psicanálise. Sem dúvida é possível apegar-se à certeza subjetiva emanada dessa experiência que se transmite de um por um, colocar aí seu limite e entrincheirar-se nesse saber, daí para frente francamente esotérico.

Mas não foi essa a escolha de Freud, tão pouco a de Lacan. Isso porque Freud prezava, muito além da certeza subjetiva, a verdade objetiva. E foi o apego à verdade o que levou Freud a construir uma teoria transmissível a partir dessa experiência e a submetê-la à crítica científica, interna e externa. Também é patente, nesse mesmo caminho, o esforço da obra lacaniana para buscar uma depuração conceitual e uma formalização cada vez mais acurada dos conceitos analíticos. É por essa razão que a psicanálise não pode se isolar do debate científico contemporâneo, nem tratar seus conceitos teóricos como dogmas indiscutíveis. A psicóloga cognitiva americana, Wilma Bucci - que testemunha que sua experiência como analisante foi suficiente para fazê-la tomar uma decisão racional pró-psicanálise, uma vez que “a psicanálise foi de imensurável valor para mim” - diz a esse respeito:

It is not surprising that a theory that was developed a century ago, and that has not been subjected to the usual scientific assessment procedures, is no longer seen as applicable today. What is surprising, and distressing, is that the scientific processes of theory evaluation and revision, which would be expected in a scientific field, have not taken place. Psychoanalysis has become isolated from the scientific community as a result; this isolation has been seen as inevitable - in some cases, even desirable - by many writers and practitioners. (1997: pag. X)

O texto que segue está dividido em três partes. A primeira pretende introduzir a descoberta fundamental de Freud: o conflito psíquico, sua expressão nas formações do inconsciente, e como os conceitos teóricos que ele formulou derivam-se dessa descoberta. Investiga também alguns avatares do desenvolvimento da teoria analítica, já que, como

homem de ciência do Século XIX, sua teoria não podia fugir da aplicação das premissas teóricas vigentes e amplamente aceitas na época. Infelizmente os pós-freudianos abstiveram-se de fazer uma revisão da teoria e a psicanálise acabou mergulhando numa espécie de psicologia biológica cujos fundamentos tornaram-se cada vez mais frágeis. Foi preciso esperar a década de 1950 para que Jacques Lacan propusesse uma leitura da psicanálise com as premissas formalistas da ciência do Século XX.

No entanto, se Lacan retirou a psicanálise do obscurantismo biologicista, sua teoria a lançou no labirinto formalista, tornando-a talvez ainda mais hermética. Entre a redução biológica e a redução formal, algo perdeu-se da teoria freudiana. Esse algo, e é essa nossa tese, foi a semântica psicológica ou cognitiva. É essa dimensão da obra freudiana, sua dimensão essencial, que esta tese pretende resgatar.

A segunda parte (capítulos 2 e 3) discute a aplicação do paradigma lógico-formal à abordagem do pensamento humano e à semântica das línguas naturais, as possibilidades que abriu e os limites que encontrou. Particularmente o capítulo 2 procura mostrar que os problemas encontrados nos tratamentos formais não se originam tanto dos formalismos em si, mas da junção destes com a tradição ocidental de uma racionalidade objetivista. Já o capítulo 3 discute a tradição fregeana, seus impasses nos tratamentos semânticos e mostra como as soluções encontradas pela lógica modal para esses impasses, em particular em Kripke e Hintikka, abrem as portas para uma saída que deve levar em conta os processos cognitivos como necessários para uma teoria da razão e do significado. Mostra também que as abordagens formalistas da psicanálise, como é o caso da leitura estruturalista lacaniana, encontram seus limites na exclusão do cognitivo.

A terceira parte é o coração dessa tese. Apresenta alguns conceitos oriundos de trabalhos contemporâneos em psicologia e semântica cognitivas e mostra como eles podem ser articulados com os conceitos freudianos.

O quarto capítulo investiga os processos cognitivos que formam o chamado conhecimento de base, mostrando a qualidade imagética e analógica que fundamenta as organizações categoriais do pensamento humano, como essas categorias organizam-se em redes ordenadas semanticamente e como elas derivam-se da experiência do sujeito com seu corpo e com seu mundo. O capítulo 5 articula essas noções com os conceitos de

Freud de representação, de processos de pensamento e de linguagem, mostrando a congruência entre as teorias contemporâneas e os chamados 'processos inconscientes'.

O capítulo 6 volta sua atenção para a utilização das estruturas cognitivas na produção e elaboração do conhecimento. Utilizando a teoria dos espaços mentais e da integração conceitual mostra que os mecanismos mentais que Freud descobriu nas formações do inconsciente são os mesmos que estão em funcionamento na produção cotidiana do conhecimento e que servem aos homens para organizar sua vida, suas ações e suas experiências com o mundo e com os outros. Sonhos, atos falhos e sintomas mostram-se, assim, como frutos de uma complexa elaboração cognitiva, que visa equacionar as diversas tendências discordantes que as pessoas abrigam sob o manto do que reconhecem como sua subjetividade.

Finalmente o capítulo 7 mostra que essas tendências discordantes manifestam-se na experiência fragmentária que o sujeito tem de seu eu, retornando ao conceito fundamental da psicanálise freudiana, o conflito psíquico. Expondo a divisão do eu mostra que, longe de ser ocorrência isolada ou sinal de 'doença mental', ela revela a relação fundamentalmente conflituosa que o homem tem consigo próprio, que se manifesta na presença da incompatibilidade conceitual e da contrafatorialidade que atravessa sua vida mental.

Em resumo: o eu, esse eu que as pessoas reconhecem como sendo a sede de sua identidade e que utilizam para unificar sua vida subjetiva, é fruto de uma construção que muitas vezes está perturbada ou não pode ser efetuada. Esta constatação pode ser considerada a verdadeira contribuição teórica e prática de Freud para as ciências da cognição, contribuindo decisivamente para a compreensão das bases cognitivas das categorias conceituais da subjetividade.

PRIMEIRA PARTE

CAPÍTULO 1

A ATUALIDADE DO INCONSCIENTE FREUDIANO

1.1 – AS ORIGENS DA PSICANÁLISE

Quando Freud iniciou seu trabalho na clínica psiquiátrica dispunha de um arsenal técnico que estava muito longe de propiciar um alívio efetivo aos males neuróticos de seus pacientes. Técnicas como o isolamento dos pacientes de seu meio por intermédio de internamentos em clínicas de repouso em estações de águas termais, repouso no leito, alimentação abundante, massagens e faradização controlada, combinadas com a autoridade moral do médico, nada mais faziam do que propiciar uma trégua passageira ao doente da incidência de seus sintomas. Foi buscando uma técnica de tratamento mais eficiente e também alguma compreensão teórica que Freud aproximou-se da teoria desenvolvida pelo médico francês Emile Charcot para a histeria. Freud esteve em sua clínica em Paris de outubro de 1885 a fevereiro de 1886, onde conheceu, não apenas a teoria hereditária da histeria de Charcot mas também a técnica hipnótica, que Charcot utilizava para fazer as demonstrações de suas idéias diretamente com os pacientes, induzindo neles sintomas histéricos. Curiosamente Charcot utilizava a hipnose para induzir “experimentalmente” sintomas, mas não para removê-los, uma vez que considerava a possibilidade de alguém ser hipnotizado já um sinal de degenerescência. Para Charcot a hipnose era um fenômeno puramente fisiológico relacionado à excitabilidade do sistema nervoso.

Porém, em Nancy, Hypollite Bernheim encarava a hipnose como um fenômeno psicológico. Freud, que passou com ele o verão de 1889 e traduziu algumas de suas obras para o alemão, via em suas realizações duas idéias importantes. Em primeiro lugar a redução do hipnotismo a um fenômeno psicológico baseado na sugestão, correlacionado aos processos normais da vida desperta e do sono e ao fato de ter observado, com o

auxílio da hipnose, leis psicológicas gerais que se aplicam tanto aos fenômenos hipnóticos como aos fenômenos ‘normais’. Em segundo lugar o uso terapêutico da sugestão hipnótica, abrindo para a intervenção clínica possibilidades novas e estimulantes. Particularmente Freud ficou impressionado com demonstração de Bernheim de que as pessoas podiam lembrar-se conscientemente e em estado normal de sugestões dadas em estado hipnóide. Bernheim conseguia isso impondo as mãos sobre a pessoa e garantindo-lhe que poderia lembrar-se da sugestão, procedimento que o próprio Freud iria adotar – chamando-o de associação coercitiva – na transição de sua técnica da hipnose para a associação livre.

Freud já havia adotado a sugestão hipnótica em seus procedimentos clínicos em dezembro de 1887, certamente inspirado pelas teses de Bernheim, cujo livro *Suggestion* ele traduziu em 1888. Dessa época data o relato de um caso clínico publicado em 1892 com o título de *Um caso de cura bem sucedida pelo hipnotismo, com alguns comentários sobre a origem dos sintomas histéricos através da ‘contravontade’*. Este texto é muito relevante, não tanto pela cura em si, mas pela teoria que Freud utiliza para interpretar o caso. Trata-se de uma mulher que tem seu segundo filho e se vê diante do retorno do mesmo sintoma que a acometera quando do nascimento de seu primeiro filho. Ela não conseguia amamentar, vomitava todo o alimento ingerido, ficava inquieta quando este era trazido e não conseguia dormir. Com o primeiro filho a situação arranhou-se com uma ama de leite suprimindo a falta da amamentação materna. Mas, na segunda vez, essa solução não era possível. Freud foi chamado e, apesar da resistência da mãe e de seu marido, duas sessões de sugestão hipnótica bastaram para que o problema fosse solucionado. Um ano depois, um terceiro filho e o retorno do problema. Nova intervenção sugestiva e nova solução do problema. Em seus comentários sobre esse tratamento, Freud observa o seguinte acerca da disposição psíquica da paciente:

1 – Quando de sua primeira visita à paciente: “Encontrei-a deitada no leito, as faces ruborizadas, irritada com sua incapacidade de amamentar o bebê – incapacidade que aumentava a cada tentativa, mas contra a qual lutava com todas as suas forças.” (1892-93/1977: 173)

2 – Depois de sua bem sucedida primeira intervenção, quando de sua terceira visita, a mãe dizia estar bem, tinha excelente apetite e muito leite para o bebê. Recusou-se

a prosseguir com qualquer tratamento. “A mãe amamentou a criança por oito meses; e com satisfação tive repetidas oportunidades de inteirar-me de que ambos passavam bem. No entanto, achei difícil compreender, ao mesmo tempo que me aborrecia, o fato de que jamais foi feita qualquer referência ao meu notável trabalho.” (175)

3 – Depois do êxito renovado do segundo tratamento Freud comenta: “... a paciente e seu marido perderam o constrangimento e confessaram o motivo que havia determinado sua conduta em relação a mim. ‘Eu me sentia envergonhada’, disse-me a mulher, ‘porque uma coisa como a hipnose podia obter resultado, ao passo que eu, com toda a minha força de vontade, não conseguia nada’.” (175)

Freud interpreta esse caso com a seguinte teoria. Determinadas idéias de importância para uma pessoa têm um quantum de afeto vinculado a elas. Essas idéias são de intenções – de fazer isso ou aquilo – e de expectativas – isto ou aquilo vai acontecer. Já a carga afetiva dessas idéias depende da importância do fato para a pessoa e do grau de incerteza inerente à expectativa do resultado. Essa incerteza subjetiva está representada por um conjunto de idéias nomeadas de ‘idéias antitéticas aflitivas’, que podem tomar formas como: ‘ não vou conseguir executar o que quero, isto ou aquilo é muito difícil para mim, sou incapaz de fazê-lo, etc...’ Em situações normais, a autoconfiança da pessoa suprime as idéias antitéticas de sua cabeça, fazendo valer sua vontade e dirige a pessoa às ações necessárias para cumprir sua intenção. Em situações não normais do *status nervosus* ocorre uma diminuição da autoconfiança de tal forma que grande atenção é dedicada às idéias antitéticas. O efeito disso pode manifestar-se num quadro mental difusamente pessimista.

Na neurose histérica esse incremento da idéia antitética combina-se com a dissociação da consciência. A idéia da dissociação da consciência na histeria em dois estados mentais diferentes que não se comunicam e produzem efeitos, - um, o estado mental ‘normal’, acessível à consciência e o outro, ‘dissociado’, como uma consciência segunda, mas ‘esquecida’ - era uma noção corrente na psiquiatria francesa da época. De acordo com Pierre Janet a divisão da consciência é um traço primário da modificação mental da histeria e era vista como resultante de uma fraqueza inata da capacidade de síntese psíquica. Mas Freud tendia a vê-la não como causa, mas como efeito do conflito psíquico. “Eu via a questão de forma menos científica; parecia discernir por toda parte

tendências e motivos análogos aos da vida cotidiana, e encarava a própria divisão psíquica como o efeito de um processo de repulsão que naquela época denominei de ‘defesa’ e depois, de ‘recalcamento’.” (1914/1974: 20)

Em casos como o relatado acima a idéia antitética é removida da associação das idéias, juntamente com a intenção, mas continua a existir como uma idéia desconectada de seu contexto, inconsciente para a pessoa. Quando chega o momento da ação, a idéia antitética inibida consegue manifestar-se através de ações com a mesma facilidade que faz, em circunstâncias normais, a idéia da vontade. Assim, a idéia antitética surge como uma *contravontade*, resultando, nesse caso, nas sensações observadas por Freud na paciente. Tem-se, então, um conflito comum entre vontade e contravontade que, em certas circunstâncias e em certos casos, resulta em sintoma por inibição da vontade e atuação da contravontade.

Este texto apresenta uma das primeiras formulações teóricas de Freud da noção de **conflito psíquico**. Essa noção é tão fundamental e norteadora do pensamento freudiano que poder-se-ia chamá-la de axioma básico da psicanálise.

Em 1894, no texto *As neuropsicoses de defesa*, Freud generaliza o conflito vontade/contravontade para um conflito entre idéias incompatíveis, especificamente entre dois conjuntos de idéias que não podem conviver associativamente em conjunto.

Pois esses pacientes que analisei gozavam de boa saúde mental até o momento de *uma ocorrência de incompatibilidade na sua vida ideativa* – isto é, até que seu eu foi confrontado com uma experiência, uma idéia ou um sentimento que suscitavam um afeto tão aflitivo que o sujeito decidia esquecê-lo porque não confiava em sua possibilidade de resolver a contradição entre a idéia incompatível e seu eu por meio da atividade do pensamento. (1894/1976: 60)

O aparecimento de uma incompatibilidade ideativa obriga o paciente a um *esforço defensivo* cuja finalidade é expulsar a idéia, não pensar nela, suprimi-la. Como isso é uma *tarefa que não pode ser cumprida* (61), o eu age separando a idéia de seu afeto. Esse esforço de ‘esquecimento’ é o recalcamento. Freud generaliza isso para todas as neuroses, introduzindo a categoria nosológica de neuroses de defesa. O que diferencia uma neurose

de outra é o destino dado ao afeto. Na histeria ele vai para a enervação somática, provocando a conversão histérica. Na neurose obsessiva seu destino são outras idéias que não têm importância para o sujeito, provocando os atos compulsivos e as idéias obsessivas. Na neurose fóbica ele vai para o mundo externo provocando as fobias de animais, de elevadores, etc...

Freud deu o passo seguinte combinando duas observações: a de Bernheim, referente à possibilidade de lembrança de uma idéia introduzida na segunda consciência através da hipnose, e a de Josef Breuer do caso de Anna O, que Freud conhecera em fins de 1882. (Breuer e Freud, 1895/1974)

Anna O. tornou-se paciente de Breuer com 21 anos após ter sofrido um colapso nervoso em função dos longos cuidados que dedicou a seu pai moribundo. Ela desenvolveu um verdadeiro leque de sintomas que incluía: paralisia dos membros, depressão, terríveis alucinações com cobras que se transmutavam em esqueletos e caveiras, tosse nervosa ao escutar música, um período de severa hidrofobia no qual ela não conseguia beber água, anorexia, etc... Breuer começou a tratá-la por meio da sugestão hipnótica que, após vários meses de sessões diárias, começou a sofrer uma sutil transformação. De maneira cada vez mais freqüente, Anna passou a introduzir conversas sobre sua vida mental nas sessões de hipnose. Breuer não a desencorajava e gradativamente os encontros entre eles foram ocupados por relatos de sua vida, de lembranças do passado até fantasias e sonhos do presente. Essas sessões de conversa começaram a produzir um inesperado resultado. Quando as conversas de Anna voltavam-se para lembranças de eventos específicos do passado conectados com um determinado sintoma, o sintoma desaparecia.

Por exemplo, sua tosse nervosa. Ela desapareceu quando Anna lembrou-se de uma ocasião em que velava seu pai no leito e ouviu música de baile vinda de fora. Ela pensou em como seria bom se pudesse estar lá, dançando, em vez de estar ali, cuidando de seu pai doente. Imediatamente foi acometida de terrível culpa: que espécie de monstro era ela para estar pensando nessas coisas. Nesse momento, por estar meio adormecida e com a cabeça balançando, começou a tossir. Esses pensamentos, ela os esqueceu completamente, mas, tempos depois, começou a tossir ao ouvir música. Quando, nas sessões com Breuer, lembrou desse episódio, livrou-se de sua tosse.

Freud aplicou em sua clínica essa forma de tratamento hipnótico, chamado de ab-reativo, uma vez que não utilizava a sugestão, mas a técnica hipnótica como meio de obter a lembrança associada ao sintoma e a descarga do afeto que ficara represado. Essa experiência convenceu Freud da ligação sistemática, recuperável pela palavra, entre o sintoma e o episódio traumático do encontro com a idéia incompatível. Freud observa que essa é uma relação simbólica, uma vez que o sintoma consistia em uma representação, acessível à consciência, do conflito psíquico que permanecera completamente esquecido pelo sujeito. Por ter percebido que a questão não é simplesmente lembrar do episódio traumático e ab-reagir sua emoção, mas elaborar a incompatibilidade ideativa que originou o recalçamento, Freud abandona completamente a hipnose e passa a percorrer os caminhos associativos do sintoma ao trauma com os pacientes despertos. Essa é a razão da mudança dos métodos sugestivos, hipnóticos ou coercitivos, para a associação livre.

O passo decisivo dado por Freud foi a constatação de que esse tipo de processos mentais não são privativos dos neuróticos, mas ocorrem com todas as pessoas. Os processos cognitivos que produzem sintomas são os mesmos que produzem os sonhos, os atos falhos e os chistes. Isso implicava pensar que em todas as pessoas há processos mentais que ocorrem fora da consciência, ou seja, de maneira inconsciente. Mas isso não era novidade para a psicologia de sua época, que Freud conhecia muito bem.

Tampouco é preciso supor que essa visão alternativa do psíquico constitui uma inovação devida à psicanálise. Um filósofo alemão, Theodor Lipps, afirmou muito explicitamente que o psíquico é, em si mesmo, inconsciente e que o inconsciente é o verdadeiro psíquico. O conceito de inconsciente por muito tempo esteve batendo aos portões da psicologia, pedindo para entrar. A filosofia e a literatura quase sempre o manipularam distraidamente, mas a ciência não lhe pôde achar uso. A psicanálise apossou-se do conceito, levou-o a sério e forneceu-lhe um novo conteúdo. (Freud: 1940/1975: 321)

No entanto, os processos que Freud designa de inconsciente não são exatamente análogos aos que a tradição filosófica, psicológica e psiquiátrica referia com este termo. Freud chega ao conceito de inconsciente a partir da constatação do recalçamento, o que

quer dizer simplesmente que o conflito psíquico entre duas correntes ideativas incompatíveis continua vivo e produzindo efeitos, mesmo que a pessoa não queira saber dele ou o tenha esquecido, e que esses efeitos são maneiras simbólicas de expressão do conflito. Se o termo inconsciente designa o conjunto dos processos cognitivos em geral, o inconsciente freudiano designa o subconjunto desses processos referentes à elaboração do conflito psíquico. E, embora os processos cognitivos inconscientes possam chegar à consciência (mas não necessariamente), os processos relativos ao conflito psíquico não chegam automaticamente em razão de uma ‘força’ que opõe-se a que eles se tornem conscientes, pois, não fosse isso “...se tornariam conscientes, e que seria então aparente quão pouco elas diferem de outros elementos que são admitidamente psíquicos” (Freud, 1923/1976: 27) Essa força chama-se *recalque*, e foi a partir da observação de sua atuação no discurso que Freud chegou ao conceito de inconsciente. Assim, o termo inconsciente padecerá de uma ambigüidade ao longo de toda sua obra. Ora refere-se ao conjunto dos processos cognitivos, ora ao subconjunto do processamento do conflito psíquico.

Esse breve percurso pelas origens do conceito de inconsciente mostra que a evidência empírica com a qual a psicanálise trabalha é essencialmente discursiva, incluindo-se nisso tanto a dimensão lingüística quanto a dimensão das ações concretas de um episódio discursivo particular. Mas a psicanálise se constituiu por focar no discurso formações discursivas bastante peculiares, as chamadas *formações do inconsciente*¹: os atos falhos, os sonhos, os sintomas neuróticos e os chistes. Sem dúvida é mérito da investigação freudiana ter demonstrado que esses fenômenos estão tão impregnados de razão quanto outras produções humanas, que estão constituídos de pensamentos coerentes e organizados. Se o sujeito for convidado a falar, por exemplo, sobre um sonho, revela-se todo um conjunto de pensamentos que demonstra que aquilo que parecia tão irracional e fantasioso de fato tem relações íntimas com a vida e as experiências do sonhador. O resultado é um conjunto de idéias racional e coerente. E mais, um conjunto de idéias que expressa a verdade do que o sujeito pensa em relação às experiências em jogo.

¹ A expressão *formações do inconsciente* não é freudiana. Deve-se a Lacan, que a utiliza para agrupar, com base na semelhança estrutural, esses fenômenos descritos por Freud.

Fenomenologicamente as formações do inconsciente apresentam-se como descontinuidades no discurso, se tomadas em relação à linha discursiva que vinha sendo seguida. Tome-se como exemplo o seguinte ato falho:

O Presidente da Câmara dos Deputados do Parlamento Austríaco abriu a sessão com as seguintes palavras: “Senhores Deputados: Constatado a presença dos membros dessa casa em quorum suficiente e, conseqüentemente, declaro que a sessão está **encerrada!**” Sua atenção só foi despertada pelo riso geral e então ele corrigiu seu engano. (Freud, 1901a/1976: 84)

É evidente que o Presidente da Câmara dos Deputados queria *abrir* a sessão do Parlamento, mas, como as perspectivas que ela oferecia não eram nada promissoras, seu desejo secreto de que ela já tivesse terminado manifestou-se no ato falho. Dessa forma é possível reescrever este ato falho com a seguinte forma proposicional:

(1.1) O Presidente queria abrir a sessão e o Presidente queria encerrar a sessão.

A obra de Freud em seu conjunto apresenta um sem número de exemplos desse tipo, passíveis de serem reduzidos à formulação proposicional acima apresentada. De fato pode-se argumentar que a estrutura da proposição apresentada em (1.1) é a que se descobre nas formações do inconsciente de maneira geral. O exame do tratamento dado por Freud às formações do inconsciente mostra que o centro da argumentação é a proposta de considerar o produto da formação em si mesmo, como algo que tem valor próprio: “como ato psíquico inteiramente válido, que persegue um objetivo próprio, como uma afirmação que tem seu conteúdo e seu significado.” (1916-17/1976: 50)

Esta afirmação faz uma analogia entre “ato psíquico válido com objetivo próprio” e “afirmação com conteúdo e significado”. Com o uso do termo “ato psíquico válido”, Freud quer isolar os fenômenos observáveis na vida mental que derivam de processos puramente mentais “em alguma parte além daquela onde começa a série das influências orgânicas” (1916-17/1976: 80); isto é, visa destacar esses fenômenos daqueles originados em influências somáticas, orgânicas ou materiais. O “objetivo próprio” refere-se ao fato

de que esses fenômenos não são casuais mas perseguem um propósito, têm uma intenção definida, mesmo que inconsciente para o sujeito, e, principalmente, têm uma “posição em uma continuidade psíquica”, isto é, são derivados de uma seqüência de pensamentos contínuos e concatenados. Sendo assim, pode-se dizer que o produto do lapso é de fato uma *afirmação com conteúdo e significado*, ou seja, *o lapso expressa uma proposição*. Nas palavras de Freud:

É essa última situação que temos em vista quando descrevemos um fenômeno como processo mental, sendo por isso mais adequado encerrar nossa afirmação desta forma: ‘o fenômeno tem um sentido’. Por ‘sentido’ entendemos ‘significação’, ‘intenção’, ‘propósito’ e ‘posição em um contexto psíquico contínuo’. (1916-17/1976: 80)

Voltando ao exemplo (1.1) pode-se dizer que duas seqüências de pensamento estavam ativas no Presidente da Câmara dos Deputados no momento mesmo da abertura dos trabalhos da sessão daquele dia. Uma seqüência, consciente no momento em que o Presidente falava dirigindo-se ao plenário, culminava com a proposição que declarava a sessão aberta. No entanto uma outra seqüência, revelada pelo lapso, estava tão ativa quanto a primeira, embora não consciente para o Presidente no momento de sua fala. Esta outra seqüência, referente ao desejo do Presidente de poupar-se os dissabores que aquela sessão poderia lhe trazer, culminou na proposição que declarava a sessão encerrada.

Para cada uma das formações do inconsciente, Freud definiu um modo particular de relação entre os dois conjuntos de pensamentos ativos, o que tem acesso à percepção consciente e o que permanece inconsciente. Os lapsos de língua expressam uma *interferência* entre as proposições originárias dos conjuntos de pensamentos incompatíveis. No caso dos sonhos ocorre uma *realização* direta do conjunto de pensamentos inconscientes, daí seu caráter imaginário, aparentemente fantasioso e ilógico. No caso dos chistes trata-se de uma *conexão*, pois os pensamentos inconscientes seguem seu curso em conexão com elementos que pertencem ao conjunto de pensamentos conscientes, sendo que o resultado disso é imediatamente capturado pela percepção consciente, provocando o riso. Finalmente, no caso dos sintomas, tem-se uma

formação de compromisso, na qual elementos de um conjunto de pensamentos aglutinam-se com elementos de outro conjunto de pensamentos, resultando em uma formação híbrida de caráter enigmático.

1.2 – OS PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DE FREUD

As primeiras obras propriamente psicanalíticas de Freud: *A Interpretação dos Sonhos* (1900/1972), *A Psicopatologia da Vida Cotidiana* (1901a/1976), *Os Chistes e sua relação com o inconsciente* (1905b/1977) e *Fragmento da análise de um caso de histeria*² (1905a/1972) são extensas elaborações que visam demonstrar o quanto as formações do inconsciente ocorrem no campo do discurso e o quanto sua compreensão depende da decifração de seu significado. Nelas pode ser encontrada uma teoria semântica do discurso de cunho claramente cognitivista derivada da análise das associações livres de sonhos, atos falhos, chistes e sintomas, fornecidas por pacientes, pelo próprio Freud e por pessoas e textos em geral. Por outro lado, ao longo de sua extensa obra, Freud elaborou uma teoria psicológica, a metapsicologia³ como a chamava, que consiste na construção teórica empreendida para descrever e explicar o funcionamento psíquico implícito nas formações do inconsciente. Tendo percebido imediatamente que a chave para a compreensão das formações do inconsciente residia em compreender, ou interpretar, seu sentido, a construção da teoria organiza-se em torno de três questões fundamentais: como um produto psíquico (1) adquire sentido, (2) que sentido é esse e (3) como, e em que condições, pode ter acesso à consciência. A resposta a essas questões constitui seu modelo do aparelho psíquico. De maneira geral pode se dizer que ele conjuga uma teoria da representação, uma teoria do pensamento e uma teoria da linguagem.

A teoria psicológica do aparelho psíquico é congruente com a teoria semântica, mas a abordagem da primeira independentemente da segunda acabou por relegar a

² Este texto refere-se ao famoso caso Dora e seu título original era: *Sonhos e histeria, fragmento de uma análise*.

³ Freud a chamava de metapsicologia por considerar sua teoria como referindo-se aos processos inconscientes, indo além, portanto, da psicologia da consciência de sua época. No entanto, dentro das ciências cognitivas contemporâneas, a noção de que os processos cognitivos são essencialmente inconscientes é amplamente aceita. Não vejo, portanto, necessidade de continuar utilizando o prefixo 'meta'.

semântica freudiana a um completo esquecimento entre seus seguidores, os chamados pós-freudianos. Esse fato acabou provocando uma fixação da teoria psicanalítica nos conceitos metapsicológicos, interpretados desde um ponto de vista biologista, e contribuiu decisivamente para seu descrédito gradativo junto à comunidade acadêmica e científica. Esse quadro só foi modificado nos anos 50, quando Jacques Lacan desfraldou a bandeira de um retorno a Freud, especificamente um retorno para sua teoria lingüística.

A leitura dos pós-freudianos justifica-se, em parte, pelo uso abundante que Freud faz de pressupostos teóricos oriundos da biologia de sua época, principalmente da fisiologia do sistema nervoso e da teoria evolutiva. Freud era um homem de ciência do Século XIX e conhecia muito bem as principais teorias científicas da época⁴. Na construção de seu aparelho mental fez uso de todos os conceitos então aceitos pela ciência que julgou relevantes para sua teoria. Dessa forma, a teoria psicológica de Freud está inscrita no quadro da tradição epistemológica do pensamento representacional, que percorre as discussões da filosofia moderna desde Descartes e Locke até Kant e que forjou grande parte das idéias que presidiram o surgimento da psicologia como ciência, desde a mecânica das representações de Herbart ao projeto de uma psicologia fisiológica de Wundt.⁵ Infelizmente esse aspecto central da obra freudiana ficou eclipsado nas discussões posteriores da teoria psicanalítica, ora por sua redução a determinantes biológicos, de sabor nitidamente evolucionista, ora por sua redução a determinantes formais, de sabor estruturalista.

Para situar a proposta de articulação entre a teoria freudiana e as teorias semânticas e psicológicas cognitivas atuais, é necessário apresentar brevemente os pressupostos teóricos que forneceram a Freud as bases para a construção de seu modelo mental. Considerando que seu modelo comporta: (1) um axioma básico: o conflito psíquico; (2) uma teoria da representação, do pensamento e da linguagem e (3) uma visão funcionalista de cunho evolutivo, o texto a seguir procura estabelecer quais conceitos Freud utilizou para fundamentar suas idéias.

⁴ Para uma excelente abordagem desse aspecto da epistemologia freudiana ver Kitcher, 1992.

⁵ Uma abordagem da metapsicologia freudiana desde esse ponto de vista pode ser encontrada em Assoun, P-L., 1995.

1.2.1 – A urgência da vida

De completo acordo com pressupostos da biologia do Século XIX, Freud via o homem como determinado pela sua configuração e função biológicas. Em *Os instintos e suas vicissitudes* (1915a/1974) formula o que chama de postulado necessário sobre a finalidade biológica do aparelho mental, o princípio do prazer, da seguinte maneira:

... o sistema nervoso é um aparelho que tem por função livrar-se dos estímulos que lhe chegam, ou reduzi-los ao nível mais baixo possível; ou que, caso isso fosse viável, se manteria numa condição inteiramente não estimulada. (1915a/1974: 144)

A tarefa do aparelho mental humano é dominar estímulos. Todo o funcionamento humano, seja psíquico ou biológico, está dominado pelo princípio do prazer, ou seja, a tendência a manter o nível de excitação o mais baixo possível e em todos os casos conservar um estado de equilíbrio⁶. Assim, diante de qualquer incremento de excitação, o organismo se colocará em movimento visando descarregar esse aumento e retornar ao estado de equilíbrio. Isso equivale a dizer que o aparelho visa a manter-se, tanto quanto possível, livre de estímulos.

E o faz segundo o modelo do arco reflexo, outro dos postulados da ciência da época. O arco reflexo, o caminho automático da excitação nervosa desde o estímulo até sua descarga, era o modelo utilizado para todo o funcionamento do cérebro. Embora tenha sido descoberto na medula espinhal por Marshall Hall em 1833, foi estendido por Johannes Müller para os reflexos cerebrais, abrindo a porta para a concepção do reflexo como a unidade básica do funcionamento geral do sistema nervoso. Por conseguinte, toda a atividade psíquica situa-se entre o polo dos estímulos, sejam externos ou internos, e o polo das respostas. Qualquer estímulo recebido por uma via sensória (o que supõe um aumento da excitação) implica numa descarga ao longo da via motora, sendo que o percurso típico da excitação no aparelho é direcional, do estímulo à resposta.

Os estímulos podem vir de fora (externos) ou de dentro (internos). Em ambos os casos o organismo deve descarregá-los. Como os estímulos possuem um quantum de

⁶ Mais tarde, Cannon consagrou o termo homeostase para referir-se a esses fenômenos.

energia que o organismo não pode suportar em função de sua sobrevivência, ele dispõe de uma proteção, um escudo protetor que o defende da introdução de grandes intensidades de energia em seu interior, o que poderia causar danos severos ou aniquilar o organismo.

Esse escudo protetor defensivo permite que o organismo capte apenas uma pequena amostra dos estímulos. No entanto, quando eles são muito intensos, são dominados por afastamento e evitação, um processo que Freud chama de defesa. Porém, os estímulos que se originam no interior do organismo não podem ser afastados por este método.

Estes exigem muito mais do sistema nervoso, fazendo com que ele empreenda atividades complexas e interligadas, pelas quais modifica o mundo externo de forma a proporcionar satisfação à fonte interna de estimulação. Acima de tudo obrigam o sistema nervoso a renunciar a sua intenção ideal de afastar estímulos, pois mantém um fluxo incessante e inevitável de estimulação. (1915a/1974: 144)

Trata-se das exigências peremptórias da necessidades internas, do *die not des lebens*, algo que quer; a necessidade, a pressão, a urgência. O estado de *not* é o estado de urgência da vida. O fator quantitativo e energético, sempre presente nos escritos freudianos, remete, pois, ao estado de urgência da vida que exige do aparelho psíquico uma solução, que, dada a vigência do princípio do prazer, deve ser a descarga.

Estas exigências internas materializam-se nos dois instintos básicos propostos por Darwin com sendo os determinantes primários do comportamento animal: os instintos de auto-preservação e os instintos de preservação da espécie. Embora Darwin tenha observado que os humanos têm menos comportamentos instintivos que os animais, compartilham com estes os instintos básicos. Freud, por sua vez, localizou a fonte última do conflito psíquico na luta entre esses dois instintos. Isto porque o homem, além de estar submetido à natureza, está adscrito também à cultura. E a cultura lhe impõe formas de satisfação que nem sempre coadunam-se com as formas impostas pela natureza. Uma vez que o homem não dispõe de padrões inatos para realizar seus instintos como os outros animais, deve procurar esses padrões na cultura. E assim instala-se o conflito entre os

interesses do eu e os interesses sexuais.

1.2.2 – O aparelho psíquico

Como essa finalidade biológica deve ser articulada pelo psiquismo, uma espécie de intermediário entre natureza e cultura, ela vai determinar a configuração e o modo de funcionamento do aparelho psíquico, o aparelho feito para realizá-la. Este aparelho está dividido em três diferentes instâncias: consciente, pré-consciente e inconsciente. A consciência está intimamente ligada ao sistema perceptual, tanto é que Freud vai chamá-lo de sistema perceptual-consciente, e, no curso de sua obra, adquire cada vez mais fortemente um caráter de qualidade e não de instância. O que vai continuar sendo uma instância do aparelho é o sistema perceptual. Este assume uma importância fundamental pois tudo o que entra no aparelho psíquico, desde as representações de objetos até a linguagem, passa pelo sistema perceptual, inclusive as excitações internas. E somente o que passou por ele foi e pode retornar a ser consciente. Freud é um partidário das teses empiristas de que tudo que está na mente esteve antes nos sentidos. As idéias que entram pelo sistema perceptual registram-se no aparelho psíquico como representações e associam-se de acordo com os princípios associacionistas tal como estabelecidos por J. S. Mill.

Assim como o arco reflexo é o elemento atômico do funcionamento fisiológico do sistema nervoso, a **representação** (*vorstellung*) é o átomo do psiquismo. Esta noção está presente em toda a tradição alemã pós-kantiana e culmina na psicofísica de Weber e Fechner e na psicologia de Wundt. Este último considerava as representações como unidades mentais compostas por duas formas elementares da experiência: as sensações e os sentimentos. As sensações ocorrem quando os órgãos dos sentidos são estimulados e Wundt supunha uma correspondência direta entre a excitação do córtex cerebral e a experiência sensorial correspondente. Os sentimentos são os complementos subjetivos das sensações, é o que lhes dá qualidade.

Como Freud considerava os sentimentos como processos de descarga da série *prazer/desprazer*, sua noção da dupla face das representações deriva-se da obra do filósofo Johann Friedrich Herbart, um pensador de influência kantiana considerado um dos precursores da psicologia. Freud nunca o citou diretamente, mas suas idéias eram

muito divulgadas nos países de língua alemã no Século XIX, tendo sido a base teórica para Griesinger, o principal nome da psiquiatria alemã da época e que Freud conhecia muito bem, elaborar suas teorias.

Herbart tenta construir uma psicologia científica reduzindo os fatos psíquicos a um mecanismo representacional, opondo-se à tradicional doutrina das faculdades psíquicas. Para Herbart a representação – definida como a reação da alma ao encontro com os reais – assume uma prioridade em relação aos fenômenos da vontade e o desejo é explicado como efeito secundário de representações recalcadas. Cada representação possui um certo grau de força, podendo sofrer inibição ou associação. Os fatos mentais são formados por representações que formam compostos ou misturas. As idéias tendem a se conservar junto com suas similares e a afastar as outras com as quais sejam incompatíveis. Quando uma representação encontra outra mais forte, ou um grupo de idéias com as quais é incompatível, é lançada abaixo do limiar da consciência. Ela não é por isso destruída, mas permanece ativa em estado inconsciente. Essas idéias inibidas seguem a tendência geral de subir à tona da consciência e de serem assimiladas (associadas) com as que estão lá. A vida mental é assim definida como uma luta entre idéias, todas ativas e esforçando-se para conseguir e conservar um lugar na consciência, ao mesmo tempo que tentam repelir as outras com as quais não sejam compatíveis. Essa concepção permitiu a Herbart pensar a mecânica representacional mental também em termos quantitativos, já que as representações possuem uma determinada força ou intensidade.

Para Freud, a força das representações consiste em um quantum de energia que nomeia de *besetzung*. Trata-se de uma excitação que possui todas as características de uma quantidade: é capaz de aumento, diminuição, deslocamento e descarga e se difunde pelos traços de memória das idéias como uma carga elétrica que se espalha pela superfície de um corpo. O que inspira Freud aqui é a doutrina anatômica do neurônio, que vinha sendo postulada por neuro-anatomistas no fim da década de 1880. Sabia-se que a condução nervosa era acompanhada por mudanças elétricas. Os experimentos com o reflexo sugeriam que os neurônios centrais ofereciam maior resistência às excitações que as fibras nervosas e eram capazes de desenvolver grandes quantidades de energia

armazenada⁷. Essas partículas materiais, os neurônios, distinguem-se por estarem num estado de atividade ou num estado de repouso, devido a uma certa *quantidade*, sujeita às leis gerais do movimento. Assim, um neurônio pode estar vazio ou cheio de uma certa quantidade de energia. Esta pode fluir através de um sistema de neurônios, que pode oferecer resistência ou facilitação a essa passagem.

Há dois tipos de processamento que se materializam em duas formas de ocorrência da energia: a energia livre e a energia ligada (ou quiescente). Freud recolhe esses dois termos da física de sua época, que distinguia duas espécies de energia mecânica, cuja soma se mantém constante num sistema isolado. Helmholtz, em cuja escola fisiológica Freud se formou através de seu professor de fisiologia, Brücke, opõe as *forças vivas e as forças de tensão*, oposição formulada por outros autores como energia atual e energia potencial, energia cinética e energia estática. Breuer, com quem Freud trabalhou intensamente em suas primeiras épocas, define uma forma de energia potencial presente no sistema nervoso como energia quiescente. Assim como um reservatório de água acumula uma certa quantidade de energia potencial, “o conjunto da imensa rede (de fibras nervosas) forma um único reservatório de tensão nervosa.”(Breuer e Freud, 1895/1974: 246)

Com essas noções em mãos, Freud postula, de acordo com a concepção do princípio do prazer e do arco-reflexo, que há um tipo de processamento da energia no aparelho mental no qual ela flui livremente através das representações, desde o polo do estímulo ao polo da resposta. São as energias livres que caracterizam um tipo de processo de pensamento que receberá o nome de processo primário. Este processamento é típico dos processos inconscientes. O outro tipo de processo de pensamento, chamado de processo secundário, utiliza de outra forma a energia, de maneira quiescente ou ligada. Isso significa que sua descarga fica suspensa até que tenha percorrido muitos caminhos associativos para ser liberada.

Uma coisa é a associação entre as idéias, advindas de suas relações no mundo exterior (mundo exterior ao aparelho psíquico, podendo ser o mundo interno corporal e

⁷ Para uma discussão sobre esses desenvolvimentos ver Kitcher, 1995.

fisiológico de um organismo) registradas através do sistema perceptual, outra coisa é a ativação ou inibição dessas representações pela energia fluente no sistema nervoso. É a essa ligação de ativação ou inibição das representações que Freud vai chamar de processos de **pensamento**. De fato, eles espelham no interior do aparelho as ações que devem ser executadas para cumprir a finalidade da descarga das excitações. Esses processos de pensamento, que nada mais são do que “ação interiorizada”, ou “ensaios para a ação”, seja que esta ação conduza à descarga imediata, ou seja que ela conduza ao adiamento da descarga.

Dessa forma, assim como as representações são a contraparte psíquica das coisas, sejam elas do meio externo ou do meio interno, o pensamento é a contraparte psíquica da ação. A ação interioriza-se como relações entre as representações, ou seja, padrões de ativação e inibição. Esta idéia foi inspirada por Theodor Meynert, professor de psiquiatria em Viena, com quem Freud estudou. Meynert especulava que a experiência produz uma estrutura associativa no sistema nervoso que ele chamava de *ego primário*. Esta estrutura era produzida em função das experiências de satisfação, nas quais a sensação dolorosa de fome ativava as imagens do objeto de satisfação, desencadeando sua busca pelo indivíduo. As associações, forjadas por tentativas e erros e seguidas de alívio ou dor, tornam-se o ego primário.

A estas idéias somou-se a influência do pensamento de J. S. Mill sobre Freud, principalmente sua concepção da relação entre pensamento e **linguagem**⁸. Mill considera que as leis da associação psicológica (da semelhança, da simultaneidade, da contigüidade e da repetição) são, em última análise, produtos de impressões proporcionadas pela experiência. Já as palavras são nomes daquilo que se pretende que seja entendido através delas, ou seja, são nomes das próprias coisas. Dessa forma, a linguagem é um sistema de nomeação das coisas, consistindo em uma ordem distinta dessas e de suas representações mentais. Freud adere ao nominalismo milliano, inclusive separando a ordem das representações de coisas da ordem da linguagem, ou das representações de palavra⁹.

⁸ Freud, em sua época de estudante de medicina, traduziu algumas obras de J. S. Mill para o alemão.

⁹ No capítulo 5 essa distinção será tratada com maiores detalhes.

Assim, a linguagem para Freud é uma expressão do pensamento, e não o próprio pensamento.

1.2.3 – O desenvolvimento do psiquismo

O Século XIX já foi chamado de “O Século de Darwin”, tal a importância e o alcance que teve a teoria evolutiva no pensamento científico. Em Freud essa influência aparece de maneira muito clara, como foi visto acima, na teoria dos instintos. Mas ela marca profundamente o pensamento freudiano em outro aspecto: a questão do desenvolvimento. O neurologista inglês, John Hughlings Jackson, propôs uma versão neurológica do desenvolvimento evolutivo, na qual concebia o sistema nervoso como composto por diferentes níveis que representam os diferentes níveis de desenvolvimento evolutivo. Quanto maior o nível, mais complexas as tarefas que o sistema é capaz de desempenhar. Ocorre que nas doenças mentais há uma dissolução nervosa, na qual os níveis mais altos são prejudicados e o pensamento retorna a níveis mais primitivos e antigos de funcionamento. Essa idéia, combinada com o lamarkismo (a herança de características adquiridas), reflete-se na obra freudiana na noção do desenvolvimento libidinal e do retorno a fases anteriores do desenvolvimento.

Talvez nenhuma outra dimensão da obra freudiana tenha servido mais que esta para o obscurecimento de sua psicologia. Sem dúvida o desenvolvimento libidinal foi a chave fundamental da leitura que os pós-freudianos fizeram da obra de Freud. Diversas razões poderiam ser evocadas para isso. Uma delas é, sem dúvida, a insistência do próprio Freud nessas teses, apesar dele próprio estar informado dos problemas do lamarkismo¹⁰. Deve-se considerar também a grande influência do pensamento funcionalista na biologia e na psicologia do início do Século XX. Não sem importância é

¹⁰ Sobre as evidências antropológicas que vinham acumulando-se contra as idéias de que as mentes dos primitivos humanos eram primitivas, de que as capacidades mentais são resultados de forças evolutivas e, principalmente, de que estruturas evolutivas antigas podem sobreviver juntamente com as novas, sendo a fonte das ações irracionais Freud diz: “Repetidamente defrontei-me com violentas censuras por não ter alterado minhas opiniões em edições posteriores de meus livros, apesar do fato de etnólogos mais recentes terem unanimemente rejeitado as hipóteses de Robertson Smith e em parte apresentado outras teorias, totalmente divergentes. Posso dizer em resposta que esses avanços ostensivos me são bem conhecidos. Mas não fui convencido quer da correção dessas inovações, quer dos erros de Robertson Smith. Uma negação não é uma refutação, uma inovação não é necessariamente um avanço. Acima de tudo, porém, não sou etnólogo, mas psicanalista. Tenho o direito de extrair, da literatura etnológica, o que possa necessitar para o trabalho de análise.” (1939/1975: 156)

o fato da psicanálise ter ficado restrita ao meio médico psiquiátrico durante muitos anos, sendo considerada antes como uma forma de tratamento das doenças mentais do que como uma teoria psicológica. De qualquer forma, esse fato parece ter contribuído decisivamente para a hegemonia da leitura biológica e médica das idéias freudianas.

No entanto esse não é seu aspecto essencial, nem deve ser tomado como base para a compreensão do aparelho psíquico freudiano. De fato, na obra freudiana há uma tensão constante entre o ponto de vista sincrônico, a abordagem do fenômeno psíquico tal como ele é produzido no discurso concreto, e o ponto de vista diacrônico, a busca da explicação desse fenômeno na onto e na filogênese. Recuperando a psicologia freudiana, essa tese visa a mostrar que a psicanálise está estruturada como uma teoria semântico-cognitiva e que sua psicologia é essencial para essa caracterização. O modelo mental freudiano pode ser considerado uma grande síntese que conjuga as noções advindas da tradição epistemológica da filosofia moderna e as noções forjadas pelos fisiologistas do sistema nervoso, que presidiram o nascimento da psicologia como ciência na Alemanha das décadas de 1870 a 1890. Isso situa a psicanálise freudiana dentro da linha epistemológica que dará origem, no início do Século XX, às ciências cognitivas.

O primeiro teórico da psicanálise a perceber isso e a privilegiar a abordagem sincrônica foi Jacques Lacan, que foi buscar no estruturalismo dominante na epistemologia francesa do início do Século passado, as chaves teóricas para proceder a releitura “atualizada” de Freud. No entanto sua abordagem estritamente formalista também conduziu à desvalorização da psicologia freudiana. Mas, a ênfase na abordagem formal não é privilégio de Lacan ou do estruturalismo. As ciências cognitivas de maneira geral foram profundamente marcadas, desde o início de seu desenvolvimento até os anos 70, pelo privilégio dado à forma em detrimento do ‘conteúdo psicológico’. A segunda parte dessa tese discute as abordagens formais, seu compromisso teórico com as teses objetivistas e seus limites. O franqueamento desses limites resultou na inclusão do conteúdo psicológico e semântico da cognição nas investigações das ciências cognitivas. Como a terceira parte deste texto procurará mostrar, as teorias contemporâneas oferecem um modelo da cognição humana surpreendentemente coerente com a investigação freudiana.

SEGUNDA PARTE

CAPÍTULO 2

FORMALISMOS, OBJETIVIDADE E COGNIÇÃO

2.1 – O PARADIGMA LÓGICO-FORMAL

Embora Freud tenha escrito sua obra no curso das últimas décadas do Século XIX e das primeiras três décadas do Século XX, todos os pressupostos teóricos por ele utilizados, como mostrou-se no capítulo anterior, advieram da ciência do Século XIX. Foi natural para Freud, como homem de ciência que era e pelo vasto conhecimento que tinha, aderir ao que era considerado na época o conhecimento científico mais atualizado e utilizá-lo largamente na construção de sua teoria.

No entanto, nesse mesmo tempo em que Freud construiu sua teoria, os pressupostos do que viria a ser uma verdadeira revolução nesses paradigmas estavam sendo estabelecidos. Trata-se da axiomatização da matemática por David Hilbert e dos fundamentos da lógica formal por Gottlob Frege.

Hilbert publicou em 1899 um trabalho sobre os fundamentos da geometria onde descreveu, pela primeira vez, um método sistemático para justificar o uso do infinito na matemática pela produção de uma prova finita de consistência, puramente sintática, para o sistema axiomático da aritmética. Essa necessidade derivou-se da descoberta das geometrias não-euclidianas, que demonstrou que o sistema axiomático de Euclides não tinha sido, ele próprio, corretamente entendido. O programa da geometria euclidiana visava a demonstrar como todas as verdades da geometria seguiam, por um procedimento puramente formal, de um pequeno número de definições claras e intuitivamente óbvias (os axiomas) e de um pequeno número de proposições igualmente claras e óbvias (os postulados). Axiomas e postulados fornecem um entendimento das verdades fundamentais, das quais todas as outras verdades do sistema podem ser deduzidas por procedimentos puramente racionais. O problema que as geometrias não-euclidianas introduziram foi justamente mostrar que os postulados de Euclides eram independentes

um do outro, quer dizer, que nenhum podia ser deduzido logicamente dos outros. Isso representou um grande avanço nas matemáticas, mas provocou uma crise na compreensão do método axiomático. Por exemplo, a geometria esférica e hiperbólica compartilha alguns postulados com a geometria euclidiana, mas não todos. E nesses postulados compartilhados estão conceitos da geometria euclidiana – como ponto, linha e plano – que, no entanto, têm outros significados na nova geometria (linha, na geometria euclidiana, não aplica-se a círculo nem plano à superfície de uma esfera).

Hilbert propôs uma solução geral para esse problema – seu programa chamado *formalismo*. As demonstrações matemáticas devem ser consideradas exclusivamente como questões de forma, sendo que os problemas com o significado devem ser postos de lado e tratados fora da matemática, no que ele chamou de ‘metamatemática’. Sendo assim, a matemática é o estudo de símbolos puramente formais, sem significado, de maneira que as provas matemáticas consistem em seqüências de símbolos não interpretados relacionadas entre si por regras. O método axiomático define um sistema dedutivo lógico como consistindo em uma coleção de símbolos primitivos não interpretados, regras de formação que combinam esses símbolos em fórmulas, e regras de transformação que permitem que certas combinações de símbolos possam ser substituídas por outras combinações de símbolos. Um número finito de fórmulas bem formadas são tomadas como axiomas do sistema, dos quais se derivam, por regras de transformação, os teoremas. Um sistema como esse, com regras de formação e regras de transformação, é chamado de sintaxe formal.

Os problemas semânticos, vistos como a atribuição de significado para os símbolos não interpretados da sintaxe, estão situados fora da matemática, pertencem ao domínio da metamatemática. Ficam definidos, portanto, os campos da sintaxe e da semântica como dois campos separados, passíveis de estudo de forma independente, mas a ênfase, sem dúvida, situa-se do lado da sintaxe, no sentido de que é nela que se podem estabelecer as regras que determinam o fluxo correto do raciocínio.

Na verdade, as idéias básicas que fundamentam a separação dos campos da sintaxe e da semântica, privilegiando o tratamento sintático, não são novas. Remontam a G. Leibniz que, já no Século XVII, havia proposto que se poderiam atribuir números a conceitos e que as regras formais para manipular esses números manipulariam também os

conceitos correspondentes. Em 1854 o matemático inglês George Boole publicou um livro intitulado *An investigation of the laws of thought*¹¹ onde levou adiante a idéia leibniziana. Boole formulou várias operações – conhecidas como a álgebra booleana – que podem ser efetuadas em conjuntos e mostrou que essas operações correspondem a operadores lógicos (e, ou, não, etc...), e podem ser aplicadas a proposições. Sugeriu que as leis que governam essas operações podem ser vistas como as leis do pensamento.

O sistema booleano limitava-se à operações com proposições completas e não conseguia lidar com a estrutura interna das proposições. Gottlob Frege, em 1879, expandiu o sistema de maneira que pudesse abranger a estrutura predicativa das proposições, permitindo a representação dos argumentos das premissas e conclusões, resultando no cálculo de predicados: uma lógica simbólica que oferece uma maneira de formalizar as inferências.

A idéia leibniziana¹² de representar formalmente a informação numa notação simbólica e utilizar operações formais para transformar essa informação, culminando na axiomatização da matemática por Hilbert e no estabelecimento da lógica simbólica por Frege, foi de fundamental importância pela influência paradigmática que exerceu no desenvolvimento (1) dos computadores num primeiro momento e da inteligência artificial e da psicologia cognitiva num segundo, e também (2) em todo o edifício teórico do empirismo lógico, cujas teses fundamentaram o desenvolvimento da filosofia analítica e da filosofia da linguagem, assim como grande parte das elaborações da lingüística contemporânea. Essas disciplinas, juntamente com as neurociências, formam o campo interdisciplinar das ciências cognitivas, tendo sido profundamente marcadas pelo paradigma formalista.

2.2 – A FORMALIZAÇÃO DA MENTE

Em 1935 o matemático inglês Alan Turing tomou contato com o *problema da decisão* formulado por Hilbert (Teixeira, J. F. 1998:19). Esse problema indaga se existe

¹¹ O nome completo do livro de Boole é: *An investigation of the laws of thought on which are founded the mathematical theories of logic and probabilities.*

¹² A bem da verdade, esta idéia pode ser remontada a Aristóteles que, no estabelecimento de sua lógica, visava exatamente a analisar a correção do raciocínio por meios puramente formais, independentemente do significado das expressões.

um procedimento mecânico efetivo para determinar se todos os enunciados matemáticos verdadeiros poderiam ou não ser provados. Uma vez que toda a questão reside na sintaxe, trata-se de saber se, dada uma fórmula qualquer do cálculo de predicados, existiria um procedimento sistemático e geral que permitisse determinar se essa fórmula é demonstrável ou não. Para formalizar a idéia de procedimento efetivo, Turing vai utilizar a noção de *algoritmo*, que na tradição algébrica designa a idéia de um procedimento sistemático.¹³ Turing concebeu o algoritmo como sendo um processo ordenado por regras que indica como proceder para resolver um determinado problema. Num algoritmo apenas uma operação é especificada para cada passo e os passos são rigidamente seguidos um após o outro até chegar ao final. A expressão matemática dessa idéia ficou conhecida como a *máquina de Turing*, uma máquina virtual que segue mecanicamente os passos de um algoritmo, efetuando uma computação. Não é o caso de descrever aqui o funcionamento de uma máquina de Turing, bastando indicar que para qualquer série bem definida de operações formais pode-se desenhar uma máquina de Turing que possa processá-la. Além disso, Turing demonstrou que seria possível construir uma máquina de Turing universal, que simulasse a operação de qualquer máquina de Turing dada. Uma máquina de Turing universal seria capaz de proceder a qualquer série bem definida de operações. Foi exatamente essa idéia que, dez anos mais tarde, John von Neumann utilizou para construir os primeiros computadores modernos.

É evidente que os computadores atuais são aparentemente muito mais complexos que uma máquina de Turing. No entanto, qualquer computador digital é, em princípio, uma máquina de Turing, uma vez que ela é o princípio geral para a construção de computadores digitais, pois formula o princípio pelo que se pode executar qualquer tipo de algoritmo.

Mas executar operações formais é suficiente para, ou significa, pensar, pensar conceitualmente? Esta é uma velha questão cuja dificuldade para responder é a falta de uma noção de pensamento suficientemente clara para decidir se ela pode ser executada por operações puramente formais. Mas Turing apresentou uma engenhosa solução para esse problema, que ficou conhecida como o *teste de Turing*. Coloque-se um humano

¹³ Essa tradição, bem como o nome *algoritmo*, origina-se do matemático persa do Século XI al-Khowarizm, designando sempre um procedimento sistemáticos de passos seqüenciais.

diante de um teclado propondo questões para uma máquina e para outro humano – evidentemente o perguntador não sabe a procedência das respostas apresentadas. Se o interrogador não puder diferenciar as respostas do computador das do outro humano, então a atividade do computador pode ser encarada como pensar.

O que se manifesta no teste de Turing é a identificação da atividade racional com a atividade sintática formal, ou, dito de outro modo, pensar é computar. Não se está dizendo aqui que Turing pensasse que a mente humana funciona como um computador. O fato é que desta linha de pensamento originou-se o paradigma lógico-formal como modelo dos processos mentais, dando um novo sentido à metáfora *a mente é uma máquina* (Lakoff, 1990: 338), e dominando toda uma linha de pesquisa em inteligência artificial e em psicologia cognitiva. Esse ponto de vista assume que os processos cognitivos são algorítmicos por natureza e que pensar é manipular símbolos.

Deve-se salientar que esse paradigma é uma posição teórica que pressupõe o caráter algorítmico da mente, podendo ser concebido como processando-se sobre diferentes tipos de *hardware*, sejam circuitos de silício como nos computadores, sejam circuitos neuronais como no cérebro dos seres vivos. Ora, algoritmos são entidades abstratas cujas propriedades não têm relação intrínseca com a matéria em que ocorrem, seja esta humana ou não. Algoritmos concernem a manipulação de símbolos sem significado e descorporificados, mas o pensamento comporta significado. Essa disparidade é superada pela associação dos símbolos sintáticos com as coisas existentes no mundo. Quando esses puros símbolos são associados com entidades no mundo, eles passam a *representar* essas entidades na mente, tornando-se representações internas da realidade externa. Dessa forma o pensamento algorítmico pode tornar-se significativo.

Essa visão é conhecida na psicologia cognitiva como a teoria do **código comum ou proposicional** da representação mental. Defende que há somente um tipo de armazenamento mental, que não se dá nem por meio de palavras, nem por meio de imagens. Todas as representações são codificadas e armazenadas sob o formato de proposições. A idéia é que o formato proposicional permite representar os significados subjacentes às palavras e imagens, sendo utilizado como uma espécie de linguagem do “mentalês”. Trata-se de um código único e abstrato, comum a todo o processamento de informações, incluindo todas as modalidades sensoriais assim como o processamento

verbal e não verbal. As imagens mentais, por exemplo, são vistas como epifenômenos de um processamento fundamentalmente simbólico, como ocorre com as imagens produzidas nos computadores. Um dos mais ardorosos defensores deste ponto de vista é o cientista da computação e psicólogo canadense Zenon Pylyshyn (1984), herdeiro do papel fundamental que as ciências da computação tiveram no nascimento e nas primeiras pesquisas no campo das ciências cognitivas.

Em suma, esta foi a resposta dominante por longo tempo para a pergunta: “Como seria uma teoria satisfatória da cognição?” Talvez sua síntese mais completa tenha sido apresentada por Jerry Fodor em *The language of thought* (1975). Eis uma caracterização, em poucas palavras, da *linguagem do pensamento* (LOT):

LOT: To be a cognizer is to possess a system of syntactically structured symbols-in-the-head (mind/brain) which undergo processing that is sensitive to that structure. Cognition in all of its forms, from the simplest perception of a physical stimulus to the most complex judgment concerning the grammaticality of an utterance, consists of manipulating symbols-in-the-head in accord with that syntax. The system of primitive, innate symbols-in-the-mind and their syntactic combination in sentence-like structures is sometimes called “mentalese”. (Bechtel, Abrahamsen and Graham, 1999: 63/64)

Fodor refere-se muitas vezes aos símbolos-na-cabeça estruturados sintaticamente como representações, significando com isso que esses símbolos representam o mundo referindo-se a entidades ou predicando, atribuindo ou negando propriedades a elas. Isso constitui a semântica dessa seqüência de símbolos. Mas a semântica não precisa ser acessada quando se opera com os símbolos. As operações ocorrem somente com base na forma, algorítmica por natureza. A assunção básica é que cognição é computação. O computador não é apenas uma metáfora do cérebro. A mente, literalmente, calcula.

2.3 – A FORMALIZAÇÃO DA LINGUAGEM

2.3.1 - O estruturalismo lingüístico

Muito embora o início da lingüística moderna costume ser datado a partir dos trabalhos dos comparativistas do início do século XIX, foi somente com o aparecimento

do chamado “estruturalismo” nos primórdios do século XX que esta disciplina pôde ver suas pretensões à cientificidade serem reconhecidas pelos meios intelectuais e acadêmicos de modo geral. Além disso o trabalho do fundador do estruturalismo europeu, Ferdinand de Saussure, com suas propostas de delimitação e tratamento do objeto de estudo, fez escola nas chamadas ciências humanas e influenciou de maneira decisiva uma grande gama de disciplinas que floresciam buscando um estatuto científico - da antropologia à psicologia - fazendo com que uma diversidade de trabalhos inspirados metodologicamente em seu *Curso de Lingüística Geral* (1977) fossem situados sob o mesmo rótulo geral de estruturalistas.

De forma similar nos Estados Unidos, não inspirando, mas inspirando-se no que era o movimento teórico naquele momento nas ciências humanas - o behaviorismo - o estruturalismo americano pretendeu propor, para o estudo da linguagem, uma disciplina científica. O trabalho de Leonard Bloomfield, *Language*, não só marcou época como influenciou toda uma geração de estudiosos e estende sua influência às pesquisas lingüísticas mais recentes, não apenas restritas ao território americano.

Sem dúvida, qualquer um que percorra, mesmo que rapidamente, a história da lingüística e das ciências humanas em geral não deixará de se surpreender com o alcance teórico e disciplinar que teve o estruturalismo. Mas também não deixará de observar a disparidade das propostas que se abrigam sob o mesmo nome. Sem dúvida, se Bloomfield e Saussure são ambos estruturalistas, nada há de mais diferente que suas propostas teóricas, ambas visando a outorgar para a lingüística um estatuto científico. O que as une é a pretensão de cientificidade, mas a idéia que cada um tem do que seja uma ciência as separa completamente. Embora ambos respirassem o mesmo “ar da época” – os ares formalistas - sem dúvida não olhavam para o mesmo lado.

Ocupar-se do estruturalismo de Bloomfield ultrapassaria os objetivos desse texto, bastando observar sua influência sobre a obra de Noam Chomsky (ver a sessão seguinte). Mas o estruturalismo Saussureano é relevante em função de sua influência na leitura formalista da psicanálise promovida por Jacques Lacan.

Três problemas fundamentais da lingüística, para Saussure, aguardavam solução. O primeiro é de ordem particular e trata-se da descrição e história de todas as línguas que se puder abranger. O segundo, ao qual dedicará a maior parte de seu *Curso*, é de ordem

geral, ou universal. Trata-se de “procurar as forças que estão em jogo, de modo permanente e universal em todas as línguas e deduzir as leis gerais às quais se possam referir todos os fenômenos peculiares da história.” (Saussure, 1977:13) Finalmente o terceiro diz respeito à especificidade da disciplina lingüística, sua delimitação e definição.

É sem dúvida em relação ao segundo problema que Saussure trará sua contribuição mais original, sendo que de sua definição depende a resposta à terceira questão. Para delimitar seu objeto, primeiramente precisa separá-lo dos objetos de outras disciplinas às quais a linguagem poderia ser absorvida. Não encontra problemas em descartar a etnografia, a antropologia, a fisiologia e a filologia. Mas, quanto à sociologia e à psicologia, é necessária uma distinção muito cuidadosa, pois “tudo é psicológico na língua, inclusive suas manifestações materiais e mecânicas, como a troca de sons” (1977:14).

Para efetivar esta distinção evoca quatro dicotomias observáveis: um fonema é ao mesmo tempo impressão acústica e fenômeno articulatório, existindo somente com a conjugação de ambos; o som por si próprio não faz a linguagem mas forma com a idéia um complexo fisiológico-mental; a linguagem é ao mesmo tempo individual e social; e implica, ao mesmo tempo, um sistema estabelecido e uma evolução. Todas essas dicotomias conjugam um aspecto particular, contingente (a articulação, o som, o individual, a evolução) e um aspecto universal, necessário (a impressão acústica, o complexo ideativo, o social e o sistema estabelecido). Como não se pode fazer ciência senão do necessário, que, ao contrário do contingente, está submetido a leis que podem ser identificadas e postuladas, Saussure recorta o aspecto universal para fazer dele o objeto da lingüística: “é necessário colocar-se primeiramente no terreno da língua e tomá-la como norma de todas as outras manifestações da linguagem.” (1977:16)

Dessa forma, ao separar tudo que é contingente do necessário, Saussure constrói um objeto - a língua - , um sistema sincrônico, transcendente do indivíduo e mesmo de um corpus social dado, que tem sua ordem própria baseada nas relações de oposição entre seus elementos e que faz parte de uma faculdade mais geral dos seres humanos de fazerem corresponder um sistema de signos distintos a idéias distintas, chamada de faculdade semiológica.

A língua é um sistema de signos que exprimem idéias, e é comparável, por isso à escrita, ao alfabeto dos surdos-mudos, aos ritos simbólicos, às formas de polidez, aos sinais militares, etc., etc... Ela é apenas o principal desses sistemas. ... se, pela primeira vez, pudemos assinalar à lingüística um lugar entre as ciências foi porque a relacionamos com a semiologia. (1977: 24)

Este objeto permite a Saussure pôr de lado os fatos físicos e psicológicos envolvidos na atividade da linguagem, referentes à sua realização concreta nos indivíduos e na sociedade, a fala. A língua é um tesouro depositado em todos os indivíduos pertencentes a uma mesma comunidade, exterior a eles, que não podem nem criá-la nem modificá-la.

Nem por isso deixa de ser um objeto de natureza concreta. Seus elementos, os signos lingüísticos, não são abstrações, são mesmo passíveis de fixação pela escrita, ou de realização fonética. É um sistema de signos onde de essencial só existe a união do sentido e da imagem acústica. Saussure vê a ciência com os olhos de um kantiano, para quem a razão processa os fenômenos e encontra-se num lugar intermediário entre a realidade e o psicológico, que é onde se dá a verdadeira produção de saber.

Esse sistema de signos, a *língua*, depurado de suas contaminações psicológicas e sociais, a *fala*, é o objeto autônomo da lingüística, e consiste em um sistema de signos e de relações diferenciais entre eles, independente de qualquer relação com algum tipo de exterioridade. O signo lingüístico é constituído pela unidade formada pelo significado, definido como um conceito, e o significante, definido como imagem acústica. No que diz respeito ao termo 'conceito', Saussure não o relaciona com nenhuma entidade, objetual ou psicológica. Procura derivá-lo do próprio sistema da língua, introduzindo a noção de *valor*. O valor de um signo advém de dois fatores: da relação arbitrária entre o significante e o significado e do jogo de relações entre os signos, concebidos como elementos diferenciais.

Na obra de Claude Levi-Strauss, o estruturalismo desenvolveu-se no sentido de um formalismo cada vez mais vazio de conteúdo. Isso pode ser visto, por exemplo, na distinção que faz entre os termos de subconsciente e inconsciente em sua *Antropologia estrutural* (1975). O inconsciente antropológico estrutural – análogo à língua - se reduz

a uma função, a função simbólica, que, por sua vez, se reduz a um conjunto de leis. Ele é sempre vazio, “tão estranho às imagens quanto o estômago aos alimentos que o atravessam” (235). Limita-se a impor leis estruturais, que esgotam sua realidade, aos elementos psicológicos: pulsões, emoções, representações, recordações. Estes conformam o subconsciente, que Levi-Strauss compara ao léxico individual onde cada pessoa acumula seu vocabulário. Mas esse vocabulário pessoal só adquire significação na medida em que o inconsciente o organiza segundo suas leis.

2.3.2 – Formalismos lógicos

Interessado primordialmente nos fundamentos da matemática, de maneira que seus conceitos e pressupostos iniciais fossem explicitados e suficientemente esclarecidos, Frege acabou por elaborar os fundamentos da moderna lógica matemática. Seu desejo de classificar as noções fundamentais (os elementos atômicos) da matemática e de tornar evidente a concatenação dessas noções foram os motores de seu interesse primordial, não tanto pela pesquisa em matemática enquanto tal, mas pela lógica que a fundamenta. Para isso, a lógica clássica mostrava-se insuficiente. Em primeiro lugar, porque as relações e propriedades aritméticas são logicamente muito mais complexas do que as que a lógica clássica pode representar. Em segundo lugar, porque a lógica clássica está contaminada pela imprecisão da linguagem comum. Em função disso, Frege passou a se dedicar à elaboração de uma nova lógica.

Propõe uma linguagem simbólica artificial (que chama de *begriffsschrift*)¹⁴, que não permita as lacunas nas deduções que a linguagem natural permite e que dificultam o reconhecimento das conclusões logicamente legítimas. Seu sistema contém um conjunto bem determinado de regras de dedução e de axiomas lógicos supostamente evidentes. Com isso a dedução torna-se um cálculo, ou seja, uma série de operações sobre símbolos. Note-se que, para Frege, os símbolos possuem significado¹⁵, mas é possível operar com eles como se fossem vazios, graças ao artifício da formalização. O núcleo da lógica fregeana repousa em sua teoria do conceito (*begriff*). As tradicionais categorias da lógica clássica de sujeito e predicado são substituídas pela distinção, advinda da matemática,

¹⁴ Alguns autores traduzem esse termo por *ideografia* e outros por *conceitografia*.

¹⁵ A questão do significado para Frege será debatida no capítulo seguinte.

entre função e argumento. Assim, a unidade lógica fundamental passa a ser a proposição. Uma proposição admite um processo de decomposição que a reduz a uma expressão incompleta, comportando um ou mais lugares vazios, e a expressões que podem preencher esses lugares (argumentos). Por exemplo 'a capital do Brasil' é uma sentença completa, mas 'a capital de x' é uma função que pode receber Brasil como argumento, resultando numa determinada expressão como seu valor (no caso, Brasília). Assim, para um determinado argumento, a função conduz a um determinado valor. As funções descritivas têm nomes como argumentos e valores enquanto que as funções proposicionais têm nomes como argumentos e valores de verdade como valores. Com isso, Frege acrescenta em sua lógica a teoria dos conjuntos de Cantor, uma vez que uma função representa uma relação sistemática entre dois conjuntos. Assim, o que se chama de conceito nada mais é, para Frege, que uma função proposicional, que tem, para qualquer argumento, um valor de verdade como valor. A todo conceito está associado um, ou um conjunto de objetos lógicos, sua extensão, o conjunto de objetos que caem sobre a função.

Essa maneira de conceber a análise lógica rompeu com a tradição e marcou decisivamente grande parte da filosofia e da epistemologia do Século XX, principalmente devido à grande influência dos trabalhos de Bertrand Russell e de Ludwig Wittgenstein. Inspirados nos trabalhos de Frege, Russell e A. N. Whitehead publicaram em 1910-13 um monumental tratado, o *Principia Mathematica*, no qual tentaram derivar toda a matemática das leis básicas da lógica. Independentemente do resultado desse projeto, seu trabalho conduziu a considerar os vínculos entre as ciências empíricas, a lógica e a matemática, sendo que a maioria das questões filosóficas tradicionais poderiam ser expressas em termos lógicos e, ou ser resolvidas nesses termos, ou ter sua insolubilidade demonstrada. Seu programa – chamado por Russell de empirismo analítico moderno – começa por uma aceitação do mundo da experiência sensível, tentando eliminar a distância entre o que é imediatamente conhecido e o que pode ser conhecido por inferência lógica. Ou seja, deve ser possível dar uma explicação do mundo exterior por meio de uma construção lógica a partir de dados sensoriais.

Já Wittgenstein, em seu famoso *Tractatus*, estendeu este programa à linguagem, procurando mostrar a estrutura lógica implícita na linguagem. A linguagem fornece um

retrato da estrutura dos fatos, uma espécie de retrato do mundo, uma vez que as proposições da linguagem são a expressão perceptiva dos pensamentos e estes os retratos lógicos dos fatos. Wittgenstein postulava assim uma correspondência formal entre as configurações do objetos no mundos, dos pensamentos na mente e das palavras na linguagem. Sendo assim, a filosofia se transforma na atividade de esclarecer proposições.

Esses pressupostos foram fundamentais para o desenvolvimento de toda uma epistemologia da ciência, a partir dos trabalhos do círculo de Viena, e de uma abordagem formal da linguagem que logo iria incluir a linguagem natural, dominando grande parte dos trabalhos da lingüística contemporânea.

Diretamente derivada dessa abordagem é a *semântica formal*, ou *semântica de modelo teórico*, que tem na obra do lógico americano Richard Montague a mais abrangente proposta de formalização. Montague vai utilizar a linguagem formal da lógica desenvolvida por Frege (o cálculo de primeira ordem), por Russell (a teoria dos tipos), por Carnap (o modelo de interpretação de sentenças, chamado de 'descrição de estado'), por Tarski (a formalização da concepção semântica da verdade), entre outros, para construir a sintaxe e a semântica de seu sistema, acrescentando a ele novos operadores em função das peculiaridades da linguagem natural. Propõe uma semântica de modelo teórico de base referencial, que se utiliza da teoria dos conjuntos, tratando, não de relações entre expressões da linguagem, mas das relações entre a linguagem e o que não é linguagem. Atribui às sentenças e expressões de uma linguagem interpretações que não são linguagem e que se relacionam com valores de verdade.

Dessa forma, Montague propõe uma sintaxe e uma semântica formais bastante completas para a língua natural, além de fornecer um sólido ponto de partida para as pesquisas mais recentes, que trabalham sobre aspectos particulares das línguas naturais que resistem ao tratamento lógico-formal e que permanecem obscuros para sua gramática¹⁶.

Não tão diretamente derivada das teses do empirismo lógico, mas igualmente formalista, é a gramática gerativa de Noam Chomsky. Em 1957, com a publicação de *Syntactic Structures*, Chomsky defende uma concepção de gramática que visa explicitar a

¹⁶ No próximo capítulo será apresentada uma discussão mais completa dessas teses.

estrutura presente de forma latente na língua e que defina o que são as classes de expressões lingüísticas e que tipo de estrutura elas têm. O objetivo é que, dada uma gramática, deve ser possível construir vários tipos de expressões por meios totalmente mecânicos. Emmon Bach chama esta concepção de *a tese de Chomsky*, e a expressa da seguinte maneira: “uma linguagem natural pode ser descrita como um sistema formal.” (1989:7) O trabalho de Chomsky, desde seus inícios até hoje, procura estabelecer que tipo de princípios e regras subjazem e organizam a produção lingüística dos falantes, comandando a produção de expressões bem formadas na língua desde um ponto de vista puramente sintático, sem preocupação com o significado. A sintaxe desenvolveu-se, assim, como o estudo das regras que descrevem o que é uma sentença bem formada, ou gramatical, em termos puramente formais, sem apelo a conceitos relacionados com significado. Isso quer dizer que a sintaxe de uma língua poderia ser examinada independentemente de outros aspectos da língua e mesmo da cognição, o que possibilitaria uma autonomia à disciplina da lingüística diante das outras disciplinas das ciências da cognição.

A busca da semântica de Montague é a mesma que a da sintaxe de Chomsky: uma teoria universal com a qual se poderia entender linguagens naturais particulares e diversas e que permitiria dar conta das similaridades e diferenças dessas linguagens. Mas à diferença de Chomsky, Montague propõe um sistema completo para análise da língua natural, incluindo a análise semântica. Emmon Bach dá ao que chama de *a tese de Montague* a seguinte formulação: “as línguas naturais podem ser descritas como sistemas formais interpretáveis”. (1989:8)

2.4 – PARA ALÉM DO PARADIGMA LÓGICO-FORMAL

O paradigma lógico-formal é altamente relevante para a história das ciências cognitivas em geral. Isso porque um dos ingredientes mais importantes do trabalho em desenvolvimento nas ciências cognitivas foi moldado sob a influência desse paradigma: a visão de que a sintaxe – um conjunto de símbolos e regras de concatenação entre eles – talvez seja o fundamento das operações mentais, abrindo a possibilidade de decifrar a lógica da mente, ou a lógica da linguagem, desde um ponto de vista puramente formal, conseqüentemente universal e independente das peculiaridades individuais.

Talvez essa relevância ocorra em função de um insight fundamental que a abordagem formal da mente e da linguagem incorpora. De fato há um fluxo ordenado e bastante estruturado no pensamento e na linguagem que os modelos algorítmicos e sintáticos são capazes de representar. Apesar disso há um problema muito relevante que essa abordagem enfrenta quando aplicada ao pensamento humano e às línguas naturais. Redes simbólicas são sem sentido; mas o pensamento e a linguagem humanas têm sentido. Esse não é um problema intrínseco ao paradigma lógico em si próprio, uma vez que ele foi, de certa forma, concebido como puramente sintático, não pretendendo ir além disso. Mas, quando se dá o passo da sintaxe para a semântica, algo deve ser acrescentado a esse paradigma. Como se viu acima, esse algo acrescentado pode ser descrito como uma semântica de correspondência ou relacional. Atribui-se significado aos símbolos estabelecendo sua relação com entidades exteriores, com coisas existentes no mundo. Isso, que parece tão evidente, natural e intuitivo, na verdade implica em uma série de suposições que dizem respeito à natureza do significado e à natureza do conhecimento racional. Seguindo Mark Johnson (1990), estas podem ser resumidas pelas seguintes características:

1 - O significado é uma relação abstrata entre representações simbólicas e uma realidade objetiva. Os símbolos obtêm seu significado em virtude de sua correspondência com entidades, propriedades e relações existentes no mundo, seja atual ou possível.

2 - Os conceitos são vistos como representações mentais ou entidades lógicas, sob os quais caem determinados objetos, propriedades e relações, formando categorias conceituais hierarquicamente organizadas. As categorias são arbitrárias e racionalmente organizadas, pretendendo refletir nessa organização racional a estrutura das coisas no mundo. Os conjuntos de propriedades definidores de uma categoria são necessários e suficientes, ou seja, todos os membros de uma determinada categoria compartilham dos mesmos atributos definidores, que, por sua vez, são capazes de excluir todos os que não são membros da categoria.

3 - Conceitos e categorias transcendem as experiências subjetivas e particulares dos indivíduos, sendo encarados como objetivos e universais. A imagem que alguém forma em sua cabeça, ou a experiência que alguém tem com determinado objeto, são vistas como particulares e subjetivas, enquanto que o conceito vinculado a essa imagem

ou experiência é objetivo e independentemente dessa vivência particular. Isso permite que ele seja compartilhado em função de sua natureza abstrata e racional, o que torna o conhecimento possível, comunicável e objetivo, uma vez que tornaria possível considerar os objetos, propriedades e relações que ocorrem no mundo de maneira independente dos seres humanos particulares e de seus processos de compreensão.

4 - Como se trata de correspondência entre conceitos racionalmente organizados e entidades, propriedades e relações no mundo, as proposições conceituais que efetivamente correspondem com um determinado estado de coisas, atual ou possível, são verdadeiras e, do contrário, falsas. Assim, o significado de uma determinada seqüência de símbolos é assimilado às suas condições de verdade, ou seja, às condições em que ela seria verdadeira ou como o mundo deveria ser para que ela seja verdadeira. Para isso é necessário uma teoria recursiva que indique como se pode construir sentenças verdadeiras a partir de elementos atômicos verdadeiros.

5 - O pensamento racional é visto como uma manipulação governada por regras de conexão entre os símbolos. Em geral assume-se que o curso da razão segue as condições determinadas por alguma forma de lógica, que indica que combinações são válidas e que inferências podem se obtidas preservando as condições de verdade.

6 - Isso tudo implica que a racionalidade é essencialmente dessubjetivada. Ela consiste em relações e operações lógicas abstratas, independentes dos processos subjetivos do raciocinador. Os significados, sendo tratados como relações entre símbolos e estados de coisas objetivos, são independentes de como uma pessoa em particular possa compreender e experienciar essas relações. Isso implica numa separação entre o que é objetivo e racional e o que é subjetivo e psicológico. As estruturas conceituais não são determinadas pelos processos cognitivos subjetivos que ocorrem nas pessoas quando estão tentando compreender algo. A razão é transcendente e independente das ocorrências concretas de seres racionais.

Essas assunções¹⁷ estão profundamente enraizadas no pensamento ocidental de longa data e são, a rigor, independentes do paradigma lógico-formal atual. No curso do

¹⁷ Esta lista não pretende ser exaustiva nem significa que essas assunções sejam atribuíveis em totalidade a alguma teoria específica ou a algum autor específico. Ela pretende simplesmente fixar um contexto geral dentro do qual ocorrem as discussões de determinadas teorias.

pensamento epistemológico pode-se vê-las combinadas com outras formas de lógica, como por exemplo, nos *a priori*s da razão pura como descritos por Kant. Lakoff (1990), Johnson (1990) e Lakoff e Johnson (1981) rotulam esse conjunto de assunções de *objetivismo*. Já Richard Rorty, em seu texto de 1979, *A filosofia e o espelho da natureza*, faz uma longa crítica às pretensões à formulação de verdades objetivas – a razão como espelhando a natureza – examinando a concepção de mente e subjetividade que pressupõem as influentes teorias de Descartes, Locke e Kant, questionando exatamente a concepção presente nesses autores de que a mente pode representar objetivamente a realidade.

Apresentar detalhadamente as teses do objetivismo bem como discutir todas as objeções que podem ser levantadas contra elas ultrapassaria muito as pretensões desse texto. No entanto, um ponto essencial e de grande relevância para as idéias que serão discutidas adiante deve ser frisado.

A visão objetivista do significado e da racionalidade leva a uma tendência, presente em pensadores de orientações radicalmente diferentes, de situar uma certa hiância na experiência humana, que muitas vezes se materializa em dicotomias recorrentes. Supõe-se que exista uma hiância entre o lado cognitivo, racional, conceitual e formal do ser humano e seu lado corporal, perceptual, material e emocional. Assim, o pensamento lógico, conceitual e racional ficam alinhados com a dimensão do mental, enquanto que a percepção, imaginação e os sentimentos com o lado corporal. Como resultado disso, as estruturas da experiência concreta, que se traduzem em imagens mentais, na capacidade imaginativa, nos sentimentos, enfim, em todas as nuances da experiência subjetiva, são vistas como não tendo lugar numa teoria do significado e do pensamento racional.

Tome-se, por exemplo, a dicotomia cartesiana das substâncias. Descartes concluiu que o que nos dá a certeza da existência não é o corpo (a substância material), mas a mente (a substância pensante). Isso significa que o corpo não desempenha um papel crucial na racionalidade, que, embora faça uso de informações advindas dos sentidos, é algo de outra dimensão, que funciona de maneira totalmente independente da substância material. De fato, o que a mente sabe são suas próprias idéias e o conhecimento consiste em saber exatamente o que as idéias envolvem e em como articulá-las consistentemente.

O método cartesiano para atingir um saber certo é a “matemática universal”, que permitiria traçar todas as possíveis conexões entre as idéias de uma maneira ordenada e completa. O problema que segue é, no fundo, o mesmo que atinge o paradigma formal hoje: se o que se conhece são as próprias idéias, como estar seguro de que estas representam a realidade externa? Sabe-se a resposta que Descartes deu a isso: o apelo a um Deus que não engana.

Em termos um pouco mais mundanos, Kant situou sua dicotomia dentro das faculdades cognitivas, separando o componente formal (conceitual e intelectual) por um lado e o componente material (perceptual e sensível) por outro. O componente material está identificado com os processos corporais enquanto que o componente formal contém os *a priori* da razão pura que organizam as atividades do entendimento. Novamente, a natureza humana está dividida em dois lados ontologicamente distintos: o corporal e o racional. O conhecimento empírico genuíno deve ser conhecimento dos objetos que todos podem experimentar. Para que tal conhecimento objetivo exista, deve haver um material advindo de fora, através de nossos sentidos, cujos conteúdos são organizados pelos padrões da razão pura. A sensibilidade supre a razão com o material para seu trabalho, mas ela própria já está determinada pelos *a priori* das formas puras da sensibilidade, que são o espaço e o tempo. A experiência de realidades objetivas resulta da estruturação do material fornecido pela sensibilidade pelos conceitos formais. Todos podem compartilhar a mesma realidade porque todos compartilham os mesmos conceitos, o que possibilita o conhecimento objetivo. Isso significa que a razão é uma espécie de filtro transcendente e universal que estrutura a experiência concreta dos seres humanos.

É importante notar que, tanto em Descartes quanto em Kant, há uma rígida dicotomia entre o conceitual e o corporal. Conceitos ou idéias são produtos das formas puras do entendimento, que é formal e governado por regras lógicas. Sensações e percepções são corporais, produtos da sensibilidade que é material, passiva e carente de qualquer princípio de combinação ou de síntese. O verdadeiro trabalho da cognição se dá a nível conceitual, mental.

Apesar da radicalidade da dicotomia mente/corpo nessa tradição epistemológica, ainda pode-se falar de conteúdos psicológicos ou mentais. A face material do pensamento, tanto para Descartes quanto para Kant, implica idéias que, em última

análise, são entidades mentais distintas das entidades do mundo real. Isso conduz a uma certa ambigüidade, especificamente no que diz respeito à questão do conteúdo psicológico dos conceitos, pois, se todos compartilham da mesma realidade porque compartilham dos mesmos conceitos, que são esses conceitos senão entidades mentais, uma vez que são frutos do processamento daquela parte do real que pode ser representada pelos padrões pré-estabelecidos da razão? Sendo assim, não se estaria incorrendo no problema do solipsismo e supondo um mundo objetivo que nada mais é do que a projeção do próprio eu?

O estruturalismo propõe uma maneira de resolver essa questão quando quer operar com símbolos destituídos de substância, apresentando-se assim como um antissubstancialismo.¹⁸ Mas em Saussure, por exemplo, essa questão permanece ambígua, e pode ser notada em sua concepção de significado, ora definido como objeto real, ora como conceito¹⁹. Nem mesmo a consideração de que os valores dos signos são fundados sobre traços inteiramente diferenciais, opositivos e relativos, não esclarece a questão do significado, deixando-a no limbo entre o conceito psicológico e o objeto real. Ao considerar a língua como o domínio da articulação entre os dois meios informes do som e do pensamento, cada termo fica definido com uma característica negativa - de ser um puro valor diferencial que depende dos outros aos quais se opõe - e com uma característica positiva que é a combinação “em que uma idéia se fixa num som e em que um som se torna o signo de uma idéia”. (Saussure, 1977:131) A primazia dada ao valor sobre o significado nesse sistema estrutural, ao contrário da expectativa de Saussure, não consegue eliminar este último como fato positivo. É o próprio autor que o diz quando comenta a interpretação real do esquema do signo: o signo ‘julgar’

... quer dizer que em português um conceito “julgar” está unido à imagem acústica *julgar*; numa palavra, simboliza a significação; mas, bem entendido, esse conceito nada tem de inicial, não é senão um valor determinado

¹⁸ Idéia fundamental na leitura lacaniana da psicanálise.

¹⁹ Isso é visível no próprio esquema que Saussure usa para figurar o signo lingüístico. Lado a lado no esquema o significado ora aparece como conceito, denotado pelo termo “árvore” ora como objeto, indicado pela figura de uma árvore. (Saussure, 1977: 81)

por suas relações com outros valores semelhantes, e sem eles a significação não existiria. (1977: 136)

Ora, dizer que o valor de um signo depende dos valores dos outros signos e que dessa relação entre os valores advém a significação não anula essa última como sendo o conceito isolado pela relação entre os signos. Mesmo considerando esse conceito como sendo um recorte feito na massa amorfa dos pensamentos, o significado continua sendo um conceito, uma idéia. Um pedacinho de alguma coisa continua tendo a mesma materialidade que essa coisa. A idéia de Saussure da língua como pura *forma* - “uma álgebra que teria somente termos complexos” - pode servir muito bem ao lado significante do signo, mas é difícil de aplicá-la ao significado sem incorrer em ambigüidades.

Em face disso, a lógica formal de inspiração matemática aprofunda ainda mais radicalmente essa hiância, afastando completamente o registro do conteúdo psicológico dos símbolos. A busca de Frege por uma racionalidade pura conduz o formalismo ainda além de Kant, que ele via como excessivamente subjetivista e psicologista por focar exclusivamente nas estruturas da consciência humana. (conf. Johnson, 1990: XXX) O conceito, nas mãos de Frege, torna-se uma pura função matemática, podendo ser trabalhado de um ponto de vista meramente sintático.

Tratada de forma mais lógica e menos epistemológica, essa mesma hiância tem reinado soberana no pensamento contemporâneo. Isso se deve ao casamento entre os desenvolvimentos do paradigma lógico-formal com as teses objetivistas depuradas de todo e qualquer substancialismo, e pode ser claramente observada nas obras de autores já citados anteriormente, como Frege, Russell, Wittgenstein, Fodor, Chomsky, Montague, etc...

Em resumo: a racionalidade humana consiste nos elementos formais da cognição, distintos de qualquer conteúdo material das sensações, de qualquer conteúdo imaginário, de qualquer conteúdo emocional e de qualquer processo corporal. As pessoas raciocinam em termos de símbolos abstratos e esses símbolos obtêm seu significado através de correspondência com entidades, propriedades e relações no mundo. A incidência da natureza de quem está raciocinando, de seu corpo e da maneira como ele funciona, deve

ser cuidadosamente deixada de lado. A razão é transcendental, transcende a natureza e as limitações de qualquer ser em particular.

2.5 – A PSICANÁLISE E O FORMALISMO

Como foi apontado no capítulo anterior, os paradigmas teóricos que Freud utilizou pertenciam à ciência do Século XIX e estavam na base da fundação da psicologia como ciência. Especificamente no caso da psicologia, seus conceitos fundamentais e seus métodos de pesquisa foram severamente criticados pelo funcionalismo nascente, gerando o ‘quase’ abandono dos postulados fundamentais da psicologia pura. Como é sabido, o resultado disso foi a tentativa radical de fazer uma psicologia isenta de mentalismo, o behaviorismo. A psicologia acadêmica teve que aguardar o desenvolvimento da inteligência artificial para recuperar suas teses fundamentais e reencontrar seus métodos de investigação dos fenômenos mentais. A psicologia cognitiva é o resultado do reencontro da psicologia pura do fim do Século XIX com a nova metáfora representacional e computacional da mente.

Enquanto isso a psicanálise seguia seu caminho pela psiquiatria, encarada como uma especialidade médica e focada fundamentalmente na terapêutica. A *IPA (International Psychoanalytic Association)* mantinha institutos oficiais de ensino e restringia o ensino e a prática da psicanálise a médicos. Isso produziu alguns efeitos indesejáveis mas o pior deles talvez tenha sido o isolamento da teoria psicanalítica do debate científico. A teoria psicanalítica congelou-se na literalidade dos conceitos freudianos e de alguns pós-freudianos ilustres e sua dimensão investigativa dos fenômenos mentais, tão presente na obra de Freud, deu lugar a uma atividade reprodutiva. É verdade que sua assimilação pela psiquiatria gerou a chamada psiquiatria dinâmica, uma espécie de híbrido entre a psicanálise e a psiquiatria descritiva clássica. No entanto, tanto a pobreza de seus resultados clínicos quanto o desenvolvimento extraordinário da farmacologia acabaram orientando a psiquiatria para o lado bioquímico, e a psiquiatria dinâmica entrou em franca decadência. Com isso a psicanálise começou a entrar em declínio e acabou ficando restrita a alguns grupos reprodutores e isolada da academia.

Inegavelmente é mérito de Jacques Lacan ter modificado essa situação. No início dos anos 50 iniciou uma releitura dos textos freudianos, promovendo o que ele chamou

de “retorno a Freud e a seus textos”. Recuperando os primeiros textos freudianos, que nessas alturas poucos se davam ao trabalho de ler, como *A interpretação de sonhos* (1900/1972), a *Psicopatologia da vida cotidiana* (1901a/1976), Lacan mostrou que no inconsciente freudiano não se trata de instintos nem de maturação biológica, mas de questões simbólicas e conceituais. Como homem de ciência do Século XX foi buscar seus paradigmas teóricos, não na psicologia behaviorista ou funcionalista (aliás, severamente criticada por ele), mas na versão francesa do formalismo, o estruturalismo. E promoveu uma leitura formalista da psicanálise freudiana.

2.5.1 – A leitura estrutural lacaniana

Lacan (1966, 1979a e 1979b) criticou severamente os pós-freudianos por sua fixação na abordagem biologicista da psicanálise.²⁰ Utilizando as teses do estruturalismo propõe uma leitura formalista do texto freudiano. Sua estratégia foi inverter a abordagem ‘oficial’: tomou a teoria lingüística de Freud como chave para a leitura de seu modelo mental.

Partindo do estruturalismo lingüístico de Ferdinand de Saussure e de Roman Jakobson e da antropologia estrutural de Claude Levi-Strauss, formula sua tese fundamental: o inconsciente está estruturado como uma linguagem. Identifica a representação freudiana com o significante saussureano separado de seu significado e isola completamente a dimensão psicológica da representação através da distinção entre simbólico, imaginário e real. A dimensão do significado fica remetida ao imaginário, que em muitos momentos se confunde com o ilusório, mas essa significação só pode aparecer ali graças ao simbólico, assim como a fala só é possível graças à língua.

O simbólico lacaniano (e levi-strassiano) tem a estrutura da língua saussureana. É um conceito formal, abstrato, está composto por elementos binários que se opõem, os significantes, que não significam nada e que se combinam formando cadeias nas quais um significante remete a outro significante. Esse conjunto de elementos chama-se tesouro do significante. Ora, os significantes são elementos diferenciais, nada tendo de positivo ou de substancial, assim, não é possível tomar um desses elementos sem ser

²⁰ A crítica lacaniana pode ser encontrada ao longo de toda sua obra, mas é bastante aguda em seus *Écrits*, 1966.

imediatamente remetido a outro. A definição do 'um' está fora, está no 'outro'. Lacan dará uma importância especial à função desse 'outro' significante, nomeando-o de grande Outro, o Outro do significante. Na medida em que alguém fala, deve inexoravelmente buscar no Outro os significantes e nada encontrará lá a não ser significantes.

Tome-se o exemplo do ato falho do Presidente da Câmara dos deputados relatado no capítulo anterior. No momento do ato falho, o desejo do Presidente de que aquela sessão já tivesse ocorrido não tem como expressar-se senão pelo significante. Mas, no momento em que ele se expressa, nada mais é do que um significante: 'encerrada', que só tem valor enquanto referido a outro significante, no caso 'aberta' que, por sua vez, faz parte da cadeia de significantes que está sendo emitida pelo Presidente no momento. Assim, o significante do ato falho só encontra sua definição em relação à cadeia de significantes, ou ao Outro do significante. Considerando que 'encerrada' é o significante que representa o sujeito (que Lacan chama de S_1), ele o faz apenas para outro significante, a cadeia de significantes tomada em bloco e representada pelo significante 'aberta' (que Lacan chama de S_2). Daí a fórmula lacaniana: o significante representa o sujeito para outro significante.

Com esse termo 'sujeito', Lacan não quer indicar o indivíduo, mas exatamente o conflito psíquico observado por Freud. Em Lacan o conflito psíquico adquire uma dimensão mais abrangente, a dimensão da questão do sujeito, no sentido do termo francês, *sujet*, que aparece em sentenças como '*quel est le sujet de ce texte?*', 'qual é a questão desse texto?'. Como o conflito psíquico freudiano sempre diz respeito às incompatibilidades entre o que o sujeito quer e o que ele deve ou pode querer em função das circunstâncias da realidade, a questão do sujeito é fundamentalmente a questão do desejo. Isso refere-se também ao lugar que o sujeito ocupa em relação ao Outro, uma vez que, sendo o significante um elemento puramente diferencial, está totalmente determinado pelo lugar que ocupa na cadeia. Ora, o indivíduo que ocupa o lugar determinado pelo significante 'presidente' está constrangido pelo significante a determinados deveres relativos às funções que ocupa. Assim sendo, é instanciação de uma variável – o lugar – e encontra aí uma definição do que deve e pode querer e, logo, do que tem que fazer. O ato falho demonstra exatamente uma questão aberta com respeito a essa determinação, ao menos nessa situação específica.

O sujeito, como representação do ser que vive esses lugares determinados pelo significante, não tem como colocar suas questões senão através do significante. É exatamente essa a interpretação lacaniana do inconsciente freudiano. J-A Miller afirma: *Vous trouvez cette formule écrite par Lacan: <L'inconscient c'est un sujet.>* (1987: 15)

O efeito imediato desse ponto de vista é a dessubstancialização do inconsciente. A localização do inconsciente freudiano na linguagem, além de especificá-lo em relação ao inconsciente genérico dos processos cognitivos, o distancia radicalmente das noções correntes do inconsciente como o instintivo ou como o genético de um pretense desenvolvimento libidinal. Em Lacan o inconsciente deve ser procurado na sincronia da cadeia significante e tem o estatuto de uma “descontinuidade, na qual alguma coisa se manifesta como vacilação.” (Lacan, 1979b: 30) O que se manifesta como vacilação não é o *um* substancial dos instintos, por exemplo, mas o “um da fenda, do traço, da ruptura” (1979b: 30), que Lacan identifica com o conceito da falta. É exatamente porque o ser humano está condenado a buscar sua definição na linguagem, mas o que encontra aí são somente significantes que não significam nada, que essa falta de uma significação que o defina aparece como descontinuidade no discurso.

O problema dessa leitura formal do inconsciente freudiano é que ela não elimina a questão da significação. Muito pelo contrário, ela ocupa de fato, na estrutura, exatamente o mesmo lugar do sujeito do significante. A teoria lacaniana do significado diz que ele é um efeito do significante, obtido por efeito retroativo na cadeia. Por exemplo, só se pode obter o significado de uma sentença quando se chega no ponto final, ou de um discurso quando se chega à sua conclusão. Até lá a significação das palavras desliza sob os significantes, não consistindo em nenhum deles. No caso de um sintoma, como a tosse nervosa de Anna O., por exemplo, é necessário tomá-la como significante, isto é, como elemento de uma cadeia que se estende até o evento traumático da incompatibilidade ideativa. Para obter sua significação é necessário percorrer toda essa cadeia via associação livre. No ponto final, emerge a significação, que coincide exatamente com o lugar onde se manifesta a questão do sujeito. Mas, o que se obterá aí será sempre uma significação. Suponha-se que o Presidente da Câmara percorresse todo um caminho como esse a partir de seu ato falho. Poderia chegar à seguinte proposição: ‘Sou Presidente, mas não queria sê-lo nesse momento. Ser Presidente; mas isso não significa o que realmente

sou, de fato não significa *nada*.' Nesse caso o Presidente teria chegado a um termo positivo: 'ser presidente não significa nada' quer dizer que *há um ser que quer ser*, mesmo que definido pelo negativo. Esse termo positivo é encontrado fora da cadeia significante, quer dizer, fora da estrutura da linguagem.

Lacan percebeu isso claramente: *Mais nous revient ici légitimement la question: sont-ce là effets de langage, ou effets de parole?* (Lacan, 1966: 835) Por essa razão, paralelamente à estrutura da linguagem, introduz a função da fala na determinação do sujeito, o que imprime em sua obra uma tensão constante entre o inconsciente concebido desde a estrutura do significante por um lado e desde a dimensão do significado, ou, para usar seus termos, entre simbólico e imaginário. Como diz J-A. Miller:

... en la secuencia de su enseñanza hay un desajuste, precisamente, entre la estructura del lenguaje y lo que construyó de manera totalmente diferente: la estructura de la palabra. ... El esfuerzo teórico de Lacan – no es el esfuerzo de un chamán sino el de un teórico racionalista – es llegar a hacer una de esas dos estructuras. (1988: 99/100)

Como formalista convicto, Lacan foi buscar fora da psicologia recursos teóricos para articular essa disjunção, mesmo porque o psicológico para ele reduz-se ao imaginário, logo ao ilusório. Como a função da fala inclui a comunicação entre um locutor e um auditor, foi buscar na estrutura intersubjetiva da fenomenologia do espírito de Hegel, via Kojève, os elementos para articulá-la. Conforme a dialética do amo e do servo, salienta a dissimetria nas relações intersubjetivas atribuindo ao auditor a mestria da decisão do sentido do que o locutor diz. O Outro do significante, portanto, deve ser situado no lugar do Outro da função da fala, do Outro da relação intersubjetiva. A dissimetria na relação da fala não implica somente que esse Outro decide o sentido do que o falante diz, mas também, uma vez que é o destinatário da mensagem, deve ser o lugar do código que permite decifrá-la. É nesse contexto que aparece outro dos famosos aforismos lacanianos: o desejo do homem é o desejo do Outro.

Para evitar o risco de substancializar o Outro²¹, pois se a significação está no lugar do Outro, lá estará também o termo positivo, Lacan vai reduzi-lo ao real. A manobra é a seguinte. Como simbólico, o Outro nada mais é do que tesouro dos significantes e está “descompletado”, uma vez que falta um significante que defina e dê sentido ao sujeito. Como imaginário, efeito do significante, só se encontram nele significações ilusórias. Como real, o Outro nada mais é do que um objeto. Para articular isso Lacan vai recorrer ao modelo mental freudiano, salientando a função do objeto libidinal na construção da subjetividade. Mostra que a mãe, por exemplo, enquanto totalidade, nada mais é do que uma imagem ou uma fantasia, um continente que contém os objetos do desejo. O que o sujeito quer não é ela, mas os objetos que ela supostamente tem, e que o completariam como ser faltante. Mas esses objetos não completam o sujeito, apenas o apaziguam por um tempo. O que o sujeito quer não é o que ele obtém. A diferença entre o que se quer e o que se obtém é a versão lacaniana da definição freudiana do desejo.

Isso significa que, além da falta do significante que defina seu ser, o sujeito defronta-se com a falta de objeto que possa resolver seu desejo. Este é o real ao qual o Outro se reduz: o real da falta. Está dessubstancializado o Outro. E o sujeito? Como o sujeito lacaniano não é uma alma, não é um eu, não é uma forma, não é uma parte da natureza humana, mas é um sujeito sem substância e advém da falta, Lacan vai tratá-lo como resposta do real: *Ce que le discours analytique concerne, écrit-il, c'est le sujet qui, comme effet de signification, est réponse du réel.* (in J-A Miller, 1987: 9)

Se Lacan conseguiu seu intento teórico de unificar a estrutura da linguagem com a função da palavra, através de sua teoria do sujeito, é uma questão que foge do escopo desse trabalho. O que interessa aqui é salientar dois pontos fundamentais do ensino lacaniano. Por um lado, é indiscutível que sua leitura representa uma lufada de ar fresco numa psicanálise obscurantista cujo biologicismo havia reduzido o inconsciente a um fervedouro de instintos a ser controlado ou adaptado pelo desenvolvimento. Lacan trouxe de volta para a teoria psicanalítica o frescor da descoberta freudiana, mostrando que, em Freud, trata-se do problema da significação de fenômenos discursivos. Mas, por outro lado, Lacan é um formalista, o que o leva a desfavorecer a dimensão propriamente

²¹ Descartes caiu exatamente nessa armadilha, quando, para sustentar seu sujeito, puro ponto evanescente de pensamento, instala um outro substancial, no caso Deus, como garantia.

psicológica e semântica da significação. Certamente ele não a desconhece, a identifica e a nomeia de imaginária. Mas ao submeter totalmente o imaginário ao simbólico é levado, através de alguns malabarismos teóricos, a buscar numa articulação entre simbólico e real sua definição de sujeito do inconsciente. O problema é que isso não só deixa na sombra algumas das mais interessantes observações freudianas como também enfrenta problemas diante de recentes descobertas da psicologia e da semântica cognitivas. Como será discutido no capítulo 4, as evidências atuais apontam exatamente para o contrário, para os fundamentos imaginários do simbólico. Parafraseando Lacan ao falar da questão da causa: ... *não seria um ato gratuito reabrir o debate sobre a psicologia, fantasma impossível de ser conjurado do pensamento, crítico ou não. Pois a psicologia não é, como se diz do ser também, um engodo das formas do discurso, - já ter-se-lo-ia dissipado*²². (Lacan, 1966: 839)

2.5.2 – Uma abordagem semântico formal.

Um tratamento lógico-semântico para as formações do inconsciente, especificamente para o ato falho, pode ser encontrado em *Uma semântica para o ato falho* (Thá, 2001). Tratando principalmente dos lapsos de língua, o percurso feito através das elaborações da lógica contemporânea permitiu considerá-lo em relação a outras questões que envolvem o uso da linguagem natural e que têm desafiado as tentativas de tratá-las logicamente. O lapso, considerado como proposição, como no exemplo (1.1), é similar às proposições que envolvem atitudes proposicionais. Seu tratamento formal conduz aos mesmos problemas que se encontram nas inferências em contextos de atitudes proposicionais: a derivação de conclusões paradoxais de raciocínios formalmente válidos.

A tradição lógica de Frege e de Russell propõe solucionar esses paradoxos com base numa teoria dos nomes definidos como descrições. Mas, além de introduzir conceitos problemáticos, como o de ‘sentido’ em Frege e de apresentar formas lógicas intuitivamente muito discutíveis, como em Russell, essa solução clássica não resolve o que se propõe resolver. O tratamento com uma lógica de mundos possíveis mostrou-se o

²² Essa citação é ‘quase’ literal. Apenas substituí o termo ‘causa’ pelo termo ‘psicologia’. Onde se lê ‘psicologia’ pode ler-se também ‘semântica’ sem nenhum prejuízo do sentido da sentença. A tradução é do autor.

mais adequado por assumir que estas proposições envolvem referência a mais de um estado de coisas possível. Isso fornece uma maneira prática e econômica de lidar com o problema, além de mostrar que ele não deriva de nenhuma concepção dos nomes, mas sim dos diferentes estados das crenças em consideração. Essa linha de pesquisa conduziu ao quebra-cabeça sobre crenças de Kripke (1996), cuja estrutura formal é a mesma que se encontra nos lapsos, o que permitiu tratá-los a partir da lógica de Hintikka (1962) para saber e crença. Os seguintes pontos ficaram estabelecidos:

1 - Partindo da premissa freudiana, que assume que o ato falho deve ser interpretado no mundo dos pensamentos do sujeito que o comete e implica em valores de verdade, uma semântica de condições de verdade mostrou ser possível para sua formalização.

2 - O lapso é o fenômeno resultante da interferência entre duas proposições provenientes de diferentes conjuntos de idéias do mesmo sujeito, embora relativos à mesma situação, pessoa ou objeto. Essas proposições têm o mesmo estatuto lógico que as proposições que envolvem atitudes proposicionais e implicam em referência a mais de um estado de coisas possível. Portanto, elas se interpretam em diferentes mundos possíveis e têm suas condições de verdade relativas, não apenas às entidades e conjuntos de entidades do modelo, mas também ao mundo em questão.

3 - Os diferentes mundos possíveis em questão manifestam a presença de atitudes diferentes do falante em relação à situação, pessoa ou objeto envolvidos. Dos mundos compatíveis com o que o falante acredita da situação, pessoa ou objeto, deduz-se a proposição p , a proposição interferida. Dos mundos compatíveis com o que o falante sabe dela, deduz-se a proposição q , a proposição interferente. Quando p é posto pelo lapso em confronto com q , p e q revelam-se contrárias ou contraditórias, ou seja, paradoxais.

4 - Como a relação de acessibilidade entre mundos alternativos não é simétrica, o sujeito sabe mais do que acredita saber de sua posição em relação à situação, pessoa ou objeto em questão. O lapso funciona, assim, como um ganho epistemológico, como um acréscimo de saber ao mundo das crenças do falante. A proposição efetivamente dita no lapso expressa uma verdade contingente a priori. Ela o obriga a reconsiderar suas crenças, pois seria epistemicamente indefensável para o falante negar que sabe q .

5 - Como saber e estar consciente não são a mesma coisa, o conceito de saber não se restringe a saber ativo, como o conceito de consciência implica consciência ativa. Portanto, o sujeito sabe de fato mais do que pode estar consciente num dado momento. Tratou-se, então, o fato de que as pessoas sabem e não sabem que sabem a partir da lógica mesma do saber e crença. Demonstrou-se, também, que vir a saber do que já se sabe não implica apelar para nenhum tipo de conhecimento introspectivo.

Com base nessas conclusões, ficou aberta a possibilidade de generalizar um tratamento semântico de modelo teórico para as demais formações do inconsciente. Uma vez que foi possível transcrever os lapsos de língua em termos de proposições logicamente analisáveis, essa possibilidade deve ser extensiva também aos sintomas e aos sonhos. O próprio Freud, nas análises que apresenta de sintomas e sonhos em sua obra, chega sempre a substituí-los por uma frase que os reescreve.

Por outro lado, as conceituações que Freud apresenta em sua metapsicologia das noções de inconsciente e recalçamento podem ser aproximadas das noções oriundas do tratamento lógico-semântico com mundos possíveis. No inconsciente freudiano trata-se de processos de pensamento, de mundos de saber e crença, cujo acesso à consciência ocorre por meio da ligação desses pensamentos com as representações verbais. Esse acesso é decidido pelo recalçamento, originário do eu, definido como um sistema organizado de crenças que resultam na idéia de um 'eu mesmo'. O que as formações do inconsciente mostram é que esse sistema de crenças pode se mostrar incompatível com processos de pensamento que ocorrem no 'eu inconsciente'. Na tentativa de evitar conflitos psíquicos de difícil equalização, o eu recalca, pretende manter esses pensamentos inconscientes longe da consciência e o faz privando-lhes da expressão em palavras.

Isso conduz diretamente à investigação desses sistemas de crença e das relações entre eles. Esse é o passo efetuado por essa tese e que será detalhadamente apresentado na seqüência desse texto. O resultado dessa investigação é um resgate da dimensão psicológica e semântica da obra freudiana que revela a extraordinária proximidade das intuições freudianas dos trabalhos contemporâneos na psicologia e na semântica cognitivas.

2.6 – OS IMPASSES DO OBJETIVISMO

Recentemente, principalmente a partir do final dos anos 60, as pesquisas em campos diversos como os da psicologia cognitiva, da antropologia, da filosofia, da lingüística e semântica cognitiva e das neurociências, têm apresentado evidências que questionam radicalmente as teses objetivistas da cognição, do significado e da razão. Suas teses podem ser resumidas como segue:

1) O pensamento é *corporificado*.²³ As estruturas envolvidas nos sistemas conceituais dos humanos derivam-se das experiências corporais do sujeito e de suas relações com o mundo. Além disso, o coração desses sistemas conceituais está enraizado na percepção, nos movimentos do corpo e em experiências de caráter físico e social. A mente não pode ser considerada independentemente do corpo, mas deve ser vista como *encarnada*, sendo que as experiências corporais são relevantes para as operações mentais.

2) O pensamento é *imaginativo*, tendo essa afirmação um sentido duplo. Por um lado as imagens mentais participam das atividades racionais, ou seja, há um pensar com imagens. Por outro lado, os raciocínios abstratos, que não estão diretamente enraizados na experiência corporal, utilizam conceitos derivados dela por processos analógicos, metafóricos e metonímicos. Isso demonstra que o funcionamento das representações mentais vai muito mais além do que um mero “espelhamento” do mundo exterior. Essa capacidade imaginativa permite que os processos mentais vão além do que se apresenta através dos sentidos.

3) O pensamento tem propriedades *gestálticas*. Considerar o raciocínio como uma atividade composicional que de unidades atômicas constrói unidades maiores é apenas uma parte da questão e não esgota todo o funcionamento mental.

4) O pensamento inclui *conteúdos*. O conteúdo semântico dos conceitos desempenha um papel relevante e fundamental no raciocínio, o que mostra que a capacidade racional não se esgota na manipulação de símbolos e regras de combinação sintáticas.

Esses resultados, no fundo, apontam para um problema fundamental, que não é referente ao paradigma lógico-formal em si mesmo, mas que este acabou herdando em

²³ O termo inglês utilizado aqui por Lakoff (1990) e por Johnson (1990) é *embodied*.

função de seu compromisso com a visão objetivista. Lakoff resume esse problema com as seguintes palavras:

Most of the inadequacies that we have found with that model boil down to one inadequacy – the lack of what we have called “conceptual embodiment”. The symbols used in the computation are meaningless. Thought is not meaningful, and a nonobjectivist account must be given of what makes it meaningful. That, I claim, is conceptual embodiment. (1990: 348)

A terceira parte desta tese resenha algumas das pesquisas mais relevantes e influentes que apresentam evidências que suportam as quatro características listadas acima, fornecendo bases empíricas e teóricas para uma abordagem cognitiva da razão e do significado na experiência humana. Além disso, explora as relações entre as pesquisas atuais e as elaborações freudianas.

Independentemente do desenvolvimento das teorias cognitivistas a partir de resultados experimentais, o próprio desenvolvimento da semântica formal de modelo teórico, em sua aplicação à linguagem natural, tem documentado os impasses da semântica de correspondência, apontando com isso seus limites. Esse será o assunto do próximo capítulo, onde, partindo de seus fundamentos em Frege, tentar-se-á traçar uma breve história desses impasses e das propostas de solução que apontam os limites desse empreendimento.

CAPÍTULO 3

OS LIMITES DO PARADIGMA LÓGICO-FORMAL

3.1 – FREGE: O SENTIDO E A REFERÊNCIA

A solução semântica que as linguagens formais têm adotado é considerar que o significado é uma *relação* que se estabelece entre uma expressão lingüística e *algo não lingüístico*. Esta idéia originou uma família de teorias do significado – chamadas de *teorias da correspondência* - que partem do seguinte princípio: o significado é a relação entre os símbolos de uma linguagem e certas entidades que são independentes desta linguagem. As duas questões que se abrem a partir das teorias da correspondência e que vão determinar suas variantes são: qual a natureza da relação entre os símbolos e as entidades, e qual a natureza das entidades às quais os símbolos se referem.

Quanto à primeira questão, pode-se dizer que há consenso. A relação de significado entre uma palavra ou expressão lingüística e as coisas às quais ela corresponde é convencional e não natural. Além disso essa relação idealmente poderia ser vista como referencial, ou seja, as expressões lingüísticas *referem* as entidades extra-lingüísticas, seja lá o que forem estas entidades: objetos, eventos ou propriedades no mundo atual ou em algum mundo possível; idéias, sentimentos ou experiências vivenciados pelos indivíduos; imagens de objetos reais ou fictícios, etc.... A princípio, uma *teoria referencial do significado* não envolveria a segunda questão apontada acima, a da natureza das entidades, pois parece compatível com qualquer posição a respeito dessa, seja o conceitualismo, o realismo platônico, o realismo empírico ou o nominalismo. No entanto, as coisas não são tão simples, como se verá a seguir.

Uma situação ideal seria aquela na qual o significado e a referência das expressões da linguagem sempre coincidissem, ou seja, onde o significado fosse totalmente equivalente à sua referência. Teríamos então uma linguagem ideal na qual cada símbolo referiria uma entidade única, e cada entidade do mundo seria a referência de um único símbolo. É até possível construir uma linguagem artificial na qual se verifique essa situação, como na semântica para a lógica de primeira ordem, mas sua

aplicação à linguagem natural enfrenta dificuldades insuperáveis. Um exemplo paradigmático dessas dificuldades pode ser encontrado na obra *Sobre o sentido e a referência* (*Über sinn und bedeutung*) (1892/1978) de Frege, justamente o autor que fundou os sistemas lógicos extensionais. Tomem-se, como exemplo, as seguintes afirmações:

(3.1) A estrela da manhã é a estrela da manhã.

(3.2) A estrela da manhã é a estrela da tarde.

A primeira afirmação é uma tautologia, uma verdade analítica a priori. Já a segunda expressa uma verdade sintética a posteriori, uma vez que só pode ser estabelecida através de uma descoberta empírica. No entanto, ambas as expressões referem-se ao mesmo objeto, o planeta Vênus. Se significado e referência coincidissem, teríamos que aceitar, portanto, que essas duas afirmações tem o mesmo significado, o que não é o caso. A mesma coisa acontece com expressões como: ‘o presidente do Brasil’, ‘o meu prato favorito’, ‘o livro que estou lendo’, etc... Embora o significado dessas expressões permaneça sempre o mesmo, seus referentes mudam de tempos em tempos.

A teoria do significado de Frege vai distinguir, então, entre *sentido* (*sinn*) e *referência* (*bedeutung*). Além disso, Frege distingue também na sentença sua *força* (*kraft*) e seu *tom* (*färbung*). A força de uma sentença refere-se à função que ela tem quando pronunciada, indicando se se trata de uma afirmação, de uma pergunta, de uma exclamação, etc... Já o tom indica as *representações* (*vorstellungen*)²⁴ que o falante associa com a expressão, as associações mentais subjetivas implicadas no uso da linguagem.

Ao postular a distinção entre sentido e referência, Frege introduz um outro tipo de entidade entre as expressões lingüísticas e os objetos no mundo: os *sentidos* (*senses*). Para dar o significado de uma expressão lingüística não basta relacioná-la com sua extensão, uma entidade ou um conjunto de entidades; é preciso, além disso, associá-la a uma outra entidade chamada sentido. Considere-se um sintagma nominal que descreve

²⁴ Em algumas traduções o termo *vorstellung* aparece traduzido por *idéia*.

um conjunto: 'os paranaenses que são ruivos'. Este sintagma refere-se a certas entidades ou coisas no mundo especificando um número de propriedades comuns entre elas. Este conjunto de entidades constitui a referência do sintagma, enquanto que o critério usado para determinar esta referência é o sentido do sintagma.

Em seguida, Frege distingue cuidadosamente a referência e o sentido de um signo da representação associada a ele:

Se a referência de um sinal é um objeto sensorialmente perceptível, minha representação é uma imagem interna, emersa das lembranças de impressões sensíveis passadas e das atividades, internas e externas, que realizei. Esta imagem interna está freqüentemente saturada de emoções; a claridade de suas diversas partes varia e oscila. Até num mesmo homem, nem sempre a mesma representação está associada ao mesmo sentido. A representação é subjetiva; a representação de um homem não é a mesma de outro. Disto resulta uma variedade de diferenças nas representações associadas ao mesmo sentido. Um pintor, um cavaleiro e um zoólogo provavelmente associarão representações muito diferentes ao nome "Bucephalus". A representação, por tal razão difere essencialmente do sentido de um sinal, o qual pode ser a propriedade comum de muitos, e portanto, não é uma parte ou modo da mente individual; pois dificilmente se poderá negar que a humanidade possui um tesouro comum de pensamentos, que é transmitido de uma geração para outra. (1892/1978: 65)

Neste parágrafo, Frege distingue claramente três ordens de entidades, três níveis ontológicos: (1) o nível físico, dos objetos do mundo sensorialmente perceptíveis; (2) o nível mental, que contém as representações subjetivas, imagens, lembranças e (3) o nível dos pensamentos, onde estão os sentidos, os conceitos, as proposições e as funções. Diante da natureza subjetiva das representações, que são absolutamente singulares e pertencem a um único indivíduo, Frege postula um nível em que a objetividade e a comunicação sejam possíveis, um nível de alguma forma universal e compartilhado por todos os homens. Assim, diante de um sinal qualquer, diferentes pessoas podem associar diferentes representações, vinculadas a suas próprias experiências, mas isso não impede que apreendam o mesmo sentido. Distinguindo claramente sentidos objetivos de

representações subjetivas, Frege separa o registro do pensamento do registro mental e psicológico, ecoando a distinção kantiana entre forma e conteúdo.²⁵

É importante observar que a distinção entre subjetivo e psicológico por um lado e objetivo e lógico por outro precede, na obra de Frege, a distinção entre sentido e referência. Antes de dispor dela, em *Os fundamentos da aritmética* (1884/1974), estudando o significado das palavras, Frege observa a importância da distinção entre a *bedeutung* e a *vorstellung*.

Nos parágrafos 59 e 60 desse texto, Frege observa que as palavras podem ou não despertar representações (*vorstellung*) na mente das pessoas, e estas podem ser completamente diferentes de pessoa para pessoa, mas não é necessário que a representação corresponda ao conteúdo (*bedeutung*) da palavra. Por exemplo, a palavra 'apenas' poderia representar-se como uma proposição onde ela ocorre ou evocar sua forma escrita. Já a distância entre a Terra e o Sol não tem representação alguma. Mesmo algo concreto, como o planeta Terra, não pode ser representado como é; tomará a forma de uma esfera grande, por exemplo. Porém, isso não impede que as pessoas pensem sobre esses objetos e possam emitir juízos dotados de grande certeza sobre a Terra ou sobre a distância desta ao Sol.

Bem freqüentemente somos conduzidos pelo pensamento até muito além do representável, sem perder com isto a base para nossas conclusões. Ainda que seja impossível para nós homens, ao que parece, pensar sem representações, sua conexão com o que é pensado pode contudo ser inteiramente exterior, arbitrária e convencional. (1884/1974: 252)

Disso Frege conclui que a confusão entre significado e representação ocorre porque se considera uma palavra isoladamente, e, ao proceder assim, a indagação sobre seu significado conduz imediatamente ao recurso à representação. Ora, ao invés disso, deve-se considerar a proposição completa, da qual as palavras isoladas fazem parte. Apenas nela é que as palavras têm seu significado.

²⁵ Embora deva-se dizer que Frege vai muito mais além de Kant, este enfoca a estrutura da consciência humana, onde situa a sede da razão pura, enquanto que Frege separa a razão da consciência, ou da experiência subjetiva de maneira geral.

Frege extrai dessas considerações três princípios semânticos fundamentais aos quais se atém firmemente no curso de suas investigações:

deve-se separar precisamente o psicológico do lógico, o subjetivo do objetivo;

deve-se perguntar pelo significado das palavras no contexto da proposição e não isoladamente;

não se deve perder de vista a distinção entre conceito e objeto.

Para obedecer ao primeiro princípio empreguei a palavra representação sempre em sentido psicológico, e distingui as representações dos conceitos e objetos. Se não se observa o segundo princípio, fica-se quase obrigado a tomar como significado das palavras imagens internas e atos da alma individual, e desse modo a infringir também o primeiro. (1884/1974: 208)

O quadro desenhado por Frege pode ser resumido como segue: a referência (*bedeutung*) de um nome é o próprio objeto designado (nível ontológico 1); a representação (*vorstellung*) que se tem dele é inteiramente subjetiva (nível ontológico 2); entre ambos está o sentido (*sinn*) que não é tão subjetivo quanto a representação, mas não é o próprio objeto (nível ontológico 3).

Uma vez estabelecida claramente a distinção entre lógico e psicológico, Frege examina em seu texto de 1892 as relações entre o sentido e a referência. O núcleo de sua argumentação é a postulação de que o sentido precede e determina a referência por uma questão de necessidade lógico-semântica. Em sua teoria não há espaço algum para a ostensão; nenhum signo é índice puro no sentido de remeter diretamente a um referente sem a intermediação do sentido linguístico. Essa teoria aplica-se tanto a nomes (expressões que se referem a uma entidade) quanto a sentenças.

Os nomes incluem não apenas nomes próprios, como Sócrates, Londres, mas também descrições definidas como 'a estrela da manhã', 'o presidente do Brasil', etc... Sua referência é uma entidade e seu sentido é o que Frege chama de *modo de apresentação*, que consiste em um conjunto de descrições que apresentam a mesma entidade de diferentes maneiras. Por essa razão um nome como 'Sócrates', por constituir-se numa abreviação de descrições, pode tolerar variações de sentido, enquanto que sua referência permanece a mesma. 'Sócrates' pode ser descrito de várias maneiras

diferentes: o filósofo que foi condenado a beber cicuta, o professor de Platão, etc... descrições que têm diferentes sentidos, mas o mesmo referente.

O paradoxo apresentado em (3.1) e (3.2) fica resolvido da seguinte maneira: o sentido de ‘estrela da manhã’ pode ser explicitado pela descrição ‘o mais brilhante corpo celeste no céu ocidental na aurora’ e o sentido de ‘estrela da tarde’ como ‘o mais brilhante corpo celeste no céu oriental no crepúsculo’. Esses sentidos revelam duas maneiras diferentes pelas quais as expressões determinam suas referências. Isso permite uma explanação das diferenças cognitivas entre (3.1) e (3.2). A sentença (3.1) é verdadeira no caso das referências dos dois nomes serem as mesmas. Como trata-se de uma tautologia, seu valor de verdade é muito evidente, independentemente de que referência de fato se trata. Já a sentença (3.2) só será verdadeira se as referências de ‘estrela da manhã’ e ‘estrela da tarde’ forem a mesma. Mas isso não pode ser determinado considerando-se unicamente os sentidos de ambas as expressões. É necessário o apelo ao conhecimento empírico. Isso demonstra que os nomes podem ter sentido, sem ter automaticamente referência.

Da mesma forma que os nomes, as sentenças para Frege também têm um sentido e uma referência. O sentido de uma sentença corresponde a um certo *pensamento*, que deve ser entendido como sendo uma proposição, o conteúdo semântico da sentença, algo, de certa forma, objetivo. Uma e a mesma proposição é evocada para todos os falantes de uma linguagem que entendem uma sentença. Note-se que, para Frege, a proposição é o sentido e não a referência de uma sentença. Considere-se, por exemplo, as seguintes sentenças:

(3.3) *A araucaria augustifolia é uma árvore.*

(3.4) O símbolo do Estado do Paraná é uma árvore.

Estas sentenças, apesar de terem o mesmo referente, expressam proposições diferentes, como ocorre com os nomes.

No que diz respeito à questão da referência das sentenças, Frege chama atenção para o seguinte caso:

(3.5) Um unicórnio está solto no parque.

Ora, o nome ‘unicórnio’ não tem referência (ao menos no mundo atual). Segundo o princípio fregeano da composicionalidade (que diz que o significado das expressões complexas é função do significado das expressões que a compõem), esta sentença tão pouco teria referência. No entanto há dois pontos a considerar. Em primeiro lugar, a proposição expressa pela sentença (3.5) independe se o nome ‘unicórnio’ tem ou não referência. Em segundo lugar, quando se julga se (3.5) é verdadeira ou falsa, deve-se assumir se há algo que é referência de ‘unicórnio’ ou não. Assim, a referência de ‘unicórnio’ é importante, muito embora ela não afete o sentido da sentença (3.5). Frege conclui que a referência de uma sentença é seu valor de verdade, uma vez que ela é função do valor de verdade das expressões que a compõem.

Ou seja, o sentido de uma sentença é a proposição que ela expressa e sua referência o seu valor de verdade. E, da mesma forma que nos nomes, o sentido de uma sentença estabelece o critério para determinar sua referência, uma vez que o sentido determina como as coisas devem ser para que a sentença seja verdadeira ou falsa.

Apesar da referência só poder ser alcançada via sentido, Frege tem uma predileção especial pela referência. Em um texto subsequente a *Sobre o sentido e a referência*, mas somente publicado postumamente, intitulado *Digressões sobre o sentido e a referência*, Frege discute sua distinção no que diz respeito aos termos conceituais. Deixa, então, muito claro o porquê de sua separação entre o lógico e o psicológico, e de sua clara predileção pela referência, ou pela lógica da extensão em detrimento da lógica do conteúdo:

Tendo em vista o que se disse, estamos em condição de afirmar “Aquilo a que dois termos conceituais se referem é o mesmo se, e somente se, suas extensões conceituais coincidem”, sem incorrer em erro pelo uso inadequado do termo “o mesmo”. E com isso, creio, aos lógicos da extensão é feita uma concessão considerável. Eles têm razão quando, por sua predileção pela extensão conceitual em detrimento do conteúdo conceitual, consideram a referência das palavras, e não o sentido, como o essencial para a Lógica. Os lógicos do conteúdo gostam de se ater ao sentido, pois o que eles chamam de

conteúdo é, se não a representação, ao menos o sentido. Não se apercebem que, em Lógica, não importa como se originam os pensamentos a partir de outros pensamentos sem considerar seu valor de verdade; que se tem de passar do pensamento para o valor de verdade, ou mais genericamente, do sentido para a referência; que as leis lógicas são, primordialmente, leis no domínio das referências, e só indiretamente se relacionam com o sentido. Se estamos interessados na verdade – e a Lógica visa à verdade – também devemos perguntar pelas referências, devemos rejeitar os nomes próprios que, embora tenham um sentido, não designam ou nomeiam nenhum objeto; devemos rejeitar termos conceituais que não tenham nenhuma referência. (1970/1978: 113)

Frege é um lógico, e está interessado em fazer ciência, um saber que corresponda às coisas, um saber que possa ser julgado verdadeiro ou falso em função de sua correspondência com os objetos que descreve. Por essa razão seu interesse concentra-se na relação entre o mundo dos pensamentos – onde estão os conceitos que para Frege são funções proposicionais – e o mundo das coisas que esses pensamentos visam a descrever. E admite que há uma relação de recobrimento, ou de espelhamento como quer Rorty, entre o pensamento lógico e as coisas, entre as leis lógicas e as leis do domínio das referências. Por essa razão todos os processos psicológicos e subjetivos estão totalmente excluídos das considerações. Como diz Mark Johnson: *This is the Objectivist view of meaning in its purest form.* (1990: XXX)

Frege estava perfeitamente ciente dos problemas desse tipo de posição, os mesmos problemas que levaram Descartes a postular seu Deus não enganador como garantia do pensar: os argumentos idealistas, céticos, ou até de empiristas como Berkeley, que questionam a própria existência dos objetos exteriores, ou ao menos a certeza dessa existência. Sua resposta, nesse ponto, é “curta e grossa”: “Respondo que não é nossa intenção falar da nossa representação de lua, nem nos contentamos apenas com o sentido quando dizemos “a lua”; pelo contrário, pressupomos uma referência.” (1892/1978: 65) É possível que as pressuposições sejam falsas, mas elas são absolutamente necessárias para fazer ciência. Sem dúvida o correto seria, a cada referência, acrescentar a ressalva: “caso tal referência exista.” Ocorre que, dentro dessa perspectiva, para fazer ciência do mundo é necessário que ele exista, senão todo o saber cairia no vazio.

A teoria do significado de Frege foi concebida para uso exclusivo na lógica, ou em sua linguagem peculiar, na ideografia. Estava longe de seu pensamento estendê-la a toda experiência lingüística e cognitiva humana. Frege nunca negou que a experiência mental existisse, pelo contrário. O problema é que julgava que não se podia fazer ciência com ela. Prova disso são suas constantes referências à poesia em seus textos. Examinando essas referências pode-se constatar uma ambigüidade muito interessante quanto às relações entre o sentido e a representação. Essa ambigüidade aparece formulada de maneira muito sutil na citação acima: “Os lógicos do conteúdo gostam de se ater ao sentido, pois o que eles chamam de conteúdo é, se não a representação, ao menos o sentido.” Ou seja, a possibilidade de confusão entre sentido e representação existe. Mas ela existe por falta de precisão por parte dos lógicos do conteúdo ou porque ela existe em si mesma, por haver uma região comum e de difícil discriminação entre as duas? Deveríamos optar pela segunda alternativa, já que o próprio Frege fazia essa confusão. No texto *Sobre o sentido e a referência* ele diz:

...devido à associação incerta das representações com as palavras, pode haver, para alguém, uma diferença que para outro não se dê. ... Pertencem ainda a essas possíveis diferenças os coloridos e os sombreados a que a arte poética e a eloqüência procuram dar sentido. Tais coloridos e sombreados não são objetivos, mas devem ser evocados pelo próprio ouvinte ou leitor, conforme as sugestões do poeta ou do orador. Se não houvesse alguma afinidade entre as representações humanas, a arte seria certamente impossível; mas nunca pode se averiguar exatamente até onde nossas representações correspondem às intenções do poeta. (1892/1978: 66)

Isso quer dizer: a arte trabalha com as representações (*vorstellung*). Mas, no texto *Digressões sobre o sentido e a referência*, ele diz: “Na poesia, naturalmente, as palavras têm apenas sentido (1970/1978: 107), e mais adiante: E para a poesia é suficiente o sentido, o pensamento sem referência, sem valor de verdade; mas tal não basta para a ciência.” (114). Ou seja, a arte trabalha com o sentido (*sinn*).

Estas contradições são bastante reveladoras e indicam a dificuldade de discriminar entre esses dois campos. Este é exatamente o ponto que se pretende salientar aqui: a

separação entre o mundo dos pensamentos e o mundo das representações é conceitualmente útil para explicar o significado das expressões e o raciocínio humano? Não seria ela um artifício para justificar a possibilidade de um pensamento científico que se proponha objetivo e verdadeiro, mas que, quando aplicada aos processos cognitivos humanos, torna mais obscuras as questões envolvidas?

Para discutir essa questão, primeiramente adotar-se-á a estratégia de seguir a proposta fregeana de separação entres esses três campos e verificar como ela se comporta quando aplicada à linguagem natural. Para isso percorrer-se-á, a seguir, os desenvolvimentos da semântica de modelo teórico, que procura enfrentar os problemas da linguagem natural tentando formulá-los e explicá-los com o auxílio das premissas lógicas.

A figura 3.1 a seguir resume os principais conceitos fregeanos discutidos até aqui:



figura 3.1

3.2 – INTENSÕES E EXTENSÕES

Embora os modelos puramente extensionais oriundos das linguagens clássicas da lógica de predicados e da lógica proposicional frege-russellianos possam ser aplicados a fragmentos da linguagem natural, revelam-se muito simples para serem adequados à totalidade desta, encontrando problemas para modelar advérbios, tempos verbais, modos

auxiliares, sentenças complexas, condicionais, e contextos modais e de atitudes proposicionais, geralmente chamados de *contextos intensionais*.

Estes problemas levaram ao desenvolvimento da lógica intensional, na qual a interpretação semântica é derivada da distinção fregeana entre sentido e referência, agora chamadas de *intensão* e *extensão*. A intensão de uma expressão é seu conteúdo conceitual, enquanto a extensão são as entidades às quais esse conteúdo conceitual se aplica. A diferença com a abordagem estritamente fregeana é que a extensão de uma expressão pode variar segundo o contexto em que ela é interpretada. Por essa razão, a interpretação semântica, chamada de *semântica de modelo teórico*, adiciona ao modelo de interpretação um conjunto de mundos e tempos. Estes compõem um modelo, baseado na teoria dos conjuntos, no qual são construídas correspondências com os objetos, propriedades e relações do estado de coisas que está em pauta.

A intensão recebe uma definição formal, como sendo uma função que mapeia as expressões da linguagem (nomes, predicados, sintagmas e sentenças) para seus referentes em cada contexto de mundos e tempos que esteja em consideração. Os nomes e descrições são mapeados a entidades, os predicados a conjuntos de entidades e as sentenças a valores de verdade, sempre considerando os mundos e tempos possíveis em que a interpretação está sendo efetuada.

Essa definição formal de intensão captura a essência da noção fregeana de sentido e a noção de múltipla referência dá uma solução elegante aos problemas surgidos na discussão da referência das expressões. Sem dúvida alguma, tomar o sentido fregeano como uma função permitiu a elaboração de uma semântica formal capaz de propor uma solução para uma série de questões e paradoxos produzidos pelo uso da linguagem natural. Por exemplo, sentenças temporais podem ser interpretadas num modelo contendo um conjunto de tempos, enquanto que sentenças contrafatuais, modais e com verbos de atitudes proposicionais requerem para sua interpretação um conjunto de mundos possíveis.

As intensões são muitas vezes descritas como conceitos, por exemplo em Gamut 1991, Cann 1993. Mas, Partee 1979 faz uma diferença entre intensão e conceito (citada por Allan, 2001:50): conceitos são entidades cognitivas, entidades psicológicas que providenciam a representação semântica das expressões; já intensões são aquilo do que os

conceitos são conceitos: entidades abstratas não ligadas a um particular mundo ou tempo. Assim, um falante se utiliza da intensão de uma expressão linguística para falar de um determinado mundo num determinado tempo. Na verdade essa diferença retoma a tripartição ontológica de Frege, situando as intensões no mundo do pensamento, dos entes lógicos, distinguindo-as das representações e idéias subjetivas do mundo mental. De fato, o problema aqui é com o próprio termo *conceito* que, como o próprio Frege nota, “é empregado de diversos modos; em parte, em sentido psicológico, em parte, em sentido lógico e, em parte talvez, numa confusa mistura de ambos.” (1892/1978b: 89) Frege opta, evidentemente, pelo sentido lógico e assimila o conceito a uma função de um argumento cujo valor é sempre um valor de verdade. Sendo assim, não há problema em descrever as intensões como conceitos, desde que se entenda esse termo no sentido fregeano. No entanto o uso do termo intensão no lugar de sentido visa reforçar seu lado lógico-funcional e isolá-lo totalmente do lado representacional, ou de conteúdo, que introduz a ambigüidade notada por Frege.

Essa definição de intensão captura adequadamente o que as intensões fazem, mas evita a questão do que são seus conteúdos. Por exemplo, uma função intensional como ‘o filho de x’ mapeia entidades a valores de verdade para cada instanciação de ‘x’. Isso identifica o que o sintagma faz, mas deixa em aberto a questão de seu conteúdo, ou seja, o que ser filho é, aliás, a questão decisiva para a aplicação da função a qualquer entidade, sem o que não é possível decidir o valor de verdade de uma instanciação particular. A discussão que segue procurará mostrar que essa questão não é simples e que, de fato, conduz ao questionamento da separação fregeana entre o lógico e o psicológico. Ela será abordada desde duas áreas problemáticas para a semântica de modelo teórico: a questão dos nomes e a questão das atitudes proposicionais.

3.2.1 – Nomes, descrições e designadores rígidos.

A intensão de uma expressão linguística pode ser definida como consistindo nas propriedades abstratas que permitem instanciar as entidades às quais ela se refere, e a maneira como ela faz isso é identificando as propriedades características, ou o conjunto delas, que a entidade denotada deve ter. Essa maneira de conceituar as intensões, conhecida como a *visão clássica da categorização*, implica considerar as categorias

conceituais como conjuntos abstratos que podem ser decompostos em uma relação de propriedades necessárias e suficientes.

Toda uma tradição filosófica originária dos gregos e que desemboca em Frege e Russell admite que organizamos racionalmente o mundo em categorias e que essas categorias se definem por um determinado número de características. Para essa tradição, as categorias são arbitrárias, ou seja, nada no mundo ou no sistema nervoso determina como se classificam os dados da observação. Quem providencia os critérios para isso são as culturas e as linguagens. Dessa forma, as pessoas aprendem a identificar e construir essas categorias tal como são definidas por suas culturas. Além disso, os conjuntos de propriedades definidores de uma categoria são necessários e suficientes, ou seja, todos os membros de uma determinada categoria compartilham dos mesmos atributos definidores que, por sua vez, são capazes de excluir todos os que não são membros da categoria.

Dentro das ciências cognitivas, essa posição estabeleceu-se, ao menos desde seus inícios até meados do Século XX, como a “maneira certa” de pensar sobre categorias, conceitos e classificações (conf. Gardner, 1996:359). Eleanor Rosch descreve essa posição da seguinte forma:

Assumia-se que o processador era racional, e voltava-se a atenção à natureza lógica das estratégias de resolução de problemas. Presumia-se que a “mente ocidental madura”, abstraindo o conhecimento das idiossincrasias da experiência particular cotidiana, empregava as leis aristotélicas de lógica. Quando aplicado a categorias, isto significava que conhecer uma categoria era ter um recorte claro abstraído, critérios necessários e suficientes para a pertinência à categoria. Se outros processos de pensamento, tais como a imagética, a definição ostensiva, o raciocínio por analogia a exemplos particulares ou o uso de metáforas chegassem a ser considerados, eles eram geralmente relegados a seres inferiores como as mulheres, crianças, povos primitivos ou até mesmo a não humanos. (Rosch e Lloyd, 1978:2, citado em Gardner, 1996:361)

Nesta visão o que se chama de nome próprio não é um verdadeiro nome, mas sim uma descrição abreviada. A cada nome próprio o falante da linguagem associaria alguma propriedade (ou conjunto de propriedades) que determinaria seu referente como sendo a

única coisa que preencheria as propriedades associadas. Com isso, um nome poderia apresentar flutuações de sentido, mas uma identidade de referência. Assim, por exemplo, para alguns falantes ‘Aristóteles’ pode estar associado com ‘o professor de Alexandre’, para outros com ‘o discípulo de Platão’, para outros ainda com ‘o estagirita’, mas para todos a referência é o mesmo indivíduo.

A tradução disso numa semântica de modelo teórico é considerar a interpretação das constantes (nomes e descrições definidas) como dependentes do mundo em consideração, o que resulta tratá-las como *conceitos individuais*, ou seja, uma função de mundos possíveis para indivíduos. O problema é que, nas linguagens naturais, nomes, particularmente os nomes próprios, e descrições definidas não têm o mesmo comportamento. Por exemplo, na sentença ‘Luiz Inácio Lula da Silva é o Presidente do Brasil’, enquanto que ‘Luiz Inácio Lula da Silva’ designa uma pessoa, que ocorre ser num determinado tempo o Presidente do Brasil, a descrição definida, o Presidente do Brasil, tem diferentes referências em diferentes mundos e tempos. De acordo com Frege (conf. Gamut (1991: 50)) isto é uma lamentável ocorrência nas linguagens naturais e que nunca deveria ser permitida numa linguagem logicamente ideal: cada nome próprio deveria ser introduzido explicitamente por meio de uma simples descrição definida.

Esse tratamento soluciona alguns problemas (como, por exemplo, as inferências problemáticas apresentadas nos pares de sentenças (3.1) e (3.2), (3.3) e (3.4) acima), mas levanta outros. Deve-se observar que estas diferenças no sentido geram diferentes idioletos, o que quer dizer que nem todos os falantes associam as mesmas descrições aos mesmos nomes próprios, o que pode trazer de volta aquele incômodo mundo psicológico para dentro da semântica formal. Alguns filósofos desta tradição, descontentes com esta consequência, tentaram modificar esta visão, afirmando que o que se associa com um nome é uma família de descrições. Assim, ‘Aristóteles’ é a entidade que tem uma longa lista de propriedades, ou ao menos a maioria delas, sendo que, se dois falantes associam diferentes propriedades ao mesmo nome, compartilham-nas de um fundo comum, de certa forma social e comunitário, de propriedades.

Outro problema é o da identidade trans-mundos. Como determinar se uma entidade num determinado mundo é a mesma em outro mundo? Seria, então, necessário fixar um critério de identidade, ou seja, um conjunto de condições necessárias e

suficientes para determinar, em qualquer mundo possível, quem seria, por exemplo, Luiz Inácio Lula da Silva. Mas isso esbarra na questão exposta acima. David Lewis (conf. Gamut (1991: 72)) adota uma solução bastante radical para esse problema. Defende uma concepção puramente realística para os mundos possíveis. Todos existem, bem como o mundo atual, que é apenas um deles, o que se realizou neste particular instante do tempo. Assim, que os indivíduos possam ser os mesmos em diferentes mundos possíveis é algo que está fora de questão, o que evita o problema da identidade. Lewis a substitui pela relação de *contraparte*. Dois indivíduos, em diferentes mundos possíveis, podem se parecer de tal forma que cada um é contraparte do outro nos respectivos mundos.²⁶

Saul Kripke (1985) propõe uma solução diferente para este problema, que tem exercido grande influência na semântica e na filosofia da linguagem. Considera a diferença entre usar a descrição (ou a família de descrições) para dar o sentido do nome ou usá-la para determinar a referência do nome numa teoria da referência. O exemplo que ele usa é o do nome 'metro'. Considerando a definição padrão de metro como a medida da barra S conservada em Paris, e desconhecendo os fatores de temperatura e pressão para conveniência do exemplo, a seguinte equivalência é aplicável: 'metro é o comprimento de S no tempo t_0 '. Há duas maneiras de considerar essa equivalência: dizer que a descrição 'o comprimento de S no tempo t_0 ' é sinônima do designador 'metro', ou dizer que ambos não são sinônimos e que a descrição apenas cumpre o papel de fixar a referência do nome 'metro'. Ora, há uma diferença intuitiva entre 'um metro' e 'o comprimento de S em t_0 '. 'Um metro' designa rigidamente e de modo padronizado um certo comprimento e isso deve valer para todos os mundos possíveis. Pode ocorrer que, no mundo atual, o comprimento de S seja um metro; pode ocorrer que a barra tenha sido submetida a variações de temperatura e seu comprimento não seja mais de um metro. Mas em nenhuma situação contrafactual pode-se pensar que 'um metro' designe outro comprimento que não seja o comprimento padrão nomeado 'um metro'. Já a descrição 'o comprimento de S em t_0 ' não designa nada rigidamente, pois em qualquer situação contrafactual a barra S poderia ser maior ou menor. A descrição é, portanto, um

²⁶ Essa visão das categorias conceituais como um conjunto de propriedades necessárias e suficientes tem sido recentemente questionada por uma série de evidências empíricas que apontam para uma outra visão da categorização humana. Esses dados e suas conseqüências teóricas serão objeto de larga discussão no próximo capítulo.

designador não rígido. Logo, a descrição não é sinônima do nome; ela determina sua referência estipulando que ‘um metro’ é um *designador rígido* desta distância.

Para Kripke esse é o caso dos nomes próprios, dos termos gerais (metro, litro...), dos nomes de tipos naturais (animais, vegetais e químicos) e dos nomes de fenômenos naturais perceptíveis pelos sentidos (como calor, luz, etc...). Todos estes são *designadores rígidos*, ou seja, em todos os mundos possíveis designam o mesmo objeto ou fenômeno. Já as descrições são *designadores não rígidos ou acidentais*, pois não designam o mesmo objeto em todos os mundos. Pelé não poderia ser outro que não Pelé, mas ‘o Ministro Extraordinário dos Esportes em 1997’ poderia ter sido alguém outro que Pelé numa situação contrafactual.

No caso dos designadores rígidos é plausível supor que suas referências sejam fixadas, via descrição, por propriedades contingentes do objeto ou do fenômeno. Se se supõe que um nome significa o mesmo que uma descrição ou conjunto de descrições, ele não poderia ser um designador rígido, pois não necessariamente designaria o mesmo objeto em todos os mundos possíveis, já que outros objetos poderiam ter tido tais propriedades em outros mundos. Tome-se, por exemplo, a seguinte afirmação: ‘Aristóteles foi o maior dos alunos de Platão’. Se esta descrição for usada para definir o nome ‘Aristóteles’ ele significa ‘o maior dos alunos de Platão’. Ora, em outro mundo possível este homem poderia não ter estudado com Platão e outro homem poderia ter sido Aristóteles. Mas, se a descrição estiver sendo utilizada para fixar o referente, então este homem será o referente de ‘Aristóteles’ em todos os mundos possíveis. Assim, contrafactualmente pode-se dizer: ‘suponha que Aristóteles nunca tenha feito filosofia’; isto significa apenas supor que *este homem* nunca fez filosofia.

Kripke (1985:93) não está pretendendo fazer uma teoria da referência de maneira rigorosa, apresentando o que seriam suas condições necessárias e suficientes. Apenas está tentando apresentar um quadro mais condizente com a realidade da nomeação, que o apresentado pelas teorias das descrições. Nesse sentido, o que as pessoas realmente fazem? Um nenê nasceu; seus pais o chamam por um certo nome. Falam dele a amigos. Outras pessoas o conhecem. Através de uma série de falas, o nome deste nenê vai passando de pessoa a pessoa, de elo a elo, como numa corrente. Uma pessoa que esteja no fim da corrente, que ouviu falar dele, ao pronunciar seu nome estará referindo-se a ele,

mesmo que não possa lembrar de quem ouviu o nome e mesmo que não possa identificá-lo de forma singular por meio de um conjunto de propriedades. Ora, uma cadeia de comunicação alcançando este nenê foi estabelecida em virtude de sua pertença a uma comunidade que passou seu nome de elo a elo, como numa cerimônia privada. Não é necessário saber de quem o falante obteve a referência; o que é relevante é a cadeia de comunicação. A referência de um nome depende não apenas de uma pessoa, mas das pessoas de uma comunidade, da história de como o nome chegou até ali, etc... Seguindo-se esta história é que se pode obter a referência.

Em resumo, o quadro do designador rígido é o seguinte: Um batismo inicial tem lugar, no qual o objeto pode ser nomeado por ostensão ou a referência do nome pode ser fixada por descrição. O nome é passado de elo a elo pelo fato de que os falantes são membros de uma comunidade de falantes que usam o nome com a mesma referência. Nos casos em que o referente é determinado por uma descrição (por alguma propriedade identificadora paradigmática), esta não é um sinônimo para o qual o nome é uma abreviação; ela fixa a referência por algumas marcas contingentes do objeto. O nome que denota o objeto é usado para referi-lo mesmo em situações contrafatuais onde o objeto não tem necessariamente as propriedades em questão.

Esta visão dos nomes próprios foi chamada pelo próprio Kripke de *milliana*, por representar uma abordagem mais próxima à de J. S. Mill que a da tradição fregeana. Para Mill o nome próprio é simplesmente um nome, não tendo outra função lingüística que a de referir diretamente seu portador. Esta teoria atualmente é conhecida como a *teoria da referência direta* e sua abrangência tem sido ampliada para o tratamento dos termos singulares de maneira geral. Seu grande mérito foi ter demonstrado que as teorias clássicas de como funcionam os termos singulares estão erradas. Indexicais, como 'eu', 'aqui', 'agora', e nomes próprios são paradigmas de termos singulares. Descrições definidas, como 'a capital da França', 'o mais famoso utilitarista', também são termos singulares. Na teoria clássica não há muita diferença entre os dois. Na nova teoria há um imenso fosso. As teorias clássicas frege-russellianas sobre a referência de nomes próprios sustentam que os usuários de um nome devem ter acesso a condições necessárias e suficientes para a correta aplicação do nome. A nova teoria tem mostrado que a clássica

está equivocada sustentando que nomes próprios comuns e mundanos referem diretamente seus portadores sem mediação de sentido, significado, nem nada no gênero.

A noção de designadores rígidos torna a questão da identidade trans-mundo um falso problema. Não faz sentido tentar determinar se duas entidades em dois mundos diferentes são de fato uma comparando suas propriedades. Se concebe-se um mundo possível como um país estrangeiro evidentemente é necessário ter um critério de identidade de forma a saber, nesse outro país, se tal entidade é a mesma ou não. Porém, mundos possíveis não são dados, são estipulados com as condições descritivas que se associam com eles. Criam-se mundos possíveis, não se os descobre. Dessa maneira, pode-se apontar *este indivíduo* e perguntar o que teria acontecido com ele se os eventos tivessem sido diferentes. Não se começa com mundos possíveis e, então, pergunta-se sobre os critérios de identificação trans-mundos. Ao contrário, começa-se com os objetos dados que podem ser identificados no mundo atual e então se pergunta que coisas poderiam ter sido verdadeiras destes objetos em outros mundos. Assim, mundos possíveis devem ser pensados em termos epistemológicos, como sendo determinados pelas condições descritivas associadas.

É necessário apresentar aqui uma distinção fundamental que Kripke introduz. Voltando ao caso do metro, Kripke pergunta: é uma verdade necessária que 'o bastão S tem um metro no tempo t_0 '? Quem partilha da tradição kantiana, que considera todo a priori necessário e todo o necessário a priori, irá responder que, uma vez que isso se sabe a priori, logo é necessário. Kripke, porém, faz uma distinção entre essas duas categorias com base em outra distinção, entre noção epistemológica e noção metafísica. O a priori é uma noção epistemológica, pois as verdades a priori são aquelas que podem ser sabidas independentemente da experiência. Já a necessidade é uma noção metafísica que nada tem a ver com o conhecimento de alguém sobre alguma coisa. Para compreender isto basta considerar que, se algo é falso, é obviamente não verdadeiro, mas se algo é verdadeiro pode-se perguntar se poderia ter sido de outra maneira, o que implica considerar a possibilidade de que o mundo possa ser diferente do que ele de fato é. Se a resposta para isto é não, o fato em questão não poderia ter sido de outra maneira mesmo que o mundo fosse diferente, o fato verdadeiro é um fato necessário. Se a resposta é sim,

é um fato contingente. Dessa maneira, pode-se ter verdades necessárias que não são sabidas a priori, o que não impede que haja verdades contingentes sabidas a priori.

Justamente este é o caso da definição “o bastão S tem um metro no tempo t_0 ”. Se se considera que essa definição é usada para fixar a referência do nome ‘metro’, há um certo comprimento que se deseja marcar e se o marca com uma propriedade accidental (pois obviamente o comprimento em questão poderia ter sido outro). Metafisicamente não é uma verdade necessária que S tem um metro em t_0 e epistemologicamente é um a priori, pois é resultado da definição que se saiba automaticamente e sem investigação que S tem um metro. Esta é, portanto, uma verdade contingente a priori.

Essa distinção permite a Kripke lidar com certos problemas que a teoria dos designadores rígidos comporta quanto à substitutividade dos nomes próprios da mesma coisa tanto *salva veritate* quanto *salva significatione*. Considere-se o seguinte exemplo:

(3.6) *Hesperus é Hesperus.*

Hesperus é Phosphorus.

O exemplo (3.6) envolve a noção de necessidade e falha, pois, enquanto que é logicamente necessário que uma coisa seja idêntica a si mesma, não é logicamente necessário que dois nomes diferentes tenham a mesma referência. Pode-se pensar num estado de coisas em que *Hesperus* seja de fato o planeta Vênus, mas onde *Phosphorus* seja o planeta Marte. De fato, a identidade ‘*Hesperus é Phosphorus*’ expressa uma verdade contingente e não necessária. Essa explicação, tradicional na lógica, será contestada por Kripke a partir da distinção entre epistemologia e metafísica.

Enquanto que a primeira sentença é uma identidade e, logo, expressa uma verdade necessária, a segunda, embora ambos os nomes refiram-se ao mesmo corpo celeste, por expressar uma descoberta empírica, é uma verdade contingente, já que poderia ter sido diferente. Kripke rebate este argumento fazendo notar que, considerando os nomes como designadores rígidos, a segunda sentença expressa uma verdade necessária tanto quanto a primeira, pois em nenhuma situação contrafactual isso poderia ser diferente. Sem dúvida que a verdade de ‘*Hesperus é Phosphorus*’ não pode ser sabida a priori e pode ter sido largamente desacreditada antes de que as evidências empíricas viessem a confirmá-la.

Mas é preciso separar a questão epistemológica da descoberta empírica da necessidade metafísica envolvida nesta afirmação. O argumento completo, tal como é apresentado em *Naming and Necessity* (Kripke, 1985:101ss), é como segue. Utiliza-se '*Hesperus*' como nome de um certo corpo celeste. Utiliza-se '*Phosphorus*' como nome de um certo corpo celeste. São nomes desse corpo em todos os mundos possíveis. Se é o mesmo corpo em todos os mundos possíveis, são nomes do mesmo objeto. Logo, em todos os mundos possíveis '*Hesperus é Phosphorus*' é verdadeiro. Trata-se de uma verdade necessária a posteriori, pois não é sabida anteriormente à experiência. É crucial distinguir aqui a verdade contingente da descoberta empírica da verdade necessária da asserção de identidade entre os nomes.

Com a distinção entre noção epistemológica e noção metafísica Kripke acaba introduzindo nas considerações lógicas o domínio da experiência sensível, ou das verdades de fato. Para se compreender o significado de uma sentença como *Hesperus é Phosphorus* é preciso sair do domínio das puras relações lógicas e incluir um conhecimento do mundo que independe delas e que só pode ser adquirido pela via da experiência. Ora, uma verdade necessária é tradicionalmente concebida como uma verdade que pode ser estabelecida por pura decorrência lógica, logo por meios puramente sintáticos, como é o caso das tautologias. Mostrar que possa haver uma verdade necessária a posteriori, ou seja, uma verdade que só pode ser estabelecida como necessária a partir da experiência, é, de certa forma, mostrar que certas expressões não podem ser julgadas verdadeiras ou falsas exclusivamente por intermédio de meios sintático-dedutivos. É preciso introduzir algo além da pura forma lógica para estabelecer a verdade ou falsidade de expressões como estas. O que é preciso introduzir é uma noção semântica que não pode ser obtida senão através da experiência do sujeito cognoscente.

Mas, como conceber o que é a experiência para Kripke? Ora, a teoria da referência direta implica que os designadores rígidos não tem intensão, são puros nomes envolvendo o mundo dos pensamentos apenas na relação que se estabelece entre uma expressão lingüística e o mundo externo e objetivo. O epistemológico para Kripke situa-se nesta relação: entre o mundo lógico, metafísico, e a realidade do mundo exterior. Isso significa que a experiência é a experiência direta do sujeito com o mundo, sem a intermediação de fatores subjetivos, o que implica considerar que os objetos estão aí no

mundo, tal como os vemos, os sentimos, os percebemos. É como se os registros mentais – no caso os nomes – registrados sob alguma forma lingüística ou lógica correspondessem univocamente com os objetos no mundo. Temos aqui uma versão da teoria do código proposicional, que defende que os objetos da realidade objetiva são codificados e armazenados em nossas mentes sob a forma de registros simbólicos, sejam eles dígitos binários ou algo semelhante à notação do cálculo proposicional.

Isso quer dizer que os teóricos da extensão (para usar um termo de Frege) simplificam o esquema fregeano, pretendendo passar sem esse incômodo mundo dos conceitos. Quine dizia que as intensões devem ser exorcizadas e que ser é ser o valor de uma variável. Russell apostava na forma lógica, subjacente à forma lingüística, para resolver os problemas filosóficos. Temos então que o mundo dos pensamentos de Frege fica esvaziado de todo e qualquer conteúdo, reduzindo-se à pura sintaxe e todas as relações semânticas ficam situadas na correspondência deste com o mundo objetivo. A figura anterior adquire a forma da figura 3.2:

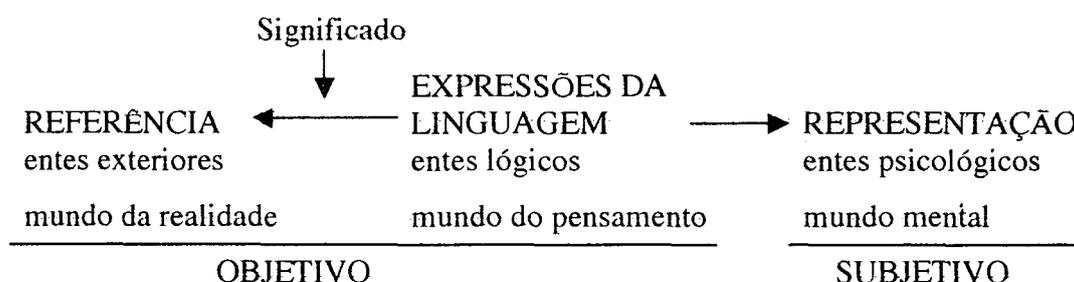


figura 3.2

Nesse caso, o mundo subjetivo é epifenomênico, um resultado do processamento dos entes lógicos no mundo dos pensamentos. Nossas imagens mentais, nossa subjetividade nada mais são do que o resultado de um processamento puramente simbólico de representações que espelham o mundo exterior ao sujeito. No entanto, os mesmos argumentos que Kripke utiliza podem ser avaliados por outro ângulo, se não se utilizar os cânones objetivistas.

Em primeiro lugar, considere-se o que é, exatamente, a referência de um designador rígido? Tome-se, por exemplo, o termo 'tigre'. Se alguém pergunta: "O que é um tigre?", pode-se responder: "Um tigre é um grande felino, quadrúpede, carnívoro, de pêlo amarelo com faixas pretas." Citando uma análise que faz Paul Ziff (Kripke, 1985:119), Kripke diz: "suponha-se que numa clareira da selva alguém diz: 'veja, um tigre de três pernas!' Alguém ficaria confuso com isso?" Se 'tigre' em português significa, entre outras coisas, quadrúpede, a sentença 'um tigre de três pernas' só pode ser uma contradição. Se for parte do conceito de tigre que um tigre tem quatro pernas, não pode haver tigres com três pernas. Indo mais longe, seria uma contradição supor que se descobrisse que o tigre nunca tem quatro pernas? Suponha-se que os exploradores que atribuíram essas propriedades ao tigre estivessem sofrendo de ilusão de ótica e que os animais que eles viram eram de fato de uma espécie de três pernas. Dir-se-ia então que não existem tigres? Kripke pensa que se diria que, apesar da ilusão de ótica dos exploradores, os tigres de fato têm três pernas. Ainda mais longe, é verdade que tudo o que satisfaz a descrição acima é necessariamente um tigre? Parece que não. Suponha-se que se descobrisse um tipo de animal que, apesar de ter toda a aparência externa de um tigre, tivesse uma estrutura interna completamente diferente, digamos um tipo de réptil muito peculiar. Concluir-se-ia, então, que há certos tigres que são répteis? Certamente não. Concluir-se-ia que esses animais, embora tivessem as características externas dos tigre, de fato pertencem a outra espécie e não à chamada 'espécie dos tigres'. Isto porque o conceito original de tigre, como de gato, de ouro, etc... é: *esta espécie de coisa*, onde a espécie é identificada por *instâncias paradigmáticas* e não por definições descritivas qualitativas.

Nesta análise evidencia-se com bastante clareza que o que é utilizado para a identificação do ente referente ao nome não é exatamente um objeto da experiência sensível, mas uma instância paradigmática. Mas o que é uma instância paradigmática? Certamente não é um tigre real, pois se o fosse, um tigre de três pernas, visto por entre a vegetação de uma floresta, não seria reconhecido como tigre. Sem dúvida pode-se reconhecer como um tigre uma figura muito degradada ou até um desenho esquemático que o represente por poucos traços característicos. E isso não ocorre apenas com tigres, mas com a maioria dos objetos que fazem parte da vida cotidiana. As pessoas são capazes

de reconhecer e nomear objetos conhecidos mesmo em condições muito precárias, por exemplo, à noite, num local escuro, de costas. Kripke tem razão em observar que uma teoria descricionista é muito pouco factível para explicar esses fenômenos. Mas certamente uma teoria objetivista também o é. Parece difícil evitar a idéia de que as pessoas têm alguma forma de representação genérica na cabeça que aplicam aos objetos do mundo para reconhecê-los e nomeá-los. Seja lá o que for essa representação – uma imagem, um esquema simbólico, etc... – para considerá-la é inevitável introduzir o cognitivo, ou o mundo das representações mentais. Isso quer dizer que a experiência sensível do sujeito não pode ser reduzida a um espelhamento da realidade, mas deve incluir a estrutura cognitiva do sujeito que percebe. A discussão do próximo capítulo mostrará que “esta espécie de coisa identificada por uma instância paradigmática” é muito melhor explicada dentro de uma semântica cognitiva do que dentro de uma semântica de modelo teórico.

Considere-se, em segundo lugar, o que são mundos possíveis. Kripke começa com as entidades e, então, estipula um mundo possível com as condições descritivas desejadas. Mundos possíveis não são descobertos, são criados, são obra da atividade mental das pessoas. Por essa razão devem ser considerados em termos epistemológicos. Ora, começar com objetos que podem ser identificados no mundo atual e então perguntar que coisas poderiam ter sido verdadeiras destes objetos em outros mundos é um exercício de imaginação. Pode-se, por exemplo, imaginar que os cavalos são unicórnios e descrever como seria o mundo se eles de fato fossem unicórnios. Para transformar cavalos em unicórnios, é necessário tomar o cavalo como uma instância paradigmática e inserir em sua cabeça uma outra instância paradigmática descrita pelo termo chifre. Certamente isso exige habilidades cognitivas de um tipo não contemplado pelas regras lógicas de inferência, uma vez que a imaginação está estreitamente ligada com o pensamento imagético, analógico, metafórico e metonímico. O próprio mundo atual em que vivemos pode ser concebido como um mundo possível que já esteve na imaginação das pessoas antes de ser real. Basta pensar em todos esses objetos criados pelo homem que cercam nosso cotidiano: “esse computador” em que escrevo, um dia esteve na mente imaginativa de seu criador, como um objeto imaginário, e passou por muitos outros mundos possíveis até chegar a realizar-se como essa máquina que tenho em minha frente hoje.

Pode-se ver claramente que, para construir mundos possíveis, não se parte de objetos que podem ser identificados no mundo atual, mas sim de objetos que podem ser identificados no mundo cognitivo do indivíduo que constrói esses mundos. Isso não quer dizer, evidentemente, que os objetos não existam. Quer dizer simplesmente que eles não existem independentemente do sujeito que os percebe e os concebe.

Os argumentos apresentados acima têm um efeito algo perturbador tanto na divisão fregeana clássica entre o lógico e o psicológico, quanto na assimilação do significado à correspondência entre as expressões da linguagem e um mundo “objetivo” composto de entidades, conjuntos de entidades e relações entre elas. Pode-se resumir-los em três pontos:

1 - Se para atingir as verdades lógicas era necessário excluir a experiência do sujeito, a análise de Kripke vem mostrar exatamente o contrário, isto é, para estabelecer uma verdade lógica (necessária) é preciso introduzir a experiência do sujeito que conhece. Os babilônicos não poderiam saber da verdade necessária da identidade *Hesperus é Phosphorus* sem uma investigação empírica.²⁷

2 – Se os nomes referem diretamente os entes nomeados, esses entes não podem ser os de uma realidade objetiva mas devem ser localizados a partir do mundo cognitivo do sujeito. De outra forma as pessoas não conseguiriam reconhecer os referentes quando eles ocorrem na experiência atual ou considerá-los em mundos contrafatuais.

3 – Os mundos possíveis só podem adquirir “objetividade” como efeito da relação entre os objetos considerados e a experiência do sujeito que os concebe. São, portanto, derivados do processamento cognitivo dos sujeitos.

²⁷ Um exemplo muito interessante disso é o do ato falho. Mostrei em outro lugar (Thá, 2001) que num ato falho, um lapso de língua, por exemplo, expressa uma verdade contingente a priori. Isso quer dizer que a proposição expressa pelo ato falho, como fruto da interferência entre duas proposições que no entanto pertencem a dois conjuntos de pensamento diferentes, não depende de investigação empírica, como no caso dos babilônicos. Ambas as proposições interferentes seguem logicamente do conjunto de pensamentos já presentes no sujeito dos quais elas se deduzem, não envolvendo investigação sobre o que o sujeito não sabe. Em ambos os casos a questão é epistemológica, embora no primeiro trata-se de investigar o que não se sabe enquanto que no segundo de investigar o que já se sabe. Para vir a compreender a verdade da afirmação *Hesperus é Phosphorus* os babilônicos precisariam introduzir o psicológico no lógico (ou a representação no conceito), enquanto que para vir a compreender um ato falho o sujeito deverá introduzir o lógico no psicológico (ou o conceito na representação).

3.2.2 – Saber, acreditar e outras atitudes.

Outro domínio da linguagem natural onde a semântica intensional enfrenta dificuldades são as expressões que contém os chamados verbos de *atitudes proposicionais*, tais como saber, acreditar, desejar, temer, etc... Os problemas aparecem com a falência num padrão de inferência conhecido como *substitutividade da identidade* ou *lei de Leibniz* que estabelece que, quando uma identidade da forma ' $a=b$ ' é verdadeira, os termos a e b são intercambiáveis em qualquer lugar *salva veritate*. Em outras palavras, permite a substituição de termos e expressões extensionalmente equivalentes de uma sentença para outra sem que o valor de verdade da sentença original seja modificado. Em contextos puramente extensionais, essa regra funciona a contento, coisa que não ocorre em contextos modais e de atitudes proposicionais. Russell e Whitehead, em seu *Principia Mathematica*, introduziram o termo *opacidade* para referir os contextos onde a substitutividade da identidade não funciona, em oposição aos contextos *transparentes* onde ela não conduz a violações do princípio de não-contradição. Esses contextos também são chamados de *hiperintensionais*. Considerem-se os seguintes exemplos:

(3.7) Copérnico sabia que a Estrela da Manhã era um planeta.

A Estrela da Manhã é o mesmo planeta que a Estrela da Tarde.

Logo, Copérnico sabia que a Estrela da Tarde era um planeta.

(3.8) Pedro quer observar a Estrela da Manhã.

A Estrela da Manhã é a Estrela da Tarde.

Logo, Pedro quer observar a Estrela da Tarde.

O problema dessas inferências é que, mesmo que 'Estrela da Manhã' e 'Estrela da Tarde' sejam extensionalmente equivalentes, a verdade de 'Copérnico sabia que a Estrela da Manhã era um planeta' não implica na verdade de 'Copérnico sabia que a Estrela da Tarde era um planeta', da mesma forma que a verdade de 'Pedro quer observar a Estrela da Manhã' não implica na verdade de 'Pedro quer observar a Estrela da Tarde'. Isso se deve à presença dos verbos 'saber' e 'querer' nas expressões, uma vez que Copérnico não

sabia da identidade extensional de ‘Estrela da Manhã’ e ‘Estrela da Tarde’ e que Pedro, mesmo que saiba dessa identidade, pretende observar o aparecimento do planeta Vênus como a Estrela da Manhã e não como a Estrela da Tarde.

Esses problemas ocorrem também em expressões que permitem as ditas leituras *de re* e *de dicto*, como:

(3.9) João acredita que a moça que ele viu na festa era Maria.

A descrição definida ‘a moça que ele viu na festa’ pode tanto referir-se à moça que de fato João viu na festa, ou à moça que João acredita ter visto na festa e que ele pensa ser Maria. A primeira leitura é uma interpretação *de re*, o que significa ‘sobre a coisa’, ou seja, refere-se ao objeto descrito, a coisa no mundo atual. A segunda é uma interpretação *de dicto*, o que significa ‘sobre o que é dito’, onde o importante é o que a descrição está dizendo sobre o objeto referido.

Muitas soluções têm sido propostas, inclusive fora de uma semântica intensional, mas nenhum consenso foi alcançado.²⁸ Tem sido proposto que a solução reside numa semântica intensional mais refinada, uma vez que esses exemplos indicam que algo mais do que a equivalência lógica (no caso, igualdade de intensões) é necessário para garantir a substitutividade *salva veritate* em contextos hiperintensionais. Também tem sido sugerido que contextos hiperintensionais se situam além dos limites da semântica intensional e que uma solução satisfatória deve envolver também a pragmática. A esse respeito L. T. F. Gamut comenta:

The relations between language and language users can to a large extent be abstracted away in semantics, but not entirely, and the analysis of belief contexts is thought to be one area in which the semantic interpretation must take language users into account. (1991: 74)

Jakko Hintikka, em seu texto sobre a lógica do saber e crença, *Knowledge and belief: an introduction to the logic of the two notions* (1962), apresenta uma solução que

²⁸ Uma discussão mais completa dessas soluções pode ser encontrada em Thá 2001.

conjuga as duas sugestões referidas acima, procurando manter-se fiel ao princípio da extensionalidade das expressões ao mesmo tempo que utiliza uma semântica com mundos possíveis. Primeiramente (Hintikka, 1967) nota que a falência do princípio da substitutividade não é um indício de que os termos singulares referem entidades de tipos diferentes do que as usuais entidades extensionais. Isto é consequência do fato de que, em contextos opacos, deve-se considerar os indivíduos como membros de mais de um estado de coisas ou curso de eventos. Em segundo lugar, é possível restaurar as inferências problemáticas por meio de premissas suplementares. Para que os termos a e b sejam intersubstituíveis, eles devem referir o mesmo indivíduo em todos os mundos possíveis que estão sendo considerados. Se, por exemplo, está se falando do que Copérnico acredita, esses mundos serão aqueles compatíveis com tudo o que ele acredita. Logo, a substitutividade de a e b requer, além da verdade de ' $a = b$ ', a verdade de 'Copérnico acredita que $(a=b)$ '.

Com isso propõe tratar as intensões com a elegância de uma semântica puramente extensional. Quando se pensa na intensão da expressão 'as mulheres presidentes do Brasil', realmente se está pensando na extensão, não na extensão no mundo atual, o conjunto vazio (\emptyset) como propôs Frege, mas na extensão que a expressão teria em algum mundo possível em que o Brasil tivesse uma mulher na presidência. A extensão de uma expressão não precisa ser a mesma em cada mundo possível. Da mesma forma, duas expressões que tenham a mesma extensão no mundo atual não precisam tê-la em outro mundo.

A partir dessas constatações, Hintikka vai propor um tratamento lógico para sentenças com saber e crença, do tipo "eu sei que p " ou "eu acredito que p " com base em duas distinções fundamentais:

1 – A primeira distinção diz respeito às condições de verdade dessas sentenças. O que significa alguém dizer: 'eu sei que p '? Uma afirmação dessas pressupõe que a pessoa em questão possa discutir não só a verdade de p , mas também se ela está em posição, ou em condição, de realmente sabê-lo. Sem dúvida, muitas vezes o verbo 'saber' é usado de tal maneira que essa assunção não é satisfeita. Quando o verbo 'saber' está sendo usado no sentido de 'estar consciente' ou simplesmente 'acreditar', não está sendo usado no sentido 'forte' do termo. Por exemplo, no discurso cotidiano, se uma pessoa diz a outra

que p ocorreu, o ouvinte poderá afirmar: 'eu sei que p ocorreu', o que significa estar consciente de p e acreditar no informante. Mas é possível que as informações que se tem não permitam sustentar que se sabe no sentido forte do termo. Assim, não faz sentido indagar alguém que está em posição de ter uma opinião verdadeira sobre algo com os mesmos argumentos que se usaria se esse alguém estivesse em posição de realmente saber desse algo. O sentido básico do verbo 'saber' implica que, se é consistente para alguém dizer que é possível, por tudo que ele sabe, que p é o caso, então deve ser possível para p vir a ser o caso, sem invalidar qualquer um dos seus conhecimentos. Ou seja, não deve haver inconsistência entre um estado de coisas em que p é verdadeiro e o estado de coisas no qual a pessoa sabe o que diz saber.

Isso é válido também para a noção de crença. Se algo é compatível com tudo o que alguém acredita, então deve ser possível esse algo vir a ser o caso, sem que seja necessário que essa pessoa tenha que desistir de nenhuma de suas crenças. Da mesma maneira, se as crenças de alguém são consistentes, deve ser possível que elas venham a ser verdadeiras sem que a pessoa tenha que desistir de nenhuma delas. Porém, assim como ocorre com o termo 'saber', há outros sentidos do termo 'acreditar' que não satisfazem a definição acima, pois não expressam a convicção que nela está implicada. Com muita frequência, o termo 'acreditar' é empregado no sentido de 'parecer', 'conjecturar', 'ter a impressão de'. A diferença é que crença implica convicção, enquanto que as outras formas apenas impressão consciente. Na convicção há compromisso do falante com suas afirmações. Um homem de fé convicto diz que 'acredita que Deus existe' e não que 'tem a impressão que Deus existe', ou que 'isso lhe parece', ou que 'ele conjectura que Deus existe'.

Se isso aproxima as noções de saber e crença, há, no entanto, uma grande diferença entre elas. Se o que é sabido deve ser verdadeiro, não há nenhuma razão para supor que o que é acreditado deva ser verdadeiro. Ou seja, tanto saber quanto crença, em seus sentidos básicos ou principais, implicam convicção e compromisso do falante com suas palavras, com a diferença de que no saber há uma relação com a verdade do que se diz que se sabe, enquanto que na crença há apenas opinião sobre a verdade do que se diz que se acredita.

Note-se aqui que Hintikka está utilizando dois modelos diferentes em sua semântica. Em um deles, a interpretação da verdade das expressões ocorre no mundo possível “objetivo” em consideração. No outro, a verdade das expressões é julgada em função do mundo dos pensamentos do sujeito, o que é sabido ou acreditado por ele com convicção e compromisso do falante com o que diz. Isso é uma aplicação da idéia de que, para julgar a verdade de expressões como ‘eu acredito que $a = b$ ’ requer-se, não apenas a verdade de ‘ $a = b$ ’ mas também a verdade de ‘eu acredito que $a = b$ ’. O que faz a diferença entre os sentidos fortes de saber e crença é exatamente a exigência de que, quando o sujeito diz ‘eu sei que p ’, não só essa sentença expressa uma convicção que deve ser verdadeira no mundo dos saberes do sujeito, mas que também deve ser verdadeira no mundo externo a seus pensamentos. Já na crença há apenas opinião sobre o estado de coisas do mundo externo.

Ao introduzir o mundo dos saberes e crenças do sujeito como modelo para verificação da verdade das expressões, se está introduzindo, de fato, o mundo cognitivo ou psicológico. Quando se fala no ‘mundo dos saberes de Copérnico’ e se evoca esse mundo para julgar a verdade ou falsidade de afirmações como ‘Copérnico sabia que a Estrela da Manhã é a Estrela da Tarde’, se está utilizando como parâmetro do julgamento, não algum estado de coisas objetivo, mas o estado em que se encontram os pensamentos de Copérnico. Essa sentença é avaliada em função de um conjunto de pensamentos que realizam o estado cognitivo de Copérnico num determinado momento. É exatamente um mundo possível, um mundo estipulado para representar o estado dos pensamentos de Copérnico, o que implica considerar esse mundo possível como fundamentalmente cognitivo. Se o significado das sentenças é analogado a seu valor de verdade, e se esse valor de verdade deve ser avaliado em um mundo cognitivo, logo, o significado das sentenças está ligado à cognição e não à uma realidade objetiva suposta.

2 – A segunda distinção é do âmbito da pragmática, ou como Hintikka a nomeia, de caráter *performatório*. A questão é: até que ponto a noção de consistência lógica é aplicável a sentenças de atitudes proposicionais? Se alguém diz: ‘eu não sei se p ’, não estaria sendo consistente a menos que seja possível, por tudo que ele sabe, que p falhe em ser o caso. Dessa forma seria inconsistente para alguém dizer isso quando p é uma consequência lógica de tudo o que ele sabe. Mas como saber não se confunde com estar

consciente, se essa relação de consequência for distante, a pessoa pode não saber que p é o caso, pois pode não ver que p segue daquilo que ela sabe. Ela estaria, então, justificada em dizer ‘eu não sei se p ’, mesmo que p venha a ser o caso. Ora, isso fere a noção de consistência tal como usualmente é usada na lógica. O mesmo acontece em implicações da forma: ‘se ele sabe que p , então ele sabe que q ’. Segundo a definição do sentido básico de saber, a inferência é válida na medida em que p implica logicamente q . Mas é claramente inadmissível inferir ‘ele sabe que q ’ de ‘ele sabe que p ’ com base na implicação lógica entre p e q , pois a pessoa em questão pode não ver que p implica q . Ora, ninguém, numa situação dessas, criticaria a pessoa por inconsistência.

Em função disso, Hintikka (1962:31) propõe, para o tratamento lógico do saber e da crença, usar o termo *defensibilidade* no lugar do termo consistência. Isso porque a noção de consistência aplicável nesses casos é pragmática, refere-se à capacidade da pessoa de seguir as consequências lógicas do que ela sabe. Suponha-se que alguém diga: ‘Eu sei que p , mas eu não sei se q ’, e suponha-se que se poderia mostrar a essa pessoa que p implica logicamente q . Nesse caso, o que ela diz que não sabe está implícito no que ela diz que sabe. Logo, não seria coerente para ela persistir dizendo que ela não sabe se q é o caso. Se ela for razoável, pode-se persuadi-la a retratar-se de uma de suas afirmações sem que seja necessário fornecer nenhuma informação nova, apenas seguindo o suficiente as consequências do que ela já sabia. Assim, defensibilidade substitui consistência, indefensibilidade substitui inconsistência e proposições auto-sustentáveis substitui proposições válidas.

A característica geral de afirmações defensáveis ou indefensáveis é que elas dependem, para sua verdade, da possibilidade ou não de alguém em seguir suficientemente longe as implicações do que sabe. Por exemplo, o fato de que uma proposição da forma: ‘se a sabe que p , então a sabe que q ’ seja auto-sustentável não significa que a pessoa referida por a saiba que q tão logo ela saiba que p . Significa que, se ela sabe que p , e persegue suficientemente as consequências do que sabe, virá também a saber que q . Mas, se ela fará isto ou não, é outra questão. Uma discussão desse tipo só é aplicável se se considera a diferença crucial entre o que se sabe e se acredita por um lado e estar consciente disso por outro. Ora, as pessoas sabem e acreditam muito mais do que ‘pensam conscientemente’ que sabem e acreditam. Isso reflete-se na produção *on line* do

conhecimento pois não há razões lógicas por que alguém que sabe p deva saber que q , mesmo quando q seguir p for perfeitamente óbvio. Ninguém, numa situação dessas, diria que a pessoa está sendo inconsistente, mas sim que ela não entendeu a questão, que está confusa, que ‘realmente’ sabe, que deveria saber, ou que não está sendo sincera ao dizer que não sabe. Conseqüências desse tipo não são implicações que *se deveria* saber, mas sim que *se pode* saber sem fazer uso de qualquer outra informação. As implicações lógicas do que se sabe, na maioria das vezes, não vêm à tona sem um considerável trabalho da parte do sujeito sobre as informações que ele já têm.

Não há como fazer uma lógica para expressões de saber e crença (e para atitudes proposicionais em geral) sem recorrer à *performance* do falante. As implicações do tipo: ‘eu sei que p , logo eu sei que q ’ devem ser analisadas a partir de seu caráter performatório, ou seja, de seu uso concreto pelo falante que as expressa. Isso permite a Hintikka fazer uma distinção entre implicações epistêmicas e doxásticas e implicações virtuais. Estas últimas são implicações lógicas que seguem as regras lógicas de inferência, enquanto que as primeiras requerem o falante e o que ele atualmente sabe ou acredita em seu estado cognitivo. Por essa razão elas não podem ser julgadas desde o ponto de vista da consistência lógica, mas da defensibilidade epistêmica ou doxástica.

Essas distinções permitem a Hintikka fazer uma crítica muito interessante ao introspeccionismo e à tendência de tomar a si próprio como referência, dois aspectos fundamentais do que tradicionalmente se opõe ao objetivismo, o subjetivismo. Isso porque o grande risco, e verdadeiro, que lógicos como Frege viam no psicologismo é o passo em falso para um subjetivismo absoluto. É importante observar que quando se fala em cognição não se está falando em subjetivismo no sentido de negar a realidade exterior e reduzir tudo ao solipsismo do sujeito. Por subjetividade quer se indicar a inclusão do sujeito que percebe e concebe na consideração do significado e da razão. Isso é completamente diferente do que se entende tradicionalmente por subjetivismo que confunde a vida mental com a consciência e esta com domínio e controle da razão.

O *argumento da introspecção* defende que uma mente não pode não estar consciente de seus próprios estados, entre os quais saber e crença. Parece impossível duvidar que uma mente possa não estar sempre ciente de si mesma. Se se sabe algo, seguramente se está apto para reconhecê-lo. Ora, esses argumentos, aparentemente tão

intuitivos, são inteiramente falaciosos porque confundem implicações virtuais com implicações epistêmicas e doxásticas. As implicações que sugerem que saber e crença são acessíveis à introspecção devem ser construídas como implicações epistêmicas e doxásticas entre proposições na primeira pessoa, isto é, com referência ao falante e não como implicações virtuais entre proposições na terceira pessoa. Não se pode passar do epistêmico: ‘eu sei o que eu sei e o que eu acredito’ para o virtual: ‘todos sabem o que sabem e o que acreditam’. Isso porque uma proposição epistêmica pode ser julgada defensável ou indefensável em função de fatores pragmáticos, o que implica considerar o que o sujeito pode ou não vir a saber em consequência do que ele sabe. A ênfase recai no que se *pode vir a saber*, se ele percorrer as implicações de seu saber. Isso que dizer simplesmente que saber e crença não são *estados* prontos para serem reconhecidos pelo sujeito, mas *construções ativas* que dependem da *performance* do sujeito em determinado contexto, ou seja do trabalho cognitivo sendo efetuado.

What we have arrived at is therefore a partial analogy between overt speech-acts and more or less private thought-acts. It would be suggestive to try to generalize this analogy and to view the notion of thinking as an “analogical extension” of the notion of saying. ... Thinking, on this view, is not so much an interior monologue as an interior dialogue;... (Hintikka, 1962: 93)

Assim, saber e crença não são estados mentais que possam ser reconhecidos por introspecção. As implicações epistêmicas e doxásticas são confundidas com as virtuais pela tendência de se tomar a si próprio como paradigma sem perceber que isso envolve uma analogia que não pode ser feita. No dizer de Hintikka (1962:88): *In a sense, the myth of the self-illumination of certain mental activities is therefore a consequence of the myth of one’s privileged access to them.*

3.3 – EXTENSÕES, INTENSÕES E COGNIÇÃO

Todo o trajeto feito acima pode ser resumido na seguinte frase: do lógico formal ao cognitivo. Ele demonstra que os impasses encontrados no tratamento lógico da razão humana e das línguas naturais conduziram à necessidade de considerar a cognição como elemento chave na explicação semântica e das atividades racionais humanas. Sendo

assim, é necessário reconsiderar a separação dos campos do lógico e do psicológico proposta por Frege, observando que eles são um só. Da mesma forma é necessário deixar de lado a divisão intuitiva entre um mundo externo objetivo e um mundo interno subjetivo.

Retomando a diferença fregeana entre sentido e referência, viu-se que o sentido tem um aspecto claramente funcional, que foi largamente explicitado formalmente pela semântica intensional como uma função de mundos possíveis para extensões. Essa definição captura adequadamente como as intensões funcionam. Mas não o que elas são, qual seu conteúdo. Viu-se que as soluções fregeanas - de encará-las como um conjuntos de propriedades necessárias e suficientes - e a solução kripkeana - de descartá-las completamente - não funcionam adequadamente para explicar seu comportamento na linguagem natural. A esse respeito, observou-se em Frege uma ambigüidade quanto ao uso do termos *sinn*, ora designando o aspecto funcional e lógico, ora o aspecto representacional e psicológico. Essa ambigüidade reaparece em Hintikka, que acaba por localizá-la em conjuntos de saber e crença com um sabor claramente cognitivo. Dessa forma, parece bastante natural que o conteúdo das intensões seja situado nas representações cognitivas, seja qual for o modelo teórico que se utilize para tratá-las. Como discutiu-se no exemplo do termo 'tigre', não há como passar sem alguma espécie de representação mental que possa indicar de que extensão se está falando, em qualquer mundo possível que esteja em consideração. Da mesma forma, quando se consideram expressões com atitudes proposicionais, não há como evitar falar dos conjuntos de pensamentos do sujeito para tratar de seus sentidos. Keith Allan, em *Natural language semantics* (2001) fornece a seguinte definição "cognitivista" de intensão:

The intention of expression e_{OL} in the object language is all the attributes perceived in or conceived of the typical denotatum (e) of e_{OL} when e_{OL} is used in a conventional manner within the (object) language. This definition of intention corresponds very closely to Lakoff's 'idealized cognitive model' (Lakoff 1987:68). (336)

Todos os atributos percebidos ou concebidos indica exatamente essa característica de representação cognitiva das intensões, que Lakoff modela em seus ICM (*idealized cognitive models*), que serão tratados nos capítulos subsequentes.

Por outro lado, o que dizer da referência? Tanto quanto o sentido, a referência também tem sua polêmica. O fato de haver referências inexistentes ou imaginárias sempre incomodou os lógicos da extensão, como Russell e Quine, por exemplo. Mas não há como evitar o fato de que, embora não existam, todos são capazes de entender o que seria a referência do termo 'marciano'. Os mundos possíveis são uma resposta adequada para isso. Mas também eles, incluindo-se o mundo atual, não têm como ser considerados sem apelar para as capacidades imaginativas humanas. Das extensões pode-se dizer o mesmo que das intensões. O conceito de extensão captura adequadamente o que ela faz, mas não o que ela é. O que ela faz é apontar um referente para a expressão, mas esse referente não se confunde com o *typical denotatum*. Considere-se qual é o típico *denotatum* de canguru. Uma criança nascida e criada em Curitiba nunca viu um canguru, mas é capaz de reconhecer um quando o vê filmando, ou num desenho animado, ou numa figura de algum livro, até mesmo mal desenhado por um coleguinha. A extensão do termo canguru inclui todas as realizações concretas do canguru, mas esse termo não poderia ser aplicado adequadamente aos referentes senão através de um modelo cognitivo que incluía essas realizações concretas na categoria conceitual de canguru. Dessa forma, o aspecto semântico não pode ser reduzido a um aspecto puramente funcional, sintático ou formal, uma vez que seu conteúdo, não pode ser reduzido a uma relação com uma objetividade exterior e independente da experiência do sujeito que percebe ou cogita.

Assim o conceito de intensão, como uma propriedade das expressões lingüísticas e como uma noção funcional no bojo de uma lógica intensional, captura o que ela faz, sem entrar em considerações psicológicas, essencialistas ou substancialistas. Da mesma forma o conceito de extensão, já que o que ele faz é indicar referentes em mundos possíveis. Isso abrange uma parte da noção fregeana de *sinn* e *bedeutung*, o lado da função lógica dessas noções. A outra parte, que diz respeito ao conteúdo (o que elas são) dessas noções, refere-se aos modelos cognitivos que possibilitam sua aplicação semântica. Em resumo: o significado não se define a partir da relação de uma expressão com seu referente, mas a partir do modelo cognitivo ao qual a expressão está mapeada.

TERCEIRA PARTE

CAPÍTULO 4

FUNDAMENTOS DO FUNCIONAMENTO COGNITIVO

4.1 - IMAGÉTICA MENTAL

No início dos anos 70, foram efetuados diversos estudos experimentais em psicologia cognitiva que levaram a considerar seriamente a hipótese de que a mente humana dispõe de representações imagéticas, ou seja, imagens mentais distintas e análogas aos estímulos físicos percebidos. As observações indicavam também que essas imagens mentais eram utilizadas para efetuar certas formas de raciocínio.

Talvez os estudos mais influentes tenham sido os de Roger Shepard e Jacqueline Metzler (1971) a respeito das rotações mentais. Em um experimento clássico, apresentavam-se às pessoas pares de figuras bidimensionais representando formas geométricas tridimensionais. A segunda figura do par havia sofrido uma rotação, de zero a 180°, seja no plano da figura, seja no plano da profundidade. Aleatoriamente havia formas distraidoras, cujas segundas figuras não eram rotações das primeiras. Solicitava-se às pessoas que respondessem se a segunda figura era ou não uma rotação da imagem original. O resultado, surpreendente, foi que se constatou que os tempos de reação (medido pelo tempo que a pessoa levava para dar a resposta) formavam uma função linear do grau que as figuras tinham sofrido rotação. Ou seja, quanto maior a rotação que a figura havia sofrido, maior o tempo que as pessoas levavam para dar a resposta. Além disso, não houve diferenças significativas nos tempos de resposta quando as rotações se davam no plano da figura ou no plano da profundidade. Outros pesquisadores confirmaram os resultados de Shepard e Metzler em outros estudos sobre rotações mentais, como, por exemplo, em rotações de figuras bidimensionais (Jordan e Huntsman, 1990) e de cubos (Just e Carpenter, 1985). Observou-se, além disso, que os tempos de resposta são mais longos para estímulos degradados (estímulos indistintos ou

incompletos) do que para estímulos intactos (Duncan e Bourg, 1983). Tudo se passava como se os sujeitos estivessem, de fato, girando essas figuras com as mãos diante dos olhos.

Os dados eram impressionantes e sistemáticos, e pareciam refletir uma capacidade básica do sistema cognitivo. Além disso, verificou-se que estas imagens internas elusivas geravam uma lei psicofísica que era simples mas potente: o tempo para julgar a identidade (ou a não-identidade) era uma função monotônica da distância física entre as formas. Um dos constructos menos tangíveis da psicologia havia gerado uma lei científica de precisão impressionante. (Gardner, 1995: 343)

A conclusão de que os sujeitos estão girando mentalmente essas figuras é praticamente inevitável. Parece razoável concluir que os seres humanos geram imagens mentais das formas apresentadas e giram-nas por algum espaço mental. À luz desses resultados faz sentido pensar que um indivíduo possui figuras em sua cabeça, tornando respeitável a idéia de um modo análogo de representação mental, um modo que capta as relações espaciais que também podem ser percebidas no mundo físico. Esses resultados colocaram em questão a tradição que imperava naquele momento, que explicava todos os processos cognitivos em termos de mecanismos simbólicos computacionais, já que fazia muito mais sentido conceber que o curso do pensamento, nesses casos, imita os processos que ocorrem quando estímulos físicos estão sendo percebidos no mundo. A imagética deveria ser concebida em seus próprios termos, e não como resultado de um processamento simbólico.

A idéia de que talvez houvesse duas formas separadas e igualmente válidas de representação mental tornou-se plausível e fecunda. Isso levou Allan Paivio (1971) a sugerir que, além de representações codificadas simbolicamente, a cognição dispõe de imagens mentais distintas, que diferem em sua forma das representações mentais para informações verbais. Considera dois códigos distintos – daí a teoria do **código dual** – um para imagens, análogas aos estímulos físicos observados no mundo, outro simbólico, com

o qual se representa a linguagem. Isso significa que as informações verbais são processadas diferentemente das informações imaginárias.

Stephen Kosslyn, talvez o maior estudioso contemporâneo da imagética, e seus colegas da Universidade de Harvard (Kosslyn et al., 1979 e Kosslyn, 1980), empreenderam um estudo sistemático compreendendo três principais linhas de investigação: estudos experimentais, simulações computacionais e o desenvolvimento de um modelo teórico compatível com as observações. Os estudos experimentais compreendem uma ampla variedade de fenômenos imagéticos, como a gradação e perscrutação de imagens. Em um desses estudos (Kosslyn, Ball e Reiser, 1978), relacionados com a perscrutação de imagens, mostrava-se às pessoas um mapa de uma ilha imaginária com vários objetos distribuídos pela ilha, como uma cabana, uma árvore, um lago, etc... Pedia-se às pessoas que estudassem o mapa até que pudessem reproduzi-lo exatamente na memória, situando os objetos não mais que 2,5 cm fora de suas posições corretas. Em seguida, as pessoas eram instruídas a situar-se em uma determinada posição no mapa imaginário e, ao ouvir o nome de um objeto que era lido, perscrutassem mentalmente o mapa na direção do objeto mencionado, pressionando uma tecla tão logo tivessem chegado ao local do objeto indicado. O experimentador lia então o nome do primeiro objeto, cinco segundos mais tarde, o nome do segundo objeto, e assim sucessivamente. O tempo de resposta indicava o tempo necessário para perscrutar de um objeto a outro.

A idéia chave desse experimento é que as imagens, como representações espaciais, podem ser perscrutadas, do mesmo modo que se pode perscrutar perceptos físicos. O resultado constatou uma relação linear quase perfeita entre as distâncias que separavam os sucessivos pares de objetos no mapa mental e o tempo que as pessoas levavam para apertar o botão, um resultado semelhante aos obtidos nos experimentos com rotação mental.

Estudos experimentais como este existem em grande número, abrangendo várias modalidades perceptivas, inclusive com amostras de pessoas com déficits em alguma modalidade específica, como deficientes visuais ou auditivos. O fato é que ampliaram o arquivo de evidências empíricas sobre a imagética mental, estabelecendo em bases cada vez mais sólidas a hipótese de imagens mentais analógicas.

Adicionalmente, essa hipótese condiz com as observações neuropsicológicas acerca da especialização hemisférica. Pesquisadores como Michael Gazzaniga e Roger Sperry (1967) (conf. Sternberg, 2000: 60), observando pacientes com cérebro dividido por intervenção cirúrgica que desuniu seus hemisférios direito e esquerdo, descobriram que o hemisfério direito parecer ser mais competente para representar e manipular o conhecimento de natureza visoespacial, enquanto que o hemisfério esquerdo parece ser mais competente para representar e manipular o conhecimento verbal e matemático. Estas observações coincidem com as de Alexander Luria (1976) e Brenda Milner (1968) (conf. Sternberg, 2000: 177) realizadas em pacientes com lesões cerebrais. Lesões em determinadas áreas parecem afetar as funções de manipulação simbólica (déficits na linguagem) enquanto que lesões em outras áreas estão associadas com funções de manipulação de imagens (como o reconhecimento de feições). Especificamente as lesões no hemisfério direito estão fortemente relacionadas com prejuízos na memória e percepção visual, enquanto que lesões no hemisfério esquerdo com prejuízos na memória e compreensão verbal.

Além de tornar cada vez mais plausível a idéia de um pensamento com imagens, os experimentos com imagética mental e as observações neuropsicológicas reforçam a hipótese da **equivalência funcional** entre percepção e imaginação. Segundo essa hipótese a imaginação e a percepção visual são funcionalmente equivalentes, o que significa que, mesmo que os humanos não construam imagens exatamente idênticas aos perceptos, constroem imagens que lhes são funcionalmente equivalentes, análogas aos perceptos físicos que representam, além de considerar que as mesmas regiões cerebrais estão envolvidas na manipulação da imaginação mental e na manipulação dos perceptos visuais.

Observações neuropsicológicas de cérebros normais realizadas com técnicas de PRE (potenciais relacionados ao evento) por Martha Farah e colaboradores (Farah et al., 1988) compararam os processos cerebrais associados à percepção visual com os associados à imaginação visual. Durante a percepção visual os PREs são geralmente elevados na região occipital (localização do córtex visual primário). Nesse estudo, os PREs foram avaliados durante uma tarefa de leitura em duas condições diferentes. Numa condição não imaginal solicitava-se às pessoas que lessem uma lista de palavras

concretas, como gato, por exemplo. Na outra, numa condição imaginal, pedia-se que lessem uma lista comparável de palavras concretas e imaginassem os objetos à medida em que liam as palavras. O resultado foi que, na condição imaginal, a atividade neural no lobo occipital era maior que na condição não imaginal.

Em outro estudo, desta vez envolvendo medidas do fluxo sanguíneo regional (TEP, tomografia com emissão de pósitrons), Roland e Friberg (1985) solicitaram às pessoas que executassem duas tarefas envolvendo a imaginação. Numa tarefa envolvendo imaginação visual, pedia-se que as pessoas visualizassem uma caminhada por sua vizinhança, iniciando pela porta da frente de suas casas. Noutra tarefa, desta vez auditiva, pediu-se que evocassem um *jingle* musical omitindo cada segunda palavra dos versos. Durante a tarefa de imaginação visual, mas não na auditiva, apresentaram elevada atividade no córtex visual, bem como nas áreas corticais de associação identificadas com níveis mais altos de processamento de informações.

Todas essas observações fornecem sustentação empírica para a idéia de que a imaginação – definida como representações mentais transitórias geradas com base em informações estocadas na memória, e não diretamente em experiências perceptuais correntes – é essencialmente equivalente à atividade perceptual, em qualquer de suas modalidades, não só no que diz respeito à percepção visual.

4.2 – CATEGORIAS E CONCEITOS

Outra linha de investigação, que fornece evidências para uma abordagem não descricionista das categorias conceituais²⁹, advém dos trabalhos da psicóloga cognitiva Eleanor Rosch. Em torno de 1970, ela teve a oportunidade de visitar os danis da Nova Guiné, um povo da idade da pedra cuja linguagem só possui dois nomes de cor: *mola*, para matizes claros e quentes (*warm-light*) e *mili* para matizes escuros e frios (*cool-dark*). Do ponto de vista puramente físico, não há nenhum índice que indique onde uma cor termina e onde começa outra já que o espectro das cores é um gradiente contínuo de ondas eletromagnéticas. No entanto, todo grupo humano tem um modo específico de dividir esse espectro e nomear as diferentes cores, que varia de um grupo para outro.

²⁹ A abordagem descricionista foi apresentada no capítulo anterior (sessão 3.2.1).

Como cada cultura divide o espectro com critérios próprios, a nomeação das cores aparentemente nada tem de natural, mas parece depender de fatores puramente culturais. Cabe aos indivíduos aprender como sua cultura divide o espectro e nomeia arbitrariamente as cores. Curiosa com o vocabulário de cores extraordinariamente limitado dos danis, Rosch submeteu-os às seguintes tarefas: expôs os sujeitos a quarenta fichas de cores, representando quatro brilhos e dez matizes; cada sujeito era solicitado a nomear cada uma das fichas e, em seguida, numa tarefa de reconhecimento, mostrava-se ao sujeito uma ficha-teste, e pedia-se que ele, após esperar trinta segundos no escuro, escolhesse do conjunto das quarenta, aquela que ele vira.

Na tarefa de nomeação, os danis concordavam entre si nas cores das extremidades do espectro, quais eram *mili* e quais eram *mola*. Já nas fichas intermediárias não havia consenso, sendo que os sujeitos individuais localizavam a fronteira dos dois termos em pontos diversos. Na tarefa de reconhecimento, os danis demonstraram reconhecer as cores de maneira muito semelhante a outros povos, fazendo o mesmo tipo de confusões (por exemplo, entre matizes próximos). Assim, diferenças na estrutura de nomeação não eram acompanhadas de diferenças na forma pela qual as cores eram armazenadas na memória e acessadas pela recordação. (Rosch, 1973a e 1973b) Adicionalmente, em outro experimento, selecionou matizes imediatamente adjacentes uns aos outros no espectro, e combinou saturação e brilho. Os resultados demonstraram que às vezes os membros de um par de matizes ficavam do mesmo lado de um nome de cor, outras vezes em lados opostos da linha, refletindo assim diversas categorias de cores (verde e azul, por exemplo). O reconhecimento mostrou-se igualmente eficaz para matizes perceptivamente adjacentes, quer ou não eles estivessem em lados diferentes de uma linha de linguagem.

Isso quer dizer que, embora os danis tenham somente dois termos de cor, são capazes de distinguir e referir todas as cores que têm nomes distintos em outras línguas. Como sua linguagem não dispõe dessa variedade de termos, o que fazem é comparar a cor com algo do meio externo, como 'a cor da lama', por exemplo. Isso mostra que a nomeação das cores é governada por uma combinação das respostas neurofisiológicas aos dados perceptivos e da escolha, no momento da percepção, do foco do espectro. Dessa forma, a maneira pela qual os indivíduos de diferentes culturas lembram-se das cores parece refletir a organização do sistema perceptual e não a estrutura de léxicos

particulares. Certos matizes são ‘bons exemplos’ de uma cor em função da estrutura da percepção visual e não em razão de práticas específicas de nomeação.

Evidências adicionais para este ponto de vista foram fornecidas pelos trabalhos dos antropólogos Brent Berlin e Paul Kay (1969). Eles estudaram as práticas de nomeação de cores de indivíduos extraídas de vinte línguas geneticamente diversas. Verificaram que o número de termos básicos difere de cultura para cultura, variando de dois (como entre os danis), a onze (como em inglês). Porém essas diferenças são ultrapassadas por dois fenômenos importantes. Em primeiro lugar, quando confrontados com fichas que cobrem todo o espectro de matizes, os sujeitos selecionavam as mesmas áreas focais para as cores, independentemente de que nome tenham ou mesmo se não o tem. Ou seja, os sujeitos de diversas culturas concordam quanto ao que é um ‘bom azul’ ou um ‘vermelho ruim’, mesmo que sua linguagem não disponha de nomes para esses matizes. As diferenças individuais eram comparáveis entre falantes de línguas diferentes. Em segundo lugar, observaram uma ordem fixa na construção dos léxicos de cor. Estudando léxicos de cor de noventa e oito culturas diferentes, descobriram uma seqüência rígida: se a cultura só tem dois nomes, os termos referirão o preto e o branco; se um terceiro termo for acrescentado, será o vermelho; o quarto e o quinto serão o amarelo e o verde (ou vice-versa); o sexto e o sétimo serão o azul e o marrom; o roxo, o rosa, o laranja e o cinza serão os últimos nomes a serem cunhados. Esses resultados não podem ser explicados por acidentes ou difusões históricas. Mais uma vez, as distinções parecem refletir as distinções mais salientes na percepção do mundo que são captadas pelos léxicos, e não vice-versa.

Os trabalhos com imagética mental e as observações sobre as práticas de nomeação sugerem a introdução de uma visão não descricionista das categorias conceituais.³⁰ Em vez do significado de uma expressão ser representado por uma lista de descrições ou condições que devem ser satisfeitas para que a expressão possa ser utilizada de forma apropriada – como as teorias clássicas da categorização assumem –, seu entendimento requer o recurso a um exemplar, o *protótipo*, algo que, em vez de ser analisado, deve ser apresentado, percebido ou manipulado. O protótipo tem sido definido

³⁰ Uma versão semântica muito conhecida dessa visão é a chamada *semântica de protótipos*, introduzida por Lakoff (1990).

como “melhor exemplar” ou o “membro mais representativo da classe”, que compartilha do maior número de características com os outros membros da categoria e poucas ou nenhuma característica com os elementos de fora da classe (Allan, 2001: 259). No entanto, muito mais que um exemplar “real” ele reúne as características de uma imagem mental prototípica, cujo conjunto relacionado forma o coração do sistema categorial. As categorias conceituais parecem ser construídas em torno dessas imagens centrais prototípicas e não sobre elementos simbólica e racionalmente determinados *a posteriori*.

Além disso, as categorias estão estratificadas em níveis, que se superordenam e se subordenam a partir de um *nível básico*. Neste nível estão os objetos que os sujeitos têm mais facilidade de aprender os nomes e aos quais têm rápido acesso pela memória. É o primeiro nível a entrar na linguagem como novos listemas e o primeiro a ser nomeado pelas crianças adquirindo a linguagem. Por exemplo, no mundo animal, cão e passarinho são objetos do nível básico; entre as figuras geométricas, estão o quadrado e o triângulo. Já no nível superordenado a cão e passarinho, tem-se animais, e no nível subordenado, vira-latas e sabiás. As crianças começam a nomear todos os objetos pelo nível básico. Assim, todos os animais de quatro patas são, por um tempo, por exemplo, cães (ou ‘au aus’). As categorias de ‘animal’ e ‘vira-lata’ só emergem posteriormente. Em geral as pessoas, embora utilizem todas os níveis categoriais, tendem, sempre que possível, a adotar o nível básico.

Battig e Montague (1969), numa experiência replicada por Rosch (1973b), pediram a estudantes que listassem tantos vegetais, frutas, etc... quanto lembrassem em 30 segundos. A hipótese era de que os mais salientes membros da categoria seriam mais frequentemente listados e apareceriam no topo da lista. O resultado foi que a cenoura é o melhor exemplar de vegetal, uma vez que foi o mais frequentemente listado entre os primeiros. Já o tomate apareceu em ambas as listas. Resultou disso uma listagem ordenada em que o tomate ocupa o 6º lugar entre os vegetais e o 15º entre as frutas. Percentualmente, o grau de pertença do tomate na categoria dos vegetais é de 68%, e entre as frutas de 14%. Lakoff (1990) propõe interpretar essas classificações em termos de conjuntos fuzzy, onde os objetos são classificados num contínuo de graus de pertença entre 0.0 e 1.0. Isso significa encarar as categorias como conjuntos fuzzy, no qual o valor atribuído a um membro indica quão bom ou mau exemplar da categoria certa população o

percebe ser. Essa classificação pode ser encarada como representando o campo semântico da categoria em questão.

Essas experiências também levam a pensar que as categorias não têm limites precisos, pois, à semelhança do mundo percebido, tendem a misturar-se umas com as outras. Nesse sentido, ao contrário da visão clássica, as categorias são vistas como motivadas e não como arbitrárias. Refletem as percepções e concepções humanas sobre as coisas que as linguagens referem. Isso significa que o escopo da denotação de um listema é motivado e essencialmente determinado pela experiência concreta.

Outro exemplo disso pode ser encontrado no sistema classificatório da linguagem australiana Dyirbal (Lakoff, 1990). Há quatro classificadores nessa linguagem:

1. *Bayi*: machos humanos
2. *Balan*: fêmeas humanas
3. *Balam*: plantas comestíveis
4. *Bala*: todo o restante.

Lakoff sugere que as três primeiras classes são construídas sobre membros prototípicos, enquanto que a quarta abriga todo o resto. Os animais estão principalmente na classe 1, com exceção de alguns, que estão na classe 2 pois são encarnações de espíritos de mulheres mortas. Tempestades e arco-íris são homens míticos, logo, vão para a classe 1. O sol é mulher da lua, logo, a lua está na classe 1 enquanto o sol na classe 2. Estrelas, raios e fogo estão todos na classe 2, provavelmente por associação com o sol, assim como as coisas perigosas, como insetos e plantas venenosas que causam dor similar à causada pelo fogo. Frutas, plantas comestíveis, mel, vinho, estão todos na classe 3, assim como árvores frutíferas, embora a sua madeira esteja na classe 4. E assim por diante...

A importância dessa análise é demonstrar que há uma base motivada e racional, advinda da experiência concreta, para aquilo que parecia uma classificação totalmente casual de fenômenos não relacionados entre si.

4.3 – O SISTEMA CATEGORIAL

Os trabalhos de Kosslyn foram fundamentalmente baseados na percepção visual. Sua estratégia consiste em abordar o processamento de informações do sistema visual através da análise das funções que esse sistema deve realizar. A visão tem duas funções gerais: (1) reconhecer objetos e partes de objetos e (2) navegar através do espaço e coordenar os movimentos. Para executar essas funções, o sistema precisa equacionar algumas necessidades opostas específicas.

A primeira delas concerne o reconhecimento do objeto como sendo o mesmo, apesar das mudanças que ele possa apresentar devido às variações em que ocorre no campo visual. Apesar do mesmo objeto aparecer em diversos locais do campo visual as pessoas são, em geral, capazes de reconhecê-lo como sendo o mesmo objeto. Também sabem onde estava um objeto quando o viram. Ao mesmo tempo em que se é capaz de registrar a representação de um objeto independentemente de sua localização, também sua posição e mudanças nela são registradas.

Em segundo lugar, os objetos animados estão continuamente mudando de forma e tamanho no campo visual. No entanto, as pessoas são capazes de reconhecê-los. Por exemplo, uma outra pessoa é reconhecida, quer esteja deitada, de costas, distante, agachada, de trás, de lado. O mesmo ocorre com as letras do alfabeto, que são identificadas numa enorme variedade de formatos, inclusive manuscritos. Por outro lado, além da constância dos objetos, as pessoas também têm a capacidade de reconhecer variações sutis de forma e tamanho. Por exemplo, quando percebem mudanças sutis nas expressões faciais ou reconhecem a escrita à mão de alguém.

Em terceiro lugar, as pessoas são capazes de reconhecer partes de objetos, inclusive em estímulos degradados, e são capazes de compor as partes em objetos totais. Quando a imagem de um objeto é guardada na memória, é organizada como um todo mas também como composta de partes constituintes. Quando uma parte de um objeto é percebida, permite que a imagem do objeto total seja acessada. Se uma parte de um objeto coincide com um constituinte previamente codificado como tal, o objeto é reconhecido, caso contrário não. Por exemplo, ao ver uma Estrela de Davi, se reconhecem facilmente os triângulos como constituintes da figura, mas não os paralelogramos. Uma vez que as partes são codificadas e reconhecidas separadamente, o

reconhecimento das formas totais é independente da posição do objeto. Além disso, a posição relativa das partes é uma característica importante dos objetos. Por exemplo, o reconhecimento de um objeto como um rosto humano (por exemplo, nos desenhos altamente simplificados) depende da posição de suas partes constituintes.

Para equacionar o problema do reconhecimento de objetos totais e suas partes, é necessário considerar um sistema que codifique partes independentemente de sua posição no todo, outro sistema que codifique posições relativas e ainda um sistema que coordene a montagem do todo.

Kosslyn argumenta que, para explicar os tipos de oposição funcional envolvidos nos processos perceptivos visuais apresentados acima, é necessário distinguir dois sistemas operacionais distintos, que ele chamou, respectivamente, de *categorial* e *contínuo*.

O sistema *categorial* supõe algum tipo de representação estável armazenada na memória de longo prazo que permite o reconhecimento de formas particulares, inclusive o reconhecimento, como conhecidas, de formas nunca vistas antes. Esse sistema deve registrar *imagens prototípicas de objetos*, que podem ser acessadas pelas sempre mutantes manifestações visuais dos objetos e que permitem todas essas manifestações serem reconhecidas como tal. Estas imagens prototípicas de objetos e suas partes são estáveis a mudanças de posição e forma. Constituem as representações do mundo dos objetos. O conjunto de variações visuais que serve para acessar uma imagem prototípica de um dado objeto, Kosslyn chama de *classe funcional de equivalência*. O processador categorial ignora as variações na mesma classe, respondendo ao conjunto de variações com a mesma representação. O sistema categorial também representa *relações*, especialmente relações espaciais prototípicas, como, por exemplo, “em cima” (independentemente da distância), “ligado a” (independentemente da posição), “dentro de”, etc... Essas relações prototípicas também constituem classes funcionais de equivalência de relações espaciais que são aplicáveis ao conjunto de imagens de objetos.

O sistema *contínuo* computa as distâncias e ângulos, onde um objeto específico está, e onde está o vidente em relação ao objeto. Esse processamento é necessário para a navegação no espaço, para dirigir as ações motoras e para fazer discriminações finas. É ele que está envolvido quando, por exemplo, pega-se um lápis que caiu da escrivaninha

no chão, sem que seja mesmo necessário olhar para o lápis enquanto o movimento é executado. Aqui as imagens prototípicas não são necessárias, pois o que este sistema registra são variações em dimensões contínuas do espaço.

O processamento contínuo está associado com o chamado conhecimento procedural. A distinção entre *conhecimento declarativo* (o conhecimento de fatos, objetos e eventos) e *conhecimento procedural* (o conhecimento envolvido nas ações e procedimentos) é largamente aceita e utilizada nas ciências cognitivas. Ela também está na base da distinção entre memória semântica ou declarativa (a memória de fatos e eventos que podem ser trazidos à consciência) e memória procedural (a memória envolvida na execução de ações). O sistema categorial é dominante no conhecimento declarativo e na memória semântica e suas características permitem associá-lo às abordagens simbólicas e representacionais, enquanto que o sistema contínuo domina nas tarefas envolvidas com o conhecimento e memória procedural.

Kosslyn considera que as computações contínuas levadas a cabo no sistema visual não podem ser concebidas como medições, no sentido matemático usual, pois estas requerem sistemas métricos com unidades explícitas e coordenadas específicas. Ao contrário, o sistema visual deve ter a sua disposição um sistema de computação de natureza intuitiva e analógica, para servir de guia para a ação motora e antecipação dos movimentos, capaz de integrar o processamento de várias informações simultâneas e em períodos de tempo muito curtos. Para se ter uma idéia disso, basta pensar num jogador de futebol ou basquete no momento em que se dirige ao gol ou à cesta, ou mesmo no cálculo preciso do pulo de um gato.³¹

Wilma Bucci (1997) reúne considerável evidência que permite estender o processamento contínuo para as outras modalidades sensoriais, além da visual, e incluir também o processamento emocional. Recentemente, Kosslyn e Koenig (1995)

³¹ Atualmente, os modelos considerados mais adequados para o processamento contínuo são os sub-simbólicos ou conexionistas. Os modelos conexionistas, introduzidos num trabalho clássico de James MacClelland e David Rumelhart (1988), são hoje a grande vedete das ciências cognitivas. Como sua fonte de inspiração é o funcionamento neuronal, eles divergem dos modelos simbólicos tradicionais em duas características fundamentais: não supõem unidades discretas como representações na base do processamento, mas sim padrões de conexões que dão como output uma representação; consideram o processamento como ocorrendo em paralelo em múltiplos canais ao mesmo tempo, ao contrário do tradicional processamento em série dos computadores.

publicaram um extenso trabalho onde também estendem esse sistema para essas outras modalidades.

Como ambos os sistemas se integram? A idéia é que a informação implícita, processada pelo sistema contínuo é agrupada e afunilada, através de classes funcionais de equivalência, para as imagens prototípicas, incluindo-se aí as representações de objetos, os protótipos, e as representações de relações. Johnson (1990) e Lakoff (1990) intitulam essas imagens esquemáticas prototípicas de relações de *imagens-esquema*, termo que também é utilizado por Jean Mandler (1992) em seus estudos sobre os primitivos pré-lingüísticos na formação de conceitos pelas crianças. Mandler procura explicar como a criança forma categorias perceptuais discrimináveis – informações perceptuais armazenadas em formas que representam significados, produzindo um conjunto de imagens-esquemas – e passa a utilizá-las para conceituar sua experiência.

O sistema de classes funcionais de equivalência que conduz às imagens prototípicas desempenha um papel fundamental para a organização do sistema conceitual, inclusive considerando sua conexão com a linguagem. A formação dessas classes deve primeiramente ser efetuada em um sistema não verbal, com a formação de protótipos e seu registro na memória, sobre os quais a linguagem será, então, mapeada.

A informação perceptual, advinda da mesma ou de diferentes modalidades sensoriais e que varia em gradientes contínuos, é agrupada em classes que são experimentadas como equivalentes para o funcionamento do organismo – equivalência de estrutura, de função, de associação no tempo ou espaço, etc.... Essas classes de estímulos funcionalmente equivalentes, construídas como *chunks*, são representadas como imagens prototípicas nos sistemas categoriais, provendo um mecanismo básico de simbolização, num domínio não verbal, equipando o indivíduo com um código simbólico não verbal, fundamentalmente imagético e analógico.

As *imagens* podem ser, portanto, caracterizadas como entidades intermediárias entre a experiência sensorial contínua e as representações puramente simbólicas relacionadas com a linguagem. É importante notar que tanto as imagens prototípicas de objetos quanto as imagens-esquema não se confundem com imagens concretas ou ‘pinturas mentais’. Elas são representações abstratas e gerais e não estão, como observado anteriormente, restritas à percepção visual, uma vez que incluem um conjunto

de traços inter-modais. São fundamentalmente padrões analógicos, complexos e esquemáticos, que constituem a base da organização da experiência cognitiva onde ocorrem os processos de pensamento não verbal, base sobre a qual essa experiência pode ser conectada com a linguagem, fornecendo às expressões lingüísticas seu significado.

A figura 4.1 resume estas idéias:

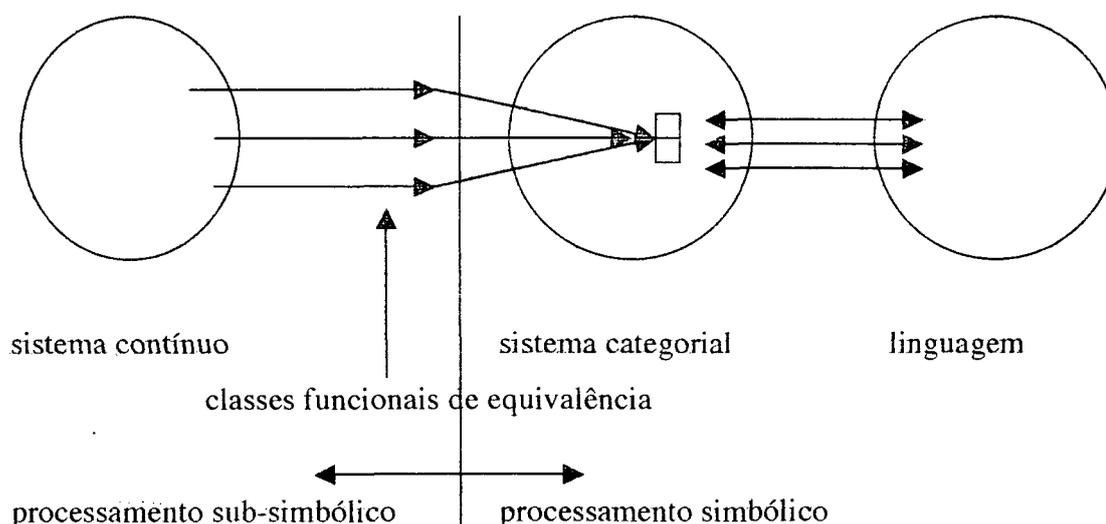


figura 4.1

As imagens-esquema, estruturas gestálticas que representam experiências, e as imagens prototípicas, que representam objetos, são fundamentais para o processamento cognitivo e decisivas para a compreensão semântica. São esquemas imagéticos do sistema categorial que formam as bases para os conceitos e as organizações conceituais complexas. Considere-se, por exemplo, o esquema CONTINENTE. Essa imagem-esquema consiste fundamentalmente de uma *borda* que define um *interior* e um *exterior*. Ela advém, provavelmente, da experiência dos seres humanos com o próprio corpo, na medida em que as coisas mais básicas que os humanos fazem são ingerir e excretar, inspirar e expirar. Os próprios limites físicos do corpo o separam das outras coisas,

definindo uma borda entre o que está dentro e o que está fora. Esta imagem-esquema embasa o conceito intuitivo do corpo como continente, contendo coisas em seu interior diferenciadas das coisas do exterior, conceito relacionado com a conceituação do eu. Do corpo próprio estende-se para a compreensão de outros corpos, animados ou inanimados, de espaços físicos, atividades concretas, atividades abstratas, conceitos abstratos, etc... O uso linguístico manifesta claramente a presença dessa imagem-esquema na conceituação dessas experiências: ‘não me sinto *dentro* desse grupo’, ‘não pude ver, o carro estava *fora* de minha visão’, ‘não vou *engolir* isso’, ‘essa idéia é *intragável*’, ‘o que terá um cachorro *dentro* da cabeça?’, e assim por diante.

Outras imagens-esquema são: o esquema PARTE-TODO, o esquema RELAÇÃO, o esquema CENTRO-PERIFERIA, o esquema INÍCIO-MEIO-FIM, o esquema ACIMA-ABAIXO, o esquema FRENTE-ATRÁS. Imagens-esquema simples podem combinar-se para formar imagens-esquema complexas. Por exemplo, o esquema INÍCIO-MEIO-FIM pode combinar-se com o esquema CONTINENTE e gerar ‘sair de’, ‘entrar em’ ou ‘através’.

O reconhecimento de diversos objetos e eventos como pertencendo à mesma categoria deve-se ao fato deles estarem estruturados pelas mesmas imagens prototípicas e pelas mesmas imagens-esquema. As pessoas reconhecem diversos objetos com diferentes formas e tamanhos, e mesmo sua ausência como pertencendo a uma mesma categoria: por exemplo, porta. Além disso, relacionam esses objetos com possíveis atividades motoras, no caso, entrar e sair, ou passar por. Isso implica na ativação da imagem prototípica de porta bem como nas imagens-esquema CONTINENTE e INÍCIO-MEIO-FIM.

4.4 – MODELOS COGNITIVOS

No modelo de Kosslyn, o sistema categorial situa-se entre o sistema contínuo, que estrutura a experiência sensível e é pré-conceitual (ou sub-simbólico) por definição, e o sistema puramente simbólico e conceitual da linguagem, representando uma espécie de processador onde a experiência conecta-se com o conceito. Isso permite situar os dois lados da mesma questão: a estrutura conceitual - que permite aos homens raciocinarem, compreender seu mundo e seus semelhantes bem como a si próprios, adquirir

conhecimento e comunicar-se – e a experiência sensível e pré-conceitual por outro. A idéia é que é justamente a junção desses dois lados o que fornece sentido para a estrutura. Ou seja, as estruturas conceituais, concretas ou abstratas, existem e fazem sentido porque existem estruturas pré-conceituais que fazem sentido.

Esse sistema imagético analógico forma a base da estruturação cognitiva, provendo os níveis básicos da categorização e as estruturas básicas de compreensão da experiência. As conexões entre os elementos desse sistema e as representações do sistema simbólico da linguagem resultam nas estruturas organizadas do conhecimento. Essas estruturas organizadas, que constituem o que se chama de *background knowledge*, ou conhecimento de base, cujo estoque se encontra na memória de longo prazo, são referidas na literatura como *redes semânticas*, *frames*, *scripts*, *esquemas*, *modelos cognitivos idealizados*,³² etc...

4.4.1 – *Frames* e esquemas

Os primeiros modelos de estruturas organizadas de conhecimento de alto nível foram propostas pelo psicólogo F. C. Bartlett nos anos 30, com o nome de esquemas, centralizando-se no modo como as informações estão representadas e estocadas na memória. Com o desenvolvimento da inteligência artificial, a noção de esquema foi adaptada a vários modelos computadorizados da inteligência humana. O objetivo era a elaboração de modelos computadorizados de como o conhecimento é representado e utilizado. Um dos primeiros foi o proposto por Allan Collins e Ross Quillian em fins dos anos 60, intitulado de *modelos de rede semântica*. As redes semânticas são conjuntos de elementos interconectados hierarquicamente, em forma de redes, onde os nós representam conceitos e as conexões entre os nós representam relações classificadas, tais como pertinência a uma categoria, atributos, etc... Por exemplo, o verbo ‘dar’ estaria ligado a outros nós por relações especificadas: ao nó ‘joão’ pela relação ‘agente’, ao nó ‘livro’ pela relação ‘objeto’ e ao nó ‘maria’ pela relação ‘recipiente’. A idéia era dar eficiência ao modelo, semelhante à que os humanos têm na manipulação de informações,

³² Para uma discussão sobre redes semânticas, esquemas, frames e scripts ver Sternberg, R. (2000), Bechtel, W., Abrahamsen, A. e Graham G. (1999) e Allan, K. (2001). O termo modelos cognitivos idealizados é de Lakoff, G. (1990)

a capacidade de processar uma grande quantidade de informações com relativa rapidez. Um modelo hierárquico, no qual informações que se aplicam a todos os membros de uma categoria pudessem ser armazenadas no mais alto nível hierárquico, parecia ser ideal em termos de economia cognitiva. Mas trabalhos subsequentes demonstraram falhas nos modelos hierárquicos. Estudos experimentais (Sternberg, 2000: 187 e 219) sobre memória semântica demonstraram, por exemplo, que, em tarefas que exigem uso rápido de informações semânticas, os sujeitos levavam mais tempo para comprovar que 'leão é um mamífero' do que 'leão é um animal', coisa que, num modelo hierárquico deveria ser o contrário. Este tipo de estudos tem sugerido que a ênfase deve ser dada mais à frequência do uso das informações do que às relações hierárquicas.

Marvin Minsky, em 1975, propôs uma concepção similar, chamada de *frame* ou *frame system* (enquadramentos), um pouco mais sofisticada que os esquemas de Bartlett e que as redes semânticas de Collins e Quillian. Um *frame* é uma estrutura de dados que representa situações estereotipadas com informações que são sempre verdadeiras a respeito da dada situação e com *slots* ou lugares para informações que podem adquirir diferentes valores em diferentes situações. Os *slots* têm valores *default* associados a eles, sendo que, se nenhuma informação alternativa for apresentada, eles são preenchidos com esses valores. Além disso, os *slots* podem ser preenchidos por outros *frames*, de tal modo que se produz um sistema representacional recursivo. Além disso, os *frames* estão relacionados uns com os outros por transformações. A idéia base deste modelo é que, quando uma pessoa encontra uma situação, ela tenta relacioná-la com os *frames* que estocam informações sobre essa situação no sistema de *frames*. Quando um *frame* estocado é acessado, ele dirige as expectativas do sujeito com respeito à situação dada. Se as informações estocadas e as novas não coincidem, novo *frame* deve ser acessado, e assim por diante.

Um modelo similar, mas dirigido especificamente para uma seqüência de eventos em um contexto particular, como ir a um restaurante, foi desenvolvido por Roger Schank e Robert Abelson em 1977 e denominado de *scripts*. Um *script* é uma estrutura algorítmica que descreve uma seqüência de eventos, passo a passo, com *slots* (lugares vazios) e requisitos para preencher esses lugares. A estrutura é um todo interconectado, o que está em um lugar afeta o que está em outro, não está sujeita a muitas alterações e nem

pode lidar com situações totalmente novas. De fato são sequências estereotipadas de ações que definem situações conhecidas.

Essa idéia também inspira outros modelos, desta vez advindos da literatura lógica, que propõem representar o conhecimento como conjuntos epistêmicos desde um ponto de vista conceitual. Um exemplo, bastante próximo da lógica de Hintikka para saber e crença, são os sistemas de crença de Peter Gärdenfors (1988), que são estruturas cognitivas ou conceituais, que não pressupõem nenhuma linguagem objeto e são um pré-requisito necessário para dar significado às expressões lingüísticas. Gärdenfors assume que o significado de uma sentença deve ser determinado em relação ao sistema de crença ao qual ela pertence, e não a partir de sua correspondência com o mundo externo. De fato, o que corresponde com o mundo externo são as crenças representadas no sistema. Seu sistema considera uma classe de modelos de estados epistêmicos ou estados de crença, que são representações formais - modelos teóricos - de um atual ou possível estado cognitivo de um sujeito num dado momento. Um estado epistêmico racional é aquele que está em equilíbrio em relação à crítica interna, o que quer dizer que suas sentenças devem ser defensáveis contra toda crítica interna. É necessário, portanto, adotar algum critério de racionalidade que garanta o equilíbrio interno do estado epistêmico. Se para a representação de um estado epistêmico for utilizado um conjunto de sentenças que representam as crenças que um indivíduo aceita, ou seja, acredita serem verdadeiras ou toma como certas, o critério de racionalidade deve determinar que o conjunto de sentenças aceitas deve ser consistente e que as conseqüências lógicas do que é aceito também devem ser aceitas. Ora, nem todos os conjuntos de sentença podem representar um estado epistêmico racional, fechado sob conseqüências lógicas, e, nesse caso, o critério de racionalidade determina um estado epistêmico racional, chamado de *conjunto de crença*. A partir disso, pode-se propor critérios para a organização interna dos conjuntos de crença, que consiste numa ordenação desde as crenças mais superficiais e sujeitas à mudanças até aquelas mais nucleares e que dificilmente mudam.

Na lingüística, uma versão semântica dos *frames* é apresentada em Charles Fillmore (1982) conhecida como *frame semantics*.

A word's meaning can be understood only with reference to a structured background of experience, beliefs, or practices, constituting a kind of conceptual prerequisite for understanding the meaning. Speakers can be said to know the meaning of the word only by first understanding the background frames that motivate the concept that the word encodes. Within such an approach, words or word senses are not related to each other directly, word to word, but only by way of their links to common background frames and indications of the manner in which their meanings highlight particular elements of such frames. (Fillmore and Atkins, 1992; 76)

Um exemplo comum é o *frame* correspondente aos dias da semana. O termo 'segunda-feira', por exemplo, só pode ser definido e compreendido em um *frame* que inclua o ciclo natural da luz definido pelo movimento do sol, os meios padronizados de caracterizar o começo de um dia e o fim do outro e o ciclo definido culturalmente que organiza o tempo em dias, em semanas, em meses, anos e assim por diante. Uma semana é um todo distribuído linearmente que contém sete partes, cada uma das quais corresponde a um dia, sendo que o segundo é 'segunda-feira'.

De maneira geral, *frames* são estruturas semânticas que conjugam elementos diversos de maneira ordenada. Um evento, por exemplo, inclui participantes, local e tempo de ocorrência. Por exemplo, o evento 'comprar' inclui *slots* para o comprador, o vendedor, a mercadoria, o pagamento. Isso dá origem à estrutura temática dos verbos, o que permite relacionar a *frame* semântica com classificações sintáticas. No caso do verbo 'comprar', na sentença ativa, o comprador geralmente é o sujeito, a mercadoria, o objeto direto, o vendedor, o objeto indireto, e o pagamento, um complemento de modo.

Assim, uma maneira prática de representar os *frames* é descrevê-los como funções com *slots* ou variáveis (papéis) que admitem elementos como valores. Assim, se um *frame* **F** for introduzido por uma expressão, a notação:

F_{*x**y*}

representará: 'x e y preenchem o *frame* **F**'

O *frame* introduzido por 'comprar' é notado: COMPRAR_{*x**y**z**w*}, as variáveis indicando os papéis de comprador, mercadoria, vendedor e pagamento.

Um modelo que combina *frames* e redes semânticas para a representação do conhecimento na memória é o de David Rumelhart e Andrew Ortony (1977). Trata-se da teoria de *esquemas*, que, como as redes semânticas, consiste em uma rede de nós e ligações, cada nó correspondendo a uma categoria conceitual. Mas, à diferença dos modelos anteriores, este apresenta ampla flexibilidade de uso uma vez que (a) os esquemas podem incluir outros esquemas, (b) os esquemas abrangem fatos típicos gerais que admitem variações de um conceito para outro e (c) os esquemas admitem variações em seu grau de abstração, além de (d) incluir informações sobre relações. Dessa forma, *esquemas* designa um modelo mais abrangente que contém *frames*, mas, além disso, os conecta em redes com outros elementos, sendo que, os elementos e as relações representadas em um *frame* estarão conectados em rede com elementos e relações de outros *frames* semanticamente relacionados.

Todos esses modelos foram propostos dentro da inteligência artificial e da psicologia cognitiva, e sua implementação computacional, baseada no processamento simbólico algorítmico, tem enfrentado sérias dificuldades, principalmente relativas ao que se conhece como *frame problem*. Para que programas que utilizam derivações lógico-formais cheguem a ações, requer-se uma representação interna completa de todas as informações relevantes do mundo, o que se chama de *frame* de referência. Resolver isso significaria carregar o programa com um conhecimento completo do mundo e do que mudaria ou não no mundo diante de novas informações. Evidentemente, fazer isso é uma tarefa colossal, se não impossível. No entanto, essa limitação computacional não tem impedido o sucesso, tanto na psicologia quanto na semântica cognitiva, da idéia de base desses modelos, de que o estoque do conhecimento está armazenado de forma organizada e relacional, incluindo informações sobre objetos, propriedades e eventos, e que a ativação de um elemento implicará na ativação dos elementos relacionados com ele.

Embora os *frames e esquemas* discutidos até aqui tenham sido construídos como estruturas proposicionais, pode-se considerá-los como estruturas que conectam elementos do sistema categorial e elementos do sistema simbólico da linguagem. Ora, os elementos que compõem um esquema podem ser imagens prototípicas, imagens-esquema ou conceitos simbólicos, como justiça, ou ainda, elementos imaginários, como unicórnio. Esses elementos não são simples, ou unívocos. Muitas vezes são condicionados por

relações complexas que conectam elementos de domínios diversos. Já as propriedades dos elementos e as relações representadas também dependem de mapeamentos complexos. Em função dessa extensão dos *frames* e esquemas para acolher os elementos imagéticos do sistema categorial e as relações complexas que são estabelecidas entre elementos de domínios diferentes, Lakoff (1990) vai chamá-los de *idealized cognitive models* (ICM). Dessa forma, um *modelo cognitivo* (MC) é uma noção mais geral que *frames* e esquemas e desempenha um papel similar, na relação entre o sistema categorial e o sistema simbólico, ao desempenhado pelas classes funcionais de equivalência na relação entre o sistema contínuo e o sistema categorial. Na sequência do texto o termo *frame* será utilizado preferencialmente, uma vez que ele acabou por impor-se na literatura para designar esses sistemas cognitivos organizados.

4.4.2 – Conexões e mapeamentos

Uma noção chave para compreender como modelos cognitivos são construídos a partir dos elementos do sistema categorial é a de *mapeamento* (Fauconnier, 1997). Um mapeamento, no sentido mais geral, é uma correspondência entre dois conjuntos que atribui a cada elemento do primeiro um contraparte no segundo. Esta noção está no centro da capacidade cognitiva de produzir, transferir e processar os significados. O mapeamento é uma operação cognitiva efetuada por conectores que ligam um elemento de um domínio a um elemento de outro domínio. A figura 4.2 abaixo ilustra o caso geral:

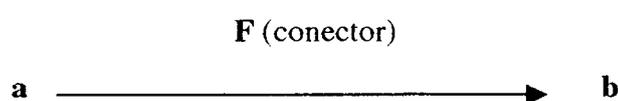


Figura 4.2

Os conectores exercem uma função fundamental na formação de modelos cognitivos, permitindo extensões semânticas de termos aplicados a elementos de domínios experienciais concretos, a imagens prototípicas ou imagens-esquemas, para elementos de diversos domínios da experiência, inclusive de ordem bastante abstrata. São também fundamentais no raciocínio analógico, cuja característica é mapear parte da

estrutura de um domínio, chamado fonte, para parte da estrutura de outro domínio, chamado alvo. As estruturas mapeadas são instâncias de esquemas comuns, uma vez que os papéis podem ser preenchidos por elementos de um ou outro domínio. Os mapeamentos analógicos representam uma poderosa ferramenta do pensamento, pois, quando um mapeamento parcial foi estabelecido, mais estrutura pode ser mapeada, podendo levar à criação de nova estrutura no alvo, re-interpretação da estrutura antiga na fonte, re-análise de correspondências estruturais e até extração de novos esquemas.

Os mapeamentos não só estão envolvidos no estoque das redes semanticamente organizadas de conhecimento, os modelos cognitivos ou *frames*, mas também são produzidos localmente, em um determinado contexto de uso, na medida em que as pessoas pensam e falam. Ocorre frequentemente que mapeamentos produzidos localmente em domínios específicos se espalhem rapidamente por uma comunidade e se tornem tão cultural e lexicalmente entrenchados que passam totalmente despercebidos na linguagem cotidiana, tal é a trivialidade de seus usos. Tal é o caso do ‘vírus de computador’, mapeamento que conecta elementos do domínio das doenças ao domínio dos computadores.

No caso do vírus de computador parte da estrutura do domínio das doenças, no caso o domínio fonte, é mapeada analogicamente para a parte correspondente do domínio alvo dos computadores, uma vez que há esquemas comuns entre ambos os domínios:

- um vírus é um organismo alienígena que se instala em outro organismo;
- um vírus provoca distúrbios no funcionamento do organismo que ele afeta;
- um vírus pode se replicar, espalhando-se de um organismo para outro;
- um vírus é ‘invisível’ ou ‘indetectável’, não existindo meios eficazes de prevenção;
- deve-se tomar medidas preventivas para evitar o contato com o vírus de forma a evitar que o organismo seja contaminado.

O que pode passar por uma “simples metáfora” de fato é um elaborado e integrado esquema, suportado em imagens-esquemas elementares, como o esquema CONTINENTE, o esquema FORÇA DINÂMICA, etc... e que mapeia elementos dos modelos cognitivos de saúde e doença relativos a vírus a elementos de modelos cognitivos relativos a computadores e programas. Como a estrutura do modelo fonte

encaixa-se na estrutura do modelo alvo, a analogia é bem sucedida, dando origem, no domínio alvo, a novas categorias conceituais. Por exemplo, ‘vírus’ tornou-se o nome de uma categoria de programas de computadores, e ‘anti-vírus’, de outra: programas que foram desenhados para detectar a presença de ‘vírus’. O vocabulário do domínio fonte, como ‘contaminação’, ‘disseminação da infecção’, ‘imunidade’, passa a ser empregado no domínio alvo. O mapeamento se torna tão entrincheirado que as pessoas utilizam os termos ‘vírus’, ‘anti-vírus’, etc... diretamente no domínio alvo, sem estarem conscientes de sua origem no domínio fonte.

Pode ocorrer inclusive que, com o tempo, os domínios fonte e alvo de um dado mapeamento analógico desapareçam, mas o vocabulário mapeado permaneça, enquanto que as conexões desvanecem. Tal é o caso, por exemplo, da conexão entre ‘pedrinha’ (*calculus*), do domínio concreto e o domínio das operações matemáticas, que os romanos efetuavam com o auxílio delas, o cálculo. Enquanto que no domínio da saúde/doença, ‘cálculo’ manteve sua conexão com o domínio original (‘cálculo renal’), no domínio da matemática o termo perdeu totalmente sua conexão com o domínio operatório concreto.

4.5 – A ESTRATÉGIA EXPERIENCIALISTA

Nos dois capítulos anteriores discutiu-se a inadequação de uma abordagem da razão e do significado na experiência humana baseado exclusivamente no paradigma lógico-formal. Viu-se que ela assume: (1) que a razão humana funciona segundo parâmetros sintático-formais, ou seja, consiste em operações regradas sobre símbolos puros destituídos de significado; (2) que o significado é acrescentado a essas operações ao assumir-se a correspondência desses símbolos com uma realidade exterior e objetiva, considerada independentemente do sujeito que realiza as operações racionais. Do que decorre: (3) que as formulações racionais são consideradas verdadeiras ou falsas na medida de sua correspondência ou não com o estado de coisas que visam a descrever.

O capítulo 2 argumentou que a assunção (2) deriva do objetivismo, ou seja, da idéia de que pode haver um conhecimento racional e objetivo do mundo, independente dos seres que produzem esse conhecimento. O capítulo 3 mostrou como isso conduziu Frege a postular uma ontologia tripartite onde separa o mundo objetivo das coisas, o

mundo formal das entidades lógicas e o mundo psicológico das representações subjetivas dos indivíduos.

O extraordinário desenvolvimento da lógica como um cálculo formal e sua aplicação prática por meio de algoritmos possibilitou o surgimento das máquinas de pensar, cujo sucesso na obtenção de processos racionais de pensamento, similares aos humanos, em outros substratos que não o neuronal, teve como efeito disseminar rapidamente e tornar dominantes as assunções acima descritas no âmbito das ciências cognitivas.

No entanto, se esse paradigma permite considerar adequadamente o funcionamento das máquinas de pensar, ele tem se revelado inadequado quando aplicado à explicação do funcionamento da razão humana. No capítulo 3 seguiu-se com algum detalhe alguns avatares de sua aplicação à linguagem natural, onde pôde-se observar que as explicações de fenômenos aparentemente simples, como a nomeação, ou complexos como a análise semântica de atitudes proposicionais, acabam excedendo os limites de uma razão concebida como puramente formal e de uma semântica de relações de correspondência. Nesses limites é necessário introduzir conceitos definitivamente cognitivistas, como os de instâncias paradigmáticas para identificação dos referentes de designadores rígidos, ou como os pragmáticos defensibilidade e indefensibilidade para a análise de sentenças que expressam as crenças de um indivíduo.

De acordo com a argumentação apresentada nesse capítulo, é necessário proceder a uma revisão das assunções objetivistas nos seguintes pontos:

1 – A razão humana não pode ser concebida sem se considerar o sujeito que raciocina, pois a cognição e a linguagem são determinadas, tanto em sua forma quanto em seu conteúdo, pelas relações que o sujeito humano experiencia: (1) através de sua percepção do meio onde está inserido, particularmente em relação a seu corpo, (2) da cultura à qual pertence, particularmente através de sua relação com seus semelhantes e (3) em domínios abstratos e metafísicos, particularmente a partir de sua experiência em domínios concretos. Assim, as operações racionais não dependem apenas de sua forma lógica e de regras de combinação concebidas como puramente sintáticas, mas dependem crucialmente da capacidade imaginativa e das relações analógicas que podem ser efetuadas entre elementos de um mesmo ou de vários domínios diferentes.

2 – As representações, e em seguida as categorias conceituais, não podem ser analisadas independentemente de seu conteúdo mental ou cognitivo, o que inclui seu conteúdo imagético e semântico. Assim o significado das expressões não pode ser situado unicamente na relação das expressões com as entidades do mundo, independentemente do sujeito que as utiliza e de sua constituição cognitiva.

3 – Em decorrência disso, o julgamento da verdade ou falsidade não pode ser reduzido a uma suposta objetividade, onde o pensamento corresponderia univocamente a um determinado estado de coisas. Isso porque os ‘estados de coisas’, ou os mundos possíveis, são, eles próprios, resultados de processamentos cognitivos, e, como tal, não podem ser concebidos sem considerar o sujeito que os concebe e como ele os concebe.

As assunções acima conduziram a uma abordagem da semântica em particular e da linguagem natural em geral que as encara como partes integrantes das capacidades cognitivas gerais dos seres humanos vendo na linguagem não um módulo a parte que faria interface com outros módulos, separados e independentes, como o pensamento, a percepção, etc... A idéia é que a linguagem, assim como as outras ‘faculdades’ cognitivas, está enraizada e é regida pelos mesmos princípios e mecanismos que regem o raciocínio, a percepção, a memória, etc... Esta é a posição adotada pela lingüística e semântica cognitivas.

Ao invés de uma estratégia objetivista ou subjetivista, essa posição adota uma estratégia experiencialista (Lakoff, 1990), embora esse rótulo não seja utilizado por todos os autores. K. Allan (2001), por exemplo, refere-se a ela como ‘antropocentrismo da linguagem’, enquanto que H. Gardner (1996) a nomeia ‘abordagens de baixo para cima’. Em comum está a tentativa de caracterizar a razão e o significado em termos da natureza e da experiência do organismo que pensa e significa. O termo *experiência* aqui não designa apenas a experiência de um indivíduo, mas a experiência comum de sua espécie e da comunidade na qual ele vive. Trata-se da experiência tomada em conjunto: a natureza do corpo, as capacidades geneticamente herdadas, os modos de funcionamento físico no mundo, a organização social, os produtos culturais.

Exemplo dessa estratégia é a análise semântica feita por K. Allan (2001) do termo inglês *back*, que mostra como os humanos descrevem o mundo de sua experiência utilizando seu próprio corpo e suas partes para descrever e situar outras coisas do mundo.

Assim a palavra *back* foi estendida dos humanos aos animais e aos inanimados, através de mapeamentos que permitem vários usos transferidos do termo. Alguns fragmentos dessa análise:

1 – A postura canônica dos humanos é a do bípede ereto, confrontando o mundo, olhando e dirigindo-se para a frente. Essa postura do corpo como um todo determinará o reconhecimento de suas partes como *lugares*, além de partes próprias. Assim os termos *front* (frente) e *back* (atrás) denominam partes do corpo e também lugares relativos. Assim *back* (costas) define-se prototipicamente como ‘a parte do corpo localizada atrás dos ombros que estende-se coextensivamente com a coluna vertebral’. Este sentido do termo transfere-se para os animais vertebrados. Por exemplo, as costas de um cachorro é a parte definida pela coluna vertebral, que, no caso dos quadrúpedes, volta-se para o céu, em oposição ao peito e à barriga, que têm o sentido da terra. Além disso, a coluna vertebral é vista como uma estrutura fundamental para manter os humanos eretos e interativos com o mundo pois, se ela se quebra ou sofre algum tipo de dano sério, torna a vítima incapacitada para atividades básicas. Isso permite uma série de extensões semânticas para objetos inanimados, na série: costas/parte de trás/espinha – sustentação. Por exemplo, quando se diz ‘a espinha dorsal da argumentação’. Em inglês usa-se o próprio termo *back* para essas extensões semânticas, como em *the back of the book*, *break the back of the task*, etc...

2 – Um outro sentido intrínseco do termo *back* diz respeito às relações humanas, uma vez que o encontro humano canônico define-se quando duas pessoas se encontram face a face. Assim a *frente* define-se como o *lado interativo* dos seres humanos, que contém os olhos, o nariz, a boca, o peito, os genitais, todas partes do corpo que estão envolvidas na interação dos humanos com seus semelhantes, animais e coisas do mundo em geral. Assim, *back* (*a parte de trás*) define-se como o lado oposto à parte da frente, mais especificamente, ao *lado interativo*. Além disso o *lado interativo* determina a direção, a tendência, para onde se caminha, onde estão situados os objetivos (*the leading edge*): tudo isso fica *na frente*, enquanto seus opostos ficam *para trás*. Este é o sentido de *back* mais transferido dos humanos para outras entidades. Este sentido transfere-se para animais invertebrados (como aranhas, moluscos, etc..., cujas partes da frente definem-se pela direção em que caminham - por exemplo, na minhoca -, ou como se dá sua interação

com o mundo - por exemplo, na ostra); para objetos inanimados (a frente do carro, a frente da bicicleta são definidas em função da direção do deslocamento desses veículos, a frente de um computador é seu lado interativo, a frente de uma parada ou a parte de frente de uma sala ou de um auditório consiste do lado para onde as pessoas caminham ou olham); e também para situações ('temos que caminhar para frente', 'não podemos voltar para trás', os objetivos estão sempre 'na frente', 'diante da pessoa') A parte de trás (*back*) de todas essas coisas define-se por oposição à parte da frente.

The senses of *back* developed from the name for a human body-part, using as a foundation the model of the prototypical upright human being engaged in typical human activities such as walking or interacting with fellow human beings and other things in the environment. Essentially, "back" is where the action and interaction isn't – because it is the intrinsic part, location, or direction opposite where the action and interaction goes on. (Allan, 2001:299)

Essa análise (muito resumida aqui) demonstra que as extensões semânticas do termo *back* são antropocêntricas e indica as motivações perceptuais e cognitivas para os significados. Ao mesmo tempo mostra como os *frames* são construídos partindo dos elementos do sistema categorial (elementos experienciais) e conjugando elementos do sistema simbólico (elementos formais).

Considere-se a sentença:

“Vamos deixar nossos problemas para trás.”

Compreender essa sentença implica evocar o *frame* DEIXARPARATRÁS(xy) que, por sua vez, ativa um complexo modelo cognitivo. Alguns elementos básicos desse modelo:

- ‘**deixar...para trás**’ designa, na sentença, o convite a uma atitude que espera-se que ocorra no domínio da vida, tomada em sentido geral ou abstrato. Como a análise acima demonstra, o significado desses termos abstratos advém, por extensão semântica ou mapeamento de um termo a outro, do domínio da experiência concreta. Assim remete: (1) à imagem prototípica da posição corporal do sujeito com sua partição entre a parte da frente – para onde se olha e se caminha – e a parte de trás – o que passa, se perde de vista quando se caminha; (2) à imagem-esquema do movimento de deslocar-se, o esquema

INÍCIO-MEIO-FIM, que implica um ponto de partida, um caminho e um ponto de chegada.

- o termo genérico '**problemas**' é mapeado a um elemento concreto, no caso aos objetos que permanecem parados quando do deslocamento, e que ficam para trás, se perdem de vista.

- os termos '**vamos...nossos**' envolvem referência ao falante e ao ouvinte, conjugando-os como agentes da mesma atitude.

Assim, os elementos 'nós' e 'problemas' podem vir a ocupar como valores os papéis x e y do *frame*: DEIXARPARATRÁS(nós, problemas). Mas, como se vê, essa possibilidade só é aberta em função dos modelos cognitivos evocados.

A mesma estratégia de compreender experiências abstratas a partir da experiência concreta pode ser vista no tratamento da metáfora por Lakoff e Johnson (1980). Consideram a metáfora não como uma figura de linguagem que faz parte das gramáticas das línguas naturais, mas como parte do sistema conceitual. A idéia geral é que, para entender e falar de um determinado domínio da experiência, utiliza-se da estrutura de outro domínio da experiência, mais simples e concreto. A cognição contém um sistema de *metáforas conceituais*, maneiras de pensar conceitos abstratos nos termos de conceitos mais concretos, que se reflete na linguagem cotidiana. Assim o pensamento metafórico é concebido como um mapeamento de um *domínio fonte* (geralmente concreto) para um *domínio alvo* (geralmente abstrato), com correspondências ontológicas sistemáticas entre as entidades dos dois domínios. Tais mapeamentos são resumidos na fórmula:

X é Y,

onde: **X** nomeia o domínio alvo e **Y** o domínio fonte.

Por exemplo: *amor é uma viagem*, (Lakoff, 1997) mapeamento que contém o conjunto de correspondências ontológicas:

- Amantes correspondem a viajantes.
- A relação amorosa corresponde ao veículo.
- Os objetivos comuns dos amantes correspondem ao destino comum da viagem.
- As dificuldades na relação correspondem aos impedimentos na viagem.

Assim, na linguagem cotidiana encontramos expressões como:

“Veja quão longe nós chegamos. Foi uma longa e difícil caminhada. Não podemos voltar para trás agora. Estamos numa encruzilhada. Talvez tenhamos que tomar caminhos separados. Nossa relação não está indo a lugar nenhum. Estamos patinando. Nossa relação saiu do caminho, perdeu-se na estrada. Chegamos à beira de um precipício. Temos que parar imediatamente, etc...”

O mapeamento entre esses dois domínios conceituais pode ser explicitado como segue (as palavras em maiúscula representam as entidades ontológicas correspondentes):

Dois VIAJANTES/AMANTES estão em um VEÍCULO/RELAÇÃO AMOROSA, perseguindo UM DESTINO COMUM/OBJETIVOS DE VIDA COMUNS. O VEÍCULO/RELAÇÃO encontra algum IMPEDIMENTO/DIFICULDADE, que o torna não funcional. Se não fizerem algo, não poderão CHEGAR AO DESTINO/ATINGIR SEUS OBJETIVOS. As alternativas são:

- 1- Tentar pôr o VEÍCULO/RELAÇÃO em movimento novamente, consertando-o ou fazendo com que ele passe pelo IMPEDIMENTO/DIFICULDADE.
- 2- Continuar no veículo não funcional e desistir de CHEGAR AO DESTINO/ATINGIR SEUS OBJETIVOS.
- 3- Abandonar o VEÍCULO/RELAÇÃO.

O que constitui a metáfora *amor é uma viagem* é o mapeamento ontológico entre domínios conceituais, do domínio fonte das viagens ao domínio alvo da relação amorosa. O mapeamento cognitivo é primário e sua expressão lingüística secundária, uma vez que ele implica em generalizações dos sentidos de expressões lingüísticas baseado nas generalizações feitas sobre inferências através de domínios conceituais. Segundo Lakoff e Johnson, os mapeamentos são características fixas de nosso sistema conceitual fornecendo a possibilidade de conceitualizar domínios abstratos de maneiras convencionais, pois definem um padrão de correspondências potenciais através de padrões de inferência.

Em termos de níveis de categorização os autores notam que as metáforas são construídas preferencialmente sobre os níveis superordenados. No caso da metáfora acima, veículo é uma categoria superordenada que inclui categorias básicas como carro, trem, barco e avião. Este fato não é uma necessidade teórica, pois não há nada na teoria que o requeira, mas é uma constatação empírica. Talvez a razão para isso seja que os níveis superordenados são mais gerais e permitem mapear estruturas mais complexas que incluem itens do nível básico. Mas ocorrem também sub-mapeamentos de níveis básicos incluídos em mapeamentos de níveis superordenados. Por exemplo, na metáfora *impotência é cegueira*, que Lakoff diz ter sido observada por Freud, há um sub-mapeamento, *testículos são olhos*, no qual o nível básico é utilizado.

Lakoff (1997) observa que as metáforas conceituais estão envolvidas na elaboração do pensamento onírico. Aproxima sua teoria da interpretação dos sonhos de Freud e da noção freudiana de inconsciente:

It is my job, as a linguist and a cognitive scientist, to study systematically what Freud called “unconscious ideation” of a symbolic nature. I specialize in the study of conceptual systems – the largely unconscious systems of thought in terms of which we think, and on which ordinary, everyday language is based. ... What I and my colleagues have found, in a decade and a half of study, is that, as Freud suggested, we have systems of “unconscious ideation” of a symbolic nature. One of these is a very large system of conceptual metaphor and metonymy...(102)

Essa aproximação pode ser expressa numa interpretação fraca e numa interpretação forte das relações entre os mapeamentos metafóricos e os sonhos. A interpretação fraca afirma que nosso sistema de metáforas convencionais é empregado todas as vezes que interpretamos um sonho. A interpretação forte é mais interessante: o sistema metafórico desempenha um papel gerativo nos sonhos – media entre o significado do sonho para o sonhador e o conteúdo experienciado no ato de sonhar. Esta interpretação forte será reforçada pela leitura que será feita no próximo capítulos dos processos freudianos do deslocamento e da condensação.

CAPÍTULO 5

O MODELO MENTAL FREUDIANO

5.1 – PROCESSO PRIMÁRIO E PROCESSO SECUNDÁRIO

Em Freud, a tradicional dicotomia entre o lado material, ou do conteúdo ideativo, tradicionalmente identificado como a faceta psicológica e subjetiva do fenômeno mental, e o lado formal, ou do pensar, tradicionalmente identificado com a faceta lógica e objetiva, vai assumir a forma da dicotomia entre a representação (*vorstellung*) e o pensamento (*gedanke*). De fato Freud as concebe como duas ordens distintas que se entrelaçam no funcionamento cognitivo. Os processos perceptivos fornecem o conteúdo representacional dos processos mentais e a experiência do sujeito relativa a esse conteúdo fornece seu processamento, ou seja, os chamados processos de pensamento.

A concepção freudiana das representações as considera como entidades analógicas e imagéticas. Originam-se da percepção, seja interna (os traços mnésicos das excitações internas), seja externa (as imagens mnésicas dos objetos do mundo), e são concebidas como unidades mentais, fundamentalmente imagens psíquicas de objetos e sensações exteriores ao aparelho. Como elas não são entidades isoladas, mas estão relacionadas em redes associativas que espelham sua ocorrência na realidade externa, são capazes de representar também relações e eventos.

Esta concepção está claramente enunciada, por exemplo, no capítulo 7 de *A interpretação de sonhos* (1900/1972) e no capítulo 2 de *O ego e o id* (1923/1976), mas pode ser observada já no texto sobre as afasias de 1891³³. Ali Freud introduz a distinção entre representação de objeto (*objektvorstellung*) e representação de palavra (*wortvorstellung*), que reaparecerá somente em 1915 no texto metapsicológico sobre o inconsciente, onde a representação de objeto é chamada de representação de coisa (*sachvorstellung*). O exame da noção de representação de objeto mostra que Freud a concebe como:

³³ Um excerto pode ser encontrado no apêndice C de Freud (1915b/1974).

...um complexo de associações formado por uma grande variedade de apresentações visuais, acústicas, táteis, cenestésicas e outras. A filosofia nos diz que uma apresentação do objeto consiste simplesmente nisso – que a aparência de haver uma ‘coisa’ de cujos vários ‘atributos’ essas impressões dos sentidos dão testemunho, deve-se meramente ao fato de que, ao enumerarmos as impressões sensoriais que recebemos de um objeto, pressupomos a possibilidade de haver grande número de outras impressões na mesma cadeia de associações. (1915b/1974: 244)

Freud apoia-se aqui em J.S. Mill, referindo *A system of logic* como sua fonte. É importante salientar, além de suas fontes filosóficas e do fato desta concepção estar inscrita no quadro da psicologia alemã da época, particularmente na corrente elementarista representada por W. Wundt, a noção explicitamente invocada de que uma *objektvorstellung* é uma espécie de conglomerado aberto de traços mnésicos de sensações - isto é, sempre pode ligar-se a novas sensações - e é representado por uma sensação saliente: “Entre as associações de objeto, são as visuais as que representam o objeto...” (244)

Além desse conteúdo representacional, as *vorstellung* também são dotadas de uma quantidade de energia (*energie*) ou investimento (*besetzung* ou *catexia*)³⁴. Investimento, para Freud, designa ativação, capacidade de ligação e relação entre as representações (traços de memória), o que resulta nas idéias. Uma representação investida é uma idéia ativada e ligada, cujas relações com outras idéias são possíveis.³⁵ Dessa forma, uma coisa são as relações associativas presentes nas representações de objeto, advindas das relações captadas pelos processos perceptivos, que formam os complexos de sensações associados em uma representação. Outra coisa, completamente diferente, é a ativação ou inibição desses complexos representacionais pela energia fluente no sistema nervoso. Esse processamento de ativação ou inibição das representações, Freud nomeia de processos de pensamento.

Como foi mencionado no Capítulo 1, há dois tipos de processamento da energia no aparelho mental. Em um deles, o processo primário, a energia é livre, ou seja flui

³⁴ Catexia é, na verdade, o termo que a tradução inglesa adotou para traduzir tanto *besetzung* quanto *energie*.

³⁵ As origens dessas idéias foram discutidas na seção 1.2.1 do Capítulo 1.

livremente através das representações, desde o polo do estímulo ao polo da resposta. No outro, o processo secundário, a descarga fica suspensa até que muitos caminhos associativos tenham sido percorridos, o que espelha no interior do aparelho as ações que devem ser executadas na realidade para que a descarga energética atinja seus objetivos de escoamento. Esses processos de pensamento, típicos do sistema pré-consciente, equivalem a ensaios para a ação e são uma forma de ação interiorizada. Incluem os chamados processos racionais de pensamento, uma vez que necessitam levar em conta o mundo externo no equacionamento de seus objetivos.

A consideração da metáfora utilizada por Freud para definir seu conceito de desejo mostra em que consiste a diferença entre o processo primário do sistema inconsciente e o processo secundário do sistema pré-consciente.

A metáfora para o desejo é a da *experiência de satisfação*. Imagine-se um nenê recém-nascido em estado de equilíbrio. As exigências da vida logo vem perturbar seu equilíbrio sob a forma da principal necessidade somática, a fome. Pela premissa do arco reflexo, as excitações produzidas por essa necessidade buscam descarga motora. Um nenê com fome grita e movimentar-se impotentemente. Como esse estímulo não se resolve por essa via, ele permanece mantendo o nível de excitação continuamente. Nesse caso, apenas um auxílio externo será capaz de resolver esse estado de desequilíbrio: a alimentação provida por um outro. Dessa maneira põe-se fim ao estímulo interno e acontece a experiência de satisfação. O nenê volta ao equilíbrio. Essa experiência de satisfação deixa duas marcas essenciais: a percepção particular (do objeto que nutre) registra-se como uma *imagem mnésica* que permanece associada, daí por diante, com o *traço de memória* da excitação produzida pela necessidade. Como resultado desse elo, na próxima vez que a necessidade desperte, surgirá imediatamente um impulso psíquico que procurará recatexizar a imagem mnésica da percepção e *reevocar a própria percepção*, ou seja, restabelecer a experiência de satisfação original. “Um impulso desta espécie é o que chamamos de desejo; o reaparecimento da percepção é a realização do desejo e o caminho mais curto a essa realização é uma via que conduz diretamente da excitação produzida pelo desejo a uma catexia completa da percepção.” (1900/1972: 602) Este é o funcionamento do processo primário, cujo objetivo é produzir uma *identidade perceptiva*.

Ocorre que a dura experiência da vida cedo demonstrará que o estabelecimento dessa identidade perceptiva ao longo do curto caminho da regressão dentro do aparelho não apresenta o resultado esperado, pois evidentemente ela é incapaz de recriar o objeto externo necessário à satisfação. Logo, a satisfação não ocorre e a necessidade persiste. É necessário, portanto, interromper a regressão antes que ela atinja a revivescência da imagem mnésica. Além disso, a excitação deve ser desviada por outros caminhos que possam efetivamente conduzir à satisfação desejada, que envolvem, necessariamente, o mundo externo (pois é lá que está o objeto visado). Assim, essa primitiva atividade do *pensamento* deve dar lugar a outra, mais conveniente, que se encarregará da inibição da regressão e do desvio da excitação. Essa outra atividade é o processo secundário, dominado pelo princípio da realidade, que se estende desde a imagem mnésica até o momento em que a identidade perceptiva é estabelecida com o mundo exterior. Ela precisa desviar a excitação surgida da necessidade ao longo de um caminho indireto, que envolve o movimento voluntário, de tal forma a alterar o mundo externo para que seja possível chegar ao objeto de satisfação. O processo secundário visa, assim, a uma *identidade de pensamento*, ao contrário da identidade perceptiva visada pelo processo primário. O processo primário corresponde ao pensamento inconsciente e o processo secundário, ao pré-consciente/consciente.

Para situar mais adequadamente a atividade do processo secundário, Freud irá considerar outra metáfora, antitética à da experiência de satisfação, a *experiência de sobressalto externo*. Suponhamos que o aparelho seja atingido por um estímulo perceptivo que é fonte de excitação penosa ou dolorosa. Seguir-se-á a resposta: manifestações motoras descoordenadas até que uma delas afasta a percepção desse estímulo. Novamente, a imagem mnésica da percepção ficará associada com o traço de memória da dor. Assim, não permanecerá no aparelho nenhuma tendência a recatexizar a percepção fonte da dor, mesmo que alucinatoriamente. Pelo contrário, haverá uma tendência a evitar a lembrança dolorosa. Essa evitação regular pelo processo psíquico da memória de qualquer coisa que tenha sido aflitiva fornece o protótipo do *recalcamento psíquico*. Como resultado disso, o primeiro sistema psíquico, dominado pelo princípio do prazer, é totalmente incapaz de trazer algo de desagradável para o contexto de seus pensamentos. “Ele é incapaz de fazer qualquer coisa que não desejar”. (1900/1972: 639)

Para efetuar alterações no mundo externo é necessário acumular um grande número de experiências nos sistemas mnésicos e uma multiplicidade de registros permanentes das associações entre os elementos. Assim, o processo secundário deve testar os caminhos internamente antes de liberar a motricidade. A energia dentro desse sistema deve ser controlável, a energia quiescente, ao contrário da energia livre, que impera no primeiro sistema. Tudo o que a atividade do primeiro sistema quer é garantir a livre descarga das excitações, enquanto que o segundo sistema tem êxito em inibir as descargas, em exercer uma atividade exploratória e, uma vez concluída, levantar as inibições e permitir a descarga das excitações.

Dessa forma, pensamento para Freud é a contraparte psíquica da ação, uma vez que ele corresponde a deslocamentos de energia mental que visam a descarga motora da excitação. Essa ação pode ser imediata ou reflexa, no caso de ser dirigida pelo processo primário, ou incorporar a atividade do sujeito em seu meio, quando é regida pelo processo secundário. De fato, trata-se de dois processamentos diferentes da excitação, ou, em linguagem menos biológica, de dois padrões de ativação e inibição dos elementos representacionais. Além disso, o pensamento para Freud é fundamentalmente não verbal. As representações organizam-se em conjuntos ordenados segundo padrões advindos da experiência perceptual por um lado, e de padrões de ativação e inibição por outro, podendo ser mapeadas à linguagem. Mas o pensamento pode prosseguir sem ser expresso em forma linguística. Para Freud, pensamento e linguagem são dois domínios diferentes que podem ou não se entrecruzar.

Mas Freud não se contenta simplesmente em apontar que há diferentes processos de pensamento. Em sua obra *A interpretação de sonhos* (1900/1972) trata longamente dos mecanismos que operam no processo primário, nomeando-os de *deslocamento*, *condensação* e *transformação em imagens* e opondo sua lógica operatória à do pensamento secundário, visto como regido pelos processos racionais e lógicos. No próximo capítulo esses mecanismos serão tratados longamente, bastando apontar aqui a diferença que Freud reconhece entre o pensar racional do pré-consciente/consciente e o pensar inconsciente, cuja lógica seria mais corporal, mais reflexa e imediatista, seguindo

os parâmetros do desejo em busca de sua satisfação. O quadro abaixo resume essas idéias:

Pensamento inconsciente	Pensamento pré-consciente/consciente
Processo primário	Processo secundário
Princípio do prazer	Princípio da realidade
Energia livre	Energia ligada
Lógica do desejo	Lógica racional

O que esta diferença entre processo primário e secundário reproduz teoricamente são os dois conjuntos de pensamento que Freud encontrou em suas análises das formações do inconsciente, os dois polos do conflito psíquico representados nos fenômenos sintomáticos, oníricos, nos enganos e nos chistes. No capítulo 1 foram dados alguns exemplos: o caso da mãe que não podia amamentar em função do conflito entre sua vontade e sua contravontade, o caso de Anna O. e o lapso do Presidente da Câmara do Parlamento Austríaco. Não seria exagerado dizer que toda a teoria psicológica de Freud está construída para explicar essa divisão fundamental que ele encontrou no psiquismo humano.

5.2 – O PENSAMENTO INCONSCIENTE

Nesse ponto abre-se uma questão fundamental que, pode-se dizer, está na base das leituras biologicistas da psicanálise empreendidas pelos pós-freudianos. Trata-se de dois pensamentos distintos, como se houvesse um pensar₁ e um pensar₂ na experiência humana, um mais “instintivo” e outro mais racional? Ou é um mesmo pensar que encontra expressões diversas em função de gerenciamentos diversos da energia? De fato essa é uma questão que Freud se colocou e ambas interpretações são possíveis a partir de seu texto que, em muitos momentos, é ambíguo sobre isso. É possível percorrer o desenvolvimento desse debate ao longo de sua obra, que só se resolverá definitivamente em *O ego e o id* de 1923, onde ele claramente abandona a idéia de que há dois tipos de pensamento diferentes. Grande parte da dificuldade que Freud encontrou em resolver essa questão deve-se a seu primeiro modelo do aparelho psíquico, o modelo topográfico, no

qual o critério fundamental é a divisão do mental em pré-consciente/consciente e inconsciente. O modelo topográfico foi desenvolvido fundamentalmente a partir da análise dos sonhos e sua descrição ocupa o capítulo VII de *A interpretação de sonhos*.

A idéia básica que norteia a concepção desse modelo do aparelho psíquico é a do arco reflexo. Assim o aparelho dispõe de uma extremidade sensória, onde situam-se os sistemas que recebem a excitação, e de uma extremidade motora, onde estão os sistemas que efetuam as respostas motoras. Os processos psíquicos avançam da extremidade perceptual para a motora.

Na extremidade sensória, Freud vai distinguir dois sistemas. O primeiro, o sistema perceptual (Pcpt), está na frente do aparelho e recebe os estímulos perceptivos. Como não é possível pensar que as representações ficam guardadas no mesmo sistema que percebe – pois Freud pensa na memória como um armazenamento das representações perceptivas (traços de memória) através de modificações permanentes dos elementos do sistema – já que, se assim fosse, o sistema perceptual logo estaria saturado de traços de memória e perderia sua função perceptiva, logo após o sistema Pcpt localizam-se os sistemas mnemônicos (Mnem). Evidentemente o aparelho retém, além do conteúdo das percepções, as relações entre elas, o que resulta que as representações se acham ligadas na memória, “primeiro e acima de tudo de acordo com a simultaneidade de ocorrência. Falamos deste fato como sendo a ‘associação’” (1900/1972: 575). A base da associação está nos sistemas Mnem e ela consiste numa diminuição das resistências de ligação entre os elementos e no assentamento de caminhos facilitadores. Assim, a excitação é mais fácil ou mais dificilmente transmitida de um determinado elemento Mnem a outro determinado elemento Mnem.

Em seguida, divide os sistemas Mnem quanto a diferenças dos registros associativos. O primeiro sistema Mnem contera o registro das associações com respeito à simultaneidade no tempo, outro com respeito à similaridade, e assim por diante. Isso implica que Freud considera que o mesmo material perceptivo pode admitir múltiplas ligações e registros, de acordo com o princípio associativo.

O sistema Pcpt não possui registro de memória e supre a consciência com toda a multiplicidade das qualidades sensoriais. Já as lembranças estão nos sistemas Mnem que são inconscientes e se tornam conscientes quando ‘voltam’ ao sistema Pcpt, mas podem

produzir todos os seus efeitos enquanto se acham na condição inconsciente. Além disso, quando se tornam conscientes, não exibem a qualidade sensória das percepções, uma vez que as pessoas em geral sabem quando estão lembrando e quando estão percebendo.

O modelo topográfico leva a conceber os dois processos de pensamento como duas instâncias psíquicas, uma das quais tem livre acesso à consciência. Ela receberá o nome de pré-consciente (Pcs), para indicar que os processos excitatórios que nela ocorrem podem ingressar na consciência (dependendo de seu grau de intensidade e da função da atenção) e é ela que “dirige nossa vida de vigília e determina nossas ações voluntárias e conscientes”. (1900/1972: 577). Isso conduz a situá-la na extremidade motora do aparelho. A outra instância, subjacente a esta, é o inconsciente (Ucs), que só tem acesso à consciência por via da primeira.

Freud fornece o seguinte esquema (figura 5.1):

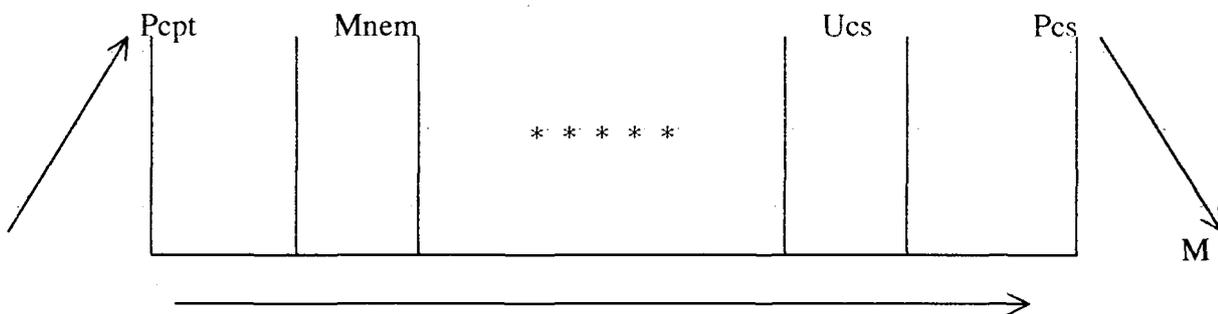


figura 5.1

Note-se que a consciência está distribuída, nesse esquema, nas duas extremidades do aparelho, na perceptual e na motora. De maneira geral, o processo mental caminha da extremidade perceptual para a extremidade motora, mas há exceções. Os sonhos apresentam uma predominância imagética em suas formas expressivas e uma qualidade alucinatória – isto é, a vivência dos sonhos pelo sonhador como se fosse algo real, presente na percepção atual – características que Freud percebe também nas fantasias e nos sintomas de seus pacientes. Ora, isso indica que a excitação está ativando a extremidade perceptual e não a motora. Para dar conta da importância das imagens para a

compreensão dos processos mentais inconscientes e de sua expressão nas formações do inconsciente, particularmente nos sonhos e nos sintomas, Freud se vê obrigado a introduzir o mal fadado conceito de *regressão*. Este conceito apareceu cedo em sua obra. A primeira publicação da palavra alemã *regression* ocorre no Capítulo VII de *A Interpretação de sonhos* (1900/1972), muito embora o conceito a ela vinculado já tivesse sido trabalhado por Freud no *Projeto para uma psicologia científica* (1950 [1895]/1977), descrevendo o movimento regressivo (*rückläufig*) de uma excitação desde uma idéia até a percepção, tendo sido nomeado pelo termo *regression* no *Rascunho L*, de 1897 (1950 [1892-1899]/1977).

Este conceito relaciona-se primariamente com este modelo topográfico do aparelho mental, mas depois adquire outros dois sentidos, o 'temporal' e o 'formal', que podem ser considerados como extensões semânticas do sentido topográfico original. No sentido temporal, designa o retorno a fases anteriores do desenvolvimento, seja da libido, de relações de objeto ou de identificações. No sentido formal é empregado para nomear o retorno a modos de expressão evolutivamente 'inferiores'.³⁶

Neste contexto, o conceito de regressão quer dizer simplesmente que, nos sonhos, a excitação se movimenta numa direção *para trás* do aparelho, em vez de movimentar-se, como é normal, na direção *para frente*, para a extremidade motora do aparelho. Ou seja, ela se movimenta na direção da extremidade sensória e atinge o sistema perceptivo. Daí a escolha do termo regressão, como oposto de progressão, da excitação. Como seu modelo era direcional, Freud teve que cunhar esse termo para dar conta do retorno da excitação para as imagens perceptuais.

Mas a regressão é um processo que não ocorre apenas nos sonhos:

A rememoração intencional e outros processos constituintes de nosso pensamento normal envolvem um movimento retroativo do aparelho psíquico, de um ato ideacional complexo para a matéria-prima dos traços de memória subjacentes a ele. No estado de vigília, contudo, este movimento para trás nunca se estende além das imagens mnemônicas; ele não consegue produzir uma revivificação alucinatória das imagens perceptuais. (1900/1972: 579)

³⁶ É evidente que essas extensões semânticas, tanto quanto o conceito original são debitários das teorias fisiológico-evolucionistas do sistema nervoso discutidas no capítulo 1.

Nota-se, por essa citação, que Freud observa que uma característica típica do pensamento inconsciente também ocorre no pensamento normal, supondo, portanto, um único processo de pensamento. A questão é: por que o pensamento normal permanece nas imagens mnemônicas e não alcança as imagens perceptuais? O que interrompe seu caminho?

Recordê-se que, como o processo secundário tem por característica inibir a descarga das catexias das lembranças, ele poderá acessar essas lembranças dolorosas sem que a experiência da dor (identidade perceptiva) seja ativada. O pensamento secundário nada mais é que um caminho indireto da lembrança de uma satisfação (que foi adotada como uma idéia intencional) a uma catexia da mesma lembrança, que espera atingir através do caminho indireto da atividade motora. Assim, o pensamento tem que ocupar-se dos caminhos de ligação entre as idéias, sem deixar extraviar-se por suas intensidades.

O impasse fundamental que percorre todo esse debate deriva da ambigüidade do uso concomitante de um modelo topográfico e de um modelo que Freud chama da dinâmico, onde a idéia fundamental é a de processamento, para explicar a divisão do pensamento. Novamente, têm-se pensamentos distintos em lugares diferentes ou dois processamentos diferentes da excitação e dois modos de sua descarga? Um determinado grupo mental teve uma catexia de energia ligada a ele ou dele retirada, de maneira que a mesma estrutura pode ser processada por um sistema ou por outro, ou são grupos mentais diferentes com sistemas diferentes de processamento de energia?

5.3 – PALAVRAS E COISAS

Esse problema é teoricamente muito importante pois implica na questão de como algo inconsciente pode tornar-se pré-consciente, e assim, consciente, pois, afinal de contas, só podemos saber de algo quando ele acede à consciência. Esse problema será discutido por Freud como a questão da dupla inscrição. Em 1915b/1974, no texto *O inconsciente*, essa questão vai ser formulada assim:

(1) Considere-se um ato psíquico x. Se ele é rejeitado pela censura e permanece no inconsciente diz-se, então, que foi recalçado.

(2) Se o ato psíquico x passar pela censura, terá livre acesso, através do pré-consciente, à consciência.

Questão: x e x' são dois registros diferentes ou são o mesmo registro que sofreu uma mudança de estado, no mesmo material e na mesma localidade? (figura 5.2)

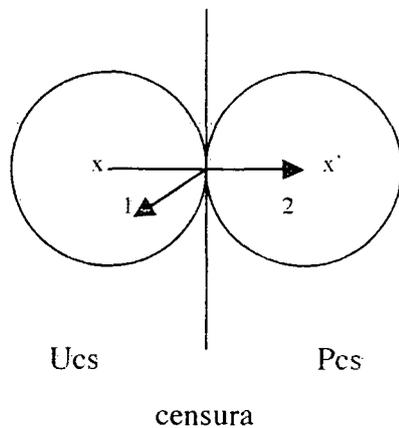


figura 5.2

Em seu artigo sobre a *Repressão* (1915c/1974) Freud vai retomar de maneira sistemática em seu modelo mental a noção da dupla face das representações. Uma representação (*vorstellung*) é uma idéia ou grupo de idéias, catexizada por uma cota definida de energia psíquica (libido ou interesse). Essa cota de energia encontra expressão em processos que são sentidos como afetos (*affektbetrag*). Assim, deve-se separar aquilo que acontece com a idéia daquilo que acontece com o afeto. (Freud, 1915c/1974: 176). A idéia submetida ao recalçamento passa por uma vicissitude geral que é desaparecer do consciente (caso o fosse), ou ser impedida de se tornar consciente. Isso faz com que a parcela ideativa da representação sofra os processos de deslocamento e condensação manifestando-se na forma de uma *formação substitutiva* (as formações do inconsciente). Mas o mecanismo do recalçamento não coincide com a formação de substitutos, pois o essencial do recalçamento é a supressão do desenvolvimento da descarga da cota de afeto vinculada à representação. (1915c/1974:204)

Ora, não existem afetos inconscientes da mesma forma que existem idéias inconscientes. “A diferença toda decorre do fato de que idéias são catexias – basicamente

de traços de memória – enquanto que os afetos e as emoções correspondem a processos de descarga, cujas manifestações finais são percebidas como sentimentos.”(1915c/1974: 204) Ou seja, energia não é carga afetiva. Afetos, emoções e sentimentos são processos de descarga. Energia designa ligação, capacidade de ligação e relação entre as idéias. Uma idéia catexizada é uma idéia ligada, cujas relações com as outras idéias são possíveis. A energia livre, que é característica do processo primário, significa que as ligações entre as idéias se dão livremente, sem inibições. Já a energia quiescente do processo secundário, inibe certas relações entre as idéias, inclusive sua descarga motora. Já os afetos são processos correspondentes a descargas motoras, só que em vez de envolverem o sistema motor envolvem o sistema autônomo. Em vez da descarga movimentar um braço, movimentará o estômago, ou o coração, por exemplo. Evidentemente a descarga está conectada com o resultado das relações entre as idéias, ou seja, com sua energia. Daí Freud dizer que, no recalçamento, algo que ocorre na fronteira entre o inconsciente e o pré-consciente trata-se de uma retirada da catexia, ou seja, uma operação que desliga ou inibe determinada relação entre as representações.³⁷

Mas surgem outros problemas: “A idéia reprimida permanece capaz de agir no Ics., e deve, portanto, ter conservado sua catexia. O que foi retirado deve ter sido outra coisa.”(1915b/1974: 207) Para decidir o que é retirado, Freud vai, a partir da observação de um fenômeno que ocorre nas psicoses, retomar a distinção entre representação de coisa (*sachvorstellung*) e representação de palavra (*wortvorstellung*). Baseando-se em observações de Bleuler, Abraham e Victor Tausk (1915b/1974: 224) constata que nas esquizofrenias nota-se um grande número de modificações na fala, chamadas de *fala hipocondríaca* ou *fala do órgão*.

³⁷ Um afeto reprimido pode sofrer três vicissitudes: (1) ou permanece, no todo ou em parte, como é; (2) ou é transformado em ansiedade; (3) ou é suprimido e impedido de desenvolver-se. Ora, como a regulação do princípio do prazer não permite a manutenção de estados de desequilíbrio sem conduzi-los à descarga, ou ele se descarrega como ansiedade ou ele tem que esperar até que encontre uma idéia substitutiva no sistema Pcs. O afeto poderá então ligar-se a esse substituto e encontrar seu caminho para a descarga. Assim, no recalçamento o que ocorre é uma ruptura entre o afeto e a idéia à qual ele pertence e cada um deles passa por vicissitudes isoladas.

Na esquizofrenia as *palavras* estão sujeitas a um processo igual ao que interpreta as imagens oníricas dos pensamentos oníricos latentes – que chamamos de processo psíquico primário. Passam por uma condensação, e por meio do deslocamento transferem integralmente suas catexias de umas para as outras. O processo pode ir tão longe, que uma única palavra, se for especialmente adequada devido a suas numerosas conexões, assume a representação de todo um encadeamento de pensamento. (227)

O que dita a substituição não é a semelhança entre as coisas denotadas, mas a uniformidade das palavras empregadas para expressá-las. (229)

Ora, como referiu-se anteriormente, a representação de coisa consiste nos traços de memória do complexo associativo derivado da percepção dos objetos. A representação de palavra para Freud é, também ela, um complexo associativo que reúne elementos de origem visual (sua imagem escrita), acústica (sua imagem sonora) e cenestésica (sua imagem motora ou articulatória). Assim como a imagem visual representa o complexo associativo do objeto, a imagem acústica (ou sonora, como Freud a chama), representa o complexo associativo da palavra. E a imagem sonora da palavra liga-se à imagem visual do objeto. É essa ligação que dá o *significado* das palavras. Em *O ego e o id*, Freud vai observar que os componentes visuais e motores da imagem da palavra são secundários e vai reduzi-la a seu componente acústico: “Em essência, uma palavra é, em última análise, o resíduo mnêmico de uma palavra que foi ouvida.” (1923/1976: 34) Atribui, inclusive, ao sistema pré-consciente uma fonte sensória especial para as percepções auditivas da linguagem.

A ligação da imagem acústica da palavra com a imagem visual da representação resulta em uma correspondência entre uma representação de coisa e uma representação de palavra. Esta correspondência tem um papel primordial no acesso dos processos de pensamento à consciência e na mecânica do recalçamento: “...já sugeri que a diferença real entre uma idéia (pensamento) do Ics. ou do Pcs. consiste nisto: que a primeira é efetuada em algum material que permanece desconhecido, enquanto que a última (a do Pcs.) é, além disso, colocada em vinculação com representações verbais.” (1923/1976: 33)

Da linguagem depende o acesso à consciência dos processos de pensamento, uma vez que a linguagem dispõe de palavras ligadas a coisas, mas também de palavras que exprimem relações:

“... estando ligadas a palavras, as catexias podem ser dotadas de qualidade mesmo quando representem apenas relações entre apresentações de objetos, sendo assim incapazes de extrair qualquer qualidade das percepções. Tais relações, que só se tornam compreensíveis através de palavras, constituem uma das principais partes dos nossos processos de pensamento.” (1915b/1974: 231)

Como nota Assoun, esta é a concepção de J.S. Mill das relações entre pensamento e linguagem, que ele situa como estando entre o nominalismo e o realismo: “Freud toma emprestados os elementos de um nominalismo – que fornece, via nomeação, a linhagem das *wortvorstellungen* – e de um realismo – que fornece, via objeto da experiência, a linhagem das *objektvorstellungen*.” (1995: 83) O resultado disso é que pensamento e linguagem são duas ordens distintas e, o que é de fundamental importância, o pensamento, a ordem derivada da percepção e da experiência, é o que dá sentido às expressões lingüísticas.

Mas é possível para o pensamento tornar-se consciente sem palavras:

Não devemos deixar-nos levar, talvez visando a simplificação, a esquecer a importância dos resíduos mnêmicos ópticos, quando o são de *coisas*, ou a negar que seja possível os processos de pensamento tornarem-se conscientes mediante uma reversão a resíduos visuais, e que, em muitas pessoas, este parece ser o método favorito. O estudo dos sonhos e das fantasias pré-conscientes pode ... dar-nos uma idéia do caráter especial deste pensar visual. ... De certa maneira, também, ele se situa mais perto dos processos inconscientes do que o pensar em palavras, sendo inquestionavelmente mais antigo que o último, tanto ontogenética quanto filogeneticamente. (Freud, 1923/1976: 35)³⁸

³⁸ Esta idéia de um pensamento mais arcaico atesta a influência da teoria evolucionista, nesse caso da versão do fisiologista inglês John H. Jackson, na obra de Freud. (ver a sessão 1.2.3)

Assim o problema da dupla inscrição fica resolvido já que não se trata de registros diferentes do mesmo conteúdo em lugares psíquicos diferentes, nem estados funcionais diferentes da catexia no mesmo lugar. E também a questão do que o recalçamento faz: nega à representação de coisa sua tradução em palavras, resultando disso que uma representação que não seja posta em palavras – um ato psíquico que não seja hipercatexizado – permanece inconsciente.

O esquizofrênico trata as palavras como coisas, ou seja, a representação para o esquizofrênico está cindida. Vale a pena citar aqui um exemplo. Uma paciente de Tausk foi levada à clínica após uma discussão com o amante e queixou-se de que “seus olhos não estavam direitos, estavam tortos”. Numa série de acusações contra o amante, ela mesma explicou o fato (uma vez que seus olhos reais estavam direitos). “De forma alguma ela conseguia compreendê-lo, a cada vez ele parecia diferente; era hipócrita, um entortador de olhos (*augenverdreher* – que em alemão tem o sentido figurado de enganador), ele tinha entortado os olhos dela; agora ela tinha os olhos tortos; não eram mais os olhos dela; agora via o mundo com olhos diferentes.”(1915b/1974: 226) Pode-se observar que ela trata a palavra que refere-se ao órgão como se fosse o próprio órgão, além de condensar em sua relação com esse órgão a representação de todo o conteúdo de seu pensamento. Em contraste com isso, observa Freud, se fosse uma histerica, teria, *de fato* entortado convulsivamente os olhos.

Dessa forma, a diferença entre os dois processos não está na qualidade do pensamento, como se houvesse um pensar₁ - que segue uma lógica mais primitiva - e um pensar₂ - que segue uma lógica racional. Pensar, para Freud, é estabelecer conexões entre representações, sejam essas conexões advindas da experiência perceptiva ou das ações que o indivíduo executa em seu meio. Isso acontece tanto no funcionamento do processo primário quanto no do secundário. Em *Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental* (1911/1974) diz claramente:

A coibição da descarga motora (da ação), que então se tornou necessária, foi proporcionada através do processo do *pensar*, que se desenvolveu a partir da apresentação de idéias. O pensar foi dotado de

características que tornavam possível ao aparelho mental tolerar uma tensão aumentada de estímulos, enquanto o processo de descarga era adiado. Ele é essencialmente um tipo experimental de atuação acompanhado por deslocamento de quantidades relativamente pequenas de catexia, junto com menor dispêndio (descarga) destas. ... É provável que o pensar fosse originalmente inconsciente, na medida em que ultrapassava simples apresentações ideativas e era dirigido para as relações entre impressões de objetos, e que não adquiriu outras qualidades perceptíveis à consciência até haver-se ligado a resíduos verbais. (1911/1974: 281) (sublinhado do autor)

As diferenças nos padrões de ativação respondem, essencialmente, a diferentes estratégias advindas da experiência do sujeito com relação à sua satisfação. Enquanto que o processo primário segue os propósitos do desejo, o processo secundário segue os propósitos da equação: desejo + realidade. O que, de fato, Freud está procurando modelar com essa diferença é a atuação concomitante dos dois processos de pensamento paralelos que ele descobriu, a partir da análise das formações do inconsciente, estar na base do conflito psíquico, ou da “divisão do eu”. Divisão que Freud vê como estrutural na categorização do que é interno e do que é externo, do que é “eu” e do que é “não eu”, e que marcará toda a atividade cognitiva dos humanos.

5.4 – O EU E O ISSO

Depois da revolução cognitiva dificilmente encontra-se um autor que não assuma que os processos de pensamento, e os processos cognitivos em geral, são fundamentalmente inconscientes. Como mostrou-se no capítulo 1, isso já era percebido e aceito por muitos autores da época de Freud.³⁹ Freud sabia disso e quanto mais sua obra progredia mais clara ficava a noção de que o mental é essencialmente inconsciente. Mas o termo inconsciente qualificado de freudiano refere-se ao inconsciente dinâmico, derivado do conflito psíquico, o inconsciente que diz respeito à divisão que atinge o próprio eu, cindindo a subjetividade em dois campos que podem se revelar inconsistentes

³⁹ Isso não significa, evidentemente, que a consciência humana deixe de ser um mistério. Na verdade o mistério aumentou.

ou contraditórios. Freud constatou que não só as pessoas têm teorias inconsistentes a respeito dos fenômenos externos, mas as têm a respeito de si próprias, do que desejam e do que devem fazer. Essa é, talvez, a grande novidade da obra freudiana. O inconsciente freudiano é um conceito relativo à forma de expressão do conflito psíquico. Nomeia tanto sua expressão, as formações do inconsciente, quanto os processos de pensamento que manifestam o desejo⁴⁰, uma vez que os pensamentos relativos à realidade em geral não encontram problemas em aceder à consciência e em serem vistos como genuinamente psíquicos. Freud viu no desejo uma categoria conceitual, psíquica, constituinte da mente humana e não uma expressão biológica, mística ou religiosa⁴¹.

Freud percebeu claramente a ambigüidade que o termo inconsciente carregava em sua obra, ora referindo-se à descrição do estado das idéias latentes, caso em que ele se confunde com o pré-consciente, ora ao estado das idéias recalçadas, caso em que ele se diferencia do pré-consciente. Isso se deve à sua constatação de que todo o mental é, por definição, inconsciente. Uma vez que a consciência fica reduzida a uma qualidade ligada à percepção (mais precisamente à atenção, uma vez que hoje sabe-se que há uma grande quantidade de processos perceptivos totalmente inconscientes ou automáticos), qualidade que pode ou não estar presente, ela não pode ser tomada como parâmetro para a divisão do psíquico entre o que é consciente e o que é inconsciente como acontece no modelo topográfico e descritivo. Tem-se, na verdade, dois modos de acesso à consciência: aqueles processos de pensamento que podem tornar-se conscientes espontaneamente e sem esforço, que são os processos pré-conscientes, ou inconscientes no sentido descritivo, e aqueles que só se tornam conscientes após algum trabalho de elaboração psíquica, são os processos inconscientes no sentido dinâmico. Por essa razão Freud, em

⁴⁰ Lacan também usa o termo inconsciente nessas duas acepções. Com ele nomeia tanto o corte no discurso, as formações do inconsciente, quanto o que chama de enunciação, referindo com esse termo os processos de pensamento que correm sob o enunciado e onde deve ser procurado o sujeito do inconsciente.

⁴¹ Freud (1925[1924]/1976: 274) elencou os três golpes desfechados pela ciência no amor próprio humano. O primeiro, o *cosmológico*, desfechado por Copérnico, retirou o homem do centro do universo. O segundo, o *biológico*, desfechado por Darwin, pôs abaixo a barreira arrogante erguida entre os homens e os animais. O terceiro, o *psicológico*, desfechado por ele mesmo, destronou a racionalidade consciente do centro da vida psíquica, e isso que dizer: 'eu não sei tudo sobre mim'.

1923, introduz a chamada segunda tópica, ou o modelo estrutural, em *O ego e o id*⁴², onde a divisão não é mais entre pré-consciente(consciente) e inconsciente mas entre eu e isso.

O isso nomeia os processos psíquicos regidos pelo princípio do prazer, sujeitos ao funcionamento do processo primário, desconhecidos e inconscientes, dominados irrestritamente pelo princípio do prazer, sendo que sobre sua superfície repousa o eu, que é a parte do isso modificada pelo sistema Pcpt. O recalcado, ou o sistema de crenças coordenado pelo desejo, é uma parte do isso, mas não coincide integralmente com ele. Ao eu, uma organização coerente de processos mentais, sujeitos ao processo secundário, corresponde o sistema de crenças relativas ao princípio da realidade, representando a razão e o senso comum.

Uma característica digna de nota do eu freudiano é que ele é um eu corporal. Uma vez que ele tem sua origem no sistema Pcpt, além das representações dos objetos e palavras do mundo externo, um outro fator deve ser considerado. O próprio corpo de uma pessoa é um lugar donde se originam sensações tanto externas quanto internas. Ele é visto como outro objeto qualquer, mas produz sensações que são equivalentes a percepções internas, por exemplo, ao tato, e também as sensações dolorosas. Freud vai dizer que ele é uma projeção de uma superfície, e compara-o ao homúnculo cortical dos anatomistas, que é a projeção do corpo na superfície do córtex.

O aparelho psíquico freudiano continua dividido em duas partes, o que acontece desde o primeiro modelo do aparelho mental, estruturalmente dividido entre o isso e o eu, funcionalmente diferenciado entre os processos primário e secundário e economicamente regido pelo princípio do prazer e pelo princípio da realidade.

A bem da verdade, deve ser dito que o modelo estrutural, bem como os termos que o acompanham, mais atrapalharam o desenvolvimento da psicanálise que ajudaram. A definição de isso, na verdade retirada da obra de Georg Groddeck, mas originária de Nietzsche, que a utilizava habitualmente para designar tudo o que é sujeito às leis naturais na experiência humana, certamente muito mais metafórica que conceitualmente rigorosa, abriu as portas definitivamente para leituras biologicistas da psicanálise, que

⁴² Os termos que Freud utiliza são *das Ich*, que traduzido literalmente é *o eu* e *das Es*, cuja tradução literal é *o isso*. Ego e Id foram termos introduzidos pela tradução inglesa da obra de Freud. No texto utilizarei os termos eu e isso, como ocorre nas traduções revisadas dos textos de Freud para o português.

passaram a ver nele nada mais do que um fervedouro dos instintos animais, apesar da qualificação explícita de Freud de “um isso psíquico”. Não é o caso de discutir essas questões aqui, mas sim de salientar que o objetivo fundamental das noções de eu e isso é apontar a divisão que a psicanálise encontrou no eu.

5.5 – FREUD COGNITIVISTA

Propõem-se, a seguir, as relações entre o aparelho psíquico freudiano e os modelos cognitivos expostos no capítulo anterior.

1 – O aparelho psíquico freudiano é um modelo mental, já que estabelece sistemas de processamento situados entre input e output. O interesse primordial de Freud é modelar o processamento do desejo, o vetor que se estende desde o input produzido pelas necessidades internas ao output de suas descargas motoras.

2 – Esse processamento é psíquico, ou seja, se dá através do pensamento. Este, por sua vez, é composto por: (1) elementos: representações perceptuais ligadas entre si por redes associativas e (2) processos: padrões de ativação e inibição dessas representações.

3 – O percurso feito pela psicologia psicanalítica mostra que a noção freudiana de representação e pensamento corresponde ao sistema categorial proposto por Kosslyn. Lembremos que Freud concebe as representações de coisa como complexos abertos de sensações representados por uma sensação saliente, no caso a visual, sensações que são imagens mnésicas ou traços de memória deixados no aparelho pela experiência perceptual. Ora, essa noção corresponde estreitamente à noção de imagens prototípicas e de imagens-esquema, que constituem as representações do mundo dos objetos, obtidas através dos *chunks* formados no sistema categorial pelas *classes funcionais de equivalência* que integram as variações sensoriais inter-modais do sistema contínuo. Dessa forma, a *sachevorstellung* de Freud pode ser entendida como uma imagem prototípica, que, ao ligar-se com sua correspondente *wortvorstellung*, recebe um nome e dá conteúdo semântico a ele.

O uso que Freud faz da metáfora da *experiência de satisfação* é um exemplo disso. Como resultado do elo entre a *imagem mnésica* do objeto e o *traço de memória* da excitação, na próxima vez que a necessidade desperte, surgirá imediatamente um impulso

psíquico que procurará *reevocar a própria percepção*, ou seja, restabelecer a experiência de satisfação original, processo que Freud chamava de *identidade perceptiva*. (1900/1972: 602) Que pode significar isso senão uma referência à formação de um protótipo? Os diversos estímulos, advindos das diversas modalidades sensoriais, inclusive proprioceptivas, envolvidos na experiência da necessidade, conjugam-se com os estímulos produzidos pelo objeto de satisfação, afinando-se e conjugando-se em uma imagem-esquema no sistema categorial, que resultará no protótipo do objeto de satisfação. As classes funcionais de equivalência funcionarão canalizando as experiências semelhantes para a mesma imagem, ativando-a quando a necessidade despertar. O que Freud chama de identidade perceptiva nada mais é do que a ativação dessa imagem prototípica. No curso de sua obra, Freud a chamará de *vorstellungsrepräsentanz*, a esse representante ideativo da pulsão. No texto *A negativa* (1925/1976) essa categorização será abordada de forma mais psicológica, a partir da função do julgamento, sem o recurso às metáforas biológicas muito utilizadas por Freud até 1920.

Se considerar-se que as categorias conceituais estão organizadas em torno de membros centrais prototípicos, pode-se dizer que nessa metáfora Freud está procurando delinear o centro da categoria dos objetos de satisfação. Lembre-se que Freud costumava situar os diversos objetos de satisfação em uma série de deslocamentos a partir de objetos primordiais. Evidências de que considerava a categorização como organizada prototipicamente podem ser encontradas em seu texto. Em *As transformações do instinto exemplificadas no erotismo anal* (1917/1976), texto onde desdobra os elementos da categoria do objeto anal na série: fezes, pênis, bebê, dádiva, dinheiro..., diz :

Como ponto de partida para esta exposição, podemos tomar o fato de que parece que nos produtos do inconsciente – idéias espontâneas, fantasias e sintomas – os conceitos de *fezes* (dinheiro, dádiva), *bebê* e *pênis* mal se distinguem um do outro e são facilmente intercambiáveis. Compreendemos, certamente, que expressar-se desse modo é aplicar incorretamente à esfera do inconsciente termos que pertencem propriamente a outras regiões da vida mental, e que fomos levados a nos desviar pelas vantagens oferecidas por uma analogia. Para colocar o assunto de uma forma menos sujeita a objeções, esses

elementos do inconsciente são tratados muitas vezes como se fossem equivalentes e pudessem livremente substituir um ao outro. (160/161)

É evidente que, apesar de reformular suas palavras para não levantar as objeções que poderiam surgir com o uso do termo ‘conceito’ para indicar a relação de identidade semântica entre esses termos, Freud está pensando exatamente nisso. Sua noção de que o objeto da pulsão é o que há de mais variável nela, de que não está originalmente ligado a ela, podendo ser modificado tantas vezes quanto for necessário em função das vicissitudes sofridas durante a existência e “só lhe sendo destinado por ser peculiarmente adequado a tornar possível a satisfação” (1915c/1974) indica que a categoria dos objetos pulsionais está organizada prototipicamente e forma uma categoria *fuzzy*. Note-se que, desde essa perspectiva, um mesmo objeto pode pertencer a mais de uma categoria, fato observado por Freud quando indica que um mesmo objeto pode servir a mais de uma pulsão parcial.

Assim, na categoria do objeto anal, em torno de seu melhor exemplar, *fezes*, distribui-se um gradiente de objetos cujo grau de pertinência é variável e, inclusive, particular. Ou seja, para um sujeito determinado objeto pode estar nessa categoria, enquanto que para outro sujeito, não. Por exemplo, no caso do Homem dos Ratos, *rato* entra nessa categoria, juntamente com *dinheiro*, *pênis*, *criança e ele próprio*. (Freud, 1909/1974)

4 – A noção de *identidade perceptiva* evoca também a equivalência entre as representações imagéticas e os perceptos, numa espécie de antecipação da hipótese da equivalência funcional. Ao comentar as relações entre lembrança, alucinação e percepção, Freud adscrive esses fenômenos não a diferenças óticas entre eles, mas sim a diferenças quanto a suas catexias. Lembrando que catexia é o nome freudiano de ligação entre elementos mnésicos, o seguinte comentário de Freud é esclarecedor quanto a esse ponto:

Imediatamente pensamos aqui nas alucinações, e no fato de que a mais vívida lembrança é sempre distinguível, tanto de uma alucinação quanto de uma percepção externa; mas também nos ocorre em seguida que quando uma

lembança é revivida, a catexia permanece no sistema mnêmico, enquanto que uma alucinação, que não é distinguível de uma percepção, pode surgir quando a catexia não se estende simplesmente do traço mnêmico para o elemento Pcpt, mas se transfere inteiramente para ele. (1923/1976: 33) (sublinhado do autor)

5 – Já os processos de pensamento são definidos como padrões de ligação entre as representações, efetuados, portanto, em um material não verbal e relativos à experiência do sujeito com seu meio interno e externo. Freud estabelece seus mecanismos básicos a partir da análise das formações do inconsciente, identificando-os como sendo os do deslocamento, da condensação e da formação de acordos.

Em função de seus pressupostos evolucionistas, Freud julgava essa forma de pensamento como sendo mais arcaica ou primitiva que a aparente forma mais lógica expressa pelo pensamento consciente através da linguagem. Esses pressupostos também o forçaram a postular a noção de regressão. Embora as leituras da psicanálise feita pelos pós-freudianos tenham aprofundado essa divisão, identificando o pensamento inconsciente com o primitivo, o infantil e o irracional e o pensamento pré-consciente com o maduro, o adulto e o racional, não era exatamente essa a concepção de Freud. Sobre isso deve-se observar (1) que o processo secundário nada mais é do que uma extensão do processo primário, exigida pelas condições da realidade e que incorpora a experiência com o mundo externo e (2) que em ambos os casos o pensamento consiste no mesmo tipo de processos de relação entre elementos.

Como as pesquisas contemporâneas têm mostrado, esses mecanismos não são exceção na racionalidade humana, nem são superados por uma pretensa evolução para o pensamento formal, mas são a regra. Tipicamente o homem pensa com seu corpo e com sua experiência.

6 – Processo primário e processo secundário referem-se a conjuntos de representações (ou sistemas de crença) organizados segundo diferentes padrões de relação, e não segundo diferenças de lógicas. Ora, esses padrões de ligação obedecem ao gerenciamento, respectivamente, do desejo e da realidade, mas também aos princípios gerais do funcionamento cognitivo dos humanos. Sua organização responde às estruturas organizadas que constituem o conhecimento de base estocado na memória de longo prazo

e referido como modelos cognitivos e *frames*. As ciências cognitivas têm demonstrado que essas são as formas básicas do pensamento humano. Nesse sentido, o pensamento observado por Freud não é peculiar e exclusivo das formações do inconsciente, mas reflete o funcionamento geral da cognição humana. O próximo capítulo mostrará a correspondência dos mecanismos da condensação, do deslocamento e da transformação em imagens com os mecanismos utilizados cotidianamente pelos seres humanos para pensar e compreender a si e a seu mundo.

7 – Por outro lado, a divisão entre processo primário e secundário corresponde à divisão do eu. O sujeito freudiano é um sujeito dividido. Dividido entre o princípio do prazer e o princípio da realidade, entre o desejo e a defesa, entre o eu e o isso, entre os interesses egoístas e os interesses da cultura. Isso gera uma espécie de situação conflitante permanente para o sujeito à qual ele tem que responder. Pode ocorrer que ambos estejam em sintonia, mas pode ocorrer que não. As formações do inconsciente – sintomas, sonhos, atos falhos e chistes – são os fenômenos que atestam esse conflito permanente. Isso quer dizer simplesmente que as pessoas abrigam sistemas de crença contraditórios ou incompatíveis, mas não só, utilizam essas inconsistências regularmente em seu pensamento cotidiano. Os próximos capítulos mostrarão que esse fato que tem sido observado por diversos trabalhos contemporâneos e discutirão a relação entre eles e a psicanálise.

8 - O pensamento pode ser processado sem ter que ser expresso em forma lingüística. Sua conexão com a linguagem acontece quando as representações de coisa ligam-se às representações de palavra que lhes são correspondentes. A linguagem fornece meios para exprimir com palavras as relações estabelecidas pelo pensamento, uma vez que a linguagem dispõe de termos para nomear coisas e termos para nomear relações. Ora, os processos de pensamento, isto é os “atos de catexia que se acham relativamente distantes da percepção”(1915b/1974: 230), são destituídos de qualidades e inconscientes, e só se tornam conscientes através de sua ligação com as representações de palavras. Quando ligadas às palavras, as catexias podem ser dotadas de qualidade, mesmo quando representam ligações entre as representações de objeto, “sendo assim incapazes de extrair qualquer qualidade das percepções” (231). Estas relações, que só se tornam compreensíveis através de palavras, constituem uma das principais partes dos nossos

processos de pensamento. As palavras se tornam capazes de exprimir essas relações qualitativamente pois elas também originam-se de percepções sensoriais, da mesma forma que as representações de coisa.

Em consonância com os modelos cognitivos e semânticos expostos acima, o pensamento prossegue em um material não verbal e, em seguida, é mapeado à linguagem. No entanto, uma vez que esse mapeamento é estabelecido, a linguagem não é apenas uma forma de expressão do pensamento, mas passa a fazer parte desses processos, fornecendo indicações e introduzindo caminhos por onde os processos de pensamento podem ou devem seguir. A relação entre pensamento e linguagem é especialmente relevante na construção do discurso. No próximo capítulo essa relevância será explorada a partir da noção de espaços mentais.

9 – A relação entre pensamento e linguagem é fundamental na explicação do recalçamento. Essencialmente uma forma de esquecimento ou de evitação, o que o recalçamento faz é negar à representação de coisa sua tradução em palavras, resultando disso que uma representação que não seja posta em palavras permanece no inconsciente. A representação pré-consciente abrange a representação de coisa mais a representação de palavra que lhe corresponde. Já a representação inconsciente abrange apenas a representação de coisa. “O sistema Ics contém as catexias da coisa dos objetos, as primeiras e verdadeiras catexias objetais; o sistema Pcs. ocorre quando essa apresentação da coisa é hipercatexizada através da ligação com as representações da palavra que lhe correspondem.”(1915b/1974: 230) Assim:

O papel desempenhado pelas representações verbais se torna agora perfeitamente claro. Através de sua interposição, os processos internos de pensamento são transformados em percepções. É como uma demonstração do teorema de que todo conhecimento tem sua origem na percepção externa. Quando uma hipercatexia do processo de pensamento se efetua, os pensamentos são *realmente percebidos* – como se proviessem de fora – e, conseqüentemente, são considerados verdadeiros. (1923/1976: 37)

A temática do recalçamento em Freud é a temática do acesso à consciência. Freud observou que este acesso não é automático, pelo contrário, é seletivo e obedece a

determinados princípios que estão relacionados com o processamento do desejo e da defesa. O conhecimento que alguém tem, de si ou do mundo, só tem um lugar, a consciência, que é uma qualidade que pode acompanhar ou não os processos mentais. A consciência é uma função atenta que está ligada ao sistema perceptual. Por essa razão a linguagem representa um fator fundamental, pois é através dela que os processos de pensamento podem ser representados, principalmente quando exprimem relações. A consciência é necessária para se conhecer o que se pensa, não para pensar.

CAPÍTULO 6

MAPEAMENTOS E *BLENDS*

6.1 – A TEORIA DOS *BLENDS*⁴³

No capítulo 4 foram apresentadas as noções de imagens-esquema, imagens prototípicas, *frames* e modelos cognitivos. Esses mecanismos formam a base do processamento cognitivo, provêm o que se intitula de conhecimento de base (*basic knowledge*). Constituem, por assim dizer, sua estrutura fundamental, entendendo esse termo no sentido de fundação, o que sustenta uma construção. Essa estrutura permite que os humanos compreendam a si e ao mundo em que vivem, os eventos em que participam, executem ações, façam inferências e produzam conhecimento. Pode-se comparar essa estrutura mental com a estrutura corporal. A estrutura corporal impõe um padrão de percepção e movimento, permitindo-os e ao mesmo tempo impondo limites. Mas a estrutura corporal em si mesma não diz *como* o corpo pode ser e de fato é utilizado em situações concretas. Esse capítulo tratará dessa questão: como a estrutura cognitiva é utilizada nas atividades cotidianas de pensar e falar.

Com o foco voltado para a construção do significado na vida cotidiana desde uma perspectiva semântico/pragmática, Gilles Fauconnier (Fauconnier, 1994 e 1997; Fauconnier e Turner, 2002) propõe uma formalização que se assenta em duas idéias básicas: quando falamos ou pensamos estamos construindo mentalmente subconjuntos para onde os elementos e relações relevantes ao discurso que está sendo processado são mapeados. De certa forma essa proposta advém das semânticas com mundo possíveis, mas difere delas pois enfatiza os processos cognitivos envolvidos no discurso corrente, partindo do princípio geral das semânticas cognitivas, de que a linguagem faz parte do conjunto mais geral de habilidades cognitivas do homem. A idéia é que as formas sintáticas, longe de poderem ser tratadas isoladamente dos outros componentes da língua

⁴³ O termo utilizado por Fauconnier (1997) e Fauconnier e Turner (2002) é *blend*, cuja tradução mais comum é mistura. No entanto, a tradução mais adequada seria ‘combinação’ pois, como se verá adiante, nos espaços *blends* não se trata apenas de misturar estruturas, mas de combiná-las dando origem a novas estruturas. Como se trata de um termo técnico, preferi manter o original em inglês.

e da cognição, fazem parte do processo de construção do significado e do pensamento, fornecendo pistas e indicações para a construção desses subconjuntos, chamados por Fauconnier de *espaços mentais*. Essas construções ocorrem num nível cognitivo, distinto da estrutura da linguagem, no sentido de que não são uma “forma lógica” nem uma “representação semântica” dela. Tampouco as construções nesse nível são representações do mundo, atual ou possível, embora relacionem a linguagem com o meio externo já que permitem a efetivação de padrões de inferência e atuação. Deve-se observar que a construção de espaços mentais é particular a cada uso da linguagem e ocorre na medida em que o discurso ou o pensamento progride, em função das expressões linguísticas que estão sendo produzidas, do estado da construção cognitiva atual e do contexto discursivo.

6.1.1 – Espaços mentais.

Espaços mentais são pequenos conjuntos conceituais construídos *on line*, na medida em que o pensamento e a comunicação progridem, com o propósito de compreensão das situações e planejamento das ações. Os espaços mentais operam na memória de trabalho ativando o conhecimento de base disponível na memória de longo prazo. São constituídos por elementos e relações oriundas de diversas fontes: de domínios conceituais organizados em modelos cognitivos e *frames* (ex.: comer e beber, vender e comprar, ir a um lugar público, etc...), da experiência imediata e da linguagem corrente. Por exemplo, considere-se um espaço mental no qual João vai a um restaurante. Ele contém elementos organizados pelo *frame* específico (ou *script*) *comer fora*, que situa e determina as relações entre os elementos: João, o espaço físico, as outras pessoas, etc... Mas, ele pode ser estruturado também por outros *frames*, como *rotina diária*, no caso de ser hábito de João comer fora nos dias de semana. Suponha-se que alguém diga: “Eu vi João no restaurante”. Esta sentença, dita numa conversa, convida o ouvinte a construir um espaço mental no qual João está no restaurante, que poderá ser progressivamente elaborado no curso do diálogo que determinará os *frames* organizadores que serão evocados. Dessa forma, um espaço mental consiste de elementos e relações ativados simultaneamente numa unidade integrada e singular.

Mas isso não significa que um determinado evento evoque a construção de um único espaço mental. Via de regra, vários espaços são construídos simultaneamente

formando uma rede de espaços interligada. Dessa forma os diversos elementos nos diversos espaços simultâneos são mapeados uns aos outros.

Considere-se as seguintes sentenças:

- (6.1) Platão está na última prateleira.
- (6.2) O andar de cima está brigando novamente.
- (6.3) O bife com fritas saiu sem pagar.

Para entender o significado dessas sentenças é necessário estabelecer conexões entre elementos de domínios distintos de maneira a acessar o referente visado. Assim, na sentença (5.1) o termo ‘Platão’ designa ‘os livros de Platão’, a conexão se dando entre um nome que designa um autor e os livros desse autor. Na sentença (5.2) o ‘andar de cima’, descrição que refere distribuição espacial, designa ‘as pessoas que moram no andar de cima’. E na sentença (5.3) a conexão se dá entre ‘prato de comida’ e ‘consumidor’. Em todos esses casos, uma expressão que nomeia ou descreve uma entidade está sendo mapeada a outra entidade em outro domínio e sendo utilizada para acessá-la. Os elementos conectados são elementos de modelos cognitivos dos quais parte da estrutura está sendo utilizada no discurso corrente.

Os espaços mentais construídos por essas sentenças, desdobram-se em dois espaços de entrada, cada um estruturado pelos *frames* correspondentes. No caso do exemplo (6.1) o termo ‘Platão’ designa um elemento de um espaço estruturado pelo *frame* que contém informações gerais sobre autores, obras intelectuais, idéias, períodos de tempo, etc..., enquanto que ‘prateleira’ envolve um elemento de outro *frame*, que, embora possa estar conectado com o primeiro, envolve informações de outra natureza, como objetos físicos, materiais, etc... Os elementos desses dois espaços mapeiam-se ao espaço gerado pela sentença, permitindo que a sentença signifique:

- (6.4) Os livros de Platão estão na última prateleira.

A figura 6.1 ilustra essa situação:

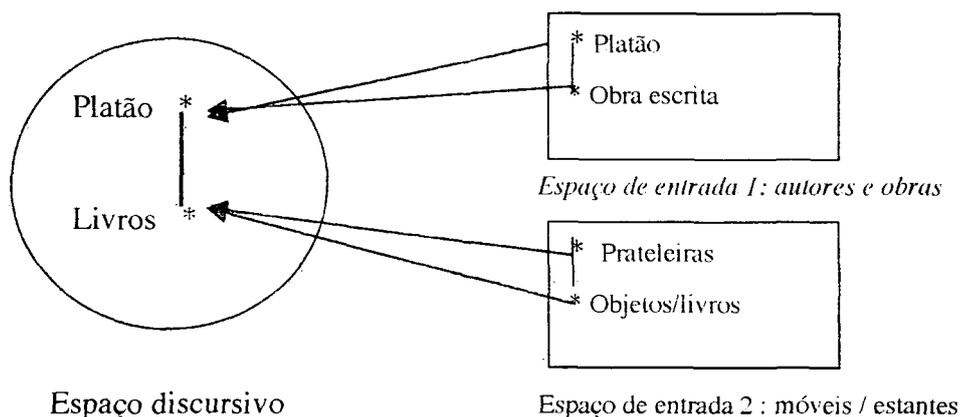


Figura 6.1

Os mapeamentos incidem tanto sobre elementos no interior de um mesmo espaço quanto entre elementos em diferentes espaços. Assim, no espaço de entrada 1 o nome ‘Platão’ está conectado a ‘obra escrita’, enquanto que no espaço de entrada 2 o termo ‘prateleira’ conecta-se a ‘livro’. Ora, essas conexões são mapeadas ao espaço discursivo, permitindo que um deles seja identificado pelo seu contraparte, produzindo as metonímias presentes nos exemplos: nomes de autores (‘Platão’) identificando livros, locações espaciais (‘andar de cima’) identificando moradores e nomes de pratos de comida (‘bife com fritas’) identificando fregueses.

6.1.2 – *Blends* e integração conceitual

Esses exemplos parecem tão triviais e comuns que a tendência é encarar sua compreensão semântica como dada e imediata, e não fruto de complicadas construções como a apresentada acima. Afinal, quem, em sua consciência, iria supor, ao ouvir a sentença (6.1), que há um homem que viveu há mais de dois mil anos atrás sentado na última prateleira, ou que um prato de comida adquiriu movimento próprio e saiu sem pagar a conta? No entanto, o caráter espontâneo e imediato da compreensão é, de fato, apenas uma aparência. O que chega à consciência é o resultado do processamento – o significado – que ela toma como primitivo. Esta sim, é uma característica típica da consciência: tomar um efeito e reificá-lo para produzir uma causa: ‘eu vejo um objeto e a

razão disso é que há um objeto que causa em mim a visão do objeto'. De fato isso ocorre em várias dimensões, inclusive a do eu, como será discutido no próximo capítulo. A consciência perceptiva, da identidade de algo por exemplo, aparece para a mente consciente como algo primitivo, mas na verdade, é fruto de um complexo trabalho cognitivo, que foi em parte discutido no capítulo 4. No caso do significado, a apreensão dos efeitos tipicamente induz a reificá-lo: as pessoas ouvem uma sentença e imediatamente 'vêm' o significado, supondo que há uma coisa chamada significado⁴⁴.

Os mapeamentos entre espaços e elementos são componentes tão cruciais da cognição humana que, retrospectivamente, eles parecem absolutamente óbvios, como se fossem dados e não fruto de construções imaginativas. A construção apresentada acima é um exemplo simples de uma operação que pode chegar a ser bastante complexa, mas que é absolutamente comum. Trata-se da construção da rede de espaços, do mapeamento entre eles e seus elementos e da produção de espaços "resultantes", chamados *blends*.

A operação cognitiva intitulada *blending* (combinação) consiste em integrar estruturas parciais de domínios separados em uma estrutura única com propriedades emergentes novas. No exemplo do 'vírus', uma vez que o mapeamento entre o domínio da saúde e o domínio dos computadores foi efetuado, é possível a combinação (*blend*) das duas noções de vírus (a biológica e a computacional) numa terceira noção que integra as anteriores. Assim, na nova categoria, ambas as anteriores são concebidas como 'o mesmo tipo de coisa' e não mais como contrapartes analógicos. No *blend* a categoria 'vírus' tem 'vírus biológicos' e 'vírus computacionais' como subcategorias. Evidentemente, os membros dessa nova categoria não estão restritos aos membros dos domínios de entrada (saúde e computadores), mas podem acolher novos membros, como 'vírus mentais' ou 'vírus sociais', por exemplo.

Como é uma operação cognitiva utilizada no curso do raciocínio ou do discurso, o *blending* opera a combinação de dois ou mais espaços mentais para originar um novo. O

⁴⁴ Fauconnier e Turner (2002) chamam esse fenômeno de Ilusão Eliza. Esse nome deve-se ao programa de inteligência artificial *Eliza* que simula um terapeuta não diretivo. Ele foi programado para fornecer respostas ao "paciente" baseado em elementos fornecidos pelo próprio paciente. Por exemplo, se o paciente citou a mãe, o programa pergunta: "fale-me mais sobre tua mãe". O efeito é que as pessoas que testaram o programa ficaram surpreendidas por ter a nítida impressão de que estavam conversando com uma pessoa real. Eliza parece estar manipulando significados e que esses significados produzem suas expressões. No entanto, Eliza está, de fato, seguindo regras vazias.

espaço *blend* (**B**) herda estrutura parcial dos dois espaços originais e tem estrutura emergente própria. Nos diagramas abaixo, os espaços mentais estão representados por círculos, os elementos por pontos e as conexões entre eles por linhas. A estrutura dos *frames* pode ser representada por ícones dentro dos espaços ou fora deles por um retângulo. (ver figura 6.2) A estrutura da rede de espaços é composta por:

Espaços de entrada (**I₁** e **I₂**): são os espaços que fornecem a estrutura para compor o *blend*. Podem ser dois ou vários. Podem estar estruturados pelo mesmo *frame* ou por diferentes *frames*.

Mapeamento inter-espaço: um mapeamento conecta os elementos dos diferentes espaços de entrada, segundo a relação estabelecida entre eles.

Espaço genérico (**G**): este espaço contém o que os espaços de entrada tem em comum, ou seja, a estrutura genérica da rede.

Blend: é o espaço resultante do mapeamento entre o espaço genérico e os espaços de entrada. Recebe a projeção parcial da estrutura desses espaços. Isso quer dizer que nem todos os elementos e relações são projetados no *blend*. Como resultado disso, o espaço *blend* apresenta uma estrutura emergente nova, não presente nos espaços de entrada. A nova estrutura é gerada de três maneiras:

Por *composição*: as projeções dos espaços **I₁** e **I₂** produzem novas relações que não existem nos espaços originais.

Por *complementação*: informações advindas de modelos cognitivos permitem a composição da estrutura projetada no espaço *blend*, completando as estruturas herdadas e produzindo nova estrutura.

Por *elaboração*: A nova estrutura do espaço *blend* pode ser elaborada. A elaboração é o trabalho cognitivo efetuado no espaço *blend* de acordo com a lógica das relações estabelecidas.

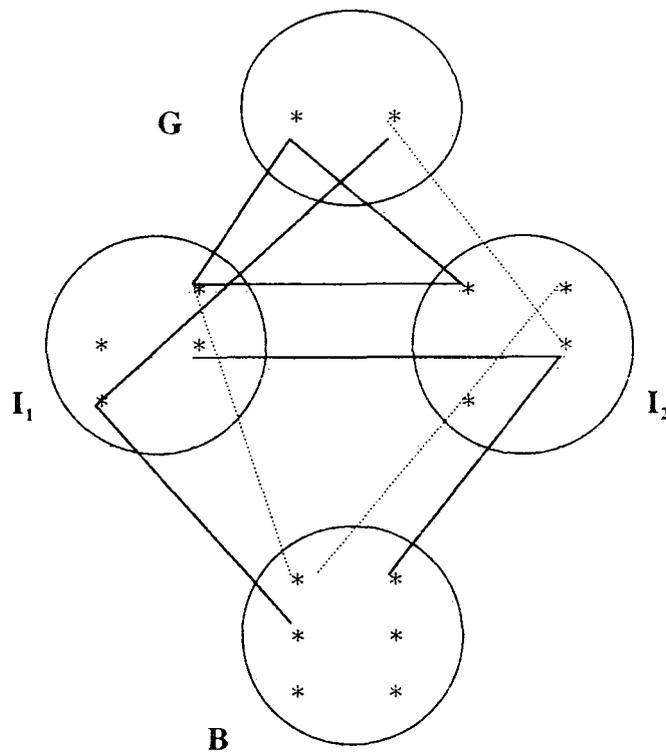


figura 6.2

Blends são geralmente inconscientes, assim como a maior parte do funcionamento cognitivo dos seres humanos. São construídos automaticamente e muitas vezes convencionalmente. O significado que eles produzem não está antecipadamente contido nos espaços mentais dos quais se originam. Nesse sentido, o que as formas gramaticais fazem é especificar o conjunto dos espaços e combinações possíveis entre os quais se dará a escolha dos falantes.

This is why language functions so differently from codes, logical truth-conditional systems, and the like. It never does more than set a very schematic stage for the meaning that is going to be built and negotiated locally in usage. (Fauconnier, 2002: 164)

Muitos *blends* tornam-se entrenchados culturalmente e são utilizados sem exigir manipulação de suas ligações com as entradas originais, como é o caso do ‘vírus’. Mas é comum no discurso cotidiano as pessoas construírem *blends on line*. As formas

lingüísticas contém muitas indicações para a construção de *blends*, sem especificar exatamente qual estrutura deverá ser projetada das entradas ou como elas deverão ser relacionadas nos *blends*. Nesse sentido, compreender e comunicar são atividades criativas e ativam complexos processos cognitivos na mente do emissor e na do receptor.

6.1.3 – Conectores, compressão e relações vitais.

Um aspecto muito interessante da rede de espaços são os modos de conexão entre os elementos. Os elementos nos espaços mentais, seja dentro do mesmo espaço ou entre espaços diferentes, estão conectados por relações específicas que mantêm entre si. Essas relações são chamadas por Fauconnier e Turner (2002) de *relações vitais*. Por exemplo, dois elementos em dois espaços diferentes podem estar ligados pela relação de *mudança*. Tal é o caso de um espaço que contenha João quando tinha 5 anos e outro o mesmo João com 20 anos. Os dois elementos certamente não são o mesmo, mudaram, mas são contraparte um do outro. Nesse caso o conector de mudança está combinado com o de *identidade*, uma vez que os dois elementos são diferentes, mas são o mesmo. *Representação* é um outro exemplo muito comum de relação entre elementos. Quando alguém vê uma fotografia, ou um desenho de algo, mesmo que seja muito esquemático, constrói um espaço de entrada com a representação e outro com a coisa representada, produzindo um *blend* onde conjuga ambos. Outra relação muito comum é a de *papel*. Pai, por exemplo, é um papel que ocupa um espaço mental estruturado pelo *frame* do parentesco. Esse papel pode ser conectado a outros espaços com elementos individuais que são seus valores produzindo *blends* como ‘João é pai’. Outras relações vitais são *causa-efeito*, *categoria*, *similaridade*, *intencionalidade*, *tempo*, *espaço*, *parte-todo*, *analogia*, *desanalogia*, *propriedade*, *singularidade*.

Quando as conexões se dão entre elementos de diversos espaços de entrada, são chamadas de *conexões inter-espaço*. Quando elas ligam elementos dentro de um mesmo espaço, intitulam-se *conexões intra-espaço*. A *compressão* é a operação que projeta uma conexão inter-espaço entre elementos de espaços diferentes numa conexão intra-espaço entre elementos no mesmo espaço. A operação de compressão está representada na figura 6.3 abaixo.

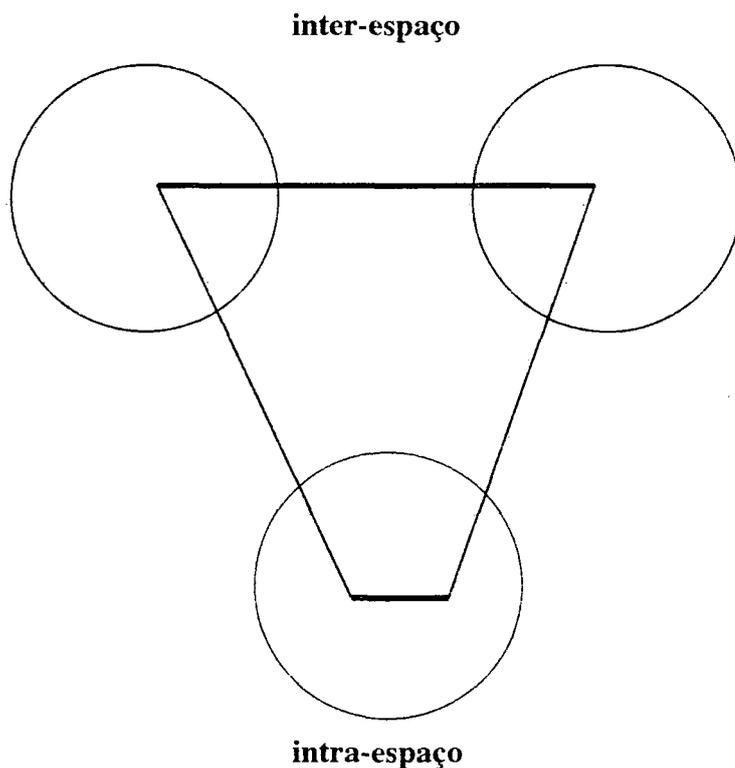


figura 6.3

Essa operação que parece simples, na verdade é extremamente poderosa em seus efeitos. As relações vitais inter-espço podem ser comprimidas em relações vitais intra-espço, possibilitando a produção de nova estrutura no *blend*.

Suponha-se que uma mãe olhe para o filho de 15 anos e diga: “Você com todo esse tamanho... ainda te vejo nenê e eu te amamentando”. Em um espaço de entrada está o filho, agora com 15 anos. Em outro, o nenê. Ambos estão ligados pelas relações de mudança, identidade e tempo. Todas essas relações estão comprimidas no *blend* em um único elemento singular. Em geral mudança, identidade, representação, são comprimidas em singularidade no *blend*. Alguém vê uma fotografia no jornal e diz: “Olha o Lula, ele está vestido de vaqueiro nordestino”, outra vê uma atriz na rua e diz: “Olha aquela víbora da Odete”, referindo-se ao personagem representado por essa atriz na novela. Em todos esses casos as pessoas estão construindo *blends* nos quais a conexão de representação

entre os elementos dos espaços de entrada estão sendo comprimidas em singularidade. Note-se que as pessoas mantêm os espaços de entrada ativos, uma vez que todos sabem que a foto no jornal não é o Presidente Lula e a atriz não é seu personagem.

Uma compressão muito comum é reunir no *blend* a relação de causa e efeito que liga elementos entre diferentes espaços. Por exemplo, quando alguém vê cinza na lareira imediatamente projeta sua causa: lenha foi queimada. Isso implica dois espaços mentais, em um lenha queimando e em outro as cinzas. A lenha que queima é a causa e as cinzas seu efeito. No *blend* causa e efeito estão comprimidos no mesmo elemento: cinzas.

Os exemplos dados até agora são de redes cujos espaços são compatíveis entre si. Usualmente a estrutura interna dos espaços mentais é consistente, mas nada impede que os espaços em uma mesma rede possam apresentar contradição, como ocorre com os contrafatuais. Em alguns casos, até, os *blends* podem apresentar contradição interna, como na prova lógica do *reductio ad absurdum*. De fato a inconsistência entre espaços é muito mais comum do que aparenta ser a primeira vista. Por exemplo, para compreender uma simples sentença como ‘não tem mais leite na geladeira’ é necessário construir uma rede com espaços contrafatuais. Um dos espaços apresenta a situação desejada, ou seja, tem leite na geladeira. O outro corresponde à situação atual. A relação de desanalogia entre as entradas é comprimida na propriedade ‘ausência’ no *blend*. A contrafatorialidade está sempre disponível para o pensamento, que a utiliza como um recurso básico. Considere-se, por exemplo a seguinte sentença (apresentada em Fauconnier 1997):

(6.5) - Se eu fosse teu pai, eu te daria uma surra.

Compreender sentenças como essa implica, além de compreender seu significado, realizar a inferência almejada que é a de que o(a) filho(a) em questão merece uma surra, provavelmente por estar fazendo ou ter feito alguma travessura. No entanto, para que essa inferência seja corretamente efetuada, fatores contextuais devem ser indicados, uma vez que sentenças assim, desprovidas de contexto, são ambíguas e comportam múltiplas interpretações. Talvez a inferência indicada acima seja a mais imediata por resultar de uma interpretação mais ou menos automática, que as pessoas são levadas a fazer quando faltam indicações diferentes. No entanto, interpretações “automáticas” como essa advém

da construção de redes de espaços que pressupõem e aplicam uma série de conhecimentos de base, provendo a sentença do contexto faltante. A seguir explorar-se-ão ao menos duas interpretações possíveis para essa sentença, determinando seu contexto de ocorrência e examinando as inferências possíveis.

A inferência “você mereceria uma surra” é possível se se considera que o condicional invoca a autoridade (indicada pelo termo ‘pai’). Ela é possível em dois contextos distintos:

O pai severo. Suponha-se que a cena se passe entre um criança e uma babá. Diante de uma travessura da criança a babá, que se julga mais leniente com a criança do que o pai desta, mas ao mesmo tempo desejando fazê-la ver que esteve fazendo algo que não devia, logo é merecedora de punição, diz: “Se eu fosse teu pai, eu te daria uma surra”, invocando com isso, não só a autoridade, mas também a severidade do pai em fazer valer as regras de conduta impostas pelos deveres que devem ser cumpridos.

O pai leniente. Mas, pode ocorrer a situação exatamente contrária. A babá pode considerar que o pai é por demais tolerante com seu filho, e por essa razão a criança é tão arteira. Ela julga que o pai deveria mostrar-se mais rígido e autoritário, como ela própria é. Assim, diante da travessura da criança ela pode pronunciar o condicional: “se eu fosse teu pai, te daria uma surra”, imaginando uma situação contrafactual em que o pai apresentasse suas próprias disposições de severidade (as da babá) em vez de sua habitual leniência. No entanto, o resultado prático visado, a inferência de que a criança é merecedora de uma surra, continua sendo o mesmo.

Para construir a estrutura das interpretações relativas às duas leituras é necessário considerar como se dá a atribuição de propriedades para o elemento pai, considerada desde o ponto de vista da babá sobre este. No caso da leitura *o pai severo*, os pensamentos da babá poderiam ser expressos pela sentença: ‘teu pai é mais severo que eu e eu deveria ser como ele’. Já no caso da leitura *o pai leniente*, a sentença que expressaria os pensamentos da babá poderia ser: ‘teu pai, que é um banana, deveria ser tão severo quanto eu’. Essa atribuição de propriedades pressupõe uma incompatibilidade entre as disposições da babá e as disposições do pai. Essa incompatibilidade é utilizada na construção da rede de espaços que permite a realização da inferência almejada no *blend*.

No primeiro caso, o *pai severo*, a rede de espaços (muito esquematizada aqui, retendo apenas o essencial), compõe-se de um espaço de entrada₁ que contém o pai severo e a criança e de outro espaço de entrada₂ que contém a babá leniente e a criança. Há uma relação de desanalogia entre o pai e a babá. Por outro lado, a severidade e a leniência constituem causas do comportamento da criança. Se a criança é comportada, isso é efeito da severidade. No caso, como a criança não é comportada, é efeito da leniência. Assim, há também incompatibilidade entre as relações internas dos dois espaços. No *blend* tem-se o pai e a babá, cuja relação de contrapartes desanálogos nos espaços de entrada está comprimida em identidade no *blend*, que, por outro lado, herda a relação de causa e efeito apenas do espaço₁. Evidentemente há um espaço genérico que contém o *frame* educador/educando. A figura 6.4 mostra a rede de espaços:

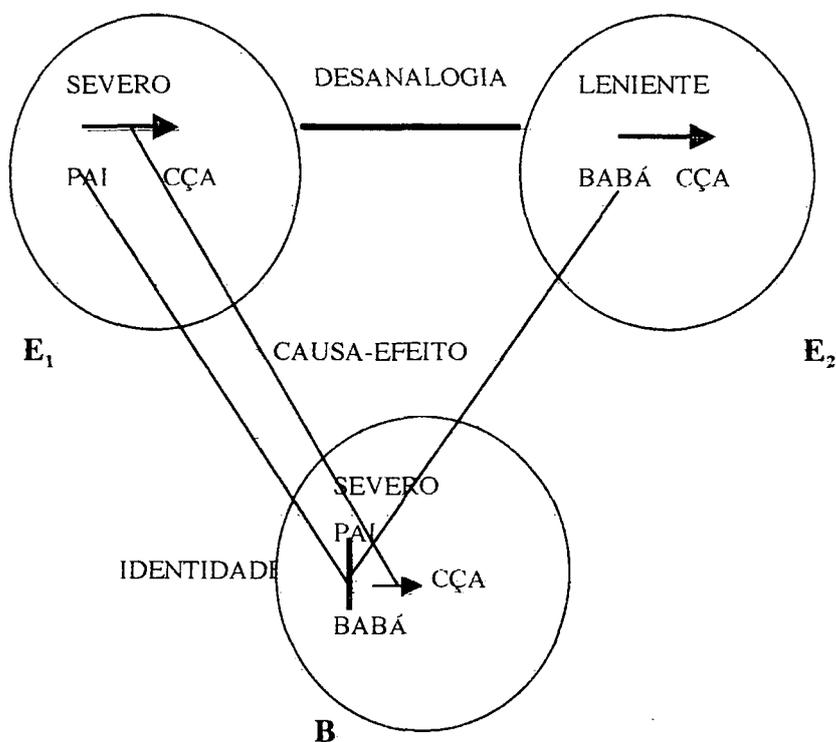


figura 6.4

No segundo caso, *o pai leniente*, a rede de espaços compõe-se de um espaço de entrada₁ que contém o pai leniente e a criança e de outro espaço de entrada₂ que contém a babá severa e a criança. A mesma relação de desanalogia entre o pai e a babá está presente bem como a incompatibilidade entre as relações internas de causa e efeito dos dois espaços. No *blend* tem-se o pai e a babá. Da mesma forma a relação de desanalogia está comprimida em identidade no *blend*, que, nesse caso, herda a relação de causa e efeito apenas do espaço₂. Em todas as situações a criança é contraparte dela mesma, sendo os elementos ligados por relações de identidade. A figura 6.5 mostra esta rede de espaços:

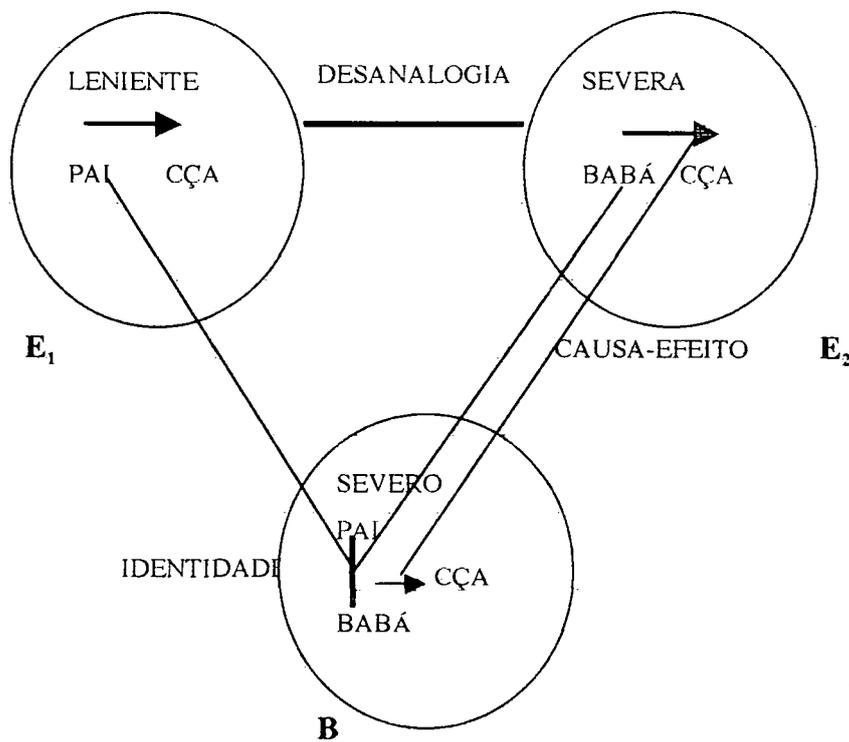


figura 6.5

Para que a inferência seja efetuada, é necessário manter ativa toda a rede de espaços. Isso significa que a compressão não é perdida de vista, uma vez que, para manter a rede ativa, os elementos originalmente comprimidos permanecem ativos. Isso implica, portanto, que as atividades de compressão e descompressão ocorrem simultaneamente em toda a rede.

The multiple possibilities for compression and decompression, for the topology of mental spaces, the kinds of connections among them, the kinds of projection and emergence, and the richness of the world produce a vast array of possible kinds of integration network. (Fauconnier e Turner, 2002: 119)

Esta foi uma breve exposição dos principais conceitos da teoria da integração conceitual. Muito mais poderia ser dito, mas não cabe nos limites desse texto. Mas o que foi apresentado é o suficiente para mostrar sua coerência com os conceitos freudianos da mecânica do ‘pensamento inconsciente’. É isso que se fará a seguir.

6.2 – OS MECANISMOS DO INCONSCIENTE FREUDIANO

Através da análise dos sonhos Freud isolou os três mecanismos fundamentais da “sintaxe” do pensamento inconsciente. São eles o *deslocamento*, a *condensação* e a *transformação em imagens*. Esses mecanismos não operam apenas na formação de sonhos, mas são responsáveis, de modo geral, pela produção de todas as formações do inconscientes.

A lembrança do sonho, tal como ele é relatado pelo sonhador, chama-se de *conteúdo manifesto*. Freud costumava dividir o conteúdo manifesto em seus elementos e submetê-los separadamente ao processo da associação livre. Deste trabalho resulta o *conteúdo latente* que, além de ser muito mais amplo que o conteúdo manifesto, mostra uma estrutura de arborização, uma vez que associações advindas de um dos elementos do sonho conectam-se com associações advindas de outros elementos do sonho. Finalmente, o conteúdo latente acaba por convergir para um ponto central, o *umbigo do sonho*. A figura 6.6 esquematiza essa estrutura.

de transformações efetuadas pelos mecanismos oníricos. Assim a elaboração onírica é a atividade do processo primário sobre algo (uma experiência, um pensamento, um acontecimento) que ocorreu na vida cotidiana e que conectou-se a um desejo inconsciente. Ora, as análises oníricas, assim como as análises de outras formações do inconsciente, demonstraram a Freud que essa conexão entre uma experiência cotidiana vivenciada e o desejo inconsciente nada mais é do que uma incidência do conflito psíquico entre as diversas inclinações do sujeito, como os casos descritos no capítulo 1 exemplificam. Assim, o sonho trata de uma questão que pode ser apresentada por meio de formulações verbais. No caso de Anna O., por exemplo, o conflito que está na origem de seu sintoma poderia ser formulado: “Neste mesmo momento eu gostaria de estar dançando mas eu devo ficar cuidando de meu pai.”

O que chama a atenção é a disparidade entre essa maneira “racional” de expressão do conflito, à qual se chega após a análise dos sonhos, e sua expressão onírica no conteúdo manifesto do sonho. Embora os sonhos sejam “... uma espécie de *substituto* para os processos de pensamento, pleno de significado e emoção” (Freud, 1901b/1972: 678), eles, assim como as demais formações do inconsciente, são expressões enigmáticas e opacas desses processos de pensamento. A resposta de por que isso acontece está justamente nos mecanismos inconscientes que atuam sobre o conteúdo latente, que está entre a questão que o sonho trata (o umbigo do sonho) e sua expressão (o conteúdo manifesto).

Sobre o conteúdo latente, ou os pensamentos oníricos, Freud diz:

Estes geralmente emergem como um complexo de pensamentos e lembranças da mais intrincada estrutura possível, com todos os atributos dos encadeamentos de pensamento que nos são familiares na vida de vigília. Eles não são, infreqüentemente, encadeamentos de pensamento que partem de mais de um centro, embora, tendo pontos de contato. Cada encadeamento de pensamento é quase invariavelmente acompanhado por sua contra-parte contraditória, ligada a ele por associação antitética. As diferentes porções dessa complicada estrutura estão, naturalmente, na maioria das relações lógicas multiformes umas com as outras. Podem representar o primeiro e o segundo plano, digressões e ilustrações, cadeias de provas e contra-argumentos. (1900/1972: 332)

Ou seja, os pensamentos que a análise do sonho revela no conteúdo latente são pensamentos, tal como eles ocorrem na vida desperta. Vê-se que a questão não é, como discutiu-se no capítulo anterior, de dois tipos de pensamento. A questão é que, na vida desperta, esses pensamentos encontram expressão em formas lingüísticas, enquanto que nas formações do inconsciente suas formas expressivas são outras, nos sonhos fundamentalmente imagéticas. Freud observa que os mecanismos do deslocamento, da condensação e da transformação em imagens são justamente os responsáveis pela transformação desse processos de pensamento nas formas expressivas das formações do inconsciente. Define-os como segue:

1 - **Deslocamento:** As intensidades das idéias são capazes de passar de uma para outra, podendo atingir representações bastante distantes das originais. Por exemplo, os sentimentos relacionados a uma determinada pessoa na vida normal do sonhador podem aparecer ligados a outra pessoa, a quem o sonhador pode ser indiferente ou nutrir sentimentos contrários. Freud o define como uma transferência da intensidade psíquica, da significação ou da potencialidade afetiva, “dos pensamentos e idéias às quais corretamente pertence a outras que, a nosso juízo, não possuem direito a uma ênfase dessa espécie ... Aquilo que chamei de deslocamento onírico poderia ser igualmente descrito como ‘uma transposição de valores psíquicos’.” (1901b/1972: 693/694)

2 - **Condensação:** As intensidades das idéias podem deslocar-se de várias para algumas, de maneira que se formam idéias dotadas de grande intensidade. Pode ocorrer que toda intensidade de uma seqüência de idéias acabe por concentrar-se em um elemento ideativo simples. É importante frisar que no processo de condensação a intensidade carrega sua apresentação sensorial, isto é, a apresentação perceptiva da idéia fica intensificada. Freud compara isso com o negrito num texto, quando se quer salientar uma palavra, ou com antigas esculturas históricas, que representavam a importância das pessoas pelo tamanho da escultura (um rei é representado duas ou três vezes maior que os membros de sua comitiva). “O resultado da atividade da condensação é a obtenção das intensidades necessárias para forçar caminhos aos sistemas perceptivos.”(1900/1972: 634)

Freud começa derivando o conceito de condensação de uma observação simples, de que o conteúdo manifesto do sonho é muito mais curto que o conteúdo latente, logo que sofreu uma compressão. Em seguida observa que essa compressão não é aleatória, mas segue um padrão, ou seja, todas as situações do sonho parecem ser compostas a partir de impressões ou experiências comuns.

O material dos pensamentos oníricos que é agrupado para fins de formação de uma situação onírica deve, naturalmente, em si próprio, ser adaptável para esses fins. Tem de haver um ou mais *elementos comuns* em todos os componentes. A elaboração onírica então avança exatamente como Francis Galton fazia ao construir suas fotografias de famílias. Ela superpõe, por assim dizer, os diferentes componentes um sobre o outro. O elemento comum a eles então ressalta claramente do quadro composto, enquanto que os detalhes contraditórios mais ou menos se anulam mutuamente. (1901b: 688)

3 – Transformação em imagens: Os sonhos, em geral, apresentam-se como cenas imaginárias, preferencialmente visuais. “Poder-se-ia supor que a condensação e a formação de compromissos só é efetuada a fim de facilitar a regressão, isto é, quando se trata de transformar pensamentos em imagens.”(1900/1972: 635)

De fato, o que Freud chama de deslocamento corresponde às conexões inter-espacos ou intra-espaco e o que ele chama de condensação nada mais é do que a operação de compressão, como descritas na seção 6.1.3. Quanto à transformação em imagens, pode ser dito dela o que foi dito do conceito de regressão no capítulo anterior, uma vez que seu modelo tópico o levou a postular um retorno dos processos de pensamento para os extratos mais próximos da percepção.

Todas as relações lógicas pertencentes aos pensamentos oníricos, que na análise de um sonho podem ser expressas pela linguagem, durante a atividade onírica só encontram expressão por meio de imagens. Na seção C do capítulo VI da *Interpretação de sonhos*, Freud discute as diversas formas que a elaboração onírica utiliza para representar as diversas relações que são expressas por conjunções lingüísticas como ‘se’, ‘porque’, ‘embora’, etc... “A incapacidade dos sonhos de expressarem essas coisas deve

estar na natureza do material psíquico do qual são formados os sonhos.” (1900/1972: 332) Faz uma analogia entre a forma expressiva dos sonhos e a da pintura e da escultura, que está condicionada e determinada pela natureza do material que essas duas formas de arte manipulam. O material que a atividade onírica manipula é composto fundamentalmente de imagens. No caso dos sintomas histéricos este material é corporal, envolvendo enervações sensoriais e respostas motoras, como é o caso do sintoma de Anna O. Mas esse material também pode ser lingüístico, como é o caso dos atos falhos e dos chistes.

A questão não é tanto a natureza do material, mas a natureza da atividade do pensamento que, para Freud, é semântica e não sintática. E isso pode ser constatado inclusive onde seus escritos parecem aproximar-se da determinação da forma lingüística na produção do significado, como é o caso da *Psicopatologia da vida cotidiana* (1901a/1976) e de *Os chistes em sua relação com o inconsciente* (1905/1977). Nessas duas obras fica evidente a estratégia semântica utilizada por Freud para o tratamento dos lapsos e dos chistes, estratégia que permitiu a categorização desses fenômenos juntamente com os sonhos e os sintomas.

Considere-se um exemplo, o do famoso ato falho de Freud, cuja análise ocupa o primeiro capítulo da *Psicopatologia da vida cotidiana* (1901a/1976), mas que já fora objeto de publicação anteriormente, num pequeno texto intitulado *O mecanismo psíquico do esquecimento* (1898/1976):

“Eu viajava em companhia de um estrangeiro, de Ragusa, na Dalmácia, para um lugar na Herzegovina: nossa conversa voltou-se para o assunto de viagens na Itália, perguntei ao meu companheiro de viagem se ele já conhecia Orvieto e se já havia visto os afrescos famosos de lá, pintados por...”

“Em vez do nome que eu procurava – *Signorelli* – os nomes de dois outros pintores – *Botticelli* e *Boltraffio* – me tomaram de assalto, apesar de imediata e decisivamente meu juízo rejeitá-los como falsos. Quando através de uma pessoa estranha fiquei sabendo do nome correto, reconheci-o imediatamente e sem hesitação.” (1901a/1976: 20)

A análise fornecida por Freud para este esquecimento fornece os seguintes dados:

1 – O nome esquecido – *Signorelli* – era tão familiar a Freud quanto um dos nomes substitutos – *Boticelli* – e muito mais familiar que o outro, *Boltraffio*. Deste último, Freud nada sabia além de sua filiação à escola de Milão.

2 – “Pouco antes de perguntar ao companheiro de viagem se ele já conhecia Orvieto, conversamos sobre os costumes dos turcos que vivem na região da Bósnia e Herzegovina. Conteí-lhe o que ouvi de um colega que trabalha com essa gente - que eles costumam ter muita confiança no médico e muita resignação com o destino. Se somos obrigados a lhes dizer que nada pode ser feito por um doente, respondem: ‘*Herr* (senhor), o que hei de dizer? Se houvesse uma maneira de salvá-lo sei que o senhor o teria salvo’”.(1901a/1976: 21)

3 – Freud interrompeu esta série de pensamentos sem ter contado outra anedota sobre os turcos da região, que repousava em sua memória juntamente com a anterior. “Esses turcos conferem ao prazer sexual um valor maior que qualquer outra coisa, e, quando sofrem perturbações sexuais, caem num desespero que contrasta estranhamente com a resignação diante de ameaças de morte. Certa vez um dos pacientes do meu colega lhe disse: ‘Saiba, *Herr*, se *aquilo* acabar, a vida não vale mais nada’.”(21) Diz Freud que evitou esse comentário para não tocar neste tema com um estranho. Mas, além disso, Freud confessa ter desviado a atenção de outros pensamentos que lhe ocupavam a mente em conexão com o tema da morte e da sexualidade. Tratava-se de uma notícia que ele recebera dias antes, em sua estada em Trafoi: “Um paciente, a quem me havia dedicado muito, suicidara-se por causa de uma perturbação sexual incurável.” (22)

4 – Freud reconhece como motivo de todo esse processo seu desejo de esquecer alguma coisa, de desviar sua atenção de certos *pensamentos* penosos, que qualifica de *recalcados*. Foi isso que fez com que interrompesse a sequência de pensamentos ligados aos costumes dos turcos que inevitavelmente o conduziriam à notícia recebida em Trafoi.

5 – Freud analisa a mecânica que gerou esse esquecimento da seguinte forma:

O nome *Signorelli* foi dividido em duas partes. Um dos pares de sílabas (*elli*) reaparece sem modificação em um dos nomes substitutos, enquanto o outro, através da tradução de *Signor* em *Herr*, obteve numerosas e variadas relações com os nomes contidos no tema reprimido, mas, por esse motivo, não está disponível para a reprodução (consciente). O substituto (para *Signor*) foi

criado como se tivesse sido feito um deslocamento ao longo dos nomes *Herzegovina* e *Bósnia*, sem levar em conta o significado ou os limites acústicos das sílabas. Assim, nesse processo os nomes foram manipulados como imagens de um texto que deve ser transformado num jogo de enigma visual (ou logogrifo). (1901a/1976: 23/24)

E fornece a seguinte figura esquemática (figura 6.7):

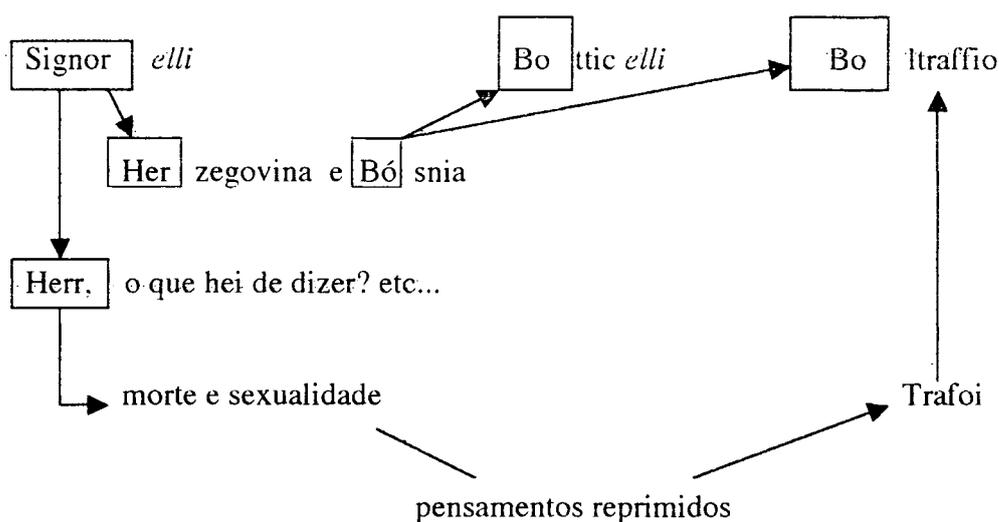


figura 6.7

A palavra *Signorelli* é dividida exatamente nas expressões *signor* e *elli* em função do significado do fragmento *signor* que permitiu sua conexão com *Herr*,⁴⁵ o mesmo ocorrendo com o surgimento de *Bo* (de *Bósnia*) para combinar com *elli*, e de *traffio* (de *Trafói*) para combinar com *Bo*. Sem considerar as relações semânticas, às quais estão ligados esses fragmentos de termos - que aqui atuam como verdadeiros morfemas de conteúdo - não é possível interpretá-los. Freud mesmo as indica, situando na base de seu

⁴⁵ Freud observa a esse respeito, em *O mecanismo psíquico do esquecimento* (1898/1976), que pelo fato de estar viajando muito tempo pela Itália, acostumara-se a traduzir automaticamente do alemão para o italiano e vice-versa.

gráfico os processos de pensamento em jogo: morte e sexualidade. O fato é que estes “morfemas” estão sendo tratados pelos processos de pensamento de maneira similar ao que acontece com as imagens visuais nos sonhos: cindidos, deslocados e condensados em uma simultaneidade temporal de modo a representar categorias conceituais, em uma espécie de “categorização privada *on line*”. Botticelli e Boltraffio não representam apenas pintores neste lapso, mas estão incluídos nas categorias da morte e da sexualidade. Freud observa claramente este fenômeno semântico pois:

Tenho certeza de que esse acontecimento triste e tudo com ele relacionado não foi lembrado por minha memória consciente durante essa viagem para a Herzegovina. Mas a semelhança entre ‘Trafoi’ e ‘Boltraffio’ força-me a supor que essa lembrança, apesar de minha atenção ter sido deliberadamente desviada disso, passou a atuar em mim na época da conversa.
(22)

No livro dos chistes, Freud considera chistes que utilizam essa mesma estratégia de fragmentação de palavras:

A identidade fônica entre uma palavra plena e uma sílaba esvaziada pode ser também puro acaso. Em ambos os casos, a técnica do chiste se aproveita das condições prevalecentes no material lingüístico. Um chiste, por exemplo, atribuído a Schleiermacher, é importante para nós por constituir exemplo quase puro desses métodos técnicos: ‘*Eifersucht* (o ciúme) é uma *Leidenschaft* (paixão) que *mit Eifer sucht* (com avidez procura) o que *Leiden shaft* (causa dor).’ (1905b/1977: 50)

Freud observa que a única característica que faz dessa afirmação um chiste, mesmo que particularmente não muito efetivo, é “... o fato de que as mesmas palavras prestam-se a usos múltiplos. ... temos diante de nós exemplos de ‘duplo sentido’ ou de ‘jogo de palavras’ – formas há muito conhecidas e reconhecidas como técnica de chistes.” (50/51) Ou seja, assim como os processos de pensamento “coerentes e racionais” encontram na linguagem um meio de expressão, os processos de pensamento inconscientes atuam da mesma maneira. A questão, portanto, não está na forma

lingüística, mas nos processos de pensamento que se expressam através dela e que dão significado a ela.

De fato, as relações lógicas a que Freud se refere são exatamente as relações vitais descritas por Fauconnier e Turner (2002), que providenciam o padrão de conexões entre os elementos em jogo numa determinada rede de espaços discursivos:

Quando toda a massa desses pensamentos oníricos é submetida à pressão da elaboração do sonho, e seus elementos revolvidos e transformados em fragmentos e aglutinados – quase como uma pilha de gelo – surge a questão do que acontece às conexões lógicas que até agora formaram seu arcabouço. Que representação proporcionam os sonhos para ‘se’, ‘porque’, ‘como’, ‘embora’, ‘ou...ou’, e todas as outras conjunções sem as quais não podemos compreender sentenças ou discursos? (1900/1972: 332) (sublinhado do autor)

Ocorre que as pessoas compreendem essas conjunções porque podem processar seu significado, ou seja, as ‘relações lógicas’ que elas designam, as relações que se estabelecem entre as representações. O processamento do significado emana do conhecimento de base, das imagens prototípicas, das imagens-esquema e dos *frames*, que, na organização de uma rede discursiva concreta, determina os padrões de ligação entre os elementos, que são as relações vitais.

Considere-se o seguinte exemplo:

...os sonhos levam em conta, de maneira geral, a ligação que inegavelmente existe entre todos os fragmentos dos pensamentos oníricos combinando todo o material numa situação ou fato único. Eles reproduzem a *ligação lógica* pela *simultaneidade no tempo*. Aqui eles atuam como o pintor que, num quadro da Escola de Atenas ou do Parnaso, representa num único grupo todos os filósofos ou todos os poetas. É verdade que jamais, de fato, se reuniram num único salão ou num único cume de montanha; mas, certamente, formam um grupo no sentido conceitual. (1900/1972: 334)

A ligação lógica evocada por Freud, que faz com que determinadas pessoas possam ser reunidas em um grupo conceitual, é a relação vital *papel*, pois todos os representados no quadro da Escola de Atenas são valores para o papel filósofo. É esta

relação que permite que, digamos, Sócrates, Platão e Aristóteles, sejam elementos conectados entre os diversos espaços mentais que ocupam, evidentemente também ligados pelas relações de tempo e espaço. Ora, a relação papel-valor é comprimida no quadro (no *blend*) através da relação de simultaneidade tempo e espaço. Assim, o fato de todos esses homens estarem reunidos em um mesmo lugar ao mesmo tempo, representa o fato de todos serem valores do mesmo papel. Em termos freudianos, o deslocamento da intensidade psíquica, ou da significação (papel), que liga os elementos (valores) nos diversos espaços e tempos permite sua condensação no quadro.

Considere-se outro exemplo, que mostra que os sonhos têm “uma preferência particular por combinar contrários numa unidade ou por representá-los como uma e a mesma coisa.” (1900/1972: 339) Trata-se do sonho de uma mulher que (1) se viu descendo sobre algumas paliçadas, segurando um ramo florido na mão. (2) O ramo estava coberto de flores vermelhas semelhantes a camélias. (3) No final da caminhada as flores já estavam muito murchas. Em conexão com a primeira imagem do sonho as associações foram de “um anjo segurando um buquê de lírios em quadros da Anunciação – seu próprio nome era Maria – e em meninas de vestes brancas caminhando nas procissões de Corpus Christi”. Essa imagem alude, portanto, a espaços mentais relacionados com disposições intencionais de inocência sexual da senhora em questão. Em conexão com a imagem 3 “seguiram-se algumas inegáveis alusões à menstruação. Em consequência, o mesmo ramo que era carregado como um lírio e como se por uma menina inocente era, ao mesmo tempo, uma alusão à *Dame aux camélias* (imagem 2) que, como sabemos, geralmente usava uma camélia branca, salvo durante suas regras, quando usava uma vermelha”. Vê-se a presença nesta rede de outros espaços mentais desanálogos ao primeiro, que evocam exatamente disposições intencionais contrárias à inocência sexual da rede de espaços relativas à imagem 1. Ora, as relações de desanalogia e intencionalidade entre espaços são comprimidas em singularidade e mudança no espaço do sonho. Nos comentários de Freud:

O mesmo ramo florido ... representava tanto a inocência sexual como seu contrário. E o mesmo sonho que expressava sua alegria por ter conseguido passar pela vida imaculadamente apresentava vislumbres, em certos pontos,

(por exemplo no murchar das flores) do encadeamento contrário de idéias – de ter sido culpada de vários pecados contra a pureza sexual (em sua infância, quer dizer). (1900/1972: 339/340)

Os exemplos acima também permitem observar claramente que os sonhos correspondem, na rede de espaços, aos *blends*. Freud os chamava de *formação de acordos* ou idéias intermediárias, que via como o resultado dos processos de deslocamento e condensação.

Devido, mais uma vez, à liberdade com que as intensidades podem ser transferidas (o deslocamento), 'idéias intermediárias', semelhantes a acordos, são construídas sob a influência da condensação. ... Por outro lado, estruturas compostas e compromissos ocorrem com excepcional frequência quando tentamos expressar pensamentos pré-conscientes através da fala. Eles são então encarados como amostras de 'lapsos de linguagem'. ... As idéias que se transferem mutuamente suas intensidades encontram-se nas mais frouxas relações mútuas. Elas são ligadas por associações de um tipo que é desprezado por nosso pensamento normal e relegado ao uso dos chistes. ... Pensamentos que são mutuamente contraditórios não se esforçam por anular-se uns aos outros, mas persistem lado a lado. Eles frequentemente combinam-se para formar condensações, tal como se não houvesse contradição entre eles...(1900/1972: 634)

Isso quer dizer simplesmente: sonhos, atos falhos, chistes e sintomas, as formações do inconsciente, são *blends*, produtos da elaboração cognitiva que recrutam os mesmos mecanismos cognitivos que os humanos utilizam para compreender seu mundo, pensar seu cotidiano, relacionar-se com os outros, planejar suas ações, elaborar conceitos e criar.

No caso específico das formações do inconsciente, seus *blends* estão voltados para a compreensão de sua experiência subjetiva, particularmente da divisão que marca essa experiência, da qual o conflito psíquico é uma manifestação. Dessa forma, apresentam combinadas em um mesmo espaço, correntes de pensamento opostas ou contraditórias. Retorna aqui a noção que fundamenta toda a elaboração freudiana: o conflito psíquico. Considerado em termos de rede de espaços, conflito psíquico indica

que a rede apresenta *inputs* contrários ou contraditórios e a estrutura do *blend* inclui partes de ambos e apresenta estrutura emergente própria. ... “Posso desse modo fazer a afirmação geral de que um sintoma histérico se desenvolve apenas onde as realizações de dois desejos opostos, surgido cada um de um sistema psíquico diferente, podem convergir numa expressão única.” (1900/1972: 606)

6.3 – BLENDS FREUDIANOS

A seguir serão discutidos alguns exemplos de análises de atos falhos, sintomas e sonhos retirados da obra de Freud, alguns de sua experiência pessoal. Esses exemplos mostrarão a correspondência entre a abordagem freudiana desses fenômenos e sua leitura a partir do modelo semântico cognitivo dos espaços mentais e dos *blends* conceituais.

6.3.1 – Abrir e fechar

O ato falho do Presidente da Câmara dos Deputados do Parlamento Austríaco, apresentado no capítulo I, pode ser visto como um *blend* onde estão comprimidas duas atitudes contraditórias do Presidente relativas àquela sessão do Parlamento: seu dever de abri-la e seu desejo de encerrá-la. Genericamente (espaço genérico **G**) a rede está organizada pelo papel ‘presidente’ e pelo evento sessão. Como valor do papel ‘presidente’ está o atual Presidente, que será indicado na rede por ‘eu’. Mas ‘eu’ tem duas atitudes distintas com respeito ao evento sessão: por um lado ‘abrir’ e por outro ‘encerrar’. Essas atitudes distintas abrem os dois espaços de entrada: **I**₁ onde está ‘eu’ e a intenção de abrir e **I**₂ onde está ‘eu’ a intenção de fechar. Evidentemente os dois ‘eus’ são contrapartes ligados pela relação de identidade, e ligados ao papel presidente do espaço genérico pela relação papel/valor, enquanto que ‘abrir’ e ‘fechar’ são contrapartes desanálogas por um lado e ligadas ao elemento sessão do espaço genérico. Essa rede conforma a formação de dois espaços combinados onde a desanalogia apresenta-se como contradição: o espaço **B**₁ no qual o valor ‘eu’ e o papel ‘presidente’ estão comprimidos da mesma forma que o evento ‘sessão’ e a intenção ‘abrir’; correspondente a este espaço está **B**₂, no qual o evento ‘sessão’ está comprimido com a intenção ‘encerrar’. **B**₁ e **B**₂ produzem o ato falho, um novo *blend* (**MB**), que comprime ‘eu/presidente’ dos dois espaços e mapeia apenas ‘sessão/encerrar’ do espaço **B**₂. Evidentemente que a rede está

presente o tempo todo, uma vez que o riso geral da audiência mostra a possibilidade praticamente instantânea de acesso do *blend* do ato falho aos seus espaços constituintes, ou seja, de ‘sessão/encerrar’ de volta para ‘sessão/abrir’ do espaços B_1 . Além disso o riso geral mostra que, se o ato falho foi individual, sua construção pôde ser acessada imediatamente pelo grupo de pessoas que escutavam o discurso. A figura 6.8 mostra o desenho desta rede.

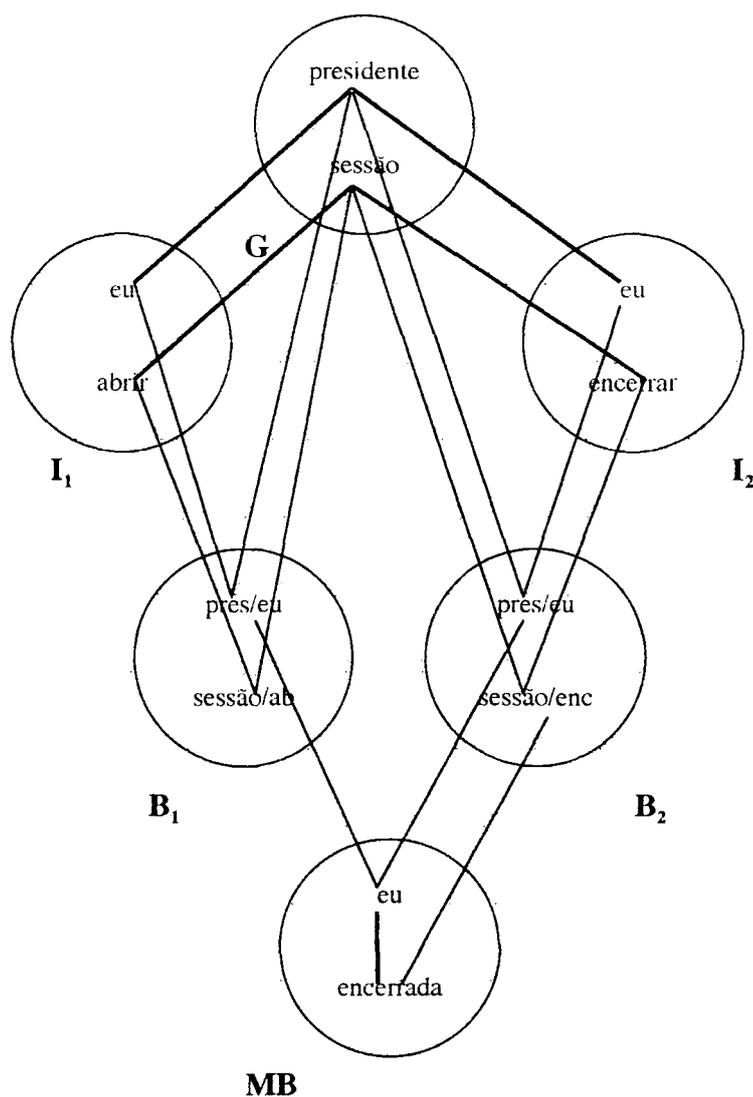


figura 6.8

6.3.2 – O mestre e sua obra

Considere-se o ato falho de Freud, *Signorelli*, apresentado na sessão anterior. Nesse caso o *blend* contém apenas: *elli ... Boticelli ... Boltraffio*. O que se pode ver nesse *blend* é a compressão de elementos de uma seqüência de pensamentos que permanecem inconscientes com elementos da seqüência que está sendo seguida no momento pela consciência e enunciada, tal como ocorre no lapso do Presidente da Câmara. Essa interferência resulta da relação de contraparte estabelecida entre *Signor*, que pertence a uma rede de espaços relativas a obras de arte italianas e *Herr*, que pertence a outra rede, esta relativa às relações entre os turcos da região da Bósnia Herzegovina com seus médicos, com a morte e com a sexualidade. Como mostra o esquema freudiano apresentado na figura 6.7, o termo *Signor*, embora pertença a um domínio do qual Freud poderia falar livremente com seu interlocutor no trem, foi retirado da consciência em função de sua conexão com *Herr*, exatamente um termo do domínio médico/paciente/doença do qual Freud queria desviar a atenção. Isso se deve ao fato de que ambos são contrapartes do mesmo valor ‘médico’, como se verá adiante. O mais interessante, e é nessa característica que reside a eficácia dos atos falhos, sua ausência é mais relevante que sua presença. Foi exatamente a ausência do termo *Signor* que incomodou Freud, e o fez proceder a análise do lapso.

De acordo com as associações de Freud, *Herr* pode ser encarado já como um termo comprimido resultante de três espaços de entrada (conforme as associações numeradas como 2 e 3 acima): o espaço referente à confiança dos turcos no médico e sua resignação diante da morte (**B₁**); o espaço contrastante com esse, referente à confiança dos turcos no médico e seu desespero diante dos problemas sexuais (**B₂**); e o espaço relativo à lembrança da notícia recebida em Traffoi, relativa a seu paciente, com graves perturbações sexuais, que se suicidara (**T**).

Pode-se observar que esses três espaços evocam o *frame* das relações médico/paciente. Em todos tem-se valores para o papel médico (sendo que no espaço **T** esse valor é o próprio Freud), valores para o papel paciente e a presença da doença. O que diferencia **B₁** e **B₂** é a atitude do paciente com relação à doença: resignação diante da

morte (a incurabilidade da doença) em um caso e desespero diante das doenças sexuais no outro, enquanto que a atitude com relação ao médico permanece a mesma: confiança. Já no espaço **T** esses os dois termos de morte e sexualidade aparecem conjugados, uma vez que o paciente de Freud que sofria de perturbações sexuais suicidou-se, evocando o desespero dos turcos. Isso indica que **B₁** e **B₂** derivam-se de **T**. Assim, pode-se propor um espaço genérico (**GM**) a toda essa rede contendo o *frame* médico/paciente/doença.

Evidentemente a confiança dos pacientes em seus médicos tem sua contraparte na atitude do médico, e é justamente isso o que está em questão em todo esse ato falho. Pois a questão que se coloca ao médico é como responder à confiança de seus pacientes, o que materializa-se no tratamento dado a suas doenças. Esse ato falho ocorreu em setembro de 1898, período em que Freud estava forjando os principais conceitos psicanalíticos, movido pelo desejo de compreender as neuroses, e, mais do que isso, proporcionar aos que sofrem dessas perturbações um tratamento adequado. Ora, essas idéias estão todas relacionadas aos “pensamentos reprimidos” que Freud indica em seu esquema, de não se resignar nem se desesperar diante das perturbações sexuais, mas de ser autor de um tratamento efetivo, advindo do domínio dessas doenças pela produção de um conhecimento efetivo sobre elas. A esse respeito Lacan comenta:

Deus sabe também que o problema da morte é vivido pelo médico como um problema de domínio. Ora, o médico, no caso Freud, como o outro, perdeu – é sempre assim que sentimos a perda do doente, sobretudo quando tratamos dele por muito tempo. (Lacan: 1979: 61)

Sem dúvida Freud estava naquele momento ocupado com essas questões, mas não queria pensar ou falar disso diante de um desconhecido. Assim, resolveu desviar o assunto e passou a falar de viagens para a Itália. Mas o que lhe ocorre contar? Dos afrescos de Signorelli na Catedral de Orvieto. Esses afrescos têm como tema o Juízo Final: o fim do mundo, a ressurreição da carne, o inferno e o paraíso. Em seu texto de 1898, Freud escreve:

Exerci meus poderes de recordação, fazendo desfilar pela memória todos os detalhes do dia que passei em Orvieto, e convenci-me de que a maior parte dele fora obliterada ou tornada indistinta. Inversamente, eu podia evocar os quadros com maior vividez sensorial do que me era comum. Vi diante de meus olhos com nitidez especial o auto-retrato do artista – com face séria e as mãos dobradas – que ele pusera no canto de um dos quadros, próximo ao retrato de seu predecessor, Fra Angelico da Fiesole. (1898/1976: 319)

O retrato de Signorelli encontra-se no canto inferior esquerdo do afresco que representa o inferno, cuja figura central é o Anticristo. Em primeiro plano aparece a figura de um demônio soprando na orelha do Anticristo palavras enganadoras. Em segundo plano, o Anticristo realiza uma cura milagrosa e, na cena celeste, o Anticristo é alvo dos raios de um arcanjo. Ora, Signorelli, o pintor, cujo retrato Freud lembrava ‘com nitidez especial’, é autor desses afrescos, assim como Freud, o médico, é o autor da psicanálise. Assim, a rede aberta pelas lembranças da Catedral de Orvieto, estruturada pelo *frame* artista/criação, conecta-se imediatamente com a rede anterior estruturada pelo *frame* médico/paciente por partilharem de uma mesma estrutura genérica: o mestre e sua obra. Isso porque o que ocupa os pensamentos de Freud nesse momento é sua condição de autor de um tratamento inédito e decididamente fora dos padrões tradicionais da medicina de sua época. Pode-se conjecturar que a notícia recebida em Traffoi tenha ecoado em Freud como uma pergunta acerca da eficácia desse novo tratamento, da segurança que ele próprio encontrava em suas idéias e em suas descobertas e da angústia e insegurança que isso tudo implica, daí a relação com o tema do Anticristo.

O ato falho é um *blend* extraordinário, uma amostra da impressionante capacidade criativa da mente humana. Todos os seus termos comprimem elementos de ambas as redes: ...*elli: Signor* (da rede artista/criação) + *Herr* (da rede médico/paciente); *Boticelli: elli* (da rede artista/criação) + *Bósnia* (da rede médico/paciente); *Boltraffio*; *Bo* (da rede artista/criação, já derivado de Boticelli) + Traffoi (da rede médico/paciente).

Assim, o espaço mental das viagens à Itália (**I**₁) recebe a estrutura do espaço da Catedral de Orvieto (**O**), onde estão Signorelli e seus afrescos. Toda essa rede está estruturada pelo *frame* do espaço genérico (**GA**) artista/obra. Tanto o espaço genérico **GA** como o espaço genérico **GM** compartilham a estrutura de outro espaço genérico (**G**)

que os relaciona: o que contém a questão do Mestre, de sua obra e de seu domínio sobre seu objeto: o pintor é mestre quando domina sua arte, o médico é mestre quando domina a doença. Assim, os conectores que partem do Mestre do espaço **G** transformam os papéis 'artista' e 'médico' em valores do papel Mestre, e Signorelli e Freud, em valores dos papéis 'artista' e 'médico' e, conseqüentemente, valores de 'Mestre'. Essa compressão papel/valor através da rede de espaços comprime-se novamente no ato falho: ... *elli*. A figura 6.9 mostra o desenho dessa rede.

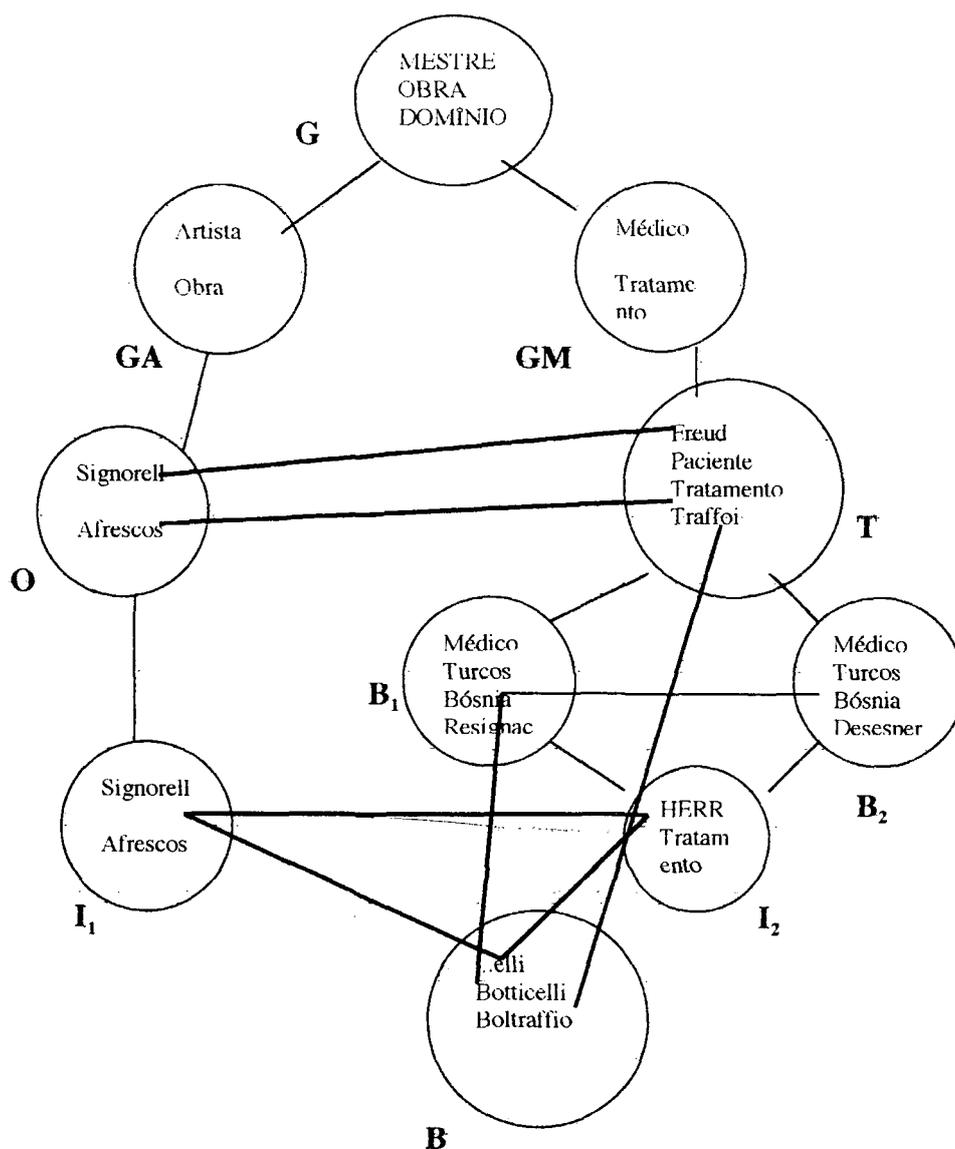


figura 6.9

6.3.3 – Um buquê de espinafres

A seguir será discutido um sonho do próprio Freud, conhecido como o *sonho da table d'hôte*, cuja análise é apresentada em *Sobre os sonhos* (Freud, 1901b/1972). O texto do sonho, o conteúdo manifesto, é o seguinte:

Companhia na mesa ou table d'hôte ... comia-se espinafre ... Frau E.L. estava sentada a meu lado; voltava sua inteira atenção para mim e pousou a mão em meu joelho de uma maneira íntima. Afastei-lhe a mão indiferentemente. Ela então disse: "Mas o senhor sempre teve uns olhos tão bonitos." ... Tive então uma representação indistinta de dois olhos, como se fosse um desenho ou como o esboço de uns óculos... (674)

O conteúdo manifesto deste sonho representa uma pequena cena de intimidades amorosas cujos personagens são Freud e Frau E.L.. Esta dirige sua atenção a Freud, manifestando seu interesse através dos elementos 'mão no joelho' e do enunciado 'mas o senhor sempre teve uns olhos tão bonitos'. O cenário é uma mesa de refeições, especificamente uma *table d'hôte*⁴⁶, cujo prato é espinafre. A seguir, o sonho muda para uma outra cena que se reduz a uma imagem de dois olhos ou de óculos. Apesar do clima íntimo da cena, Freud revela que esse sonho não foi acompanhado por nenhum movimento emocional, o que inclusive aparece no próprio conteúdo manifesto pelo gesto de Freud de afastar indiferentemente a mão de Frau E.L. No entanto, o mesmo clima de indiferença não se manteve durante as associações, uma vez que Freud confessa ter sentido intensos movimentos afetivos.

Freud costumava dividir o sonho em seus elementos e associar livremente com cada um deles⁴⁷, obtendo o conteúdo latente. As associações com o sonho estão

⁴⁶ Table d'hôte designa uma mesa comum para os hóspedes de um hotel ou pensão, muito comum nos hotéis da Europa daquela época.

⁴⁷ Na exposição das associações de Freud vou ater-me ao essencial. Todas as referências são relativas ao texto de 1901b, *Sobre os sonhos*.

numeradas, cada número correspondendo à ordem em que elas aparecem no texto, provavelmente a ordem de evocação no momento da análise do sonho.

1 – *Companhia na mesa ou table d'hôte*. Freud lembra um episódio ocorrido na noite do sonho. Voltava de uma festa na companhia de um amigo que ofereceu-se para tomar um táxi e levá-lo para casa. Disse o amigo: “Prefiro apanhar um táxi que tenha taxímetro, mantém a mente da gente ocupada tão agradavelmente: tem-se sempre alguma coisa para olhar.” Quando o taxista abaixou a bandeira e apareceu a primeira marcação de sessenta hellers, Freud prosseguiu a brincadeira: “Acabamos de entrar e já lhe devemos sessenta hellers. Um carro com taxímetro sempre me faz lembrar uma table d'hôte. Ele me torna avarento e egoísta, porque fica a lembrar-me de quanto devo. Minha dívida parece estar crescendo depressa demais e tenho medo de ficar com o lado pior do negócio; e, da mesma maneira que numa table d'hôte, não posso deixar de sentir, de maneira cômica, que estou obtendo muito pouco e tenho de ficar de olho nos meus próprios interesses.” Lembra, na seqüência, os versos de Goethe:

*Ihr führt ins Leben uns hinein,
Ihr lasst den Armen schuldig werden.*⁴⁸ (675)

Esta primeira associação mostra o episódio cotidiano desencadeante do sonho, uma carona num ‘táxi com taxímetro’ que Freud obtivera na noite do sonho. Mostra a conexão entre ‘táxi com taxímetro’ e ‘table d'hôte’, ambos relacionados pelo *frame* da dívida financeira, especificamente a relação entre o se gasta em dinheiro e o que se recebe em troca pelo gasto. Ligado a esse mesmo *frame* aparecem os versos de Goethe, onde a ambigüidade dos termos *Armen* – que pode significar tanto ‘criatura’ como ‘pobre’ no sentido financeiro - e *schuldig* – que pode significar ‘culpado’ ou ‘endividado’ – mostram sua ampliação da dívida para além da financeira, incluindo a condição de endividamento da criatura humana pelo fato de ter recebido a dádiva da vida.

⁴⁸ Esses versos são de *Wilhelm Meister*. As palavras são dirigidas aos poderes celestes e podem ser literalmente traduzidas: “Vós nos conduzis à vida, vós tornais a pobre criatura culpada”. Mas, como mostra o tradutor do texto de Freud, as palavras *Armen* e *schuldig* admitem outro significado. *Armen* pode significar ‘pobre’ no sentido financeiro e *schuldig* pode significar ‘endividado’. Desse modo o último verso admite a tradução: “Vós fazeis o pobre contrair dívida”.

Freud mostrou que o sonho é uma representação imagética de processos de pensamentos e que o desejo envolvido nesses pensamentos é apresentado no sonho como realizado. Assim, após algumas associações (que serão relatadas na seqüência), Freud é capaz de reconhecer o desejo que se realiza na cena do sonho (na 5ª associação) e, na oitava e última associação, aparecem os processos de pensamento que estão na origem do sonho e que foram ativados pela carona recebida na noite do sonho:

5 – Freud associa a sentença ‘mas o senhor sempre teve uns olhos tão bonitos’ com o dito popular: ‘você não imagina que eu vou fazer isso ou aquilo pelos seus *belos olhos*’. Ou seja, ninguém faz nada de graça para outra pessoa, simplesmente pelos belos olhos, sem procurar obter alguma vantagem para si próprio. Assim, a fala de Frau E.L. no sonho “... só podia ter querido dizer: ‘As pessoas sempre fizeram tudo por você por amor; você sempre conseguiu tudo sem pagar por isso’. A verdade é, naturalmente, exatamente o contrário: sempre paguei caro por qualquer vantagem que recebi de outras pessoas. O fato de meu amigo ter-me levado a casa ontem num táxi, sem eu ter de pagar por aquilo, causou uma impressão em mim.” (677)

8 – O indutor do sonho foi um acontecimento trivial, a corrida de táxi livre de despesas, aludida no sonho pelo elemento *table d’hôte* por sua conexão com taxímetro. “Mas posso também indicar a experiência importante que foi representada pela trivial. Alguns dias antes, havia pago uma considerável importância de dinheiro em nome de um membro de minha família a quem muito aprecio. Não é de espantar, disseram os pensamentos oníricos, que essa pessoa devesse sentir-se grata a mim: um amor dessa espécie não seria ‘livre de despesas’. O amor que é livre de despesas, contudo, permaneceu no primeiro plano dos pensamentos oníricos. O fato de que não muito antes eu houvesse feito diversas corridas de táxi com o parente em questão tornou possível que a corrida de táxi com meu amigo me lembrasse de minhas ligações com essa outra pessoa. (696) Mantendo esse contexto em mente” ... e lembrando que a interpretação do sonho foi: ‘quereria poder uma vez experimentar um amor que não me custasse nada’ ... “não posso fugir à conclusão de que lamento haver feito aquele gasto. Somente após haver reconhecido este impulso é que meu desejo no sonho por um amor que não me exigisse gastos adquire significado. Contudo, posso honestamente dizer que quando

decidi despender aquela importância, não hesitei um só momento. Meu pesar por ter de fazê-lo – a corrente de sentimento contrária – não se me tornou consciente.” (711/712)

Essas duas associações deixam claro a respeito do que versam os processos de pensamento em jogo no conteúdo latente desse sonho. Trata-se do amor, especificamente da reciprocidade envolvida nas relações amorosas, logo do dar e receber. Ora, Freud, envolvido em uma relação amorosa com seu parente, teve que dar, no caso despendendo uma considerável soma de dinheiro. Mas nem sempre o que se tem que dar em uma relação amorosa se quer dar. É o conflito entre a despesa que fez sem hesitação por um lado, e o pesar por tê-la feito por outro, que ocupa os pensamentos de Freud que originaram o sonho. Conflito que pode ser situado entre o que se *deve* dar em troca do que se recebe e o que se *quer* dar. Daí a expressão do desejo no sonho de ‘experimentar um amor sem ter que dar nada em troca, receber de graça, pelos belos olhos’. Ora, o que Freud teve que dar foi uma considerável soma de dinheiro, e isso lhe *custou*. Daí a outra expressão para esse desejo: ‘quereria poder uma vez experimentar um amor que não me custasse nada’. Ou seja, receber de graça quer dizer receber sem ter que pagar pelo que se recebe, sem ficar *em dívida*. Dinheiro é, portanto, o objeto que representa o custo do amor, o objeto que se deve dar quando se está em dívida.

Uma relação amorosa prototípica pode ser representada por um esquema genérico que contém três papéis: um papel representando o amante, um papel representando o amado e um papel representando os objetos que são trocados entre amante e amado. Evidentemente que os papéis de amante e amado, por exemplo em uma relação amorosa concreta, podem ser ocupados alternativamente pelos mesmos valores, ou não. Pedro pode amar Maria e reciprocamente ser amado por Maria, o que implica que Maria e Pedro ocupam, alternativamente os papéis de amante e amado. O amor é um sentimento, um estado subjetivo em que o sujeito se encontra. Mas a relação amorosa envolve objetos concretos, que representam materialmente o sentimento, os signos do amor. Se Pedro ama Maria, esse sentimento se materializará em objetos que Pedro dá a Maria e, se a relação é recíproca, em objetos que recebe de Maria. Esses objetos podem ser coisas palpáveis (como presentes) ou impalpáveis, como atenção, carinho, mas que, nesse caso,

necessariamente se expressam em coisas palpáveis como palavras, gestos, etc... Esse esquema pode ser figurado como mostra a figura 6.10.



figura 6.10

Na situação relatada tem-se Freud ocupando o papel de amante, o parente de amado e o dinheiro o de objeto de troca. Objeto que o amante deu de bom grado e ao mesmo tempo lamentou ter dado. Na situação do sonho tem-se Frau E.L. ocupando o lugar de amante e Freud o de amado. Como objetos de troca aparecem a 'mão no joelho' num primeiro momento e as palavras 'o senhor sempre teve uns olhos tão bonitos' em seguida. Objetos que o amante dá de bom grado, sem esperar nada em troca do amado. Essa é a interpretação de Freud de seu desejo: desfrutar de um amor sem custo, sem ficar em dívida em função do que recebe. Qual o custo do amor? Que dívida contrai o amado ao receber o objeto signo de amor? Essa questão, que aparece claramente nas palavras ambíguas dos versos de Goethe evocados por Freud, pode admitir uma versão quantitativa, desde que se considere o dinheiro como objeto de troca: quanto custa um amor? quanto se deve pagar em troca pelo que se recebe? Neste evento onírico, *a quantidade de dinheiro*, como objeto concreto, representa a questão abstrata do custo do amor.

Freud não só despendeu uma 'considerável' importância em dinheiro', como também pagou várias corridas de táxi para o parente em questão. A semelhança das situações da 'corrida de táxi livre de despesas' que o amigo lhe proporcionara na noite do sonho e das corridas de táxi dispendiosas de Freud com seu parente resultou na conexão de ambas. Conexão que mapeou o 'táxi com taxímetro' ao elemento *table d'hôte* que aparece na cena onírica. São três situações conectadas que têm em comum exatamente a quantidade de dinheiro que se deve dar pelo que se recebe – excessiva no caso.

O que está ocorrendo aqui é a incidência de um mapeamento ligando elementos relacionados com o custo do amor: dinheiro, táxi com taxímetro e *table d'hôte*. Dinheiro faz parte do *script* de táxi e de mesas de refeições em hotéis. Assim, o elemento *table d'hôte* que aparece na cena do sonho é um representante do elevado custo do amor de Freud por seu parente e de seu 'lamento haver feito aquele gasto'. Assim, o pensamento 'o amor endivida' expressa-se metonimicamente como 'os táxis endividam', 'as *table d'hôtes* endividam' e imageticamente, no sonho, simplesmente como a cena de uma refeição em uma *table d'hôte*. Essas conexões, por outro lado, aparecem claramente formuladas na primeira associação em que Freud relata a brincadeira que fez no táxi: 'ele me torna avarento e egoísta porque fica a lembrar-me de quanto devo'.

2 – Numa segunda associação com *table d'hôte*, Freud lembra que algumas semanas atrás ele estava com sua mulher (Martha) à mesa em um hotel de montanha do Tirol. Sua mulher "não estava sendo suficientemente reservada" com algumas pessoas sentadas perto do casal, com quem Freud não tinha desejo algum de travar conhecimento. Isso irritou Freud que pediu a Martha que se preocupasse mais com ele que com os estranhos. "Isso foi como se eu estivesse obtendo o pior do negócio na *table d'hôte*." (676)

3 – "Via agora que os acontecimentos do sonho eram uma reprodução de um pequeno episódio de um tipo exatamente semelhante que ocorrera entre minha esposa e eu na época em que a estava cortejando secretamente. A carícia que me deu por sob a toalha da mesa foi sua resposta a uma premente carta de amor. No sonho, contudo, minha mulher era substituída por uma pessoa comparativamente estranha – E.L." (676)

4 – Porque E.L.? Trata-se de uma pessoa com quem Freud pouco esteve e tão pouco desejou ter com ela qualquer relação mais estreita. Não a via há longo tempo e seu nome não havia sido mencionado nos últimos dias. Mas E.L. é filha de um homem com quem Freud esteve uma vez *em débito*. (675/676)

Assim, em termos freudianos, a intensidade psíquica da relação amorosa com sua mulher desloca-se para uma figura insignificante e não merecedora daquela, configurando a atividade do deslocamento. Mas a presença de Frau E.L. no sonho, e o

fato dela ter sido selecionada dentre um sem número de lembranças de figuras femininas arquivadas na memória de Freud, deve-se tão somente ao fato dela ligar-se à rede semântica da dívida financeira. Ela dá amor a Freud no sonho, mas por trás desse amor existe uma dívida. Isso a situa na rede de espaços ligada com o custo do amor, o que custa o que se recebe, juntamente com 'táxi com taxímetro' e *table d'hôte*.

Nesse ponto já é possível estabelecer o formato da rede de espaços envolvida na produção deste sonho. O espaço genérico (**G**) contém o *frame* geral que organiza toda a rede: o das relações amorosas. Sua estrutura se distribui para dois outros espaços genéricos segundo o custo do amor: o espaço **GR** que contém a constatação da reciprocidade das relações amorosas, e, portanto, a relação intencional 'o amor custa' e o espaço **GD**, com a relação de desejo de 'obter um amor sem custo'. Entre ambos uma relação de desanalogia que se expressa no conflito psíquico, uma vez que são espaços com estruturas contraditórias.

A estrutura desses espaços genéricos vai estruturar toda a rede a partir da lembrança do episódio com o parente, relatado na associação 8. Conectado ao espaço **GR** abre-se o espaço **I₁8** que contém a relação de pesar de Freud com respeito ao gasto que fez com seu parente, logo um espaço relativo ao custo do amor. Por outro lado, conectado ao espaço **GD** abre-se o espaço **I₂8** que contém o desejo de que o amor não custe. A associação 1, 2 e 4 ligam-se diretamente ao espaço **I₁8**, enquanto que as associações 3 e 5 ligam-se ao espaço **I₂8**.

Note-se que a relação de desanalogia aparece claramente entre os espaços **3** e **5** e os espaços **1**, **2** e **4**. Enquanto que nesses a relação amorosa é recíproca e deve-se dar pelo que se recebe, nos espaços derivados do desejo a reciprocidade está ausente. Por isso Freud ocupa lugares diferentes nesses espaços, de amante nos espaços derivados de **GR** e de amado nos derivados de **GD**. Essa relação será comprimida em singularidade no sonho, uma vez que neste Frau E.L. está agindo exatamente como a Martha do espaço **3** em relação a Freud, mas em uma *table d'hôte*.

Considere-se as associações 2 e 3. Elas derivam diretamente de *table d'hôte* e remetem a duas cenas ocorridas em mesas de refeição entre Freud e sua esposa. O elemento 'mão no joelho' da cena do sonho deriva-se diretamente da cena 3, da qual, de certa forma, o sonho é uma reprodução. De fato, nem a cena original dos gastos com o

parente, referida na associação 8, nem o episódio desencadeante, referido na associação 1 contém alusão a mesas de refeições. Elas parecem ter sido introduzidas no conteúdo latente pela conexão entre ‘táxi com taxímetro’ e *table d’hôte*, e, no entanto, estruturam o conteúdo manifesto que é, em si próprio, uma cena de uma refeição. Na cena da associação 2, Freud está sentindo-se como numa *table d’hôte*, isto é, recebendo pouco pelo que despende (afinal, ele estava em férias no Tirol, gastando dinheiro, e provavelmente esperando em troca toda a atenção de Martha). Já na cena da associação 3 tem-se a situação inversa que está ligada ao outro lado da questão: receber sem custo. Com isso, os elementos ‘atenção’ e ‘mão no joelho’ são contrapartes do elemento ‘dinheiro’ da cena original 8 e do episódio desencadeante 1. Dessa forma ‘dinheiro’, ‘táxi com taxímetro’, ‘*table d’hôte*’, ‘belos olhos’ e ‘mão no joelho’ são todos valores para o papel objeto da troca amorosa.

A figura 6.11 mostra essa rede. Nela, a numeração dos espaços corresponde às associações e: A representa ‘amante’, a ‘amado’, o ‘objeto de troca’, \$ ‘dinheiro’, mj ‘mão no joelho’ e bo ‘belos olhos’.

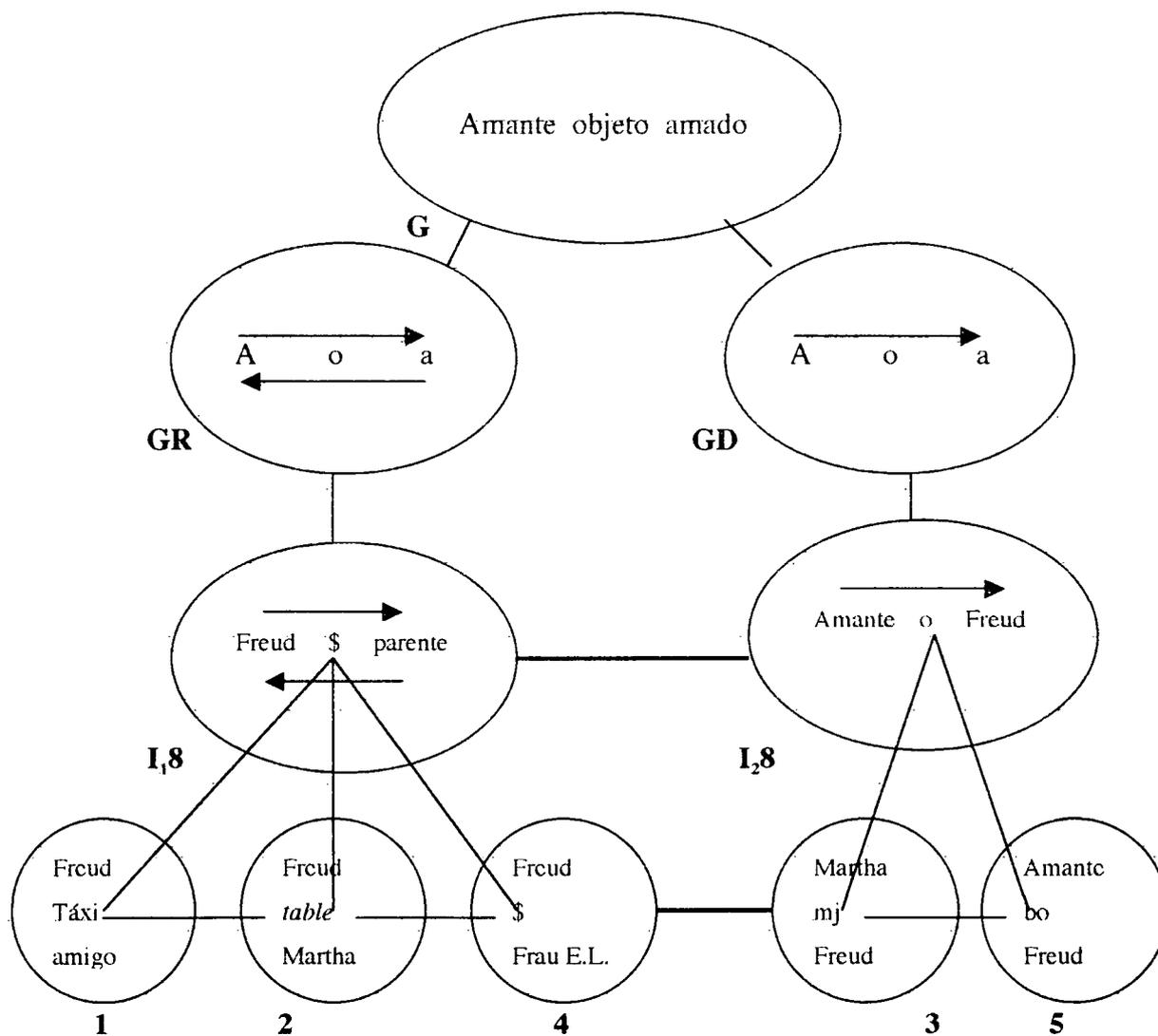


figura 6.11

Mas há um elemento adicional na mesa de refeições da cena onírica, 'comia-se espinafre'. Ele vai aparecer na associação 7:

7 – A associação refere-se ao termo 'espinafre'. Por que espinafre estava sendo servido no sonho? “A resposta seria que espinafre me fazia lembrar de um episódio que

ocorrera, não há muito, em nossa mesa de família, quando uma das crianças – e precisamente aquela que realmente merece ser admirada por seus belos olhos – recusou-se a comer espinafre. Eu próprio me comportara exatamente da mesma maneira quando era criança; por longo tempo detestei espinafre até que meu gosto acabou por mudar e promoveu esse legume a um de meus alimentos preferidos. Minha própria vida anterior e a de meu filho foram assim reunidas pela menção desse prato. ‘Você deveria ficar contente em ter espinafre’, exclamara a mãe do pequeno gourmet, ‘há crianças que ficariam muito contentes em ter espinafre’. Dessa maneira, fui lembrado dos deveres dos pais para com seus filhos. As palavras de Goethe ... ganharam um novo significado em relação a isso.” (677)

Essa associação indica que a presença da mesa de refeições no sonho vai além de sua conexão com os elementos já indicados. Evoca uma cena trivial de refeição em família na qual os pais querem que seu filho coma determinado prato que ele recusa. Mas não só. Há uma identificação de Freud com seu filho, justamente aquele que tem ‘belos olhos’. Na cena familiar, Martha está dando toda sua atenção para o filho com belos olhos, enquanto que na cena do sonho quem faz isso é Frau E.L.. Mas isso remete a lembranças de infância de Freud, quando era ele que era objeto de toda essa atenção. ‘Espinafre’, por ser o alimento que o filho não queria provar, mas também por sua conexão com a história do próprio Freud, possibilita que “minha própria vida anterior e a de meu filho fossem assim reunidas pela menção desse prato”. Sendo assim, a cena do sonho é uma *condensação* de todas as cenas de refeição que aparecem nas associações: da mesa 2 (por sua conexão direta com *table d’hôte*), da mesa 3 (mão no joelho), da mesa 7 e da mesa da infância de Freud (espinafre e belos olhos).

Mas a cena 7 em si própria já configura um *blend*, uma vez que ela herda elementos de ambas as redes. Isso não se deve somente à troca de papéis entre Freud como pai e Freud como filho, logo entre amante e amado. Há um elemento central que indica a compressão dos valores do papel objeto em ambas as redes no termo ‘espinafre’:

Ao efetuar a análise, deparou-se-me o seguinte pensamento: *Gostaria de às vezes conseguir algo sem pagar por isso.* Mas, sob essa forma, o

pensamento não poderia ser empregado no conteúdo do sonho. Desse modo, recebeu uma nova forma: *Gostaria de obter algum prazer sem custo (Kosten)*. Ora, a palavra *kosten*, em seu segundo sentido, adapta-se ao círculo de idéias da *table d'hôte* e, assim, poderia ser representada no 'espinafre' que foi servido no sonho. (689)

O termo *kosten* pode significar tanto 'custar' quanto 'provar'. Quando uma criança recusa um alimento – como é o caso do filho de Freud – seus pais tentam persuadi-lo a 'provar', *kosten*, um pouquinho – não custa nada. Custa sim, diria a outra corrente de pensamentos, o círculo de idéias da *table d'hôte*. Como a análise do sonho mostra, Freud está duvidando de que exista um amor totalmente desinteressado. Essa dúvida é o conteúdo central dos pensamentos que o sonho encena.

Isso permite observar uma outra característica muito interessante desse sonho. Uma observação mais detida mostra que a rede de espaços derivada de **GR** está ocupada com elementos da dívida financeira (custar) e com elementos do domínio alimentar (provar). Enquanto isso, os espaços derivados de **GD** contêm elementos envolvidos nas relações amorosas. O que a rede faz é relacionar esses elementos de domínios diferentes, articulando elementos de um domínio alvo com elementos correspondentes de um domínio fonte. O domínio alvo, no caso desse sonho, é o domínio abstrato do custo das relações amorosas, dos desejos e deveres envolvidos nas relações de dar e receber. Os domínios fontes, que fornecem os elementos concretos para articular essa questão, são: o da refeição, ou das comidas, e o monetário.

Os versos de Goethe, que aparecem em duas associações, aludem claramente às questões relativas ao domínio alvo do custo do amor, custo articulado com elementos concretos do domínio alimentar e do domínio dos objetos de troca, configurando a presença nesse sonho do que Lakoff e Johnson, 1981 intitulam de metáfora conceitual⁴⁹. As metáforas conceituais são redes de espaços que produzem *blends*, muitos deles culturalmente entrincheirados, que se refletem na linguagem cotidiana e constituem maneiras de pensar conceitos abstratos nos termos de conceitos mais concretos. Nesse caso específico as metáforas em jogo são as metáforas ontológicas, nas quais as

⁴⁹ Ver a sessão 4.5.

experiências com objetos e substâncias físicas proporcionam as bases para pensar em eventos, atividades, emoções, idéias e relações como entidades e substâncias.

As idéias, por exemplo, são comumente pensadas como entidades concretas. Instâncias metafóricas de mapeamentos entre idéias e objetos ou substâncias aparecem frequentemente na linguagem cotidiana, como nos seguintes exemplos:

idéias são produtos: ‘Esta idéia é boa, mas precisa ser *burilada*.’ ‘Ele *produz* novas idéias numa velocidade surpreendente, mas nem todas *servem*’.

idéias são pessoas: ‘Freud é o *pai* da psicanálise’. ‘A psicologia ainda está na *infância*’. ‘Algumas idéias de Aristóteles devem ser *ressuscitadas*.’

idéias são plantas: ‘Talvez essas idéias *frutifiquem* nesse novo governo’. ‘As ciências cognitivas tem muitos *ramos*’.

idéias são comidas: ‘Não consigo *digerir* esses conceitos’. ‘Este livro é um *alimento* para o espírito’.

Esses são apenas alguns exemplos de um amplo sistema metafórico aplicado a um grande número de conceitos abstratos. No que diz respeito ao amor, metáforas como *amor é uma força física* (‘ele *gravita* em torno dela’), *amor é guerra* (‘ela tanto fez que acabou *ganhando* a parada’), a já citada *amor é uma viagem*, constituem um amplo sistema, no qual o sentimento amoroso em geral e os dons de amor em particular são representados por objetos e substâncias concretas.⁵⁰ Isso quer dizer que objetos materiais são utilizados como elementos para falar e pensar as relações amorosas entre as pessoas, especificamente as trocas que ocorrem nessas relações. Assim, na metáfora: *dons de amor são objetos*, as relações de dar e receber, emanadas dos sentimentos amorosos, são mapeadas a objetos concretos que são efetivamente partilhados entre os membros da relação. Esse sistema metafórico é amplamente utilizado na vida cotidiana, manifestando-se tanto na maneira como se fala do amor quanto nas ações concretas entre os amantes. Por exemplo:

Te amo tanto que seria capaz de ir buscar *a lua* para te dar.

Faz tempo que você não faz *um gesto* de carinho.

⁵⁰ De fato há um mapeamento de esquemas na base desses sistemas metafóricos que envolvem a imagem prototípica das relações amorosas, a relação mãe-filho, e imagens-esquemas como o esquema continente. Por essa razão o sistema metafórico alimentar pode ser visto como mais básico que o que envolve os objetos concretos mais genéricos.

Ele a ama tanto que a *cobre de presentes*.

A ponte verbal efetuada pela palavra *kosten*, que Freud observa ter ligado esses dois domínios, na verdade faz parte desse sistema metafórico, indicando particularmente os mapeamentos que relacionam o custo que implicam a vida e o amor com entidades concretas do domínio alimentar. Eventos bons são mapeados a comidas doces, eventos ruins a comidas amargas, relações indiferentes a comidas sem gosto ou insossas, relações excitantes a comidas apimentadas. Veja-se, por exemplo, as seguintes sentenças:

Ele provou o *gosto amargo* da vida na relação com aquela mulher.

Vamos *adocicar* um pouco essa má notícia.

Essa relação é tão ruim que parece um *caldo insosso*.

A relação de vocês precisa de um pouco de *pimenta*.

Você é meu *doce de coco*.

Aquela mulher é *intragável*.

No conteúdo manifesto do sonho esse sistema metafórico aparece nos elementos: ‘voltava sua *atenção* para mim’, ‘pousou *a mão em meu joelho* de maneira íntima’, ‘o senhor sempre teve *uns olhos* tão bonitos’ e ‘*comia-se espinafres*’. Já no conteúdo latente ele aparece muitas vezes e relacionado também ao elemento dinheiro: ‘isso foi como se eu estivesse obtendo *o pior do negócio*’, ‘ninguém faz nada de *graça*’, ‘você sempre conseguiu tudo *sem pagar por isso*’, ‘sempre *paguei caro* por qualquer vantagem’, ‘você deveria ficar contente em ter *espinafre*’, ‘há crianças que ficariam muito contentes em ter *espinafre*’, ‘um amor dessa espécie não seria *livre de despesas*’, ‘queria uma vez experimentar um amor que não me *custasse nada*’.

Lakoff sugere duas interpretações para a relação dos sistemas de metáforas conceituais e os sonhos, como foi visto na sessão 4.5. Na interpretação fraca o sistema de metáforas convencionais é empregado apenas na interpretação dos sonhos. Na interpretação forte o sistema metafórico desempenha um papel gerativo nos sonhos. A análise dos sonhos proposta por Freud, tal como exemplificada acima, suporta a segunda interpretação. Além disso mostra como os sistemas convencionais e culturais interagem com mapeamentos estritamente particulares na atividade cognitiva. Talvez isso possa explicar por que a linguagem natural é ao mesmo tempo universal e particular, compartilhada por todos e privada. Mas, de qualquer forma, os mecanismos cognitivos

empregados para modelar o pensamento a nível coletivo são os mesmos que estão em jogo na construção das significações particulares.

Por exemplo, o lugar do objeto como uma função, ou papel, é, em cada espaço, preenchido por um valor diferente. A função é a mesma para todos os indivíduos, mas os valores que a preenchem dependem dos modelos cognitivos particulares construídos na experiência de um indivíduo. É comum, por exemplo, que termos como: ‘chocolate’, ‘mel’, ‘docinho’, preencham o papel do objeto. Em nossa cultura, se um homem dá a uma mulher uma caixa de chocolates, ou um buquê de rosas vermelhas, evidentemente deseja tornar claras suas intenções a respeito dela. Mas a mesma clareza não seria obtida se o presente fosse um maço, ou um buquê, de espinafres. Mas no sonho de Freud, é exatamente disso que se trata: ‘comia-se espinafres’ representa o amor, o interesse, todos os cuidados de uma mãe amorosa para com seu filho, um amor com o qual ninguém se sentiria em dívida.

Além disso, essa análise mostra que os processos de pensamento envolvidos na produção desse sonho são exatamente os mesmos que as pessoas utilizam em seu pensamento ‘desperto’ ou ‘normal’. Isso demonstra claramente que não há dois tipos de pensamento correntes na mente humana, um mais instintivo, primitivo e infantil e outro mais evoluído, adulto e racional. Os mecanismos cognitivos que envolvem os recursos básicos das imagens-esquema, das imagens prototípicas, dos *frames*, dos mapeamentos, da rede de espaços e da integração conceitual com a formação de *blends* são exatamente os mesmos que estão em funcionamento, tanto na produção de um sonho, nas atividades cotidianas de pensar e falar quanto nas atividades mais sofisticadas do pensamento filosófico ou científico. Diga-se de passagem que Freud intuía isso claramente, tanto é que via nas atividades mais ‘elevadas’ da mente humana a sublimação de impulsos plenos de desejo.

Resta ainda a considerar a segunda imagem que aparece no sonho, a “representação indistinta de dois olhos, como se fosse um desenho ou como o esboço de uns óculos”. A associação com esse elemento é a seguinte:

6 – A festa na qual Freud estivera na noite anterior havia sido proporcionada por um amigo cirurgião de olhos com quem ele havia estado frequentemente em dívida e

havia deixado passar, recentemente, uma oportunidade de reembolsá-lo. “Ele havia recebido apenas um presente de mim – uma taça antiga, em torno da qual havia olhos pintados: aquilo que é conhecido como um ‘occhiale’, para impedir o mau olhado.” (677) Nesta mesma noite, Freud perguntara sobre uma paciente que havia mandado para o amigo para receitar-lhe óculos.

Freud devia dinheiro ao amigo oculista, mas este “havia recebido apenas um presente de mim – o occhiale”, um objeto mágico que visa proteger seu portador do ‘mau olhado’ ou dos ‘maus pagadores’. Parece claro que a imagem de ‘olhos ou óculos’ que aparece na conclusão do sonho deriva-se dessa situação. Ora, a situação de Freud em relação a seu amigo era de estar em dívida com ele, evidentemente por empréstimos financeiros recebidos, situação que, pelo relato de Freud, parecia ser comum. A estrutura dessa situação é a mesma do acontecimento que originou o sonho, do dinheiro que Freud despendeu com seu parente, porém com os papéis invertidos. O pensamento que Freud teve com relação a seu parente, ‘ele devia sentir-se grato a mim: um amor dessa espécie não seria livre de despesas’, pode ser aplicado ao próprio Freud na relação com seu amigo oculista: ‘eu devo sentir-me grato a ele: um ‘amor’ (ou amizade) dessa espécie não está livre de despesas’. Mas Freud deu algo a seu amigo – ‘apenas um presente’, e, além disso, mandou-lhe uma paciente que precisava de óculos. Dessa forma, essa imagem do sonho pode ser encarada como um segundo *blend* que, juntamente com o *blend* anterior da mesa de refeições em família (associação 7), comporá o *megablend* do sonho. Esse *blend* recebe elementos tanto referentes à rede de espaços do custo do amor, como a dívida financeira, quanto da outra rede, do amor sem custo, uma vez que contém o elemento ‘belos olhos’, mapeado aqui ao elemento ‘occhiale’ e ‘óculos’, exatamente o que Freud deu ao amigo oculista, mas evidentemente não em pagamento de sua dívida. Esse presente parece que não implicava custo (no sentido da dívida) para Freud, ao menos não como nas situações anteriores, o que depreende-se de sua sentença: “ele havia recebido apenas um presente de mim...”. ‘Occhiale’ e ‘óculos’ entram, portanto, na série de valores do papel objeto do amor.

Assim, a composição do sonho aparece claramente dividida entre as duas correntes de pensamentos opostas, ou entre as duas redes de espaços, em relação ao custo

do amor. Os *blends* 6 e 7 recebem estrutura tanto da rede que realiza o desejo de Freud de receber um amor sem custo quanto da rede que manifesta a constatação contrária, do custo do amor. A cena do sonho, tal como é relatada no conteúdo manifesto, é um *megablend*, que comprime a estrutura dos *blends* 6 e 7

O espaço genérico (**G**) desse sonho contém os modelos cognitivos básicos referentes ao amor e às relações amorosas. A imagem prototípica das relações amorosas, calcada na relação mãe-bebê, e a imagem-esquema das trocas amorosas, derivada da experiência com os objetos concretos que circulam nesta relação, fundamentam os *frames* e os mapeamentos dessa elaboração onírica, centrados sobre a metáfora conceitual: *dons de amor são objetos*. Desse espaço partem os mapeamentos de projeção que organizam as experiências reunidas pelo sonho.

Estas experiências são, por sua vez, organizadas em duas redes de espaço distintas, de acordo com os dois polos opostos: a que representa o desejo de um amor sem custo e a que representa a constatação de que não há amor sem custo. Essas duas redes fornecem os elementos para o espaço combinado do sonho (**S**). Esse desdobramento de espaços ocorre a partir dos pensamentos contraditórios de Freud a respeito do gasto que ele teve com seu parente. Por um lado, ‘quando decidi despendar aquela importância, não hesitei um só momento’, organiza os eventos nos quais Freud sentia-se endividado, nos quais a relação amorosa representa custo, todos envolvendo dinheiro. Por outro lado, ‘meu pesar por ter de fazê-lo, a corrente de sentimento contrária’, organiza os eventos relativos ao desejo de Freud de um amor que não represente custo. A figura 6.12 mostra a estrutura completa dessa rede.

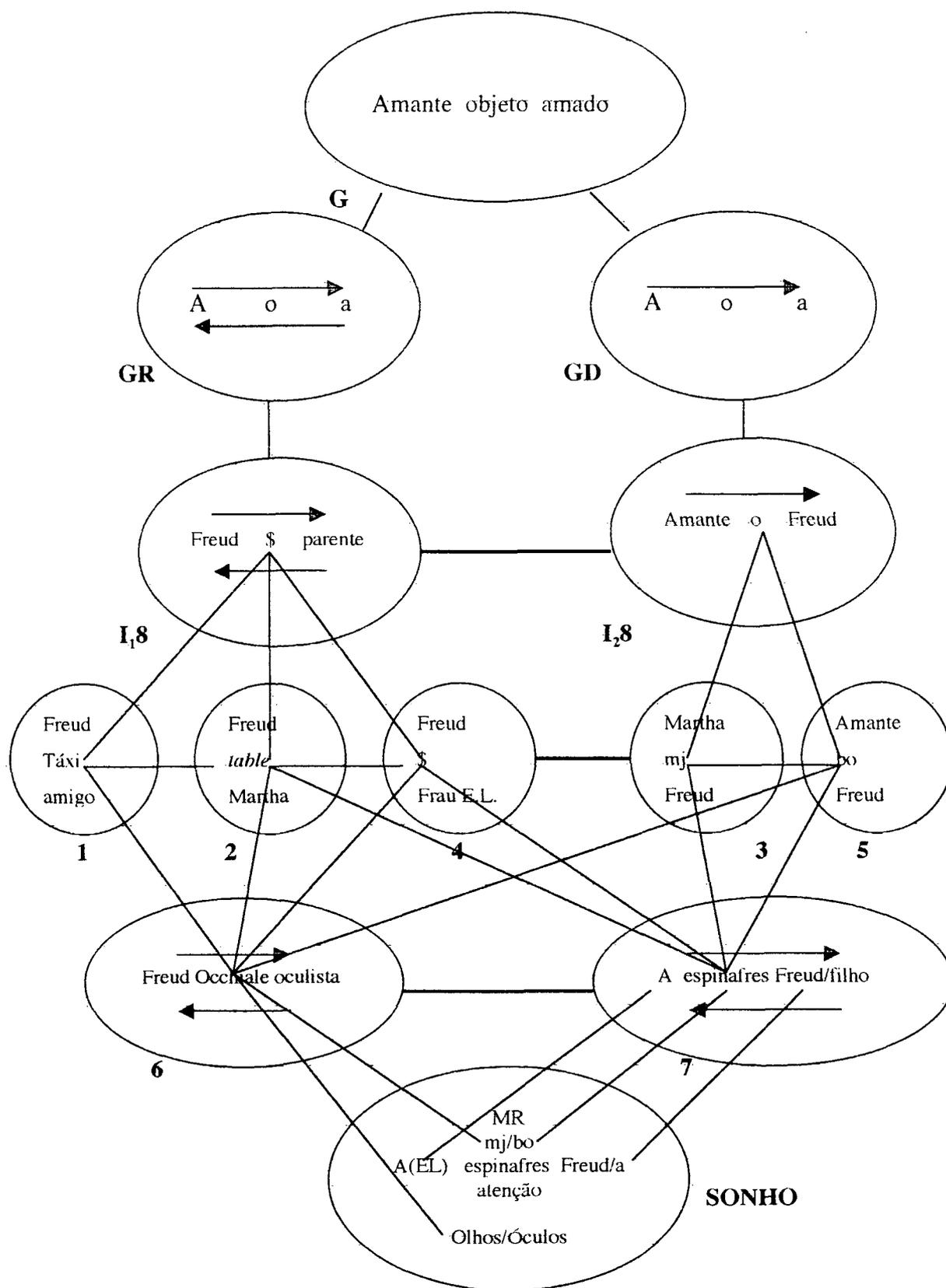


figura 6.12

CAPÍTULO 7

AS CATEGORIAS DA SUBJETIVIDADE

7.1 – O CONFLITO PSÍQUICO

O capítulo anterior mostrou como as formações do inconsciente podem ser consideradas como *blends* que combinam elementos oriundos de processos de pensamento que correm paralelamente e que organizam sistemas de crenças segundo princípios contraditórios. Como mostram as análises dos atos falhos e do sonho da *table d'hôte*, apresentadas no capítulo anterior, uma dessas seqüências representa o desejo do sujeito, ou seja, a maneira como o sujeito gostaria que o mundo fosse, cuja organização leva em conta exclusivamente considerações relativas ao princípio do prazer. A outra seqüência representa a realidade, manifestando a constatação de como o sujeito está inserido nela e dos limites que ela impõe a seu desejo, levando em conta, portanto, considerações relativas ao princípio da realidade. Esses *blends* podem ser constituídos *on line*, isto é, no curso de uma situação discursiva, como é o caso dos atos falhos e dos chistes, ou manifestar um trabalho cognitivo totalmente inconsciente e efetuado sem que a pessoa tenha sequer notícia dele, como é o caso dos sonhos e dos sintomas. Os mecanismos cognitivos em operação na constituição das redes de espaços são os mesmos que podem ser reconhecidos como atuantes nas demais atividades cognitivas dos seres humanos.

Dessa forma, os *blends* das formações do inconsciente constituem-se numa forma de exposição do conflito psíquico e num convite a sua elaboração. Isso pode ser observado nas associações de Freud referentes ao ato falho *Signorelli* e ao sonho da *table d'hôte*, nas quais, além da evocação das lembranças dos eventos relacionados a esses *blends*, há também reflexões e elaborações sobre elas. O *blend* convida o sujeito a percorrer a rede completa de espaços envolvida em sua constituição, o que resulta na produção de novas relações e de novas significações. A esse processo, de recuperar e elaborar a rede de espaços a partir das formações do inconsciente, Freud chamava de

análise, efetuada pelo método da associação livre. Já Fauconnier e Turner (2002) o denominam de *run the network*.

Desde o ponto de vista da consciência os *blends* se constituem num ganho epistemológico, comparável a uma descoberta empírica (Thá, 2001), uma vez que informam ao sujeito de suas inclinações ‘desconhecidas’ e contraditórias. Trata-se de uma questão epistêmica de caráter performatório, pois envolve as condições que o sujeito dispõe de perceber o que de alguma maneira já sabe. No caso do sintoma de Anna O., por exemplo, ela sabia de sua vontade de estar fazendo algo mais interessante que velar seu pai doente. Mas em sua consciência esse saber, por ser conflitante com suas inclinações morais, mantinha-se isolado. Ela não percebia conscientemente o conflito em seus pensamentos em relação a essa incompatibilidade ideativa. Essa característica foi muito cedo notada por Freud, sob o nome de amnésia histérica. Mas não por isso esse conflito deixava de processar-se em sua mente. A evidência disso é o sintoma, sua tosse nervosa, que mantinha-se insistente para informá-la de que ela nutria um conflito do qual não estava se ocupando. Para Freud, a cura analítica nada mais é do que a elaboração desse conflito, apresentado pelos *blends* das formações do inconsciente.

Nesse consenso, as pessoas geralmente negligenciam o ponto essencial – de que o conflito patológico nos neuróticos não deve ser confundido com uma luta normal entre dois impulsos mentais, ambos em mesmo pé de igualdade. Em primeiro lugar, a dissensão se faz entre dois poderes, um deles tendo irrompido até o estádio do que é pré-consciente ou consciente, ao passo que o outro foi mantido recalcado no estádio inconsciente. Por esse motivo, o conflito não pode ser conduzido a um desfecho; os contendores não podem engalfinhar-se mais do que o fariam, vamos comparar assim, um urso polar e uma baleia. Uma verdadeira decisão só pode ser obtida quando ambos se encontrarem no mesmo chão. Penso que a única tarefa de nossa terapia consiste em tornar isso possível. (Freud, 1916/1917: 505/506)

Nem toda incompatibilidade leva a um conflito. As pessoas enfrentam um sem número de dificuldades no curso de suas vidas em função de suas inclinações contraditórias, mas nem por isso fazem sintomas neuróticos. Quando Freud fala em “luta normal entre dois impulsos mentais” está referindo-se ao fato de que os seres humanos

habitualmente têm sistemas de crença inconsistentes ou mesmo contraditórios, e faz parte da vida reconhecê-los e elaborá-los. A constatação de que as pessoas abrigam crenças contraditórias, muitas vezes nem se dando conta disso, não é exclusiva da psicanálise.

Lakoff (1990:118ss), ao comentar os modelos cognitivos do senso comum, observa que as pessoas comuns têm teorias, implícitas ou explícitas, sobre todos os aspectos importantes de suas vidas. Essas teorias convivem com outros modelos de entendimento que são inconsistentes com elas. As pessoas têm tanto teorias populares quanto científicas sobre medicina, economia, física, etc... Uma mesma pessoa pode sustentar uma ou mais teorias populares e uma ou mais teorias científicas sobre determinado assunto, inconsistentes entre si, sem mesmo dar-se conta disso. Gentner e Gentner (1982) mostraram como as pessoas convivem com duas noções diversas de eletricidade: como um fluido contínuo como a água e como um monte de elétrons que se movimentam como pessoas em uma multidão. Em certos casos aplicam uma e em outros casos aplicam outra noção. Um exemplo muito comum é em casos de doenças graves em que as pessoas, ao mesmo tempo que tomam os remédios receitados pelo médico, apelam também para curas mágicas ou religiosas: vão nas encruzilhadas fazer despachos – acreditando que seu mal é fruto de ‘trabalhos’ feitos por pessoas invejosas – e ao chegar em casa tomam os remédios, acreditando, por outro lado, que seu mal é orgânico.

Gardenförs (1988), ao produzir seu modelo de estados epistêmicos,⁵¹ observa que não é preciso entender um estado cognitivo como reduzido a um conjunto de crenças, uma vez que ele pode ser melhor descrito por vários sistemas epistêmicos simultâneos. Esta idéia também é defendida por Robert Stalnaker em *Inquiry* (1984), e serve de base para seu argumento de que considerar a relação entre os diversos e separados estados de crença é uma maneira plausível de explicar o uso da dedução pelo raciocínio humano. Segundo Stalnaker, raciocinar é ajustar as próprias crenças a novas informações e, no caso do raciocínio dedutivo, a nova informação é nova para um dos estados de crença do sujeito. *By dividing the agent into separate centers of rationality, we make it possible to see the processing of the information an agent already has as a phenomenon with the same structure as the reception of new information.* (Stalnaker, 1984: 87) Note-se que

⁵¹ O modelo de Gardenförs foi comentado na sessão 4.4.1.

isso coincide exatamente com a interpretação das formações do inconsciente como representando um ganho epistêmico para o sujeito que as produz.

De fato, como notam Fauconnier e Turner, a presença de redes de espaços incompatíveis, contrários ou contraditórios, chamados muitas vezes de contrafatuais, é uma característica não só geral, mas fundamental da cognição.

It leads to a large theoretical principle of conceptualization – namely, that conceptualization always has counterfactuality available and typically uses it as a basic resource. ... Far from being impeded by this pervasive feature of incompatibility in conceptualization, blending draws some of its power from being able to operate over incompatible spaces. (2002: 87)

Daniel Kahneman, Paul Slovic e Amos Tversky (1982) observaram uma curiosa forma de depressão que chamaram de *depressão da loteria* (*lottery depression*). Ela ocorria em pessoas que compraram um bilhete de loteria algumas semanas antes do sorteio, sabendo muito bem que a aposta era muito arriscada e as chances de ganho muito pequenas. Não manifestavam esperança de ganhar e conscientemente declaravam que estavam comprando o bilhete apenas por brincadeira. Mas, quando o resultado saiu e elas efetivamente perderam, caíram em depressão. Seus sintomas eram severos, similares aos que ocorrem em pessoas que deprimem diante de perdas significativas, como a perda de entes queridos muito próximos. O estudo desses casos revelou que nas semanas entre a compra do bilhete e o dia do sorteio, essas pessoas haviam fantasiado, via de regra inconscientemente, sobre o que iriam fazer com o dinheiro que ganhariam na loteria. Criaram um mundo de fantasia que desmoronou com o resultado do jogo. Assim, nesse mundo de fantasia sofreram de fato uma perda severa que manifestou-se nos sintomas de depressão. Para os autores, os mesmos fatos objetivos tornam-se fonte de sofrimento para os sujeitos quando são modelados (*framed*) como perdas do que como ganhos. Esses jogadores construíram um *blend* hipotético, no qual viveram durante o tempo entre a compra do bilhete e o resultado, tempo no qual acumularam fantasias sobre os ganhos que teriam, que tornou-se contrafactual com respeito ao resultado da loteria.

O mundo imaginário construído pelas vítimas da depressão da loteria é estruturalmente o mesmo construído pelo sonho da *table d'hôte*, no qual o amado recebe

sem custo o dom do amor, somente pelos seus ‘belos olhos’. O aspecto mais interessante desses exemplos é que eles mostram de maneira clara que o mundo da fantasia, o mundo contrafactual, produz efeitos decisivos sobre a realidade do mundo real para o sujeito. Por essa razão Freud cunhou o termo de *realidade psíquica*, para sublinhar que na experiência humana a ‘realidade’ em que as pessoas vivem é fruto de uma construção do sujeito, construção que implica a elaboração constante das incompatibilidades entre os mundos construídos pelo desejo e o mundo apresentado pelos fatos.

Freud percebeu isso muito cedo em sua clínica. Em uma carta a Fliess, de 21 de setembro de 1897, escreve: “Não acredito mais em minha *neurótica* [teoria das neuroses].” Essa frase resumia sua constatação de que nas análises não adiantava buscar o episódio real que dera origem aos sintomas. Inicialmente Freud considerava que o surgimento de uma histeria devia-se a um abuso sexual real sofrido pela sujeito em sua primeira infância, em geral por obra do pai. Ao menos isso era o que as pacientes diziam. Mas esses fatos não se confirmavam, além do que era pouco plausível que todos os pais fossem pervertidos. Freud descobre, então, que esses relatos eram frutos da fantasia de suas pacientes, e não fatos reais. “... no inconsciente, não há indicações da realidade, de modo que não se consegue distinguir entre a verdade e a imaginação...” (1950 [1892-1899]/1977: 350)

De fato, toda a teoria e a clínica psicanalítica dedicam-se a estudar esse aspecto da conceitualização da subjetividade, onde o sujeito experimenta-se fragmentado em relação a si próprio, experimenta-se dividido em relação às coisas que quer ou deve fazer. Dessa forma, o conflito psíquico freudiano nada mais é do que a constatação de um traço geral e abrangente da cognição humana. Como viu-se no capítulo 5 Freud observou isso e procurou encontrar para ele uma teorização cada vez mais precisa e abrangente ao longo da construção de sua teoria. Finalmente, em suas últimas obras, inclusive após a introdução dos conceitos de *eu* e *isso*, vai chamá-lo, simplesmente de a *divisão do eu* (Freud, 1940 [1938]/1975).

7.2 – A DIVISÃO DO EU

A divisão do eu não se manifesta somente através das formações do inconsciente, ou de casos “exóticos” como o da depressão da loteria. Para compreender muitas

sentenças utilizadas na linguagem cotidiana é necessário conceituar o eu como dividido. Considere-se as seguintes sentenças:

(7.1) Se eu fosse você, eu me odiaria.

(7.2) Se eu fosse Pedro, eu não casaria com Maria.

(7.3) Se eu fosse um cachorro de madame, estaria com a vida tranqüila.

Esses exemplos são casos particulares de uma forma geral, cuja sintaxe pode ser generalizada:

se SN_1 fosse SN_2 , SN_3 , (COND) SV.

(sendo que SN_3 é uma anáfora e SN_1 seu antecedente.)

Exemplos como esses podem ser multiplicados e são de uso tão comum no discurso cotidiano que sua complexidade cognitiva passa totalmente despercebida. Para explicitar a semântica dessas construções, Lakoff (1996), sugere a divisão do 'eu' em duas partes distintas:

o *subject* (sujeito) como sendo o locus da experiência subjetiva e da consciência de si, e

o *self* (eu), o corpo da pessoa, suas características físicas e sociais.

Assim, o *subject* de uma pessoa projeta-se, numa situação hipotética, no *self* de outra; no caso do exemplo (7.3) o *subject* de 'eu' projeta-se no *self* de 'cachorro de madame'. 'Eu' teria então o corpo e a vida tranqüila de um cachorro de madame, mas com a experiência subjetiva de 'eu'. Isso implica que a divisão atinge também o objeto da sentença (SN_2). A figura 7.1, (conf. Lakoff (1996: 94)), mostra como as conexões são efetuadas.

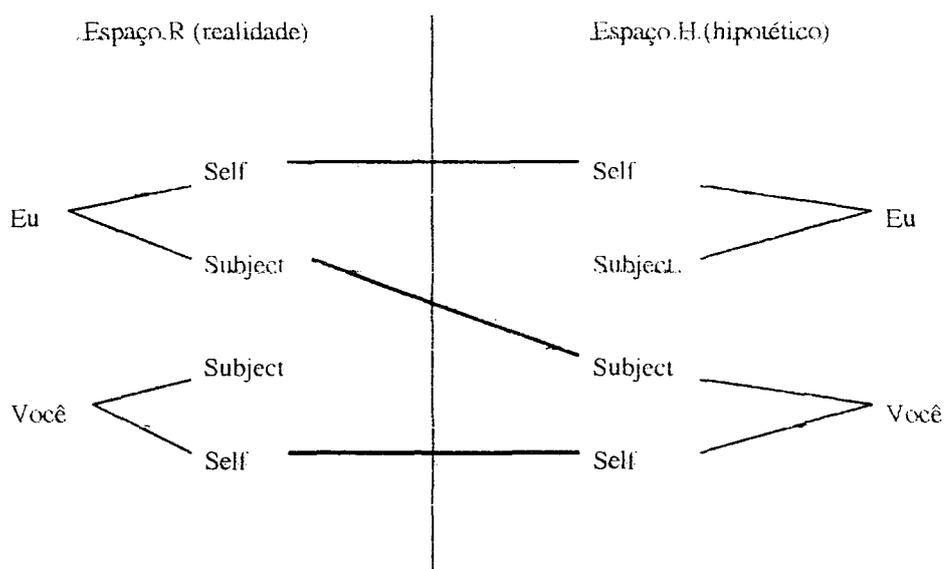


figura 7.1

Nos exemplos acima o eu está dividido e uma de suas partes (o *subject*) está mapeado ao *subject* de outra pessoa, a 'você' no exemplo (7.1), a 'Pedro' no exemplo (7.2) e a 'cachorro' no exemplo (7.3). No caso de sentenças reflexivas com essa forma, o pronome reflexivo não indica correferência, uma vez que ele e seu antecedente não podem ser concebidos como representando valores para um mesmo papel. Considere-se os seguintes exemplos:

(7.4) Eu preciso sair de mim mesmo.

(7.5) Eu não estou sendo eu mesmo hoje.

(7.6) Eu me perdi no que estava dizendo.

Considerando o pronome reflexivo – 'mim mesmo', 'eu mesmo', 'me' – como correferencial do sujeito das sentenças, o resultado seriam fórmulas estranhas como:

x precisa sair de x,

x não está sendo x,

x perdeu x.

Estas representações são estranhas pois ‘sair’ e ‘perder’ implicam numa relação entre duas entidades diferentes e ‘ser’ implica identidade. No entanto, apesar disso as pessoas são perfeitamente capazes de compreender o significado dessas sentenças e elas não parecem nada estranhas, mas perfeitamente normais. Há algo de sistemático no uso de sentenças como essas e essa sistematicidade advém do fato delas pertencerem a metáforas conceituais, nas quais o sentido físico dos termos está sendo mapeado para domínios abstratos da experiência. A. Lakoff e Becker (1991) (apud Lakoff, 1996) argumentam que há um extenso sistema de metáforas conceituais que caracteriza como a estrutura interna das pessoas é conceitualizada. No centro desse sistema está a distinção *subject/self*, que permite conceitualizar, raciocinar e falar daquela que talvez seja a mais imediata das experiências humanas, a subjetividade individual ou a ‘vida interior’.

Lakoff lista 14 metáforas que compõem esse sistema para a língua inglesa, mas todas estão baseadas em duas metáforas centrais: a *metáfora da pessoa dividida* e a *metáfora do sujeito projetado*.

A *metáfora da pessoa dividida* é a base da distinção entre *subject* e *self* e permite conceitualizar as pessoas como divididas em duas partes, como se elas fossem um conjunto que as reúne. Como foi dito acima, o *subject* (sujeito) é a parte que corresponde à consciência, incluindo todos os atributos ligados a ela, como a racionalidade, o julgamento e a moralidade - esta é a parte que pensa -, e o *self* corresponde ao corpo, com as inclinações comumente relacionadas a ele, como as emoções, os apetites físicos, os desejos e as paixões - esta é a parte que age. Essa metáfora está profundamente entrincheirada na cultura ocidental, que ensina as pessoas que o sujeito deve controlar o self, de maneira que as paixões não tomem conta das ações e causem estragos para si próprio e para os outros. As sentenças (7.5) e (7.6) exemplificam essa metáfora.

A *metáfora do sujeito projetado* conceitualiza o sujeito como passível de projeção para fora do self. O senso comum supõe a consciência como capaz de sair do corpo, ou pelo menos, agir separadamente dele, e julgá-lo de fora. Esse é o caso da sentença (7.4). Supõe também a possibilidade, em situações contrafatuais, de que o sujeito possa ocupar o self de outros, como é o caso das sentenças (7.1) a (7.3).

A combinação dessas duas metáforas proporcionam os seguintes mapeamentos:

- Uma pessoa é um conjunto que contém duas partes distintas com elementos distintos: o sujeito (racional) e o self (corporal).

- A relação entre sujeito e self é espacial: o self é um continente para o sujeito.

- Uma pessoa é subjetiva quando o sujeito está dentro do self.

- Uma pessoa é objetiva quando o sujeito está projetado fora do self.

Essas duas metáforas básicas geram outras metáforas dentro do mesmo domínio, ou combinam-se com outras metáforas de outros domínios, gerando um complexo e abrangente sistema metafórico. Por exemplo, o sujeito e/ou o self podem eles também ser divididos, gerando a metáfora *o self/sujeito dividido*. Essa metáfora é muito utilizada para considerar os diferentes conjuntos inconsistentes de crenças e valores que as pessoas têm. Os aspectos incompatíveis são conceitualizados como sujeitos diferentes dentro do mesmo continente subjetivo. Alguém que tenha valores religiosos diversos de suas crenças científicas pode referir-se a isso como: 'meu lado religioso está sempre brigando com minhas convicções teóricas'. Ou alguém que tenha inclinações artísticas mas precisa de dinheiro pode dizer: 'tenho que abafar meu eu artístico e liberar meu lado mesquinho'.

Quando combinadas com outras metáforas permitem pensar e falar sobre uma grande variedade de questões subjetivas. Por exemplo:

Com *conhecer é ver*. Quando alguém está sendo subjetivo, ele não está conseguindo *sair de si*, não está conseguindo *ver as coisas de fora*, precisa *esforçar-se* para ser mais objetivo, isto é, *ver as coisas como os outros vêem*.

Com *oculto está dentro/visível está fora e essencial é central/não essencial é periférico*. Em geral as pessoas agem de maneira diferente quando estão em público ou não. Normalmente em público se é polido, os verdadeiros sentimentos ou pensamentos sobre alguém ou sobre uma situação são calados, enquanto que em situações privadas as pessoas dizem coisas que não diriam em situações públicas. Metaforicamente as coisas escondidas ou ocultas estão *dentro*, enquanto que as coisas aparentes ou visíveis estão *fora*. Como os diferentes aspectos de uma pessoa são conceitualizados como diferentes eus, a combinação dessas metáforas resulta em um *eu privado e oculto* e em outro *eu visível e público*. Adicionando a isso a metáfora que concebe o essencial como central e o acessório como periférico, o resultado é o modelo comum de que o *eu oculto é essencial ou real* enquanto que o *eu visível é o eu aparente*, muitas vezes considerado como falso,

artificial.⁵² Por exemplo, quando se pergunta para um político o que ele *realmente* pensa, está se indagando o seu *eu oculto*. A grande popularidade de notícias sobre a vida privada de atores, personalidades, etc... recai sobre essa metáfora, uma vez que revelações sobre a vida privada dessas pessoas são tomadas como revelações sobre o que a pessoa *realmente é*. Esta combinação metafórica encontra expressão em sentenças como: ‘mostre o que você *realmente é*’, ‘ponha *prá fora* toda tua raiva’, ‘quem vê cara não vê coração’.

Adicionando a metáfora *o central, o real é o verdadeiro* a essa combinação metafórica, tem-se como resultado: *ser verdadeiro para si mesmo*. Suponha-se a seguinte ocorrência: Alguém tem um cargo público de grande responsabilidade e foi tentado por uma oferta de volumosa quantia em dinheiro para agir contra o interesse público. Suponha-se agora que essa pessoa nunca agiu de deliberada má fé e sempre nutriu valores de honestidade e integridade. Mas ela precisa desesperadamente do dinheiro em razão de doença grave na família. Se ela aceitar o suborno, ela estará *traíndo* a si mesma; se ela não aceitar estará *sendo verdadeira* consigo. Ora, o eu verdadeiro – o sujeito nesse caso – impõe regras ao eu que age – o self. Se o self agir de acordo com o sujeito estará sendo verdadeiro, do contrário estará sendo falso consigo próprio. Essa metáfora gera sentenças como: ‘eu estou desapontado comigo’, ‘seja verdadeiro com você’, ‘não traia o que você *realmente é*’.

Um fator muito interessante a respeito desses mapeamentos metafóricos é que nem sempre *subject* e *self* são utilizados de maneira homogênea. Muitas vezes, o eu interior ou privado é mapeado ao *self* e não ao *subject* como seria esperado. Por exemplo, na expressão ‘ponha *prá fora* toda tua raiva’ o eu interior está identificado a características do *self* e não do *subject*, uma vez que, sendo o *self* o eu identificado ao corpo, a raiva já estaria ‘para fora’. Lakoff observa esse fato, notando que o sistema não é consistente: ora o *self* é conceituado como interno e escondido, ora como externo e visível, ora estar fora do *self* significa perder o auto-controle, ora aumentar o auto-controle. Assim:

⁵² Essa metáfora é fartamente utilizada por muitas teorias psicológicas baseadas no senso comum. Por exemplo, Jung refere-se ao ‘eu real’ como persona, e ao ‘eu artificial’ como máscara.

There is not just a single, monolithic, self-consistent, correct cultural narrative of what a person is. Instead, there are many partially overlapping and partially inconsistent conventional conceptions of the Self in our culture. (Lakoff, 1996: 118)

A metáfora central do sistema metafórico observado por Lakoff, a divisão entre *subject* e *self*, é a mesma que a psicanálise encontrou e que Freud nomeou de *eu* e *isso*. Inclusive a inconsistência no sistema conceitual do eu observada por Lakoff tem sua contrapartida em Freud. O *eu* freudiano corresponde a uma organização coerente de processos mentais aos quais a consciência está ligada, e que tem a tarefa de supervisionar seus processos constituintes e, ocasionalmente, excluir certas tendências da mente, não simplesmente da consciência, mas também da ação. Corresponde, portanto, ao *subject* no controle do *self*, ou do *isso*. Mas, diz Freud:

Deparamo-nos com algo no próprio eu que é também inconsciente, que se comporta exatamente como o recalçado – isto é, que produz efeitos poderosos sem ele próprio ser consciente e que exige um trabalho especial antes de poder ser tomado consciente. Do ponto de vista da prática analítica, a consequência desta descoberta é que iremos parar em infindáveis obscuridades e dificuldades se nos ativermos a nossa formas habituais de expressão e tentarmos, por exemplo, derivar as neuroses de um conflito entre o consciente e o inconsciente. ... Reconhecemos que o Ics. não coincide com o recalçado; é ainda verdade que tudo o que é recalçado é Ics., mas nem tudo o que é Ics. é recalçado. Também uma parte do eu – e sabem os Céus que parte tão importante – pode ser Ics., indubitavelmente é Ics. (1923/1976: 30)

Isso que dizer que a identificação pura e simples do *eu/subject* com a consciência, com a racionalidade, o julgamento e a moralidade e do *isso/self* com o corpo, com as emoções, os apetites físicos, os desejos e as paixões, e de ambos, respectivamente com os processos de pensamento acessíveis à consciência (o eu que controla, o eu central, o eu verdadeiro, o eu essencial) e com os processos de pensamento inconscientes (o eu que deseja, o eu egoísta) é uma conclusão muito simplista, para não dizer falsa, diante da complexidade do sistema.

Há ainda um outro fator muito interessante a ser considerado em relação às categorias conceituais da subjetividade. Em todos os exemplos dados acima, a troca da primeira para a segunda ou terceira pessoas não só é perfeitamente possível, como também não produz modificações na compreensão semântica. As sentenças (7.4), (7.5) e (7.6), retomadas abaixo em (7.7), (7.8) e (7.9), exemplificam isso:

(7.7) Eu preciso sair de mim mesmo.

Você precisa sair de você mesmo.

Ele precisa sair de si mesmo.

(7.8) Eu não estou sendo eu mesmo hoje.

Você não está sendo você mesmo hoje.

Ele não está sendo ele mesmo hoje.

(7.9) Eu me perdi no que estava dizendo.

Você perdeu-se no que estava dizendo.

Ele perdeu-se no que estava dizendo.

As sentenças na segunda e terceira pessoas apresentam as mesmas dificuldades de análise da correferencialidade do pronome reflexivo com o sujeito das orações. Isso sugere que as mesmas divisões do eu aplicadas à própria subjetividade são projetadas quando se trata da subjetividade dos outros, o que equivale a dizer que os humanos aplicam a seus semelhantes as mesmas categorias com que conceituam a sua vida interior. Isso não é espantoso, uma vez que a experiência subjetiva é essencialmente privada e o fato de considerar-se que as outras pessoas também têm o mesmo tipo de experiência subjetiva, nada mais é do que uma suposição. A possibilidade de compreender sentenças contrafatuais baseia-se na projeção aos outros do sistema conceitual da subjetividade. Isso possibilita também o caminho inverso. Assim como uma parte do 'eu' pode projetar-se em um 'outro', uma parte do 'outro' também pode ocupar o 'eu'. Há casos limites, em que as fronteiras entre o 'eu' e o 'outro' encontram-se totalmente apagadas. Veja-se os exemplos seguintes:

- (7.10) Ele está com o *diabo* no corpo.
- (7.11) Ela *me* conhece mais do que eu mesmo.
- (7.12) Me sinto estranho, parece que tem *alguém* agindo dentro de mim.
- (7.13) Nós nos amamos tanto que somos *um só*.

Estes são alguns exemplos de metáforas conceituais que compõem o sistema metafórico que as pessoas usam para pensar e falar da subjetividade, própria e alheia. Nesse ponto uma questão muito interessante pode ser formulada:

Recognizing that we have a built-in, unconscious, automatic way of conceptualizing the self that we use in everyday functioning raises the following questions. To what extent, if any, does functioning in terms of this conceptualization make the conceptualization real? If we function comfortably with this conceptualization daily, not even realizing that it is there most of the time, must it not reflect something real, or close to real? (Lakoff, 1996: 117)

Lakoff responde afirmativamente essa questão, considerando que, uma vez que não temos uma simples e monolítica concepção da subjetividade, talvez cada membro dessa coleção reflita alguma realidade. Talvez essas concepções do eu forneçam a melhor abordagem do que o eu é ao utilizar esse tipo de recursos conceituais disponíveis em nossos sistemas conceituais inconscientes. Evoca então duas classes de dados empíricos que podem vir a sustentar essa idéia. Em primeiro lugar, as pesquisas neuropsicológicas têm demonstrado que diferentes tarefas cognitivas envolvem diferentes ativações de regiões cerebrais. A idéia de identificar diferentes padrões de ativação com diferentes estados subjetivos sugere que a experiência da subjetividade não é una e uniforme, mas múltipla e segmentada com *overlaps* parciais. Em segundo lugar, a investigação desses sistemas metafóricos em diferentes culturas pode demonstrar se eles são culturalmente específicos ou gerais. Se forem gerais, isso indica que se está diante de uma experiência humana geral, independente de culturas e linguagens específicas. Ainda há pouca

investigação conhecida sobre isso, mas Lakoff apresenta em seu texto parte do sistema metafórico japonês que coincide, em linhas gerais, com o sistema inglês.⁵³

A essas duas classes de dados empíricos pode-se acrescentar uma terceira: a presença constante da contrafactualidade no pensamento humano, especificamente no que diz respeito à construção da experiência subjetiva, da qual as redes de espaços envolvidas nas formações do inconsciente são exemplos. O que ela revela, em última análise, é uma subjetividade dividida, experienciada fragmentariamente, cujo único ponto de unidade – a consciência – nada mais é do que uma qualidade, que pode ou não estar presente. O trabalho cognitivo realizado pelas formações do inconsciente mostra que a conceitualização de um ‘eu’ do desejo e de um ‘eu’ da realidade corresponde, senão a algo real, em todo caso reflete realidades subjetivas que estão muito longe de serem conhecidas e controladas por qualquer coisa como uma consciência autônoma e mestra de si. A sensação de identidade e unidade do eu, que a consciência experimenta como algo dado e primitivo, é, de fato, fruto de uma complexa construção, assim como a identidade e unidade dos objetos da percepção, como foi discutido no capítulo 4. A consciência ‘vive o *blend*’⁵⁴ no qual o ‘eu’ que ela reconhece como uno é, na verdade, fruto da compressão dos diversos ‘eus’ mapeados na rede de espaços, que permanece inconsciente.

7.3 – EU E MEUS OUTROS EUS

As metáforas conceituais são constituídas por redes onde um dos espaços de entrada é estruturado por um *frame* fonte e o outro por um *frame* alvo, sendo que a estrutura de um ou de ambos *frames* é projetada no *blend*. Dessa forma, o que Lakoff chama de sistema metafórico do eu pode ser visto como um conjunto de *blends* resultantes de um sistema de redes de espaços entrincheirados na cultura que permitem

⁵³ O mesmo, a meu ver, ocorre com o sistema português.

⁵⁴ Fauconnier e Turner (2002: 83) avançam uma idéia muito interessante a respeito da consciência. Considerando a percepção, se nossos sistemas perceptuais estão funcionando normalmente, é impossível para a consciência ver além do *blend*, ver como a identidade de um objeto está sendo processada, por exemplo. O alcance em que nossa apreensão consciente está limitada pelo *blend* depende do tipo de atividade que está sendo executada. No caso da identidade perceptiva nossa consciência ‘vive no *blend*’. Mas, no caso de uma atividade teórica, por exemplo, ela deve ir além, ‘viver na rede’. A clínica psicanalítica, nesse sentido, é um processo que visa a levar a consciência a ‘viver na rede’.

pensar de maneira automática a experiência subjetiva. Considere-se a metáfora básica desse sistema, a metáfora do sujeito dividido. Considerar uma pessoa como um conjunto que contém duas partes, o sujeito racional e o *self* corporal, sendo que o *self* é um continente para o sujeito, é construir um *blend* para onde as duas partes estão sendo mapeadas de distintos espaços de entrada e comprimidas. Essa compressão fornece uma unidade aos elementos que, nos espaços de entrada, aparecem como desanálogos ou contrafatuais.

Considere-se o caso do sintoma de Anna O. no qual pode-se ver a divisão dos processos de pensamento numa seqüência relativa a seus deveres com seu pai doente e em outra seqüência relativa a seus desejos de estar fazendo outra coisa mais interessante. A seqüência representada pelo seu *eu/subject* pode ser expressa pela sentença: “Eu devo cuidar de meu pai doente”. Esta seqüência evidentemente não tem nenhum problema de ser reconhecida conscientemente pela paciente. No entanto, a outra seqüência, a que diz respeito a seu *isso/self*: “Eu desejo estar dançando num baile nesse momento”, ficou esquecida, ou seja, impedida de aceder à consciência em função da culpa que provocou. Mas certamente esse desejo não desapareceu, uma vez que o sintoma, a tosse nervosa, a acometia a cada vez que alguma música ameaçava lembrá-la do conflito. Assim, o sintoma de Anna exerce a função geral das formações do inconsciente: representar a divisão do eu, ou, dizendo de outra maneira, apresentar na consciência, que apreende um eu, o *subject*, a existência de um outro eu, o *self*.

Ora, esses dois eus nos quais a experiência subjetiva de Anna O. se divide são expressões de uma divisão que incide fundamentalmente sobre sua experiência amorosa. Anna está dividida entre o amor que sente pelo pai e o amor que deseja sentir por um homem, vale dizer, entre o amor de filha e o amor de mulher. Seus pensamentos, no momento em que cuidava do pai enfermo e ouviu a música ao longe, se dividem em dois espaços mentais, um relativo a seu estado de filha e outro a seu estado de mulher. Esses dois espaços recebem estrutura de um espaço genérico que, como no sonho da *table d'hôte*, contém a estrutura básica das relações amorosas: Amante – objeto – amado, embora nesse caso a ênfase da elaboração cognitiva recaia sobre os papéis de amante e amado e as relações de intencionalidade entre ambos.

No espaço mental de entrada (I_1F) o papel 'amante' está mapeado ao papel 'pai', enquanto que 'amado' adquire o papel 'filha', e a relação entre ambos é de 'velar', segundo a estrutura dos modelos cognitivos que regulam as relações entre pais e filhos. Já no espaço de entrada (I_2M) o papel 'amante' está mapeado ao papel 'homem' enquanto que o papel 'amado' ao papel 'mulher', estruturado pelos modelos referentes às relações homem/mulher, que manifestam-se no desejo de Anna de estar dançando. Ora, para Anna esses dois espaços são incompatíveis, ou seja, não podem existir concomitantemente. Ela não pode ser 'filha' e 'mulher', embora o desejo, como mostram seus pensamentos. A estrutura desses dois espaços é projetada em um *blend* (B), onde o papel 'pai' mapeia-se ao valor 'pai de Anna O.', o papel 'homem' a um valor 'x' a ser ocupado por um homem concreto, e os papéis 'filha' e 'mulher' ao mesmo valor 'Anna O.'. E aí aparece o problema, uma vez que 'filha' e 'mulher' não podem ser comprimidos no mesmo valor 'Anna O.' em função da incompatibilidade conflituosa entre os espaços de entrada. Assim a relação de desejo que liga os papéis 'homem' e 'mulher' no espaço I_2M é mapeada à relação de culpa no *blend*.

A configuração dessa rede até esse ponto é, na verdade, muito comum. É sempre uma questão crucial para as meninas (e também para os meninos) que estão deixando sua infância (independentemente da idade), desligar-se dos pais e dirigir seu desejo e seu projeto de vida para o mundo além do portão da casa paterna. A incompatibilidade que aparece na construção dessa rede de espaços no caso de Anna O. é típica desse momento da vida e exige um trabalho de elaboração que, nesse caso, visa a integrar esses dois papéis ao mesmo valor. A culpa que aparece no *blend* é o contraparte do desejo que aparece no espaço de entrada, e, por ser um afeto incômodo, convida o sujeito a recuperar e elaborar a estrutura que compõe essa rede e assim ordenar suas relações amorosas. Em geral as culturas oferecem meios para auxiliar as pessoas a percorrerem esse caminho, como crenças religiosas, histórias de personagens que vivem o mesmo conflito em contos de fadas, novelas, etc...

Mas, por algum motivo que não vem ao caso discutir aqui, Anna O. não pôde fazer essa integração, e a incompatibilidade não encontrou resolução, resultando no conflito psíquico. A relação de incompatibilidade inter-espaço (que ocorre entre os espaços de entrada I_1F e I_2M) comprime-se numa relação de incompatibilidade intra-

espaço no *blend*, ligando os valores Anna/filha e Anna/mulher, ou 'eu/filha' e 'eu/mulher'. Como essa situação não pode ser sustentada, uma vez que a estrutura interna dos espaços deve estar em equilíbrio, sendo que os desequilíbrios são tolerados com a finalidade de elaboração, um novo *blend* é formado, nesse caso o sintoma (Sa).

Nesse *blend* está o elemento 'música' e o elemento 'tosse'. Ora, 'música' vem do espaço I_2M , onde está conectado com o papel 'mulher' numa relação de causa/efeito. Afinal, ao ouvir música, o antecedente, Anna evoca sua condição de mulher, o conseqüente. Essa relação comprime-se em representação no sintoma, uma vez que 'música' passa a representar 'eu/mulher'. Já o elemento 'tosse' vem de outro espaço (C), ocupado por elementos que representam sensações corporais. Esse espaço ocorre em função de uma contingência, casualmente ela sentiu a garganta irritada naquele momento. O resultado é que a 'tosse' conecta-se por contigüidade com a relação de culpa do *blend*, que, por sua vez, está conectada ao desejo do espaço I_2M . Essa conexão é comprimida em representação no sintoma, sendo que 'tosse' representa, de maneira metonímica, 'culpa'. O resultado disso é que a relação de incompatibilidade entre os papéis filha e mulher dos espaços de entrada fica comprimida em causa/efeito no sintoma: 'música' - 'tosse', perenizando a representação do conflito psíquico não elaborado. A figura 7.2 mostra o desenho dessa rede.

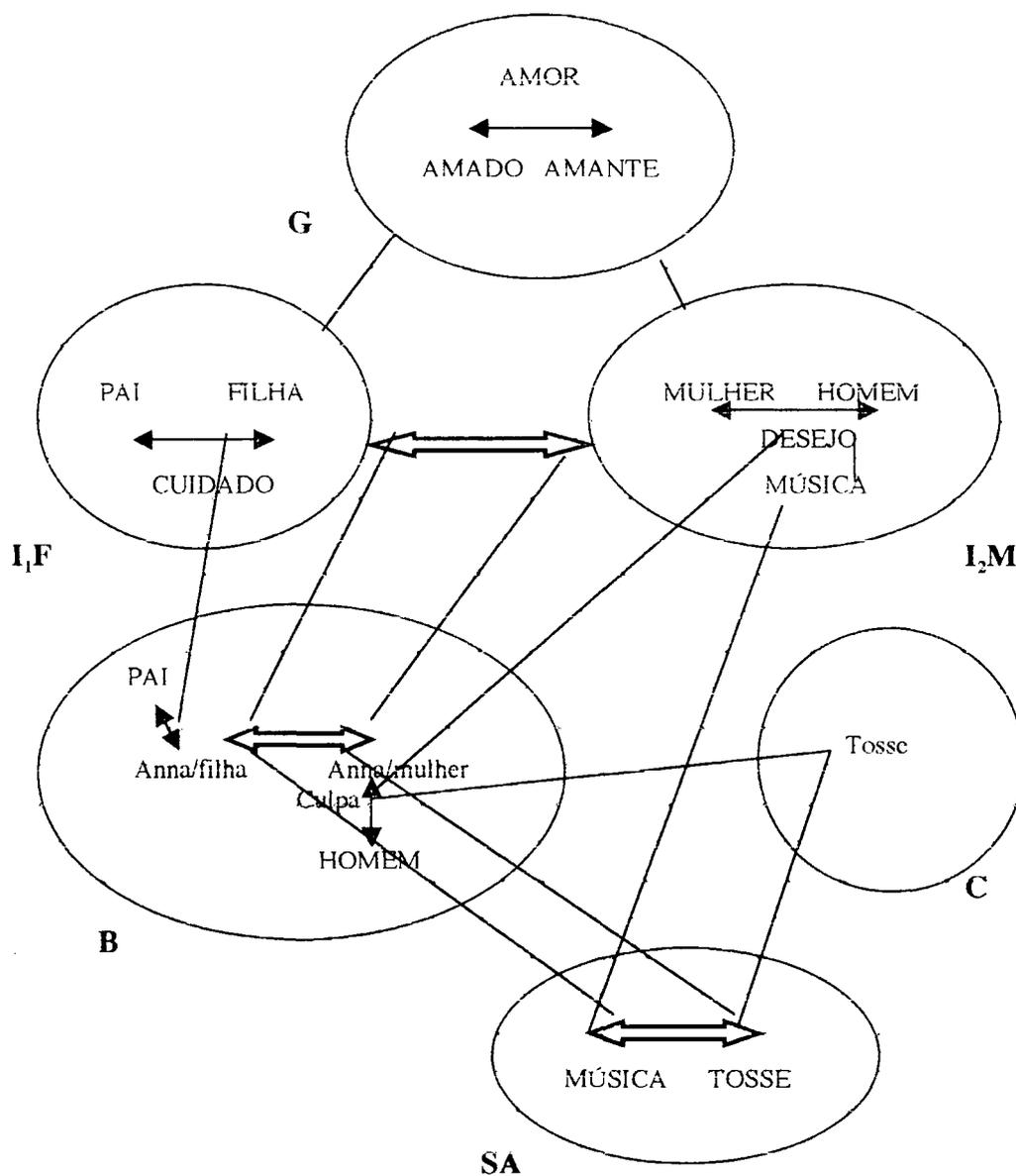


figura 7.2

O desejo do espaço I_2M se representa como culpa no *blend* em função do conflito existente entre filha e mulher. Dessa forma, uma vez que 'tosse' no sintoma é uma representação da culpa, pode ser vista também como uma representação de Anna/filha. Isso quer dizer que no sintoma estão representados os dois 'eus' em que se divide a

experiência subjetiva de Anna O., o ‘eu/mulher’ pelo elemento música e o ‘eu/filha’ pelo elemento ‘tosse’.

No caso em que esse conflito entre os dois ‘eus’ não gerasse sintoma, ambos estariam comprimidos no *blend* em um ‘eu’ singular. Esse é o caso do ato falho do Presidente da Câmara do Parlamento Austríaco, do ato falho e do sonho de Freud analisados no capítulo anterior. Tanto o Presidente quanto Freud não tiveram dificuldades em reconhecer como seus os processos de pensamento incompatíveis revelados pela rede desdobrada a partir da análise das respectivas formações do inconsciente. O ‘eu’ que devia abrir a sessão e o ‘eu’ que desejava encerrá-la comprimem-se no ‘eu’ no qual o Presidente reconhece sua identidade. São encarados como “lados”, “aspectos” ou ainda, “partes” de um mesmo ‘eu’.

Como mostram esses exemplos, esse ‘eu’ singular, que gera o que se chama de identidade e permanência de caráter de um sujeito ao longo de todos seus contrapartes nos diversos espaços de uma rede, é resultado das operações de mapeamento e compressão desses contrapartes na rede. Assim, o que as pessoas reconhecem imediatamente como um dado imediato, como a sua identidade, é na verdade resultado de complexas operações mentais. O conflito psíquico ocorre quando há uma dificuldade ou uma impossibilidade de integrar os diversos ‘eus’ em um mesmo ‘eu’ comprimido no *blend*.

Uma vez que a “unificação” entre os diversos eus é resultado da projeção do eu comprimido para o restante da rede, nos casos em que essa integração falha, a experiência com determinados ‘eus’ pode ser sentida pelo sujeito como estranha ou alheia. A opacidade que o neurótico sente em relação a seu sintoma é um exemplo disso, ele lhe parece alheio, incompreensível, como se viesse de fora. A literatura explora frequentemente esse fato, por exemplo nos romances *O médico e o monstro* de R.L.Stevenson, *O retrato de Dorian Gray* de Oscar Wilde, e mesmo os famosos personagens dos quadrinhos e do cinema, como Hulk, o Homem Aranha, etc... As religiões também refletem essa realidade subjetiva, falando em encosto, em espíritos que incarnaram no sujeito, para explicar comportamentos, pensamentos e sentimentos estranhos que as pessoas têm mas não reconhecem como seus, ou do seu ‘eu’.

A análise desse sintoma, bem como as outras análises apresentadas ao longo desse texto, são exemplos aparentemente muito sofisticados, mas refletem um trabalho cognitivo tão trivial e cotidiano que, por ser tão comum, passa por óbvio. Certo dia, passando por uma feira livre, ouvi uma mulher, que acabara de comprar um saco de batatas, dizer a seguinte sentença: "Ai, que pesado...meu Deus...minha vida é carregar peso!"

A divisão do eu freudiana ou o sistema metafórico do eu de Lakoff são nomes e manifestações da experiência subjetiva dos seres humanos, que é essencialmente fragmentária e cuja unidade só advém através do trabalho cognitivo de categorização e conceitualização dessa experiência. Isso aponta para um princípio geral da vida psicológica dos humanos: *Outer-space vital relations, often connecting a person in one space to himself in another, can be compressed into inner-space character traits understood to be part of the essence of the person.* (Faucaunnier e Turner, 2002: 259)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A psicanálise nasceu da clínica das neuroses. Seu objetivo primordial foi em sua origem, e continua sendo hoje, o tratamento dos sintomas neuróticos. A descoberta clínica original de Freud foi que o sintoma “fala”, o que quer dizer: ocupa um lugar na vida psíquica, tem um sentido, uma intenção e um propósito, que se relacionam com a história e as crenças do sujeito que o produz. A evidência que a psicanálise dispõe para afirmar essa descoberta é discursiva, pois o sentido dos sintomas emerge do trabalho de elaboração efetuado sobre eles, através do método da associação livre. Sobre o material depositado pelas análises a teoria analítica foi estabelecida. Mas essa teoria revelou a atuação de uma estrutura cognitiva que transcende a formação de sintomas. Seus recursos e mecanismos são os recursos e mecanismos típicos utilizados pelos homens para pensar, compreender o mundo em que vivem e viver.

Isso situa a psicanálise no quadro mais abrangente e geral do esforço teórico das ciências da cognição de compreender e explicar o funcionamento da mente. A formulação conceitual que Freud legou é datada, como o são todas as teorias. Mas o conjunto de fenômenos mentais que seus conceitos procuram descrever não, fazem parte da estrutura cognitiva dos seres humanos. Se hoje, 104 anos depois da publicação de *A interpretação de sonhos*, dispomos de um aparelho conceitual mais adequado para falar, compreender e explicar esses fenômenos, devemos utilizá-lo. A razão é muito simples: o objetivo de uma ciência não é reproduzir indefinidamente os mesmos conceitos, nem tratar os textos de grandes pesquisadores como textos imutáveis ou sagrados, mas servir-se deles para avançar na compreensão de seu objeto. Dessa forma a obra de Freud deve ser encarada como um passo, sem dúvida um passo muito relevante, mas um passo entre outros, no conhecimento de como funciona a mente humana.

O trabalho feito nestas páginas foi, inevitavelmente, parcial. Seria tarefa impossível rever a totalidade dos conceitos de Freud dentro dos limites de uma tese como essa. Mas o objetivo foi desenhar o quadro geral e situar os pontos fundamentais da releitura da teoria freudiana a partir das teorias contemporâneas da psicologia e da semântica cognitivas.

Por exemplo, um dos temas fundamentais na obra freudiana, o da defesa, foi tratado apenas de maneira lateral. Ele poderia ser formulado assim: por que as pessoas, em certas circunstâncias e em certos contextos, não conseguem ou não podem comprimir no mesmo 'eu' as diversas inclinações contraditórias que experimentam? Freud vai buscar na relação do sujeito com o objeto de satisfação a resposta para isso.

A vida mental dos humanos está estruturada pelos elementos pré-conceituais do sistema categorial, elementos experienciais e imagéticos que fornecem os fundamentos das categorias conceituais e possibilitam a construção do significado nas atividades do pensamento e da linguagem. As imagens-esquema apresentadas no capítulo 4 derivam-se da experiência que os humanos têm com os objetos, considerada desde o ponto de vista da exterioridade, ou seja, das relações dos indivíduos com o mundo externo. Ainda que considerem o corpo como ponto de partida, a experiência com os objetos é tomada desde a exterioridade destes últimos, mesmo que o próprio corpo seja o objeto em consideração. Já a teoria psicanalítica permite considerar o outro lado da experiência com os objetos, ou seja, sua relação com o 'interior' do corpo, ou com o chamado 'mundo interno'. Isso permite investigar as imagens-esquema que se formam para organizar as experiências de prazer e de dor, de presença ou ausência dos objetos em relação com a satisfação almejada e obtida pelo sujeito. Em conexão com isso as famosas fases, oral, anal e fálica, certamente ganhariam um sentido renovado e uma expressão teórica mais adequada.

Isso mostra que o texto freudiano é, e continuará sendo, uma fonte de inspiração para a elaboração das ciências cognitivas. Nesta relação ganha a psicanálise uma vez que, além de encontrar nas teorias contemporâneas conceitos mais precisos e operativos, encontra também um parceiro para o debate das idéias. Mas ganha também a ciência cognitiva, pois pode acrescentar a seu leque de evidências uma série de exemplos, e a seu percurso teórico, uma série de indicações, franqueadas pela experiência analítica, que seriam, de outro modo, de difícil acesso.

Finalizo como comecei, com uma nota clínica. Freud escreveu páginas e páginas de teoria. Mas, quando fala aos praticantes sobre a escuta clínica analítica, praticamente recomenda que esqueçam, não só toda a teoria, mas também "tudo o que sabem". Isso é necessário para que o terapeuta mantenha a 'atenção uniformemente suspensa', que é a

contrapartida da regra da associação livre que o paciente deve seguir. O que isso visa é não focalizar a atenção em algum aspecto do material e selecioná-lo em detrimento de outros pontos, pois "... ao fazer essa seleção, estará seguindo suas expectativas ou inclinações. Isto, contudo, é exatamente o que não deve ser feito. Ao efetuar a seleção, se seguir suas expectativas, estará arriscado a nunca descobrir nada além do que já sabe. ... Não se deve esquecer que o que se escuta, na maioria, são coisas cujo significado só é identificado posteriormente." (Freud, 1912/1974: 150).

Isso quer dizer que o trabalho clínico efetua-se sobre o particular. A teoria, tal como foi apresentada nas páginas precedentes, pode indicar os mecanismos gerais que todas as pessoas usam para produzir significado. Como tal, é pré-requisito e fundamento indispensável para a prática, já que toda prática sem teoria é cega. Ela permite supor que, quando escuta-se um sintoma, um sonho, um ato falho, uma fantasia, enfim, um fragmento de discurso, isso tem sentido e pode ser interpretado. Mas esse sentido e sua interpretação dependem do sujeito que o produziu, já que residem na recuperação, no percurso e na elaboração da rede de espaços e dos *blends* subjacentes a essas formações.

É fato corrente que, embora as pessoas se entendam, há sempre uma zona obscura na comunicação, uma zona em que emissor e receptor não compartilham a mesma significação do discurso. Isso deve-se ao fato de que, o mundo real, o mundo objetivo, não é um mundo dado, mas um mundo construído. Como essa construção parte da experiência dos seres humanos e como essa experiência é em grande parte compartilhada, uma grande parte da construção da realidade também é compartilhada. Mas há uma parte da experiência que é privada e, como os exemplos analisados nos capítulos anteriores mostram, muitas vezes é opaca para próprio sujeito.

Esse é o caso de 'espinafre' do sonho da *table d'hôte*. Quando o elemento 'comia-se espinafres' aparece na cena do sonho, os falantes de português são capazes de evocar uma série de significações referentes a essa cena: o *script* de um restaurante, o legume chamado espinafre, sua cor, seu sabor, seu cheiro, seus modos de preparo. Tudo isso é compartilhado e faz parte integrante dos modelos cognitivos envolvidos nessa expressão. Mas há um significado específico desse termo nesse sonho, do qual nem o próprio Freud, antes de efetuar a análise, estava ciente. Como a análise mostrou, 'espinafre' conecta-se com eventos familiares, com sua relação com seu filho, relação que o conduz diretamente

a ele como filho, e a seu desejo de receber um amor sem custo. Nessa conexão, ‘espinafre’ significa um dom de amor. Mas espinafre era um prato de uma *table d’hôte*. Esse elemento evoca o alto custo do pouco que se recebe: algo que Freud gostaria de manter fora de seu eu, mas que, inevitavelmente, é real.

Foi exatamente desse ponto, da radical particularidade, que surgiu a psicanálise, quando Freud percebeu que não bastava recordar os eventos, lembranças ou sentimentos “traumáticos”, fosse essa recordação fruto da lembrança do próprio paciente ou uma comunicação do terapeuta, fruto de uma “adivinhação certa”, ou mesmo induzida em estado hipnóide. Certamente recordar é importante, mas para elaborar. Elaborar quer dizer: relacionar as lembranças com os outros ‘complexos psíquicos’ aos quais está ligada, percorrer a rede de espaços, seus mapeamentos, suas compressões e descompressões, identificar as relações entre os elementos e produzir, finalmente, um novo *blend*, ou seja, uma nova integração conceitual. É isso que se propõe como trabalho analítico: a elaboração do conflito psíquico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Allan, K. (2001) *Natural language semantics*. Oxford e Malden: Blackwell.
- Assoun, P-L. (1995) *Metapsicologia freudiana, uma introdução*. Rio: Jorge Zahar.
- Bach, E., (1989) *Informal lectures on formal semantics*. New York: State University of New York Press.
- Battig, S.F. e Montague, W.E. (1969) Category norms for verbal items in 56 categories. in *Journal of Experimental Psychology Monograph* 80.
- Bechtel, W., Abrahamsen, A. e Graham G. (1999) The life of cognitive science. in Bechtel, W. e Graham G. *A companion to cognitive science*. Malden e Oxford: Blackwell Publishers. pag. 1-104.
- Berlin, B. e Kay, P. (1969) *Basic colour terms: their universality and evolution*. Berkeley: University of California Press.
- Breuer J. e Freud, S. (1895/1974) *Estudos sobre a histeria*. Ed. Standard Brasileira, Rio:Imago, 1977, vol. II
- Bucci, W. (1997) *Psychoanalysis and cognitive science: a multiple code theory*. New York, London: Gilford Press.
- Cann, R. (1993) *Formal semantics, an introduction*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Duncan, J. e Bourg, T. (1983) An examination of the effects of encoding and decision processes on the rate of mental rotation. in *Journal of Mental Imagery*, 7(2): 3-55.
- Farah, M.J.; Peronnet, F.; Gonon, M.A. e Girad, M.H. (1988) Electrophysiological evidence for a shared representational medium for visual images and visual percepts. in *Journal of Experimental Psychology: General*, 117(3): 248-257.
- Fauconnier, G. (1994) *Mental spaces: aspects of meaning constructions in natural languages*. Cambridge: Cambridge University Press.
- (1997) *Mappings in thought and language*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Fauconnier, G. e Sweetser E. (1996) *Spaces, worlds and grammar*. Chicago: University of Chicago Press.
- Fauconnier, G. e Turner, M. (2002) *The way we think: conceptual blending and the mind's hidden complexities*. New York: Basic Books.
- Fillmore, C. J. (1982) Frame semantics. in *Linguistics in the morning calm*. ed Linguistic Society of Korea. Seoul: Hanshin, p. 111-138.
- Fillmore, C.J. e Atkins, B.T. (1992) Toward a frame-based lexicon: the semantics of RISK and its neighbors. in Lehrer, A. e Kittay, E. eds. *Frame, fields and contrasts*. Hillsdale: Erlbaum. p. 75-102.
- Fodor, J. A. (1975) *The language of thought*. New York: Thomas Y. Crowell.
- Frege G. (1884/1974) *Os fundamentos da aritmética*. in Os Pensadores, vol.XXXVI. São Paulo: Abril Cultural.
- (1892/1978) Sobre o sentido e a referência. in *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Cultrix/Edusp. p. 59-86.
- (1892b/1978) Sobre o conceito e o objeto. in *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Cultrix/Edusp. p. 87-103.

- (1970/1978) Digressões sobre o sentido e a referência. in *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Cultrix/Edusp. p. 105-116.
- Freud, S. (1892-93/1977) *Um caso de cura pelo hipnotismo*. Ed. Standard Brasileira, Rio:Imago. vol I.
- (1894/1976) *As neuropsicoses de defesa*. ESB. vol III
- (1989/1976) *O mecanismo psíquico do esquecimento*. ESB. vol. III
- (1900/1972) *A interpretação dos sonhos*. ESB. vol. V
- (1901a/1976) *A psicopatologia da vida cotidiana*. ESB. vol VI
- (1901b/1972) *Sobre os sonhos*. ESB. vol. V
- (1905a/1972) *Fragmentos da análise de uma histeria*. ESB. vol. VII
- (1905b/1977) *Os chistes e sua relação com o inconsciente*. ESB. vol VIII
- (1909/1974) *Notas sobre um caso de neurose obsessiva*. ESB. vol. X
- (1911/1974) *Formulação sobre os dois princípios do funcionamento mental*. ESB. vol. XII.
- (1914/1974) *A história do movimento psicanalítico*. ESB. vol. XIV
- (1912/1974) *Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise*: ESB: vol XII
- (1915a/1974) *Os instintos e suas vicissitudes*. ESB. vol. XIV
- (1915b/1974) *O inconsciente*. ESB. vol. XIV
- (1915c/1974) *Repressão*. ESB. vol XIV
- (1916-17/1976) *Conferências introdutórias sobre psicanálise*. ESB. vol. XV e XVI.
- (1917/1976) *As transformações do instinto exemplificadas no erotismo anal*. ESB. vol. XVII
- (1920/1976) *Além do princípio do prazer*. ESB. vol.XVIII
- (1923/1976) *O ego e o id*. ESB. vol. XIX
- (1925/1976) *A negativa*. ESB. vol. XIX
- (1925[1924]/1976) *As resistências à psicanálise*. ESB. vol.XIX.
- (1933[1932]/1976) *Novas conferências introdutórias sobre psicanálise*. ESB. vol. XXII
- (1939/1975) *Moisés e o monoteísmo*. ESB. vol. XXIII
- (1940/1975) *Algumas lições elementares de psicanálise*. ESB. vol. XXIII
- (1940[1938]/1975) *A divisão do ego no processo da defesa*. ESB. vol.XXIII
- (1950[1895]/1977) *Projeto para uma psicologia científica*. ESB. vol. I.
- (1950[1892-1899]/1977) *Extrato dos documentos dirigidos a Fliess*. ESB. vol I
- Gamut, L.T.F. (1991) *Logic, language and meanin, vol 2: intensional logic and logical grammar*. Chicago e London: University of Chicago Press.
- Gärdenfors, P. (1988) *Knowledge in flux. Modeling the dynamics of epistemic states*. Cambridge: MIT Press.
- Gardner, H. (1996) *A nova ciência da mente*. São Paulo: Edusp.
- Gentner, D., e Gentner, D.R. (1982) *Flowing waters or teeming crowds: mental models of electricity*. In D. Gentner e A.L. Stevens, eds. *Mental Models*. Hillsdale: Erlbaum.
- Hintikka, J. (1962) *Knowledge and belief: an introduction to the logic of the two notions*. Ithaca and London: Cornell University Press.

- (1967) 'On the Logic of Perception'. in *Models for Modalities*. Dordrecht: Reidel. pp. 151-183.
- Johnson, M. (1990) *The body in the mind. The bodily bases of meaning, imagination and reason*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Jordan, K. e Huntsman, L.A. (1990) Image rotation of misoriented letter strings: effects of orientations cuing and repetition. in *Perception & Psychophysics*, 48(4): 363-374.
- Just, M.A. e Carpenter, P.A. (1985) Cognitive coordinate systems: accounts of mental rotation and individual differences in spatial ability. in *Psychological Review*, 92(2): 137-172
- Kahneman, D., Slovic, P. e Tversky, A. (1982) *Judgment under uncertainty: heuristics and biases*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Kosslyn, S. M. (1980) *Image and mind*. Cambridge: Harvard University Press
- Kosslyn, S. M.; Ball, T.M. e Reiser, B.J. (1978) Visual images preserve metric spatial information: Evidence from studies of image scanning, *Journal of Experimental Psychology: Human Perception and Performance*, 4: 47-60.
- Kosslyn, S.M.; Pinker, S.; Smith, G.E. e Schwartz, S.P. (1979) On the demystification of mental imagery. in *The Behavioral and Brain Sciences*, 2: 535-581
- Kosslyn, S.M. e Koenig O. (1995) *Wet mind: the new cognitive neuroscience*. New York: The free press.
- Kripke, S. (1985) *Naming and necessity*. Oxford: Oxford University Press.
- (1996) A puzzle about belief. in Martinich, A.P. (org.) *The Philosophy of language*. Oxford: Oxford University Press. p. 328-411
- Kitcher, P. (1992) *Freud's dream. A complete interdisciplinary science of mind*. Cambridge: The MIT press.
- Lacan, J. (1966) *Écrits*. Paris: Ed. du Seuil.
- (1979a) *O Seminário: livro 1: Os escritos técnicos de Freud*. Rio: Zahar Ed.
- (1979b) *O Seminário: livro XI: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio: Zahar Ed.
- Lakoff, G. (1990) *Women, fire and dangerous things. What categories reveal about the mind*. Chicago: Chicago University Press.
- (1996) Sorry, I'm not myself today: the metaphor system for conceptualizing the self. in Fauconnier, G. e Sweetser, E. (org) *Spaces, worlds and grammar*. Chicago: Chicago University Press.
- (1997) How unconscious metaphorical thought shapes dreams. in D.J. Stein (ed.) *Cognitive science and the Unconscious*. Washington: American Psychiatric Press. p. 89-120:
- Lakoff, G. e Johnson, M. (1981) *Metaphors we live by*. Chicago: University of Chicago Press.
- Lévi-Strauss, C. (1975) *Antropologia estrutural*. Rio: Tempo Brasileiro.
- Mandler, J. (1992) How to built a-baby II: conceptual primitives. *Psychological Rewiew*, 99, 587-604
- McClelland, J.L. e Rumelhart, D.E. (1988) *Explorations in parallel distributed processing: a handbook of models, programs and exercises*. Cambridge: MIT press.
- Miller, J-A. (1987) Les réponses du réel. in *Psychanalyse au CNRS: Aspects du malaise dans la civilisation*. pag. 9 a 22, Paris: Navarin éditeur.

- (1988) *Matemas II*. Buenos Aires: Ed. Manatíal.
- Paivio, A. (1971) *Imagery and verbal processes*. New York: Holt, Rinehart & Winston.
- Pylyshyn, Z.W. (1984) *Computation and cognition: toward a foundation for cognitive science*. Cambridge:MIT press.
- Roland, P.E. e Friberg, L. (1985) Localization of cortical areas activated by thinking. in *Journal of Neurophysiology*, 53(5): 1219-1243.
- Rorty, R. (1988) *A filosofia e o espelho da natureza*. Lisboa: Dom Quixote.
- Rosch, E. (1973a) Natural categories. in *Cognitive Psychology*, 4: 328-350.
- (1973b) On the internal structure of perceptual and semantic categories. in T.E. Moore (ed) *Cognitive development and the acquisition of language*. New York: New York Academic Press.
- Rumelhart, D.E. e Ortony, A. (1977) The representation of knowledge in memory. in Anderson, R.C., Spiro, R.J. e Montague, W.E. eds. *Schooling and the acquisition of knowledge*. Hillsdale: Erlbaum. p. 99-135.
- Stalnaker, R. (1984) *Inquiry*. Cambridge: MIT Press.
- Saussure, F. (1977) *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix.
- Shepard, R.S. e Metzler J. (1971) Mental rotation of three-dimensional objects. in *Science*, 171: 701-703.
- Sternberg, R.J. (2000) *Psicologia Cognitiva*, Porto Alegre: Artmed.
- Teixeira, J.F. (1998) *Mentes e máquinas. Uma introdução à ciência cognitiva*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Thá, F. (2001) *Uma semântica para o ato falho*. São Paulo: Annablume.